



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

JOELSON GONÇALVES DE CARVALHO

**QUESTÃO AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO: O CASO DA REGIÃO
ADMINISTRATIVA DE RIBEIRÃO PRETO**

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, NA ÁREA DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, ESPAÇO E
MEIO AMBIENTE.**

PROF. DR. WILSON CANO – ORIENTADOR

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA POR JOELSON GONÇALVES DE
CARVALHO E ORIENTADA PELO PROF. DR. WILSON
CANO.**

CAMPINAS, 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
Ademir Giacomo Pietrosanto – CRB8/1766
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA/UNICAMP

C253q	<p>Carvalho, Joelson Gonçalves, 1977- Questão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo: o caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto/ Joelson Gonçalves Carvalho - Campinas, SP: [s.n.], 2011.</p> <p style="text-align: center;">Orientador: Wilson Cano. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.</p> <p>1. Reforma agrária – Brasil. 2. Assentamentos rurais - Ribeirão Preto (SP). I. Cano, Wilson, 1937-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.</p>
12-004-BIE	

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Agrarian issue and rural settlements in the State of São Paulo: the case of the region of Ribeirão Preto.

Palavras chaves em inglês:

Agrarian reform – Brazil

Rural settlements – Ribeirão Preto (SP)

Área de concentração:

Desenvolvimento econômico, Espaço e Meio Ambiente.

Titulação:

Doutor em Desenvolvimento econômico.

Banca examinadora:

Wilson Cano (orientador)

Pedro Ramos

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

Carlos Alves do Nascimento

Andreá Eloisa Bueno Pimentel

Data da defesa:

21/12/2011

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento econômico.

Tese de Doutorado

Aluno: **JOELSON GONÇALVES DE CARVALHO**

“Questão agrária e assentamentos rurais no estado de São Paulo: o caso da região administrativa de Ribeirão Preto”

Defendida em 21 / 12 / 2011

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. **Wilson Cano**
Instituto de Economia/UNICAMP



Prof. Dr. **Pedro Ramos**
Instituto de Economia / UNICAMP



Prof. Dra. **Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco**
FEAGRI / UNICAMP



Prof. Dr. **Carlos Alves do Nascimento**
IE/UFU



Prof. Dra. **Andréa Eloisa Bueno Pimentel**
UFSCar

“Nos últimos 20 anos, os brasileiros convivem com a agonia do paradigma de crescimento. Tal perspectiva assola o campo e a cidade e atinge questões fundamentais de garantia à vida e ao bem estar social. Entre as mazelas nacionais, a mais espantosa é a persistência da estrutura agrária, matriz da reprodução e ampliação das desigualdades sociais, transportadas do campo para a cidade.”

(BELLUZZO, 2003)

“Qual é a política pública possível hoje em nosso país que dê casa, comida e trabalho a milhares de pessoas que não tem nenhuma perspectiva de reinserção produtiva na sociedade urbana moderna? Até mesmo os críticos mais contumazes reconhecem esse mérito na reforma agrária, de ser uma forma eficiente de combate a pobreza.”

(GRAZIANO DA SILVA, 1998)

“A reforma agrária não se destina a aplacar o potencial de conflito embutido na atual conjuntura do agro, mas sim a desfazer a condição objetiva de exclusão e marginalização da maioria da população rural produzida, sobretudo nas últimas três décadas pelo processo de transformação capitalista acelerada da agricultura brasileira.”

(TAVARES, 1997)

“Sem a reforma agrária nós vivemos um arremedo de democracia e de nação, pois não temos um povo integrado capaz de ser realmente cidadão. É um povo inteiramente dominado.”

(SAMPAIO, 2005)

AGRADECIMENTOS

Esta tese não avançava e tudo estava meio chato e sem sentido até conhecer Flávia Sanches que, aceitando meu pedido de assinar Carvalho, me deu sentido para o presente e vontade para o futuro. Flávia, você mudou para muito melhor a minha vida e a você, meu amor, rendo meus primeiros agradecimentos.

Este trabalho começou a ser construído, enquanto projeto de vida, no fim da minha graduação, em 2000, com a redação da monografia. Naquele momento, quando os meios materiais não me eram nenhum pouco favoráveis, Rosangela Petuba, em um ato de amizade (inestimável e inesquecível) me emprestou seu computador para que eu o levasse para casa e pudesse, assim, concluir meu curso de economia. A ela devo, mesmo que com onze anos de atraso, também meus agradecimentos. De lá para cá, muitos foram os amigos que estiveram presentes em fases geralmente não-boas, quando gestos de apoio e incentivo foram sempre alentadores. A todos que torceram pelo fim desta importante etapa, meu muito obrigado.

Ao amigo Thomaz Jensen que me ajudou a entrar em contato com João Pedro Stédile, ao João Pedro que me pôs em contato com a militância da região de Ribeirão e à Neusa Botelho, Kelli Mafort e Fábio Tomaz, pela doação de seu tempo, à minha tese e, mais importante, à luta pela reforma agrária no Brasil e, especialmente, em São Paulo. Aos técnicos do ITESP que não pouparam esforços para contribuir com minha pesquisa de campo, especialmente ao José Amarante, Antônio Carlucci Neto, Ivan Cintra Lima e Amarildo Fernandes. Às amigas Andrea Muñoz e Monaliza Martins pela ajuda com as traduções do resumo e ao amigo Pedro Campos, pelos mapas.

À Maria dos Anjos, pelo abrigo, pelo apoio, pelo cuidado, pela confiança, etc. etc. etc. Aos amigos Heládio Leme, Hugo Silimbani Neto e Sebastião Ferreira da Cunha pelas conversas sempre frutíferas. À Juci, minha primeira leitora, que me fez ver que o economês exagerado torna inacessível, para muitos, as contribuições acadêmicas.

Aos anjos da Unicamp, especialmente à Dora, Tereza, Fátima, Cida e Marinete, que fazem desta instituição um lugar melhor e aos colegas do Instituto Três Rios/UFRRJ, pelo apoio e incentivo presentes em muitos momentos, especialmente ao Cícero pela ajuda logística.

Ao professor Bernardo Mançano por ter me recebido em Presidente Prudente e, neste breve encontro, ter me dado uma aula sobre questão agrária, que dificilmente eu teria em outro lugar de forma tão apaixonante; ao Professor Hoffmann, pela contribuição no envio de importantes dados calculados por ele sobre a distribuição da posse da terra no Brasil; ao Professor e amigo Brandão, pela constante ajuda e incentivo; ao Professor Humberto pelas contribuições à versão final e por sua participação na minha qualificação e ao Professor Pedro Ramos, por seu pragmatismo alentador na fase final deste trabalho e compromisso constante com a economia agrária e agrícola no Brasil. Aos professores Carlos Alves do Nascimento, Andréa Eloisa Bueno Pimentel e Sonia Bergamasco, minha eterna gratidão pela disposição e presença em minha banca de doutoramento. Ao eterno mestre Wilson Cano, por ter me dado à honra de ter sido seu orientando.

À minha família *das Minas*, especialmente ao meu pai Valdir e ao meu irmão Rogério, por aceitar da melhor forma possível o distanciamento destes anos, que quero corrigir o mais rápido possível; Zé Carlos acende a churrasqueira que eu estou levando a picanha.

À minha família de Assis, SP, (Zil, Marco, Maju, Mari, Rodrigo, Felipe, Victor, Eduardo, Magda, Fernando, Orlando, Marlei, Matheus, Laércio e Neusa) que me recebeu de braços e corações abertos e que hoje eu não consigo ficar sem. À Gabriela, Adenise e Ronaldo por fazerem parte desta conquista e de minha história pessoal.

Por fim, às mulheres da minha vida: Lara minha filha, Vanda minha mãe, Dirce, Tatati e Vera e Luciana, minhas princesas.

Muito obrigado a todos e todas!

*E a luta por Reforma Agrária
a gente até pára
se tiver, enfim
coragem a burguesia agrária
de ensinar seus filhos a comer capim.
(Zé Pinto)*

RESUMO

Esta tese analisa os condicionantes estruturais e os elementos conjunturais da questão agrária brasileira, do Estado de São Paulo e da Região Administrativa de Ribeirão Preto. Aborda-se, neste trabalho, um dos elementos centrais da desigualdade nacional, a saber: a elevada concentração da estrutura fundiária e seus rebatimentos socioeconômicos mais gerais. O caminho percorrido, nesta análise, parte da recuperação dos padrões históricos da desigualdade do acesso à propriedade rural até as ações mais recentes, presentes na luta pela terra na região estudada. Os pontos centrais aqui enfrentados recaem, para além da constatação da secular concentração fundiária nacional, na atualização do debate sobre a questão agrária paulista, estado mais industrializado e com a agricultura mais diversificada do país. A problemática de estudo, proposta nesta tese, ganha importância na medida em que apresenta uma alternativa ao pensamento conservador, no qual o agronegócio passa a ser a solução dos problemas agrícolas e agrários no país. O objetivo final é o de qualificar a questão agrária na região de Ribeirão Preto, onde o agronegócio está historicamente consolidado, a partir da investigação de cinco assentamentos rurais, demonstrando que além de não estar superada, a reforma agrária ainda pode ser uma política pública válida para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e enfrentamento da pobreza.

Palavras-chaves: questão agrária, luta pela terra, agricultura camponesa, assentamentos rurais, Região Administrativa de Ribeirão Preto

ABSTRACT

This thesis analyzes the structural conditions and the cyclical components of the Brazilian agrarian issues, in the state of São Paulo, and around Ribeirão Preto region. It also approaches, in this work, one of the central elements of the national inequality, namely: the high concentration of land ownership structure and its more general social-economic repercussions. The path traversed, in this analysis, comes from the recovery of the historical patterns of the inequality of access to rural property to the more recent actions, present in the struggle for land in this region. The central points faced here go beyond finding the secular national land concentration, to upgrades of debate on the agrarian matters in São Paulo, most industrialized state, and with the most diversified agriculture of the country. The issue of study, brought in this thesis, becomes important when it shows an alternative to the conservative thinking, in which the agribusiness becomes the solution of agricultural problems and land in the country. The ultimate objective is to qualify the agrarian matter in Ribeirão Preto, where the agribusiness is historically consolidated, from the investigation of five rural settlements, demonstrating that besides not being surpassed, the agrarian reform can still be a valid public policy for the improvement of living conditions of workers and deal with poverty.

Keywords: agrarian issues, struggle for land, peasant agriculture, rural settlements, Ribeirão Preto region

RESUMEN

Esta tesis analiza las condiciones estructurales y los componentes coyunturales de la cuestión agraria brasileña, del Estado de São Paulo y de la Región Administrativa de Ribeirão Preto. Se aborda en este trabajo un elemento central de la desigualdad nacional: la alta concentración de la estructura de propiedad de la tierra y sus repercusiones socioeconómicas más generales. El camino recorrido en este análisis se inicia con la recuperación de los estándares históricos de desigualdad en el acceso a la propiedad rural hasta llegar a las acciones más recientes de la lucha por la tierra en la región examinada. Los puntos centrales aquí enfrentados recaen, más allá de la observación de la concentración nacional de la propiedad de la tierra, en la actualización del debate sobre la cuestión agraria de São Paulo, el estado más industrializado y con la agricultura más diversificada en el país. El tema de estudio propuesto en esta tesis adquiere importancia a la medida que presenta una alternativa al pensamiento conservador, según el cual la agroindustria se convierte en la solución de los problemas agrícolas y agrarios en el país. El objetivo final es calificar la cuestión agraria en la región de Ribeirão Preto, donde el agronegocio está históricamente consolidado, a partir de la investigación de cinco asentamientos rurales, demostrando que además de no estar superada, la reforma agraria aún puede establecer una política pública válida para mejorar las condiciones de vida de los trabajadores y hacer frente a la pobreza.

Palavras clave: cuestión agraria, lucha por la tierra, agricultura campesina, asentamientos rurales, Región Administrativa de Ribeirão Preto

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1	– Evolução do crédito rural concedido (em milhões de cruzeiros de 1977)...	25
Tabela 1.2	– Distribuição percentual da PEA de 10 anos ou mais, segundo a situação do domicílio e ramo de atividade principal no Brasil (1970/80 e 1990)	27
Tabela 1.3	– Índice de Gini corrigido da distribuição da posse da terra e porcentagens de áreas correspondentes de estabelecimentos agropecuários no Brasil – 1960, 1970 e 1975.....	28
Tabela 1.4	– Número de assassinatos em conflitos agrários no Brasil (1980 – 2005).....	31
Tabela 1.5	– Metas nacionais do PNRA, Brasil, 1985/1989.....	32
Tabela 1.6	– Número de ocupações e assentamentos e famílias envolvidas no Brasil (1985 – 2009).....	33
Tabela 1.7	– Número de ocupações e de famílias por macrorregiões no Brasil (1988 – 2009).....	34
Tabela 1.8	– Número de ocupações e de famílias por estado e por macrorregiões selecionadas no Brasil (1988 – 2009).....	34
Tabela 1.9	– Índice de Gini da distribuição da posse da terra, segundo as Unidades da Federação – 1985, 1995/96 e 2006: valor publicado pelo IBGE e valor estimado.....	38
Tabela 1.10	– Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil - 1985/2006.....	36
Tabela 1.11	– Número de estabelecimentos, área total e forma de utilização das terras em hectares – Brasil - 1970/2006.....	39
Tabela 1.12	– Número do efetivo de animais no Brasil - 1970/2006.....	40
Tabela 1.13	– Brasil - Pessoal ocupado e nº de tratores na agropecuária, segundo os Censos de 1960 a 2006.....	41
Tabela 2.1	– Índice de Gini* da distribuição da posse da terra e porcentagens de áreas de estabelecimentos agropecuários em São Paulo – 1960, 1970 e 1975.....	52
Tabela 2.2	– Índice de Gini (G*) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. São Paulo – 1970 a 2006.....	53
Tabela 2.3	– São Paulo - Pessoal ocupado e número de tratores na agropecuária nos Censos de 1960 a 2006.....	53
Tabela 2.4	– Total de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado por estratos de área em hectares no estado de São Paulo – 2006.....	55
Tabela 2.5	– População urbana por tamanho de município no estado de São Paulo (2010).....	59
Tabela 2.6	– Taxas de crescimento populacional, saldos migratórios e taxas líquidas de migração no estado de São Paulo, RMSPP, interior e Regiões Administrativas.....	61
Tabela 2.7	– Confronto dos resultados dos dados estruturais dos censos agropecuários – São Paulo - 1970/2006.....	64
Tabela 2.8	– Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários no efetivo animal em São Paulo - 1970/2006.....	66
Tabela 2.9	– Condição do produtor em relação às terras em São Paulo – 2006.....	66
Tabela 2.10	– Nível de instrução e local de residência das pessoas que dirigem estabelecimentos agropecuários em São Paulo – 2006.....	68
Tabela 2.11	– Valor da Produção Agropecuária e Florestal em São Paulo, por produto, em 2009 e 2010.....	72
Tabela 2.12	– Projetos de assentamento realizados no Governo Montoro	80
Tabela 2.13	– Número de ocupações e famílias envolvidas em São Paulo e no Brasil - 1997/2009.....	86
Tabela 2.14	– Assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo, por Região Administrativa (1981 – 2010).....	87

Tabela 3.1	– Total de vínculos empregatícios, por setor de atividade, na RA de Ribeirão Preto – 1999/2010	99
Tabela 3.2	Créditos disponibilizados para o assentamento Horto Córrego Rico, por ano.....	117
Tabela 3.3	– Produção e renda agropecuária de uma família assentada (ano agrícola de 2010/2011)	119
Tabela 3.4	– Créditos disponibilizados para o assentamento Horto Ibitiúva, por ano.....	126
Tabela 3.5	– Produção e renda agropecuária de uma família assentada (ano agrícola de 2010/2011).....	127
Tabela 3.6	– Créditos disponibilizados para o assentamento Horto Guarani, por ano.....	134
Tabela 3.7	– Produção e renda agropecuária de uma família assentada (ano agrícola de 2010/2011).....	136
Tabela 3.8	– Créditos disponibilizados para o assentamento Sepé Tiarajú, por ano.....	145
Tabela 3.9	– Produção e renda agropecuária de uma família assentada (ano agrícola de 2010/2011).....	147
Tabela 3.10	– Créditos disponibilizados para o assentamento PDS da Barra.....	154
Tabela 3.11	– Produção e renda agropecuária de uma família assentada (ano agrícola de 2010/2011).....	156
Tabela 3.12	– Rendimento médio e salário médio mensais da População Ocupada na Região Administrativa de Ribeirão Preto, 2000.....	162
Tabela 3.13	– Taxa de desemprego, média de anos de estudo e porcentagem de contribuição para a previdência social na RA de Ribeirão Preto, 2000.....	165

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1	– Grupos e Linhas básicas de crédito acessíveis a assentamentos rurais de reforma agrária.....	107
Quadro 3.2	– Mecanismos e descrições do Programa Aquisição de Alimentos do governo federal.....	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.1	– População Residente por Situação de Domicílio no Brasil (em %).....	21
Gráfico 1.2	– Comparativo entre taxas de juros de créditos agrícolas e taxa de inflação (1969 – 1981).....	24

LISTA DE MAPAS

Mapa 2.1	– Áreas selecionadas do Estado de São Paulo.....	82
Mapa 3.1	– A RA de Ribeirão Preto e a localização dos municípios com assentamentos.....	95

LISTA DE SIGLAS

Agrosepé	–	Associação Agroecológica do Assentamento Sepé Tiarajú
AOB	–	Associação dos Produtores de Orgânicos de Bebedouro
APP	–	Área de Preservação Permanente
APTA	–	Agencia Paulista de Tecnologia dos Agronegócios
CAAF	–	Compra Antecipada da Agricultura Familiar
CAEAF	–	Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar
CAI	–	Complexo Agroindustrial
CATI	–	Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
CDAF	–	Compra Direta da Agricultura Familiar
CDLAF	–	Compra Direta Local da Agricultura Familiar
CELPAV	–	Companhia Votorantim de Celulose e Papel
CEPAL	–	Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
CESP	–	Companhia Energética de São Paulo
CLT	–	Consolidação das Leis do Trabalho
CODASP	–	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo
CONAB	–	Companhia Nacional de Abastecimento
CONTAG	–	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COTUCA	–	Colégio Técnico de Campinas
CPDA	–	Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.
CPT	–	Comissão Pastoral da terra
CUT	–	Central Única dos Trabalhadores
D1	–	Departamento de Bens de Produção
DAERP	–	Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto
DATASUS	–	Banco de Dados do Sistema Único de Saúde
EJA	–	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	–	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMPLASA	–	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
EUA	–	Estados Unidos da América
FEAGRI	–	Faculdade de Engenharia Agrícola
FEPASA	–	Ferrovias Paulista Sociedade Anônima
FERAESP	–	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETAESP	–	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo
FGTS	–	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FIOCRUZ	–	Fundação Oswaldo Cruz
FPA	–	Frente Parlamentar da Agropecuária

FUNAGRI	–	Fundo Geral para a Agricultura e Indústria
GRPU	–	Gerência Regional do Patrimônio da União
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPC	–	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
INSS	–	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPCL	–	Incentivo a Produção e Consumo de leite
IPEA	–	Instituto de Pesquisa de Econômica Aplicada
ITESP	–	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MASTER	–	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MIRAD	–	Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário
MLST	–	Movimento de Libertação dos Sem Terra
MST	–	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil
MTE	–	Ministério do Trabalho e Emprego
NATRA	–	Núcleo Agrário Terra e Raiz
NERA	–	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
OMAUESP	–	Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo
PAA	–	Programa de Aquisição de Alimentos
PCB	–	Partido Comunista Brasileiro
PDS	–	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PEA	–	População Economicamente Ativa
PEMH	–	Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas
PETROBRÁS	–	Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima
PIB	–	Produto Interno Bruto
PNAD	–	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	–	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PND	–	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNRA	–	Plano Nacional de Reforma Agrária
PROÁLCOOL	–	Programa Nacional do Alcool
PROCANA	–	Programa de Expansão da Canavieira
PRONAF	–	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA	–	Programa Nacional de Educação para a Reforma Agrária
PSF	–	Programa Saúde da Família
PSTU	–	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	–	Partido dos Trabalhadores
PVTP	–	Plano de Valorização de Terras Públicas
RA	–	Região Administrativa

RFFSA	–	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RMSP	–	Região Metropolitana de São Paulo
SAA	–	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
SAF	–	Sistema Agroflorestal
SAI	–	Sistema Agroindustrial Integrado
SEADE	–	Sistema Estadual de Análise de Dados
SEAF	–	Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários
SEBRAE	–	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAC	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	–	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SNCR	–	Sistema Nacional de Crédito Rural
TAC	–	Termo de Ajustamento de Conduta
TDA	–	Título da Dívida Agrária
UCs	–	Unidades de Conservação
UDR	–	União Democrática Ruralista
UFSCar	–	Universidade Federal de São Carlos
ULTAB	–	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
UNESP	–	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIMEP	–	Universidade Metodista de Piracicaba
VPA	–	Valor da Produção Agropecuária
VTI	–	Valor da Transformação Industrial

SUMÁRIO

RESUMO	xi
ABSTRACT	xiii
RESUMEN	xv
LISTA DE TABELAS	xvii
LISTA DE QUADROS	xviii
LISTA DE GRÁFICOS	xviii
LISTA DE MAPAS	xviii
LISTA DE SIGLAS	xix
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO I: O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL	11
1.1 – Articulações comerciais, integração nacional e questão agrária no Brasil.....	12
1.2 – Modernização agrícola: a fuga para frente.....	20
1.3 – Questão agrária na Nova República e o avanço do neoliberalismo.....	29
1.4 – Retrato da concentração fundiária, do uso e ocupação do solo no Brasil: análises e comparações a partir do Censo Agropecuário de 2006 e do Atlas da Questão Agrária Brasileira de 2008.....	37
Considerações finais do capítulo.....	46
CAPÍTULO II: CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA, AGROPECUÁRIA E A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO	49
2.1 – Concentração fundiária em São Paulo.....	51
2.2 – Síntese da dinâmica urbano-industrial no estado de São Paulo.....	58
2.3 – Evolução e dinâmica agropecuária no estado de São Paulo.....	63
2.4 – Formação dos assentamentos rurais e a luta pela terra no estado de São Paulo.....	77
Considerações finais do capítulo.....	89

CAPÍTULO III: QUESTÃO AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIBEIRÃO PRETO: AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA CAMPONESA	91
3.1 – Formação e desenvolvimento regional: evolução econômica da RA de Ribeirão Preto.....	94
3.2 – Luta pela terra e formação dos assentamentos rurais na região.....	100
3.3 – Produção e reprodução social da agricultura camponesa na RA de Ribeirão Preto: considerações a partir dos estudos de caso.....	106
3.3.1 – Assentamento Horto Córrego Rico.....	114
3.3.1.1 – Estratégias de produção, comercialização, crédito e geração de renda.....	115
3.3.1.2 – Acesso a saúde, educação e infraestrutura básica.....	120
3.3.1.3 – Considerações adicionais sobre o Horto Córrego Rico.....	124
3.3.2 – Assentamento Horto Ibitiúva.....	124
3.3.2.1 – Estratégias de produção, comercialização, crédito e geração de renda.....	125
3.3.2.2 – Acesso a saúde, educação e infraestrutura básica.....	130
3.3.2.3 – Considerações adicionais sobre o Horto Ibitiúva.....	132
3.3.3 – Assentamento Horto Guarani.....	133
3.3.3.1 – Estratégias de produção, comercialização, crédito e geração de renda.....	133
3.3.3.2 – Acesso a saúde, educação e infraestrutura básica.....	140
3.3.3.3 – Considerações adicionais sobre o Horto Guarani.....	142
3.3.4 – Projeto de Desenvolvimento Sustentável Sepé Tiarajú.....	143
3.3.4.1 – Estratégias de produção, comercialização, crédito e geração de renda.....	144
3.3.4.2 – Acesso a saúde, educação e infraestrutura básica.....	148
3.3.4.3 – Considerações adicionais sobre o PDS Sepé Tiarajú.....	151
3.3.5 – Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra.....	151
3.3.5.1 – Estratégias de produção, comercialização, crédito e geração de renda.....	153
3.3.5.2 – Acesso a saúde, educação e infraestrutura básica.....	157
3.3.5.3 – Considerações adicionais sobre o PDS da Barra.....	160
3.4 – Dimensões socioeconômicas do desenvolvimento da RA de Ribeirão Preto: riqueza concentrada e pobreza difundida.....	161
Considerações finais do capítulo.....	166
CONCLUSÕES	171
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
APÊNDICES	191
ANEXOS	195

INTRODUÇÃO

Esta tese versa sobre o tema da terra, mais especificamente sobre a agricultura e a questão agrária¹. Nessa perspectiva, em que pese o trabalho focar uma região específica – a região de Ribeirão Preto, no estado de São Paulo, em um período datado, o pós-1960 –, é importante ter em mente que as questões que são tratadas aqui sempre estiveram presentes na história do pensamento econômico.

Em grande medida, no pensamento dos economistas da escola fisiocrata, era o excedente agrícola que possibilitava a condução das atividades estéreis de outros setores não agrícolas. Para a economia fisiocrata, só a agricultura gerava *produto líquido* (um excedente em relação aos custos agrícolas) o qual, transferido aos proprietários fundiários na forma de renda da terra, seria a causa ou o motor do desenvolvimento (CORAZZA e MARTINELLI JÚNIOR, 2002).

Em sentido oposto ao da fisiocracia, para David Ricardo o foco central estava na eficiência da agricultura e no modo como esta eficiência condicionava salários e insumos industriais. Uma das contribuições mais conhecidas de Ricardo está na sua explicação sobre a queda da taxa de lucro e sua relação com a lei dos rendimentos decrescentes. Para o autor, o deslocamento da produção agrícola para terrenos de menor fertilidade e mais distantes dos centros de consumo implicaria um aumento da renda diferencial da terra e um aumento do preço dos alimentos, o que, por seu turno, provocaria aumento dos salários nominais, tendo como resultado último a compressão da taxa de lucro até um estado estacionário (RICARDO, 1996).

No pensamento ricardiano, o produto da terra era a principal questão da Economia Política. As proporções do produto total da terra destinadas a cada uma das classes (proprietário de terra, dono do capital e trabalhadores, designadas sob os nomes de renda, lucro e salário), eram essencialmente

¹ Assume-se, nesta tese que a questão agrária é expressa pelo “*movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção*” (FERNANDES, 2001, p. 23). Ilustrativamente, já ocuparam papel de destaque na questão agrária nacional a superexploração do trabalho e do trabalhador rural, a soberania alimentar, os agrocombustíveis, sendo um dos temas mais recentes a estrangeirização das terras nacionais.

diferentes, dependendo principalmente da fertilidade do solo, da acumulação de capital e de população e, entre outros, dos instrumentos empregados na agricultura (RICARDO, 1996, p. 19). Neste sentido, fica claro que, para Ricardo, existia um limite ao crescimento econômico e este limite seria dado pelos próprios limites da terra e dos recursos naturais.

A partir da patente penetração do capitalismo no campo, com significativo aumento da produção e da produtividade e de drásticas alterações nas relações de trabalho tanto no espaço urbano quanto no rural, Marx (1996) vai concluir que, ao contrário do que os fisiocratas e Ricardo supunham, a agricultura passa a ter um papel subordinado à grande indústria.

No que tange à renda da terra, em Marx (1996), existe uma ampliação dos conceitos utilizados por Ricardo, surgindo à diferenciação entre Renda Absoluta, Renda de Monopólio e as Rendas Diferenciais I e II. Em síntese, além da renda gerada pelas características físicas e pelo valor da terra, não são apenas as condições naturais que causam, para Marx, a geração da renda diferencial, mas também a elevada produtividade do trabalho em condições específicas de aumento de investimentos capitalistas. Entretanto, a agricultura não é tratada como categoria analítica na obra de Marx (1996); contudo, o pensamento marxista retomou esta discussão, notadamente no final do século XIX e no início do século XX, com um peso maior no que se convencionou chamar de *paradigma da questão agrária*.

A renda da terra passou a ser discutida por teóricos marxistas, associada ao processo de diferenciação e de recriação do campesinato decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no campo. Destacaram-se os trabalhos de Kautsky (1986), Lênin (1985) e Chayanov (1981)², ficando patente que o trabalho assalariado não se tornou majoritário no campo com o desenvolvimento do capitalismo (GIRARDI, 2008). Este debate, com seus diversos vieses, contribuiu para o avanço dos estudos agrários, especialmente por reconhecerem a *conflitualidade* enquanto conceito perene para se estudar os determinantes estruturais da questão agrária em qualquer país ou região.

² Importante trabalho de organização dos principais escritos destes autores pode ser encontrado em GRAZIANO DA SILVA e STOLCKE (1981).

No Brasil, longe de qualquer consenso, ainda existem, no debate da questão agrária nacional, autores contrários às mudanças na estrutura latifundiária do país. Nessa perspectiva, (diga-se de passagem, muito bem quista pelas velhas e novas elites oligárquicas rurais), inexistente saída porque inexistente problema; portanto, qualquer possibilidade de dinamização regional e urbana a partir das mudanças nas estruturas da propriedade rural é inviável e a reforma agrária, além de equivocada, teria um alto custo econômico, dada a elevada produtividade do campo e baixa ociosidade da terra no Brasil³.

Entretanto, mesmo apresentando pontos divergentes, surgiram, no país, posições de destaque na defesa da reforma agrária. Dentre as vertentes teóricas mais atuais que a defendem, destacam-se pelo menos três de maior peso. A primeira tem como foco a centralidade da agricultura familiar dentro da reforma agrária, defendendo a tese de que é necessário apoiar a agricultura familiar e o processo de reforma agrária como condição indispensável para uma sociedade mais justa e com vistas a um desenvolvimento capitalista com maior distribuição de renda. Nesta perspectiva, que conta com contribuições de Abramovay (2007), Veiga (2007), Guanziroli (1994) e Guanziroli et al (2001), dentre outros, questionam-se as aludidas economias de escala e as vantagens da produção em larga escala, base da produção latifundiária, em favor do argumento de que a agricultura familiar gera mais ocupações, usa de modo mais eficiente recursos escassos e tem papel importante no desenvolvimento capitalista propriamente dito.

A segunda vertente, baseada em uma discussão distinta da primeira, tendo como premissa a “urbanização do campo” e a pluriatividade das famílias rurais, foi cristalizada no projeto RURBANO, conforme Campanhola e Graziano da Silva (2004). A partir deste enfoque, a reforma agrária ganhou outro argumento a seu favor: as atividades rurais estão crescendo em ramos não-agrícolas, ao passo que atividades rurais eminentemente agrícolas estão perdendo espaço. Sendo assim, notadamente no Sul e no Sudeste brasileiros, a reforma agrária deveria ser uma combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas ou, dito de outro modo, que além da produção para o mercado,

³ Como exemplo, pode-se citar os argumentos carregados de discurso político-ideológico de Francisco Graziano (1991) e (2004) além de Martins (2000).

produzisse também casa, comida e trabalho para parcela significativa da sociedade que se encontra à margem, tanto no espaço rural quanto no urbano.

Partido de importante esforço para desmistificar a percepção largamente difundida de que os assentamentos rurais têm se caracterizado como favelas rurais, formadas por pessoas sem histórico e vocação agrícola, a terceira vertente, aqui identificada, defende a ideia de que os assentamentos rurais são espaços econômicos, políticos e sociais que impactam as regiões onde estão inseridos. Neste sentido, os trabalhos de Leite, Heredia e Medeiros (2004), Leite e Ávila (2007) e, entre outros, o de Maluf (2007), ajudam a entender que os assentamentos rurais, na medida em que combinam a produção voltada para a comercialização e para a subsistência, contribuem, em última instância, para a garantia de segurança alimentar e nutricional das famílias assentadas. A partir de estudos empíricos, que fazem parte destes trabalhos, demonstrou-se que existem casos sintomáticos que apontam os efeitos positivos potenciais sobre a estrutura regional e urbana e que assentamentos rurais podem servir de *mola propulsora* para dinamizar municípios pobres e alavancar o crescimento econômico de regiões deprimidas.

Feito este necessário resumo bibliográfico, espera-se que tenha ficado patente que a temática a ser tratada aqui não é nova, todavia, é bastante atual. As enormes disparidades na distribuição da renda e da propriedade no país colocam o Brasil entre as nações com os maiores índices de desigualdade do mundo. O necessário enfrentamento da desigualdade na distribuição da renda e da propriedade fundiária não pode se dar no plano puramente econômico e nem muito menos a partir de uma discussão que caminhe no bojo das políticas sociais compensatórias. Isto porque a persistência de elevados níveis de desigualdade cria um padrão dualista de desenvolvimento no qual a segregação social gerada prejudica a instauração de direitos civis básicos, sobretudo em relação à camada social mais pobre, e produz distribuições assimétricas de força e representação política, afetando também o acesso à educação, a comunicações de massa e a outros meios de informação (CARTER, 2010).

A problemática de estudo proposta nesta tese ganha importância na medida em que apresenta uma alternativa ao pensamento conservador, segundo o qual o agronegócio seria a solução dos problemas agrícolas e agrários no país. A proposta também contribui para reforçar a existência e a atualidade da questão agrária nacional e sua não resolução no estado de São Paulo, caracterizado pela agricultura moderna, diversificada e rentável. Por fim, demonstra que em regiões de forte predomínio do agronegócio, como a Região Administrativa de Ribeirão Preto, existe forte desigualdade presente no campo, acompanhada de expressiva luta pela terra por parte de movimentos sociais camponeses organizados.

São Paulo é o estado da federação que expressa, com mais clareza, o poder econômico e político da atividade agropecuária do país. É o estado mais industrializado e mais urbanizado, o que apresenta maior renda per capita e concentra a maior parcela do PIB agropecuário e agro-industrial. O território paulista contou com avançadas relações capitalistas de produção, amplo mercado interno e, desde muito cedo, uma avançada agricultura mercantil. Estes foram os elementos fundamentais para sua expansão diversificada e ao mesmo tempo concentradora (CANO, 2007).

As discussões a serem enfrentadas nesta tese podem ser expressas nas seguintes perguntas: Em que pese à agricultura do estado de São Paulo ter alcançado um dos maiores estágios do desenvolvimento capitalista, a implementação de uma política de reforma agrária continua sendo importante para a melhoria das condições de emprego e de vida de sua população rural? Como estas condições de emprego e vida mudaram para a população assentada na região de Ribeirão Preto? Com este intuito, o estudo parte do exame dos condicionantes estruturais da questão agrária no Brasil e mais especificamente no estado de São Paulo, a partir dos anos 1960, focando, em sua última parte, uma área específica de São Paulo, a saber: a Região Administrativa de Ribeirão Preto. Para nortear as atividades de pesquisa, assumem-se, na tese, algumas hipóteses que acabarão sendo comprovadas ao longo do trabalho:

- 1) O estado de São Paulo é marcado por grande heterogeneidade estrutural no campo, onde coexistem latifúndios improdutivos, vastas áreas devolutas, extensas áreas públicas griladas, moderna agricultura de caráter tanto capitalista quanto familiar e também pobreza rural;
- 2) O aumento dos conflitos no campo e da luta pela terra, na região estudada, nos marcos da grande heterogeneidade estrutural da agricultura paulista, é revelador que as distintas lógicas produtivas ficaram ao largo das melhorias das condições de vida dos trabalhadores do campo;
- 3) A precariedade dos assentamentos rurais não deve servir como argumento do fracasso das políticas de redistribuição fundiária, mas como forte indicador de que a reforma agrária, para cumprir seu papel econômico e social, deve vir acompanhada de um conjunto de políticas públicas que abarque amplo acesso à saúde, educação e acesso a financiamento, subsídios, assistência técnica, criação de canais de escoamento e comercialização, além de assegurar ao assentado rápida legalização jurídica da posse da terra.

Optou-se metodologicamente pelo entendimento de agronegócio como resultado de uma associação entre o grande capital agroindustrial, o capital financeiro e a grande propriedade. Neste sentido, o agronegócio, neste trabalho, é definido de modo bem diferente do conceito apresentado por Davis e Goldberg (1957), segundo o qual seria a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas, e itens produzidos com eles. Se, no passado, a concentração da terra era uma das faces mais visíveis da desigualdade no campo, hoje, para além da terra, o agronegócio concentra tecnologia e políticas de crédito e desenvolvimento (NERA/UNESP)⁴.

O caminho percorrido na análise desenvolvida neste trabalho envolve desde a recuperação dos padrões históricos da desigualdade do acesso à terra até as ações mais recentes presentes na luta pela terra nos estudos de caso realizados. Para isso, o trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e as considerações finais. O Capítulo I contextualiza o processo de modernização da agricultura e seus condicionantes econômicos de modo a compor um pano de fundo da discussão

⁴ Cabe ressaltar que, mesmo considerando-se importantes as discussões sobre os conceitos de camponato, camponês, agricultura familiar, propriedade familiar, entre outros, assume-se aqui também que agricultor familiar é sinônimo de camponês.

sobre a questão agrária nacional e, em especial, a paulista. Busca-se demonstrar que mesmo com o avanço ou ampliação de modernas forças capitalistas no meio rural brasileiro e de suas fortes ligações com a indústria nacional e internacional, isto não só deixou de resolver, como também contribuiu para agravar as contradições socioeconômicas no campo. O intuito é deixar claro que o desenvolvimento da agropecuária no Brasil e as políticas públicas voltadas para ela não foram capazes de enfrentar os principais desafios impostos pela secular estrutura agrária nacional, a saber: aumento de emprego e renda e desconcentração fundiária, notadamente no período pós-1960.

O Capítulo II tem como foco o estado de São Paulo e demonstra a permanência de sua estrutura fundiária concentrada, além de analisar a evolução e a dinâmica urbana e rural em São Paulo, recuperando o histórico processo de formação dos assentamentos rurais no estado. O intuito é evidenciar que, em meio a um processo dinâmico de modernização e simbiose da agricultura paulista com o capital financeiro, ligado ao agronegócio, houve, ao mesmo tempo, concentração fundiária, aumento da pobreza e agravamento da luta pela terra.

No Capítulo III, parte-se da premissa de que os estudos de caso precisam transcender o caráter meramente empirista, devendo relacionar fatos a conceitos e realidades a hipóteses (NORDER, 2004); por isso, buscou-se analisar os limites e as possibilidades destes assentamentos serem instrumentos para a melhoria das condições de emprego e de vida da população ali assentada. Metodologicamente, é bom deixar claro ao leitor que a região escolhida não foi aleatória, pois é nesta região que o desenvolvimento das forças produtivas se consolidou, gerando grandes cadeias agroindustriais – especialmente a sucroalcooleira –, que se deram a partir do incremento científico-tecnológico com suas patentes alterações na quantidade de trabalho necessário, o que por seu turno alterou a composição técnica e orgânica do capital. A capitalização do setor agropecuário consolidou essa região como um dos polos agroindustriais mais importantes do Brasil.

Em que pese o fato de na RA de Ribeirão Preto concentrarem-se as atividades agrícolas de maior valor comercial do estado, em particular as atividades do complexo agroindustrial da cana-de-açúcar, importantes projetos

de assentamentos rurais presentes nesta região foram pesquisados. Ao todo existem mais de 900 famílias em cinco assentamentos na RA, localizados nos municípios de Jaboticabal (1998), Pitangueiras (1998), Pradópolis (1999), Serra Azul (2004) e o último, criado em 2007, em Ribeirão Preto. Os três primeiros foram estabelecidos sob a responsabilidade do ITESP e os dois últimos sob a responsabilidade do INCRA. Além do período de implantação, os assentamentos estaduais pesquisados apresentam outra importante característica comum, a saber: todos foram implantados em antigas áreas de hortos florestais pertencentes à FEPASA⁵.

Os projetos mais recentes, sob a responsabilidade do INCRA, também apresentam uma importante característica comum: ambos são Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Isso significa que os princípios básicos norteadores destes projetos recaem no associativismo e na agroecologia como condição básica para a concessão do uso da terra e para o conseqüentemente acesso a crédito⁶. Em seguida, apresenta-se uma breve descrição dos projetos de assentamentos rurais, por ordem de implantação:

- 1) **Projeto de Assentamento Córrego Rico:** O Projeto de Assentamento foi implantado em 1998, com 47 famílias que ocuparam áreas da Estrada de Ferro FEPASA, no Distrito de Córrego Rico a 10 km de Jaboticabal. O assentamento possui 468 hectares de área total e 362 hectares de área agrícola, sob domínio do estado. Cada família conta com 7,7 hectares e com assistência técnica do ITESP;
- 2) **Projeto de Assentamento Guarani:** Criado em 1999, localiza-se no município de Pradópolis, contando com uma área agrícola de 3.018,53 hectares divididos em 274 lotes, de 11 ha aproximadamente, sendo que 60 deles estão em área pertencente ao município de Guatapará. É o maior assentamento da RA em área total e individual, destinada às famílias;
- 3) **Projeto de Assentamento Ibitiúva:** Localiza-se no município de Pitangueiras em área também pertencente à FEPASA. Iniciado o processo de ocupação em 1998, foi transformado em assentamento rural pelo ITESP em julho de 1999. Possui área total de 725,01 ha, sendo composto por 43 lotes familiares de aproximadamente 8,5 ha, totalizando 367,09 ha de área agrícola;
- 4) **Projeto de Assentamento Sepé Tiarajú:** Tem uma área total de 800 ha, situada no município de Serra Azul, contando com 80 famílias

⁵ Ao todo são treze assentamentos rurais em áreas de antigos hortos florestais da FEPASA, onde vivem aproximadamente 894 famílias oficialmente (OLIVEIRA, 2006).

⁶ Conforme Portaria INCRA 477/99 e Portaria MMA 01/99.

assentadas. Foi criado oficialmente em 2004, constituindo o primeiro assentamento na modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) do Estado de São Paulo. Neste projeto, cada família detém pouco mais de nove hectares, sendo que destes, seis são utilizados na produção conjunta do núcleo e aproximadamente 3,6 ha são de área individual;

- 5) **Projeto de Assentamento PDS da Barra:** Localiza-se em Ribeirão Preto e é o mais recente assentamento da RA, tendo sido efetivado em 2007. Sua área total é de 1.790,80 hectares. Na área, foram assentadas 464 famílias pertencentes a três grupos distintos de luta pela terra, que detêm 2 hectares cada para cultivo coletivo e individualmente apenas um hectare e meio.

O trabalho, que se vale do método histórico estrutural, foi realizado com base em dados secundários, além de uma consistente base teórica representada por importantes trabalhos, sendo exemplares os de Cano (2002; 2007), Delgado (1985; 2004), Kageyama (1990; 1993), Tavares (1999; 2000), dentre outros. O Capítulo I e o Capítulo II são alicerçados principalmente por dados do IBGE, CPT e NERA/UNESP.

O Capítulo III contou com visitas de campo e entrevistas com assentados rurais e agentes representativos, além de análises de dados e informações do ITESP e do INCRA⁷. O trabalho também recorreu, necessariamente, à investigação de teses, dissertações e estudos de caso sobre assentamentos rurais em São Paulo, cabendo registrar a elevada produção desenvolvida pelo corpo de pesquisadores do CPDA/UFRRJ, e às pesquisas desenvolvidas por Bergamasco (1992; 1999), entre outros.

A pesquisa apresenta informações com cortes territoriais específicos, sendo que o corte temporal adotado foi pensado para facilitar o entendimento da evolução agropecuária, em termos quantitativos, bem como para demarcar qualitativamente um período muito particular da história do país, tanto em termos de política quanto de economia: o pós-1960. Embora no recorte temporal tenha-se priorizado uma análise mais pormenorizada por décadas, especialmente nos dois primeiros capítulos, como o trabalho se valeu de pesquisas já sistematizadas por instituições como o INCRA, ITESP, SEADE, IBGE etc., nem sempre foi possível estabelecer todas as análises para os

⁷ Foram entrevistados 13 agentes representativos da questão agrária regional e mais 11 assentados escolhidos aleatoriamente, englobando todos os cinco assentamentos. Foram duas visitas de campo à região, a primeira em janeiro e a segunda em outubro de 2011. Os agentes representativos são nominados quando necessário, já os assentados foram, a pedido, mantidos em anonimato. O conjunto dos entrevistados e das questões norteadoras das entrevistas se encontram nos Apêndices I e II.

mesmos anos, o que por seu turno, não compromete as próprias análises e conclusões expressas no decorrer do trabalho.

Por fim, vale ressaltar que a pretensão é a de contribuir com o debate da questão agrária no país a partir do exame de uma realidade complexa e contraditória, expressa nos estudos de caso, de modo a criar subsídios para a formulação de políticas fundiárias mais progressistas, socialmente justas e ambientalmente corretas.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

A partir dos anos 1980, a questão agrária brasileira, após o “esquecimento” a que foi relegada durante todo o período militar, ganhou maior dimensão em estudos e debates acadêmicos. Desde então, ela ressurgiu, ainda que apenas no debate, como estratégia de desenvolvimento nacional que, em tese, associar-se-ia à geração de renda, desenvolvimento regional e local, empregos, melhoria das condições de vida da população rural e no entorno de assentamentos, entre outros. Em grande parte, isso se deve às articulações de movimentos sociais rurais que, por suas ações em diversas escalas territoriais, obrigaram tanto a academia quanto o governo a se voltarem aos problemas fundiários nacionais e suas consequências econômicas, assim como sociais.

Os estudos mais recentes estão alicerçados na criação de projetos de assentamentos rurais em um contexto marcado pelos caminhos desenhados pela modernização agrícola. Sendo assim, neste capítulo são tecidas considerações que demonstrem as interligações entre a economia rural e a questão agrária nacional, a partir de uma visão histórica do processo que, como se verá, foi marcado pelo conservadorismo social e político, especialmente a partir dos anos 1960. Este capítulo aborda um dos principais aspectos da desigualdade social no Brasil: a concentração fundiária. O objetivo é investigar as causas estruturais e as consequências derivadas desta injusta realidade nacional. O argumento central é o de que, mesmo com o desenvolvimento de modernas forças capitalistas no meio rural brasileiro e de suas fortes ligações com a indústria nacional e internacional, este fato não só não resolveu como também contribuiu para agravar as contradições socioeconômicas no meio rural brasileiro. Em outras palavras, o desenvolvimento da agropecuária no Brasil e as políticas públicas voltadas para ele não foram capazes de enfrentar os principais desafios impostos pela secular estrutura agrária nacional, a saber: aumento de emprego urbano e rural, aumento da renda e desconcentração fundiária.

Sendo assim, o capítulo está estruturado em quatro tópicos básicos, além desta introdução e as considerações finais. No tópico 1, a preocupação é explicitar o debate sobre a natureza da problemática agrária, associando-a ao histórico processo de desenvolvimento das forças capitalistas no país, notadamente até a conclusão do processo mais geral de integração nacional. No tópico 2, frente ao contexto da modernização da agricultura, a ideia é demonstrar como as principais políticas públicas do período estavam voltadas para o modelo produtivista e privilegiaram a consolidação de modernas cadeias agroindustriais e o aumento da concentração da terra e do capital no campo.

Apresentada a discussão mais geral, o terceiro tópico se dedica a demonstrar como a deterioração das condições gerais da economia, a partir dos anos 1980, associada à opção governamental por políticas neoliberais, não só falhou em amenizar a pobreza rural como a agravou sobremaneira. Neste sentido, é feito um paralelo entre o avanço do agronegócio, a crescente concentração fundiária e o aumento das ocupações de terra. Por fim, no quarto tópico, compõe-se um retrato do atual perfil da agropecuária brasileira, a partir dos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, especialmente o de 2006, e do Atlas da Questão Agrária Brasileira, desenvolvido no NERA – Núcleo de Estudos da Reforma Agrária da UNESP/Presidente Prudente. O tópico termina com uma análise histórico-estrutural da questão agrária nacional à luz das contribuições de alguns trabalhos que utilizaram esse método teórico.

1.1 – Articulações comerciais, integração nacional e questão agrária no Brasil

O debate sobre a questão agrária brasileira está intimamente ligado ao processo histórico de colonização do país. A posse da terra sempre foi um tema, além de relevante, extremamente atual para se entender o subdesenvolvimento nacional desde nossa inserção, mesmo como colônia, no capitalismo internacional.

O sistema de produção implantado no Brasil-Colônia, alicerçado na monocultura, em grandes extensões de terras, com trabalho escravo e produção destinada, quase exclusivamente, ao mercado internacional, adaptou-se convenientemente às novas terras, reduzindo custos e facilitando a

colonização. Esse sistema conhecido como *plantation* foi ratificado durante o Segundo Reinado, em 1850, pela imposição da Lei de Terras⁸, seguida pela abolição da escravatura, em 1888. As crises endógenas do complexo cafeeiro, somadas à negação legal do acesso às terras, geraram um precoce êxodo rural. Mas a perda de oportunidades no campo não ocorreu concomitantemente ao aumento de oportunidades de emprego nas cidades, gerando também uma segregação sócio-espacial no urbano. O êxodo rural brasileiro, com todas as suas implicações urbanas, não foi caracterizado, portanto, pela busca de melhores condições sociais e econômicas, mas sim porque se tornou uma das poucas alternativas possíveis⁹.

Ademais, não se pode subestimar o papel desempenhado pelas elites nacionais na forma de ocupação do território brasileiro e em sua relação de poder com o próprio Estado Nacional, como base de um capitalismo *sui generis* que, segundo Tavares (1999, p. 457):

para manter o movimento do dinheiro e assegurar a propriedade do território a ser ocupado por formas mercantis sempre renovadas de acumulação patrimonial, o Estado brasileiro [...] é chamado a intervir com o propósito de manter a segurança e o domínio das nossas classes proprietárias ou tentar validar o estoque de capital acumulado.

A apropriação privada do território, as migrações rurais e entre o rural e o urbano, em busca de terra e trabalho, são fatos relevantes para a história social e política do país. Fica patente, portanto, que a falta de acesso à terra, à educação e ao trabalho da população rural e urbana, não foi equacionada nos marcos do precário estado de direito brasileiro (TAVARES, 1999).

Obviamente, não foi o espaço urbano o depositário de todo contingente populacional que saiu dos latifúndios, nem muito menos as atividades urbanas foram as únicas alternativas para uma massa de despossuídos. Neste sentido, Delgado (2004) faz uma importante reflexão sobre o setor agrícola de subsistência. Para demonstrar a relevância do setor de subsistência, o autor recupera os principais pensadores nacionais que

⁸ A Lei nº 601, de 1850, segundo Darcy Ribeiro (1995) reduziu o contingente de trabalhadores rurais, obrigando a coroa a fazer uma intensa propaganda para a imigração de trabalhadores pobres oriundos da Europa.

⁹ A alternativa ao êxodo rural era a agricultura itinerante, analisada mais à frente.

trataram do tema em suas diferentes interpretações, a saber: Caio Prado Júnior, Furtado e Faoro.

O setor de subsistência, para Delgado (2004), é um conjunto de atividades econômicas e relações de trabalho que propiciam meios de subsistência e/ou ocupação a parte expressiva da população. Entretanto, tais relações não são reguladas pelo contrato monetário de trabalho e não são, *a priori*, pensadas para fins lucrativos. O autor ainda adverte que tal conceito – economia de subsistência – foi tratado de modo residual por grande parte dos autores, sendo, muitas vezes, considerado apenas um apêndice dos setores dinâmicos e modernos do capitalismo.

Para Caio Prado Júnior, a economia de subsistência estava à parte do tripé que sustentava a economia colonial, isto é, *latifúndio, monocultura e trabalho escravo*. Sendo assim, o setor de subsistência, na obra de Caio Prado, é tão somente atividade subsidiária, transitória historicamente e sem dinâmica própria. Faoro enxerga no latifúndio, quando da contração econômica deste, um eixo gravitacional no qual giram um conjunto de *sem terras*. Neste sentido, o setor de subsistência, ganha dimensões extraeconômicas; contudo, o latifúndio, capturando a renda da terra, ganha dimensões econômicas novas, mesmo em períodos de contração econômica (DELGADO, 2004, p. 11).

Em Furtado, o setor de subsistência ganha maior relevância, pois é associado ao setor produtor de pequeno excedente monetário que, mesmo precário e de baixo nível técnico, é considerado como parte constitutiva da economia, primeiro colonial e depois nacional. A contribuição de Furtado é fundamental para o entendimento mais completo de uma importante associação histórica: a economia de subsistência e a agricultura itinerante (CANO, 2002).

O processo de formação e consolidação da empresa agrícola de exportação, para Furtado, conviveu bem com outras formas de agricultura que, segundo ele, moldaram a formação da maior parte de nossas estruturas sociais. A abundância de terras associada à concentração da propriedade e a rarefação da população livre permitiu que o avanço da fronteira agrícola fosse o meio utilizado para a maior acumulação desse capital mercantil com pouca introjeção de progresso técnico, fortalecendo as relações sociais alicerçadas no patrimonialismo, na submissão e na marginalidade social (CANO, 2002).

O setor de subsistência, alicerçado nas relações com o latifúndio monocultor, passa quase que incólume às crises de exportação e às diversas mudanças de rota da política econômica nacional, como por exemplo, o processo de industrialização, levado a cabo pelo Estado, a partir de 1930.

A clara manutenção da concentração da terra e da perpetuação de relações sociais calcadas no patriarcalismo e patrimonialismo, em meio a mudanças políticas significativas, confluíram para que, no início dos anos de 1930, surgissem importantes debates sobre a necessidade de se reformar a estrutura agrária do país. As propostas referentes a mudanças na estrutura agrária nacional acabaram não sendo levadas a cabo pelo governo de Vargas; entretanto, o debate permaneceu.

Até meados da década de 1950, a mudança mais significativa na economia brasileira é a suplantação do setor agroexportador pelo industrial. Setor esse que passa a ser determinante para a reprodução da força de trabalho. Já na segunda metade dos anos de 1950, rompem-se os constrangimentos à industrialização nacional em bases mais capitalistas, típicos da fase anterior, dados pela fragilidade das condições técnicas e financeiras do capital (CARDOSO DE MELLO, 1975). O período que se inaugura – o da industrialização pesada – a partir de 1956, trouxe mudanças extremamente relevantes para a dinâmica econômica e para o processo de urbanização, com alterações significativas no desenho agrícola e agrário nacionais.

Tem-se neste período, um elevado grau de concentração industrial em São Paulo, acompanhado por significativo movimento migratório e aumento da diversificação e modernização das atividades agropecuárias. Entre 1950 e 1962, o desempenho do PIB foi de 7,0%, sendo que a indústria apresentou taxa de 9,2% e a agricultura 4,7% (CANO, 2007).

Em que pese o expressivo crescimento da economia nacional, ele não foi suficiente para arrefecer as históricas pendências nas relações sociais e produtivas do campo. Ilustra este fato o nascimento das Ligas Camponesas, da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e do MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra¹⁰.

¹⁰ O movimento das Ligas Camponesas é, sem dúvida, o principal movimento de luta pela reforma agrária no país até o golpe de 1964. Sua importância no embate político fica patente quando se analisa a

As interpretações divergentes não impediram esses três movimentos de buscarem unidade de ação; tanto que, em 1961, houve o Congresso Unitário, em Belo Horizonte, reunindo cerca de 1.600 delegados, culminando em uma declaração marcada pela importância da reforma agrária na superação do crônico subdesenvolvimento nacional. Lê-se na declaração, segundo Veiga, (1981, p. 74):

A reforma agrária não poderá ter êxito se não partir da ruptura imediata e da mais completa liquidação do monopólio da terra exercido pelas forças retrogradadas do latifúndio e conseqüentemente estabelecimento do livre e fácil acesso à terra dos que a queiram trabalhar.

Cabe destaque também o estímulo, por parte do governo Goulart (1961-1964), para a sindicalização rural, o que, por sua vez, culminou na criação de centenas de novos sindicatos, federações estaduais e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), fundada em janeiro de 1964.

Fato relevante a ser levado em consideração no debate agrário/agrícola foi a constituição do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, elaborado durante o governo de João Goulart, por Celso Furtado, então Ministro do Planejamento, para os anos de 1963 a 1965. Seus objetivos mais gerais consistiam em propostas denominadas de “reformas de base”, sendo a principal delas a reforma agrária.

Dentro deste contexto, caracterizado pela crescente organização social, enfretamentos políticos, tensões militares e elevadas pressões inflacionárias, foi que se desencadeou um dos principais debates sobre a questão agrária nacional, levado a cabo por intelectuais, organizações sociais e partidos políticos, com fortes implicações sobre as análises da problemática agrária que se deram posteriormente.

capacidade de articulação e movimentação social que as Ligas foram capazes. Nascidas em Pernambuco, logo se estenderam para a Paraíba, Rio de Janeiro, Goiás, entre outras regiões e tiveram forte influência no período compreendido pelos governos de Juscelino Kubitscheck e João Goulart. O MASTER surgiu no final da década de 1950, no Rio Grande do Sul, e já em 1962 começou a organizar acampamentos no estado, recebendo apoio político de Leonel Brizola, então governador. O movimento era composto por assalariados, parceiros e também pequenos proprietários. Com o golpe militar de 1964, foi aniquilado pela ditadura. A União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB) foi fundada em São Paulo, em 1954, por Lindolfo Silva, militante do PCB. A partir de 1960, as associações ligadas a ULTAB foram se transformando em sindicatos, culminando com a criação, em 1963, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Com o golpe de 64, foi oficialmente extinta.

No Partido Comunista Brasileiro (PCB) havia uma corrente hegemônica representada por Alberto Passos Guimarães e uma corrente dissidente do partido, representada pelas teses de Caio Prado Júnior que, mesmo atuante no partido, discordou da interpretação da questão agrária feita pelos *pecebistas*. Além do PCB, outra importante contribuição foi feita pela Cepal, especialmente por Celso Furtado. O debate ainda contou com intelectuais como Ignácio Rangel, além de um importante legado da vertente mais progressista da igreja católica, representada pela “teologia da libertação”. Conforme apontado por Kageyama (1993, p. 14):

Apesar do forte conteúdo político dos debates, especialmente entre Alberto Passos e Caio Prado (dentro do PCB), é possível recuperar os aspectos econômicos das análises da questão agrária, inserindo-as na visão geral do desenvolvimento capitalista da economia brasileira em cada autor. É no âmbito dessas visões gerais que se identificava uma questão agrária, bem como se apontava diferentes soluções aos problemas por ela suscitados.

Na contribuição de Guimarães (1968), é refutada a ideia de uma colonização nos moldes capitalistas no Brasil. Segundo o autor, o viés que partia da premissa capitalista no campo recaía no conservadorismo, pois caso existisse um Brasil-Colônia inicialmente capitalista, estaria implícita uma solução inteiramente diversa daquela preconizada pelos partidários da reforma agrária. Em outras palavras, partindo do ponto de vista do capitalismo no campo, reforçava-se uma visão evolucionista, na qual o desenvolvimento gradual e sem reformas baseado em mais adubação, mais mecanização ou, em síntese, mais capital, causaria por si só uma aceleração do progresso agrícola sem a necessária reforma de base¹¹.

De modo resumido, o problema agrário nacional não estava na transformação rápida e desequilibrada da agricultura de subsistência para uma agricultura de mercado, mas nos obstáculos impostos a essa transformação pela herança do latifúndio feudal presentes no Brasil. Deste modo, o que havia era uma estrutura marcada pelo dualismo entre o latifúndio agrícola de exportação e a agricultura de subsistência tanto camponesa quanto capitalista.

¹¹ Este texto foi relançado na coletânea *A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960*, sob organização de João Pedro Stédile, Editora Expressão Popular, 2005.

Para Guimarães (1968), a negação ou mesmo a subestimação do viés feudal presente no latifúndio brasileiro retiraria da reforma agrária sua vinculação histórica e seu conteúdo dinâmico e revolucionário. Por outro lado, no plano da análise marxista, para Caio Prado, os problemas agrários eram próprios do desenvolvimento capitalista, dentro de cujos marcos deveriam ser interpretados e atacados (KAGEYAMA, 1993, p. 15).

Caio Prado (2005) desenvolveu seu argumento de modo a mostrar que, diante de um processo marcadamente dialético, a tributação territorial forçaria o barateamento e a mobilização comercial da terra, tornando-a acessível à massa trabalhadora e, indiretamente, melhorando as condições de vida dos trabalhadores. Sendo assim, e a partir do aumento de inversões no campo, o resultado seria o desenvolvimento capitalista da agropecuária. Tal desenvolvimento resultante desse processo seria acompanhado por, segundo o autor, um “*avantajamento da posição dos trabalhadores rurais em sua luta por melhores condições de vida, o que decorre, [...] dos mesmos fatores estimulantes do progresso capitalista*” (Prado Júnior, 2005, p. 87). É bom que se ressalte que isso só seria possível caso não houvesse nenhuma ação de estatização ou mesmo coletivização do uso da terra que, segundo ele, dada a conjuntura político-econômica da época, não era possível.

Furtado (1989) partiu do diagnóstico de que a oferta de alimentos tinha caráter inelástico às pressões de demanda urbana e industrial. Deste modo, para evitar gargalos futuros do setor agrícola nacional, eram necessárias mudanças na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo. Em caso de permanência da atual estrutura, o setor agrícola poderia não só comprometer o processo de industrialização e abastecimento do setor urbano, como também ser uma fonte de pressão inflacionária sobre a economia em geral (DELGADO, 2005)¹². Nas palavras de Furtado (1989, p. 6): “*Sem um estudo aprofundado da estrutura agrária, não é possível explicar a tendência à concentração de renda, nem tão pouco a rigidez de oferta de alimentos geradora de pressões inflacionárias*”.

Por fim, uma visão mais integradora entre as temáticas que partem da questão agrária e culminam na crise urbana é de Ignácio Rangel. Nas

¹² Para essa argumentação Guilherme Delgado se vale do Plano Trienal do Desenvolvimento Econômico e Social (1963-65) de dezembro de 1962.

palavras do próprio autor: “*Entre os que negam a existência de uma questão agrária grave e os que a afirmam, estamos com estes últimos*”¹³.

Rangel (2000) trouxe uma visão não estanque dos problemas rurais, colocando-os, em última instância, no bojo do movimento do capital. Ele ainda foi, segundo Kageyama (1993), o pioneiro em levantar componentes especulativos, a exemplo do preço da terra, como um dos principais problemas agrários nacionais. Os verdadeiros problemas que configuravam uma questão agrária nacional, para Rangel, não estavam na concentração fundiária, mas na relação entre produção e superpopulação rural. Em síntese, para ele, define-se uma questão agrária quando o setor agrícola libera em excesso mão de obra necessária à expansão dos demais setores da economia ou, pelo contrário, não libera (KAGEYAMA, 1993, p. 7).

Além das clássicas funções da agricultura, tais como produção de gêneros alimentícios e matérias-primas para a indústria, caberia ao setor rural, segundo Rangel (2000, p. 191), não apenas o papel de liberar mão de obra para as atividades urbanas, mas também, se necessário fosse, reter ou reabsorver este contingente. É fato que entre o processo de liberação de força de trabalho do campo para as cidades e as reais necessidades das atividades urbanas houve um descompasso, a saber: um contingente populacional liberado em excesso, denominado por ele de “superpopulação” somado à “superprodução”, isto é, elevada produtividade do trabalho agrícola além das necessidades internas e da capacidade externa de absorção. Em outras palavras, elevada produtividade do trabalho rural, o êxodo rural e o desemprego urbano estavam correlacionados em uma sequência lógica que desembocaria na redução da taxa de salários e por consequência na incapacidade de crescimento equilibrado da economia como um todo.

Fica claro, portanto, que, para Rangel (2000), o processo de industrialização que o Brasil conheceu, notadamente no início da década de 1960, acabou por gerar uma crise agrária, oriunda da não realização de uma reforma agrária prévia. A ausência desta política impactou na distribuição funcional da renda, gerando um expressivo contingente de mão de obra em busca de oportunidades nas atividades urbanas industriais (CRUZ, 2000, p.

¹³ Essa passagem consta do livro *Questão Agrária, Industrialização e Crise Urbana no Brasil* de Ignácio Rangel, sob organização de José Graziano da Silva, Editora da Universidade, Rio Grande do Sul, 2000.

241). “Noutros termos, não foi só a economia agrícola que, ao modernizar-se, deixou sem emprego parte da mão de obra da família trabalhadora. As atividades urbanas também” (RANGEL, 2005, p. 228). Em que pese deixar claro que a urbanização é um fenômeno perfeitamente normal, o autor defende que o ritmo do processo de urbanização brasileiro implicou em criar, nas cidades, uma oferta de força de trabalho para além das necessidades demandadas pela industrialização.

Caracterizada deste modo, a crise agrária brasileira, desembocou na criação de um nutrido contingente de volantes ou boias-frias, inseridos precariamente na economia urbana, “[...] em busca de uma das variadas formas de subemprego ou de trabalho na chamada ‘economia informal’ que tem florescido a” (RANGEL, 2005, p. 228). Em busca de correção deste descompasso entre a oferta em excesso de mão de obra e a demanda efetiva desse fator, Rangel (2005, p. 224) concluiu de modo veementemente pela recomposição da economia natural, sendo a reforma agrária o centro das medidas; pois, para ele, o caráter sazonal da atividade agrícola tornava economicamente possível a produção para autoconsumo, mesmo em bases naturais.

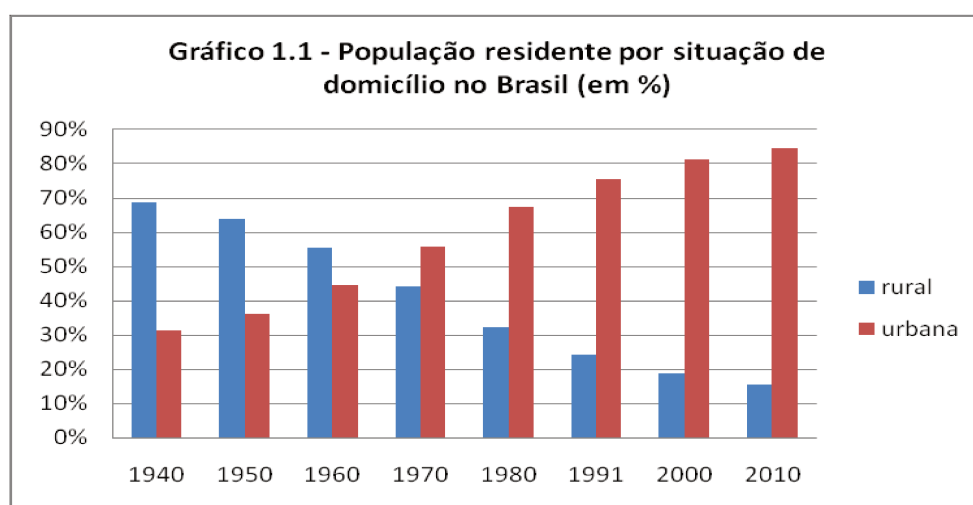
À luz das contribuições de Rangel (2000 e 2005), mesmo apresentando significativas inovações no modo de produção do setor agrícola, a modernização da agricultura deve ter um escopo de análise maior que a simples incorporação tecnológica. Essa modernização trouxe alterações drásticas nas relações sociais de produção, tanto no campo quanto na cidade.

1.2 – Modernização agrícola: a fuga para frente

O termo “modernização agrícola” está associado a modificações nas bases técnicas de produção com a introdução de máquinas, equipamentos, insumos com elevado grau de incorporação tecnológica, entre outros. A agricultura tradicional, base das pequenas propriedades praticantes da diversificação da lavoura, por seu viés arcaico, com técnicas rudimentares, cedeu rapidamente espaço para a agricultura capitalista. Essa última com fortes relações intersetoriais com a indústria, geralmente em uma nítida relação de subordinação.

A viabilidade do modelo empresarial de agricultura preconizada por essa modernização privilegiou o latifúndio e a monocultura pelo seu caráter extensivo que, ao mesmo tempo em que se mecanizou, negou trabalho.¹⁴ A rápida inversão demográfica entre a população rural e urbana é um bom exemplo dos impactos da modernização da produção agrícola no país.

Segundo o Censo de 2010, o Brasil conta com 190,7 milhões de habitantes, dos quais 84% residem na área urbana e apenas 16% estão na área rural, mas quando observados os dados populacionais das décadas de 1940 e 1950, no Brasil o quadro é bem distinto. Nestes censos, o país apresentava 69% e 64% de residentes no rural do total nacional, respectivamente. A transição para um país majoritariamente urbano se deu entre as décadas de 1960 e 1970. No censo de 1970, o Brasil registrava 56% de residentes urbanos, contra 44% rurais. As taxas geométricas de crescimento demográfico também são bastante ilustrativas: a da população rural entre as décadas de 1940, 1950 e 1960 foi de 1,57% ao ano, enquanto a urbana, que fora de 3,85% entre 1940 e 1950 saltou para 5,2% ao ano até 1970. Entre as décadas de 1960 e 1970, a taxa de crescimento rural foi de apenas 0,5% e, no auge da modernização agrícola, entre 1970 e 1980, ficou negativa (-0,6%), sendo 4,4% o crescimento da urbana no mesmo período, segundo informações dos Censos do IBGE. De modo mais ilustrativo tem-se o Gráfico 1.1.



Fonte: IBGE. Elaboração própria

¹⁴ No Anexo I desta tese se encontra uma tabela com a evolução dos indicadores do uso de fatores de produção na agropecuária dos diversos estados brasileiros de 1940 a 1985.

Neste contexto, o debate anteriormente descrito, encabeçado por intelectuais de expressiva contribuição como Caio Prado Junior, Alberto Passos Guimarães, Furtado e Ignácio Rangel, teve, a partir da segunda metade dos anos 1960, uma resposta governamental unilateral e antidemocrática, cristalizada no termo *modernização conservadora*.

O período pós-1964 é de fundamental importância para a compreensão do futuro agravamento da questão agrária, tanto em termos políticos quanto econômicos e sociais. De acordo com Carvalho Filho (2008):

As posições em conflito eram muitas e cobriam todo o espectro político, variando desde interpretações marxistas ortodoxas e estruturalistas até a posição conservadora e liberal, baseada na teoria econômica neoclássica. Com o golpe militar em 1964, prevaleceu a última posição e o país passou por um longo tempo de ditadura. [...] A política agrícola implantada resultou na chamada 'modernização conservadora', com mudanças na base técnica e integração aos mercados internacionais¹⁵.

No bojo dos acontecimentos de 1964, é decretado o Estatuto da Terra, considerado a primeira lei de reforma agrária no Brasil. A não utilização do Estatuto deixou clara a forma como seria tratada a questão agrária nos governos militares.

É bem verdade que, a partir do Estatuto da Terra novos conceitos surgiram. A pequena propriedade incapaz de sustentar uma família ficou caracterizada como minifúndio. Módulo rural passou a ser a mínima área para o sustento familiar, variando de região para região. Segundo o Estatuto, uma empresa rural seria a propriedade que não excedesse 600 vezes o módulo da região, tendo pelo menos 50% de área total agricultável. Caso fosse ociosa, seria um latifúndio de exploração (ou melhor, latifúndio improdutivo). Toda a propriedade rural, maior que os 600 módulos rurais, era considerada, independente de seu uso, um latifúndio por dimensão. O maior avanço da Lei estava no Imposto Territorial, inexistente até então, e nas formas de desapropriação, com a introdução do conceito função social da terra.

Tecnicamente, o Estatuto foi um grande avanço na forma de ordenamento territorial. Entretanto, sua implantação nunca se efetivou, dado o

¹⁵ Em artigo intitulado *A nova (velha) questão agrária*. Valor Econômico, em 22/02/2008.

caráter progressista para a época, marcada pelo conservadorismo de uma elite dominante que se cristalizou no poder com o golpe dos militares.

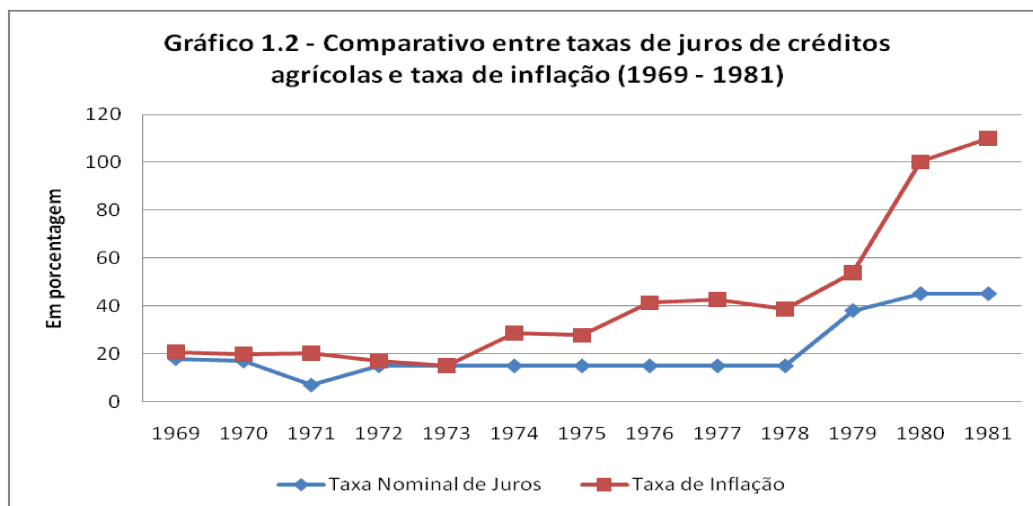
Em suma, o Estatuto serviu como instrumento estratégico para controlar lutas sociais e desarticular conflitos. Isso pode ser observado pelo saldo do período: entre 1965 e 1981, foram realizadas apenas oito desapropriações, em média, por ano, ao passo que ocorreram pelo menos 70 conflitos por terra anualmente (MORISSAWA, 2001). Eram patentes, com o engavetamento do Estatuto da Terra, que as deficiências estruturais na concentração de renda e da propriedade rural no Brasil não seriam enfrentados. O que de fato aconteceu foi um recrudescimento dessa concentração pela via da modernização e pela “fuga para frente” das elites nacionais.

Quanto mais se avançava na consolidação da industrialização nacional, mais se aprofundava a “industrialização do campo”, com a constituição de segmentos voltados exclusivamente para o setor agrícola, expressa notadamente pela política de crédito rural para dinamizar o setor agroexportador (Gráfico 1.2).

Um novo sistema de crédito rural foi instituído no mesmo ano do golpe de Estado, pela Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964. Todavia, a organização institucional do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), foi efetivamente montada pela Resolução 69 do Conselho Monetário Nacional, de 22 de setembro de 1967. Seu caráter seletivo e concentrador foi marcado não só pela concentração de renda como também pela concentração regional, tendo seus maiores beneficiários os grandes produtores, a agroindústria e, de modo regional, a região centro-sul¹⁶. Nas palavras de Delgado (1985, p. 80):

os limites concedidos por finalidade e as taxas reais negativas, além de outras condições favoráveis de financiamento (prazos e carências elásticas), constituem-se no principal mecanismo de articulação pelo Estado dos interesses agroindustriais. Por meio dessa política expansionista, cresceu rapidamente a demanda por insumos modernos, criando-se, assim, o espaço de mercado para consolidação do chamado Complexo Agroindustrial.

¹⁶ O SNCR, no bojo da reforma do sistema financeiro, estabelecia regras para que os recursos captados pelos bancos comerciais pudessem ser aplicados na agricultura. Os bancos eram obrigados a emprestar 10% dos depósitos à vista para as atividades agrícolas ou repassar os recursos para o Fundo Geral para a Agricultura e Indústria (KAGEYAMA et al, 1990).



Fica evidente, pelos dados apresentados (Gráfico 1.2) o papel do financiamento enquanto estratégia pública na consolidação dos complexos agroindustriais. A taxa de juros nominal para os empréstimos concedidos, especialmente no pós-1974, foi sempre inferior à taxa de inflação no mesmo período, gerando, conseqüentemente, juros reais negativos aos proprietários rurais. Todavia, o movimento de modernização da agricultura não poderia estar descolado dos movimentos gerais da economia nacional e internacional e, assim, também foi duramente afetado pelos choques de liquidez, com as crises do petróleo, sendo a última (1979) um divisor de águas para iniciar uma década de crescimento pífio ao ponto de ser chamada de perdida. Nesse sentido, os dados da Tabela 1.1, demonstram, em valores correntes de 1977, a evolução dos recursos destinados ao crédito rural entre os anos de 1969 e 1982. Na análise dos dados pode-se perceber que a década de 1980 inaugurou retrações nos repasses financeiros para o setor (Tabela 1.1).

**Tabela 1.1 – Evolução do crédito rural concedido
(em milhões de cruzeiros de 1977)**

Anos	Crédito de Custeio (Cr\$ de 1977)	Crédito de Investimentos (Cr\$ de 1977)	Crédito Comercial (Cr\$ de 1977)
1969	25.873,80	15.649,80	14.176,80
1970	29.543,70	17.982,10	18.719,90
1971	24.957,70	16.918,40	15.475,50
1972	29.610,70	23.522,70	17.985,90
1973	42.949,30	33.278,80	24.384,50
1974	56.003,00	37.652,70	30.726,00
1975	79.480,20	56.683,50	45.172,50
1976	78.399,10	60.233,20	47.149,50
1977	78.428,40	40.236,20	47.193,90
1978	80.437,00	42.122,40	46.108,50
1979	104.730,30	52.020,80	51.476,80
1980	113.720,90	37.700,90	49.558,90
1981	102.227,80	26.942,70	45.129,20
1982	108.582,80	22.138,90	38.080,40

Fonte: DELGADO (1985, p. 81).

O crédito de custeio era centrado em recursos para insumos modernos tais como fertilizantes, defensivos, sementes entre outros componentes da agricultura e da pecuária. Além destes, também medicamentos, mudas, rações e concentrados. No período analisado, o crédito de custeio sempre foi o maior destino dos recursos, representando, em alguns anos, mais de 50% do total do volume destinado ao crédito rural. Pela característica moderna e seu elevado grau de industrialização, estes insumos foram fundamentais para a consolidação das relações intersetoriais entre agricultura e indústria, com clara predominância da indústria sobre a agricultura.

Ao considerar as indústrias a montante (química, mecânica, rações e produtos veterinários) e a jusante (produtos alimentares, destilação de álcool, óleos vegetais e essências, fumo, madeiras e mobiliário em geral, couros e peles, bebidas, papel e papelão e parcialmente o setor têxtil), nota-se um crescimento expressivo do ramo a montante, entre 1970 e 1975, passando de 2,4% do VTI do total das indústrias de transformação, para 4,0%. Contudo, comparativamente, mesmo em crescimento, a participação relativa dos ramos a montante foi bem inferior que a jusante que, para 1975, detinha 24,68% do VTI das indústrias de transformação como um todo. Observados os ramos e

sub-ramos industriais apresentados por Delgado (1985), percebe-se o movimento de integração da agroindústria com as correntes do comércio internacional. Ramos como destilação de álcool e óleos vegetais e essências, assim como os ramos de papel e papelão, cresceram mais que o conjunto da indústria de transformação.

O crédito de investimentos, alicerçado na compra de máquinas e equipamentos para toda a agropecuária, teve na compra de veículos, tratores e implementos agrícolas os principais destinos dos recursos da agricultura, já na pecuária, tem destaque o uso de recursos para a compra de animais. Os volumes de recursos destinados para proteção do solo, irrigação e construção de açudes sempre foram residuais no período (DELGADO, 1985).

A perda de importância do crédito para investimento frente ao de custeio, notadamente, entre 1976 e 1980, ilustra uma mudança no direcionamento do processo de modernização da agricultura. Mudanças capitaneadas por máquinas e implementos agrícolas passaram a dar lugar à modernização via insumos, defensivos e fertilizantes.

O crédito de comercialização era composto pela Garantia de Preços Mínimos e por recursos para beneficiamento. Segundo Delgado (1985), a priorização para a agroindústria era tão patente que a participação dela nos financiamentos concedidos foi 64,8% nas safras de 1977/78, aumentando para 72,7%, em 1978/79, reduzindo-se para 69,2% na safra seguinte (1979/80), queda essa pouco representativa no período como um todo. As cooperativas de produtores rurais, por exemplo, não foram superiores a 23% no período.

O crédito rural foi um instrumento fundamental para a montagem e consolidação de uma agricultura moderna e capitalista, contudo ele não foi o único instrumento utilizado pelo governo para apoiar a grande lavoura. Nesse sentido, cabe destaque ao papel desempenhado pela assistência técnica e pelas pesquisas agronômicas bem como pelo sistema educacional voltado à formação de mão de obra qualificada para os interesses dos setores rurais dinâmicos¹⁷.

O modelo agrícola baseado na elevada produtividade foi incentivado pelo governo federal também durante a década de 1980. E foi no modelo de

¹⁷ Para uma análise apurada das iniciativas governamentais para pesquisa e assistência técnica de 1808 até a década de 1930, ver: SZMERCSENYI, Tamas. Pequena história da agricultura no Brasil, editora Contexto, 1998.

financiamento que o governo ratificou essa matriz agrícola, desconsiderando, portanto, o fato de ser a questão agrária brasileira marcada pela desigualdade de acesso à terra e, por consequência, a financiamentos.

É explícito hoje que a modernização conservadora não alterou o padrão de crescimento da agricultura brasileira, marcado pela expansão extensiva. O crédito rural subsidiado permitiu uma expansão desproporcional da produção agropecuária, além de infraestrutura de suporte e apoio, expansão esta que se adequou convenientemente aos interesses mais imediatos, tanto do governo quanto dos grandes produtores, e que, contudo, gerou um crescimento de fôlego curto que, a partir dos anos 1980, mostrou seus limites e explicitou seus impasses (SZMRECSÁMYI e RAMOS, 1997, p. 242). Em suma, o processo de modernização da agricultura impactou pesadamente o modo de produção rural, tanto em termos de incremento tecnológico quanto em quantidade de trabalhadores necessários (Tabela 1.2).

ANOS	URBANO		RURAL		TOTAL	
	AGR	N-AGR	AGR	N-AGR	AGR	N-AGR
1970	10,1	89,9	87,8	12,2	44,3	55,7
1980	7,6	92,4	79,7	20,3	29,3	70,7
1990	6,0	94,0	68,4	31,6	22,9	77,1

Fonte: IBGE (1970, 1980), PNAD (1990) apud Graziano da Silva (1996, p. 181).

A redução da participação do emprego agrícola pode ser observada pelos dados da tabela 1.2. Em 1970, quando a população urbana já tinha ultrapassado a população rural em números absolutos e em taxa de crescimento, a PEA agrícola era de 44,3% da PEA total; em 1980 já havia se reduzido para 29,3%, terminando a década perdida com 22,9%.

A utilização de máquinas pesadas, insumos específicos, adubação química e consequente aumento da produtividade são características dessa modernização agrícola mais conhecida como Revolução Verde (GRAZIANO DA SILVA, 1993). Revolução essa que foi de grande valia para a consolidação dos grandes complexos agroindustriais (CAI's)¹⁸, incapazes, diga-se, de

¹⁸ Em termos históricos pode-se dizer que os complexos agroindustriais são resultado de um processo que começou com a crise dos modelos rurais tradicionais e na estruturação de algo novo, mais moderno

amenizar a pobreza rural, agravando sobretudo as discrepâncias da estrutura agrária nacional (Tabela 1.3).

	1960	1970	1975
G*	0,842	0,844	0,855
(50-)	3,1%	2,9%	2,5%
(10+)	78,0%	77,7%	79,0%
(5+)	67,9%	67,0%	68,7%
(1+)	44,5%	43,1%	45,2%
Média	75 ha	60 ha	65 ha
Mediana	12 ha	9 ha	9 ha

Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 e 1975. Apud Graziano da Silva, 1980, p. 355-360. Alterado pelo autor. Nota: G* calculado estimando desigualdades intraestratos em metodologia proposta por Hoffmann (1979).

Observados os dados da tabela 1.3 conclui-se que a concentração na distribuição da posse da terra aumentou entre 1960 e 1975. Além disso, fica patente que a participação da área correspondente aos 50% de estabelecimentos agropecuários com área inferior à mediana (ou como é conhecido, os 50% menos) no Brasil só foi superior a 3% em 1960. Em paralelo, os estabelecimentos com áreas superiores a 10%, 5% e 1% aumentaram sua participação em todos os anos da série. A discrepância da posse da terra também pode ser observada comparando-se a média e a mediana. Enquanto, na média, em 1975, os estabelecimentos brasileiros tinham 65 hectares, a mediana estatística sendo apenas de 9 ha, indicava que até esta dimensão minúscula estavam inseridos 50% de todos os estabelecimentos rurais.

Em síntese, desde o surgimento e consolidação dos Complexos Agroindustriais, o processo de modernização foi altamente excludente de determinados grupos sociais e regiões econômicas (KAGEYAMA et al, 1990;

e dinâmico: o complexo cafeeiro paulista. A forma como o sistema, denominado por Cano (2007) como “complexo cafeeiro”, organizou-se política e economicamente propiciou tanto a garantia de melhor lucratividade quanto a sua própria superação, dirigindo-se para um modelo mais capitalista no campo, no qual o Departamento de Bens de Produção, mesmo que ainda não desse a tônica do desenvolvimento, ganhou expressiva importância.

¹⁹ Índice de Gini (G) é uma medida de grau de desigualdade. Seu valor varia entre 0 (ausência de desigualdade) e 1 (máxima desigualdade). Geralmente, ele é calculado sem levar em consideração a desigualdade dentro dos estratos; ou seja, considerando que em cada estrato o ponto médio representa fielmente todos os indivíduos aí contidos. Já o G* é calculado estimando as desigualdades intraestratos, considerando função de densidade linear e de Pareto com dois parâmetros no último estrato se este for aberto à direita (HOFFMANN, 1979).

DELGADO, 1985). As políticas públicas voltadas para um modelo produtivista que privilegiou a formação de cadeias complexas teve como consequência três características complementares entre si: a primeira foi a verticalização da produção agrícola, voltada à consolidação de complexos agroindustriais internacionalizados; a segunda foi a formação de nichos regionais de especialização produtiva; e a terceira foi o elevado grau de concentração tanto da terra quanto do capital.

1.3 – Questão agrária na Nova República e o avanço do neoliberalismo

A adoção indiscriminada das políticas neoliberais, notadamente a partir dos anos 1990, no bojo do processo de globalização, trouxe à realidade brasileira um duro golpe: o agravamento dos problemas estruturais nacionais, a exemplo da concentração de renda e da propriedade. Este quadro de agravamento se deu *pari passu* com a redução das possibilidades de ação estatal concreta e coordenada para a efetiva superação do atraso social e econômico nacional. Para tanto, faz-se necessário examinar o que representaram as décadas de 1980 e 1990 na capacidade de ação estatal e seus rebatimentos sociais expressos no agravamento da realidade agrária, aumento de ocupações e consequente aumento da violência no campo.

A retração econômica dos anos de 1980 e a adoção de políticas neoliberais dos anos 1990 não podem ser explicadas apenas no plano interno. Houve, nos anos de 1980, uma deterioração global da situação econômica da América Latina e, em especial, do Brasil. Conhecida como a década da “crise da dívida”, se olhada em retrospectiva percebe-se o forte movimento de transferências de recursos reais ao exterior para o pagamento da dívida externa. Apesar dos esforços do governo, durante a década de 1980, para manter o crescimento econômico, a situação econômica se deteriorou rapidamente.

O movimento global do capitalismo na década de 1980 promoveu um deslocamento da base produtiva para a financeira, subordinando a primeira

à segunda, eliminando, por seu turno, os condicionantes internacionais favoráveis ao crescimento brasileiro na década anterior²⁰.

Na tentativa de garantir o pagamento da dívida externa houve corte de gastos de investimento e manutenção de subsídios e incentivos às exportações a fim de gerar dólares e garantir megassuperávits que foram transferidos ao exterior. Isso, por sua vez, ratificou uma vez mais a concentração de terra e o agronegócio como agentes importantes para o crescimento (desigual) nacional e a nova fuga para frente, das elites nacionais.

Entretanto, todo esse processo não se deu de modo pacífico. A capitalização da agricultura, não ocorreu sem traumas – haja vista o elevado grau de excludência, concentracionismo e desigualdade, envolvidos no processo – trazendo consigo o ressurgimento da mobilização social, seguida de repressão e assassinatos (MENDONÇA, 2006).

Com a consolidação da redemocratização não havia mais possibilidades de maquiagem da realidade agrária nacional. Tornaram-se visíveis os novos movimentos sociais de luta pela terra e por reforma agrária, bem como recrudesceram-se e institucionalizaram-se os movimentos contrários à reformas no campo. Este é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil (MST) e da União Democrática Ruralista (UDR), respectivamente²¹. Segundo Oliveira (2001, p. 197):

A análise da realidade agrária brasileira do final do século XX mostra, de forma cabal, a presença dos conflitos de terra. Se por um lado a modernização conservadora ampliou suas áreas de ação, igual e contraditoriamente os movimentos sociais aumentaram a pressão social sobre o Estado na luta de terra.

Isso explica, em parte, o aumento do número de assassinatos no campo, pelo menos até 1987. A tabela 1.4 deixa claro que o período com o maior número de mortos (1984 a 1987) foi justamente o período de constituição de novos atores políticos e sociais, tais como o MST e a UDR, além de ser o período da redemocratização nacional.

²⁰ O Brasil foi bastante beneficiado por condicionantes externos, a exemplo da matriz tecnológica estabelecida pela Segunda Revolução Industrial, marcada por sua grande difusão e lentas incorporações de progresso técnico que, em sendo assim, permitiram a cópia e a reprodução, aumentando a concorrência horizontal e possibilitando a países periféricos se industrializarem e se inserirem de alguma maneira no mercado mundial (CARNEIRO, 2002).

²¹ Segundo o Relatório 2009, do Banco de Dados da Luta pela Terra, o Brasil contava com aproximadamente 101 movimentos socioterritoriais, dentre os quais o mais conhecido e atuante é o MST.

Tabela 1.4 – Número de assassinatos em conflitos agrários no Brasil (1980 – 2005)

Ano	Assassinatos	Ano	Assassinatos
1980	53	1993	45
1981	69	1994	29
1982	57	1995	34
1983	81	1996	49
1984	124	1997	30
1985	171	1998	47
1986	150	1999	32
1987	216	2000	25
1988	89	2001	34
1989	70	2002	43
1990	78	2003	44
1991	51	2004	39
1992	50	2005	38
Total de assassinatos do período (1980-2005)			1.748

Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT / Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Desde o início da Nova República houve um aumento expressivo das mobilizações sociais em torno de questões nacionais relevantes, dentre elas a reforma agrária. Contudo, a repressão sobre os movimentos sociais, especialmente sobre os movimentos camponeses, foi intensa. É neste contexto, sob a Nova República, no governo Sarney, em 1985, que nasceu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), coordenado por José Gomes da Silva e uma equipe notoriamente favorável à reforma agrária.

Um olhar mais detalhado sobre a principal iniciativa federal nos dá a dimensão limitada das ações estatais. O PNRA, levado a cabo durante o primeiro governo da Nova República (1985-1989), tinha como princípio básico, para a sua realização, a função social da propriedade. Contudo, revelava o caráter contraditório das políticas fundiárias nacionais, reforçando o direito à propriedade, garantindo a não desapropriação das empresas rurais, e que a reforma agrária não atingiria as terras que estivessem produzindo, além de que as desapropriações seriam pagas mediante indenizações. As metas eram ambiciosas: assentamento de 1,4 milhão de famílias em quatro anos (Tabela 1.5). O programa não foi acompanhado nem por vontade política nem por verbas públicas condizentes resultando em apenas 515 projetos com capacidade de assentamento de 83.625 famílias²².

²² Durante o governo Collor (1990-1992) os números foram ainda mais tímidos: foram criados 190 projetos com capacidade de assentamentos de apenas 42.484 famílias. Com a entrada de Itamar Franco (1992- 1994), houve a criação de mais 99 projetos com o assentamento de 12.062 famílias.

Tabela 1.5 – Metas nacionais do PNRA, Brasil, 1985/1989	
Anos	Metas de Famílias Assentadas
1985/86	150.000
1987	300.000
1988	450.000
1989	500.000
Total	1.400.000

Fonte: MIRAD. Apud Vasconcelos (2007, p. 60).

O PNRA tinha o intuito de beneficiar posseiros, parceiros, arrendatários, assalariados rurais e minifundiários. Entretanto, diante da intervenção direta da UDR, o plano aprovado pelo governo Sarney, alguns anos depois, era muito distinto ao que tinha sido proposto por Gomes da Silva.

Quando a Assembleia Nacional Constituinte, a partir de 1986, discutia a questão agrária nacional, o escopo da discussão apresentou duas frentes: a primeira consistia na correlação de forças na composição da equipe do PNRA e a segunda centrava-se na questão da desapropriação como meio de implantação da reforma agrária (LAUREANO, 2007, p. 160). O resultado final no texto constitucional foi contraditório. Se por um lado garantiu a inclusão da função social da propriedade, por outro dificultou a utilização dos instrumentos de desapropriação. Contradição esta que, em síntese, beneficiou o latifúndio improdutivo, prevendo indenizações em Títulos da Dívida Agrária (TDA), com cláusula de preservação do valor real independentemente do grau de produtividade da propriedade.

Não obstante a isso, segundo dados do DATALUTA²³, de 1988 a 2009 ocorreram 8.128 ocupações de terras no Brasil envolvendo 1.156.408 famílias²⁴ nos diversos estados brasileiros e se assentaram, neste mesmo período, 828.075 famílias em 7.738 assentamentos, conforme mostra a tabela 1.6.

²³ O DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de pesquisa e extensão criado no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente. Na bibliografia ver DATALUTA (2010).

²⁴ Na totalização, existe uma diferença de 90 famílias em ocupação, o que não compromete as considerações daí derivadas. Existem também diferenças na metodologia para o levantamento de tais dados entre o NERA e a CPT, o que também não inviabiliza as considerações feitas.

Tabela 1.6 – Número de ocupações e assentamentos e famílias envolvidas no Brasil (1985 – 2009)

Ano	Nº de ocupações	Nº de famílias em ocupações	Nº de assentamentos	Nº de famílias assentadas
1985	-	-	92	9.634
1986	-	-	181	27.242
1987	-	-	185	33.416
1988	71	10.491	207	37.720
1989	86	20.350	160	17.364
1990	50	7.314	30	6.503
1991	86	15.190	39	10.261
1992	91	16.438	98	11.355
1993	116	19.442	129	13.745
1994	161	22.516	176	20.575
1995	186	42.476	263	34.759
1996	451	75.115	588	63.172
1997	500	63.110	631	75.865
1998	792	106.481	769	71.723
1999	856	113.909	548	45.547
2000	519	81.640	322	24.933
2001	273	44.927	431	38.879
2002	269	40.146	372	38.964
2003	540	90.008	301	23.851
2004	662	111.447	458	35.167
2005	561	71.884	757	89.731
2006	545	57.868	572	64.682
2007	533	69.484	186	14.532
2008	389	38.827	118	7.496
2009	391	37.075	125	10.959
Total	8.128	1.156.408	7.738	828.075

Fonte: DATALUTA (2010).

A partir dos dados apresentados pode-se perceber a magnitude da luta pela reforma agrária no Brasil. É notório que, mesmo à luz de um Estatuto da Terra, com características progressistas e com o avanço da redemocratização, prevaleceu o viés da modernização agrícola subordinando a função social da terra e, por consequência, a justiça social.

Ademais, os números de desapropriações e a criação de assentamentos rurais são concomitantes com a estruturação de movimentos sociais de luta pela terra no país e as pressões oriundas destes movimentos. Não obstante, cresceu ao mesmo tempo a violência no campo contra trabalhadores rurais e camponeses em todas as regiões do Brasil.

A luta pela terra ganhou dimensões nacionais, tendo no nordeste uma maior expressividade, com 37% das ocupações que envolveram 35% das famílias no total nacional (Tabela 1.7). Um olhar sobre o comportamento da luta pela terra nas macrorregiões do IBGE deixa evidente que a luta pela terra,

manifestada pelo número de ocupações e famílias envolvidas, não é um fato isolado de uma determinada região.

Tabela 1.7 – Número de ocupações e de famílias por macrorregiões no Brasil (1988 – 2009)

Região	Nº de Ocupações	%	Nº de Famílias	%
Norte	768	9,45%	104.740	9,06%
Nordeste	3.053	37,56%	414.098	35,81%
Centro-oeste	1.112	13,68%	186.232	16,10%
Sudeste	2.133	26,24%	280.998	24,30%
Sul	1.062	13,07%	170.340	14,73%
Brasil	8.128	100,00%	1.156.408	100,00%

Fonte: DATALUTA (2010).

Chama a atenção os números da região sudeste, que representa 26,24% do total das ocupações, com 24,3% do número de famílias envolvidas (Tabela 1.8). No que tange aos estados das duas principais regiões, em número de ocupações e famílias envolvidas, cabe destaque para os estados de São Paulo (que representa 60% do total de ocupações de todo Sudeste, com 70% das famílias envolvidas) e Pernambuco (com 39% das ocupações e 38% das famílias da região Nordeste).

Tabela 1.8 – Número de ocupações e de famílias por estado e por macrorregiões selecionadas no Brasil (1988 – 2009)

Região/UF	Nº de Ocupações	%	Nº de famílias	%
Nordeste	3.053	37,56%	414.098	35,81%
AL	555	6,83%	64.716	5,60%
BA	552	6,79%	92.020	7,96%
CE	105	1,29%	11.149	0,96%
MA	110	1,35%	17.732	1,53%
PB	181	2,23%	18.969	1,64%
PE	1.200	14,76%	156.970	13,57%
PI	77	0,95%	9.696	0,84%
RN	129	1,59%	16.542	1,43%
SE	144	1,77%	26.304	2,27%
Sudeste	2.133	26,24%	280.998	24,30%
ES	95	1,17%	12.775	1,10%
MG	631	7,76%	61.254	5,30%
RJ	95	1,17%	13.453	1,16%
SP	1.312	16,14%	193.516	16,73%
BRASIL	8.128	100,00%	1.156.408	100,00%

Fonte: DATALUTA (2010).

A tabela 1.8 deixa patente o quanto o estado de São Paulo é o foco principal de processos de luta pela terra. Associando-se o aumento das ocupações com a evolução do Índice de Gini²⁵ conclui-se que, das 27 unidades da federação, o estado de São Paulo foi o 4^o em aumento da desigualdade da propriedade rural, com um incremento no índice de 6,06% em relação aos dois últimos censos agropecuários (Tabela 1.9). Não houve uma redução significativa da concentração fundiária entre 1985 e 2006 e a expropriação, a expulsão e o desemprego continuam configurando como elementos centrais da questão agrária paulista com rebatimentos sociais significativos²⁶.

²⁵ Índice de Gini calculado admitindo a perfeita igualdade dentro dos estratos.

²⁶ Devido a mudanças metodológicas a comparação entre os dois últimos censos deve ser cautelosa. Para maiores detalhes ver Teixeira, Gerson. O Censo Agropecuário 2006 – Brasil e Regiões. Assessoria do mandato do Deputado Federal Beto Faro (PT/PA). Texto de 10 de outubro de 2009. Teixeira faz competente análise das dificuldades comparativas entre os censos agropecuários de 1995/1996 e 2006.

Tabela 1.9 – Índice de Gini da distribuição da posse da terra, segundo as Unidades da Federação – 1985, 1995/96 e 2006: valor publicado pelo IBGE e valor estimado						
Brasil e Unidades da Federação	1985		1995		2006	
	(a)	(b)	(a)	(b)	(a)	(b)
Brasil	0,857	0,858	0,856	0,857	0,854	0,856
Rondônia	0,655	0,656	0,765	0,766	0,717	0,714
Acre	0,619	0,626	0,717	0,723	0,716	0,716
Amazonas	0,819	0,820	0,808	0,809	0,837	0,838
Roraima	0,751	0,753	0,813	0,815	0,664	0,666
Pará	0,827	0,828	0,814	0,815	0,822	0,821
Amapá	0,864	0,865	0,835	0,835	0,852	0,851
Tocantins	0,714	0,716	0,726	0,728	0,792	0,792
Maranhão	0,923	0,924	0,903	0,904	0,864	0,866
Piauí	0,896	0,897	0,873	0,874	0,855	0,856
Ceará	0,815	0,816	0,845	0,846	0,861	0,862
Rio Grande do Norte	0,853	0,854	0,852	0,853	0,824	0,824
Paraíba	0,842	0,843	0,834	0,835	0,822	0,821
Pernambuco	0,829	0,831	0,821	0,822	0,825	0,825
Alagoas	0,858	0,860	0,863	0,865	0,871	0,871
Sergipe	0,858	0,860	0,846	0,848	0,821	0,822
Bahia	0,840	0,841	0,834	0,835	0,840	0,839
Minas Gerais	0,770	0,772	0,772	0,773	0,795	0,795
Espírito Santo	0,671	0,673	0,689	0,692	0,734	0,733
Rio de Janeiro	0,815	0,816	0,790	0,791	0,798	0,798
São Paulo	0,770	0,772	0,758	0,760	0,804	0,803
Paraná	0,749	0,752	0,741	0,743	0,770	0,770
Santa Catarina	0,682	0,685	0,671	0,673	0,682	0,680
Rio Grande do Sul	0,763	0,764	0,762	0,763	0,773	0,772
Mato Grosso do Sul	0,860	0,861	0,822	0,823	0,856	0,857
Mato Grosso	0,909	0,910	0,870	0,871	0,856	0,865
Goiás	0,766	0,767	0,740	0,741	0,776	0,776
Distrito Federal	0,767	0,776	0,801	0,802	0,818	0,818

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários. Apud Hoffmann e Ney, 2010. Notas: (a) Valor publicado pelo IBGE e (b) Valor calculado estimando a desigualdade dentro de cada estrato supondo que a distribuição dentro do estrato tem função de densidade linear ou, no caso do último estrato, é a distribuição de Pareto.

Em que pese a diminuição da concentração da terra em alguns estados e municípios, a concentração na distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada nos últimos 20 anos. O índice de Gini, em 2006, foi de 0,854, indicando uma leve redução da desigualdade na concentração da terra, seguindo o caminho de estados como o Maranhão e comportamento inverso ao registrado para São Paulo (Tabela 1.9).

1.4 – Retrato da concentração fundiária, do uso e ocupação do solo no Brasil: análises e comparações a partir do Censo Agropecuário de 2006 e do Atlas da Questão Agrária Brasileira de 2008

Buscou-se demonstrar anteriormente, neste primeiro capítulo, como se deu o processo de industrialização da agricultura e como este processo foi moldando a questão agrária no país. A premissa básica é que o desenvolvimento do capitalismo no campo se deu sem rupturas para a grande propriedade e esta, por sua vez, continua sendo signo de poder no Brasil. Sendo assim, nesta seção se fará um sintético, mas útil, retrato do atual perfil da agropecuária brasileira. Metodologicamente, este tópico alicerça-se nos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, especialmente o de 2006 e do Atlas da Questão Agrária Brasileira, desenvolvido no NERA²⁷.

O ressurgimento das discussões sobre a estrutura agrária no Brasil não é responsabilidade apenas dos novos movimentos organizados no campo, notadamente o MST, muito menos um modismo acadêmico. É resultado de um processo idiossincrático, ao longo do tempo que, na medida em que dava respostas à questão agrícola, agravava a questão agrária.

Neste sentido, o Censo Agropecuário de 2006 deixou patente os fortes impactos da política neoliberal sobre a agropecuária nacional. Dentre os principais resultados a que o censo chegou pode-se listar a redução do pessoal ocupado, a redução de estabelecimentos agropecuários, a redução pouco significativa do Índice de Gini para o país como um todo e o avanço do agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento adotado pelo mercado e referendado pelo Estado.

O IBGE, na divulgação das notas técnicas do último censo (IBGE, 2009)²⁸, deixou claro que mudanças metodológicas foram introduzidas, dificultando comparações mais pormenorizadas com o censo de 1995/96. O período de coleta dos dados é uma delas, retornando para o ano civil ao invés do ano agrícola, como no censo anterior.

²⁷ O Atlas é parte integrante da tese de doutoramento de GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. 2008.

²⁸ A referência bibliográfica para o Censo Agropecuário de 2006 é IBGE (2009), ano de sua publicação.

Outra dificuldade adicional é a impossibilidade de comparação da evolução da mão de obra familiar e da assalariada nos dois últimos censos: em 1996, o IBGE contabilizou como empregados permanentes os parentes do produtor que recebiam salário e, no Censo de 2006, diferentemente, esses trabalhadores foram contabilizados como parentes, ou seja, mão de obra familiar. Em 1996, o Censo Agropecuário mostrou que os estabelecimentos que mais geraram ocupações no campo foram os pequenos (até 200 ha), responsáveis 87,3% do pessoal ocupado, enquanto nos médios e grandes estavam ocupados apenas 12,5% dos trabalhadores rurais (GIRARDI, 2008).

Contudo, com a introdução de equipamentos com maior grau tecnológico, aumentou-se a confiabilidade dos dados, o que, por sua vez, dá a oportunidade de um bom retrato da situação agropecuária nacional. Retrato este que, embora mostre modestas alterações no desenho agrário nacional, demonstram que, estruturalmente, a concentração fundiária no país continua inalterada.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, houve uma redução, no Brasil, da área total dos estabelecimentos agropecuários em 23,7 milhões de hectares, o que corresponde a 6,69% de área em hectares. Algumas das possíveis causas para essa redução possivelmente foram a criação de novas Unidades de Conservação Ambiental e a demarcação de terras indígenas (IBGE, 2009)²⁹. Ademais, soma-se a estas causas, outra de natureza distinta: a transformação de áreas rurais em áreas urbanas, com respectiva redução de atividades agropecuárias. Uma das constatações principais do censo foi a comprovação da elevada e persistente concentração fundiária no Brasil. Segundo os números, os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares ocupavam, na data do censo, aproximadamente 2,4% da área total, ao passo que os estabelecimentos maiores que 1000 hectares concentravam 44% do total (Tabela 1.10). No que tange ao número de estabelecimentos, 47% tinham menos que 10 hectares e os estabelecimentos maiores de 1000 hectares representavam 1% do total.

Tabela 1.10 - Área dos estabelecimentos rurais, segundo o estrato de área Brasil -

²⁹ “Entre 1997 e 2007 foram criadas 251 unidades de conservação e acrescidos 51,35 milhões de hectares de unidades em ambientes terrestres” (GIRARDI, 2008, p. 140)

1985/2006						
Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)					
	1985	%	1995	%	2006	%
Menos de 10 ha	9.986.637	3%	7.882.194	2%	7.798.607	2%
De 10 ha a menos de 100 ha	69.565.161	19%	52.693.585	15%	62.893.091	19%
De 100 ha a menos de 1000 ha	131.432.667	35%	123.541.517	36%	112.696.478	34%
1000 ha e mais	163.940.667	44%	159.493.949	46%	146.553.218	44%
Total	374.924.421	100%	343.611.246	100%	329.941.393	100%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985/2006.

No que tange ao uso e à ocupação do solo, observados os dados estruturais do Censo Agropecuário (Tabela 1.11), pode-se perceber que a área dos estabelecimentos rurais diminuiu em 23,7 milhões de hectares entre os dois últimos censos, o que corresponde a aproximadamente 6,7%. A área de pastagens naturais, dentre as formas de utilização das terras, foi a que apresentou a maior redução (cerca de 20,7 milhões de hectares).

Tabela 1.11 – Número de estabelecimentos, área total e forma de utilização das terras em hectares – Brasil - 1970/2006

Dados estruturais	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995-1996	2006
Estabelecimentos	4.924.019	4.993.252	5.159.851	5.801.809	4.859.865	5.175.489
Área total (ha)	294.145.466	323.896.082	364.854.421	374.924.929	353.611.246	329.941.393
Utilização das terras (ha)						
Lavouras permanentes ⁽¹⁾	7.984.068	8.385.395	10.472.135	9.903.487	7.541.626	11.612.227
Lavouras temporárias ⁽²⁾	25.999.728	31.615.963	38.632.128	42.244.221	34.252.829	48.234.391
Pastagens naturais	124.406.233	125.950.884	113.897.357	105.094.029	78.048.463	57.316.457
Pastagens plantadas ⁽³⁾	29.732.296	39.701.366	60.602.284	74.094.402	99.652.009	101.437.409
Matas naturais ⁽⁴⁾	56.222.957	67.857.631	83.151.990	83.016.973	88.897.582	93.982.304
Matas plantadas	1.658.225	2.864.298	5.015.713	5.966.626	5.396.016	4.497.324

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006. Notas: (1) Nas lavouras permanentes, somente foi pesquisada a área colhida dos produtos com mais de 50 pés em 31.12.2006. (2) Lavouras temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte. (3) Pastagens plantadas, degradadas por manejo inadequado ou por falta de conservação, e em boas condições, incluindo aquelas em processo de recuperação. (4) Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais.

É expressivo o montante, em hectares, das áreas destinadas a pastagens plantadas, entretanto, das áreas que mais aumentaram sua participação sobre o total, ela foi a que menos incremento apresentou. Todavia, vale ressaltar a melhoria da qualidade das pastagens plantadas no Brasil, que permitiu aumento do rebanho bovino *vis-à-vis* redução das pastagens naturais. No que se refere ao aumento da participação relativa sobre a utilização de

áreas, fica evidente o elevado crescimento das lavouras tanto permanentes (54,0%), quanto temporárias (40,8%).

Analisando os dados da tabela 1.12, percebe-se a importância da criação de bovinos sobre o número total do efetivo animal, desconsiderando aves. A taxa de participação da pecuária bovina, que era de 59% no primeiro ano da série apresentada, chega a 70% em 1985 e a 76% nos dois últimos censos analisados. Isto, por sua vez, gera impactos na (sub)utilização do solo no Brasil, dado o caráter extensivo da pecuária nacional.

Tabela 1.12 – Número do efetivo de animais no Brasil - 1970/2006

Dados estruturais	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995-1996	2006
Efetivo de animais						
Bovinos	78.562.250	101.673.753	118.085.872	128.041.757	153.058.275	171.613.337
Bubalinos	108.592	209.077	380.986	619.712	834.922	885.119
Caprinos	5.708.993	6.709.428	7.908.147	8.207.942	6.590.646	7.107.608
Ovinos	17.643.044	17.486.559	17.950.899	16.148.361	13.954.555	14.167.504
Suínos	31.523.640	35.151.668	32.628.723	30.481.278	27.811.244	31.189.339
Aves ⁽¹⁾	213.623	286.810	413.180	436.809	718.538	1.401.341

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970/2006. Notas: (1) Galinhas, galos, frangas e frangos por mil cabeças.

Em uma análise mais geral sobre o efetivo animal no Brasil, as participações de bubalinos, caprinos e ovinos são bastante inexpressivas em escala nacional, não desconsiderando sua importância em estados das regiões norte, nordeste e sul. Observados os números de suínos, mesmo com oscilações no decorrer do período, os valores absolutos apresentados em 1970 e 2006 são praticamente iguais, contudo, se em 1970, o efetivo suíno girava em torno de 24% do total, este número se reduziu para pouco menos de 14% em 2006. Já a produção de aves teve significativa expansão, tendo crescido 556% no período analisado, tendo, nos últimos 10 anos, quase dobrado sua participação, com um incremento de 95% no número de cabeças³⁰.

³⁰ "Na criação de aves e suínos para a cadeia do agronegócio, predomina o sistema de integração dos agricultores familiares às grandes empresas produtoras de carnes. Corrente no Sul, esta atividade tem se deslocado cada vez mais para o Centro-Oeste, acompanhando a expansão da produção de grãos, base da alimentação dos rebanhos. O estado de Goiás se destaca por conjugar a produção de grãos e maior proximidade com os centros consumidores e portos do Sudeste (GIRARDI, 2008 p. 268).

A produção animal também sofreu oscilações significativas no período. Enquanto a produção de lã se reduziu, chegando, em 2006, com 70% menos toneladas que em 1970, a produção de ovos, leite de vaca e de cabra se expandiram consideravelmente. No que tange à produção de ovos, o incremento total foi da ordem de 409%, tendo crescido 70% só nos últimos 10 anos. Já quanto à atividade bovina leiteira, a taxa de crescimento da produção, em mil litros, é muito desigual durante os censos feitos, entretanto, o volume produzido apresenta crescimento para todos os anos e, ainda, um incremento total de aproximadamente 220% desde 1970. Ovos e leite de vaca são produzidos principalmente nos pequenos estabelecimentos, uma vez que concentram 37,7% do rebanho e 71% da produção de leite. Essa proporção diminuiu nos médios estabelecimentos, o que indica a especialização dos grandes na produção de gado de corte (GIRARDI, 2008).

A redução do pessoal ocupado na agropecuária é expressiva: nos últimos 10 anos mais de 1,3 milhão de pessoas abandonaram as atividades rurais. Analisando-se os últimos 20 anos, tem-se um número mais expressivo ainda: 6,8 milhões de trabalhadores ou uma redução de quase 30% do pessoal ocupado (Tabela 1.13)³¹.

Tabela 1.13 - Brasil - Pessoal ocupado e nº de tratores na agropecuária, segundo os Censos de 1960 a 2006

Dados estruturais	Censos						
	1960	1970	1975	1980	1985	1995-1996	2006
Pessoal ocupado	15.633.985	17.582.089	20.345.692	21.163.735	23.394.919	17.930.890	16.567.544
Tratores	61.535	165.870	323.113	545.205	665.280	803.742	820.673
PO/TR	254,07	106,00	62,97	38,82	35,17	22,31	20,19

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1960/2006.

No que tange ao número de tratores, por ser um indicador básico de tecnologia no campo, é possível conjecturar sobre a intensidade de outros tipos de tecnologia e serviços no campo brasileiro, que provavelmente é ainda menos comum, desmitificando, portanto, os alcances da aludida *revolução verde*. Valendo-se de comparações internacionais, Girardi (2008) demonstra o relativo baixo grau de mecanização da agropecuária brasileira: em 2006 apenas 9,9% dos estabelecimentos agropecuários possuíam trator. Para os

³¹ Números mais completos para esta argumentação estão em Ramos, P. (2005). Ver também Anexo I.

EUA, em 2002, esta porcentagem era de 89,3%, sendo que 33,1% dos estabelecimentos possuíam dois ou três tratores. Na França, em 2000, os estabelecimentos agropecuários com tratores representavam 84% do total. Os Mapas 1 e 2, extraídos de Girardi (2008)³², ilustram o uso e ocupação do solo agrícola brasileiro, identificando o que o autor denominou de *estruturas elementares* da questão agrária brasileira. A relevância das considerações feitas no *Atlas* imprime a necessidade da longa citação. Segundo Girardi (2008) as sete principais estruturas elementares da questão agrária brasileira são:

- 1) **Três Campesinatos** – Apresenta importância demográfica e ocupacional significativa em três regiões brasileiras: Sul, Nordeste e Norte. No Sul conta com uma agropecuária diversificada e dinâmica com maior produtividade e produção; no Nordeste é marcado pela baixa produtividade e meios de produção precários e concentra hoje grande parte das ocupações de terra realizadas no país. Já no Norte, foi formado pelas investidas para a ocupação da Amazônia, tem presença marcante dos camponeses nordestinos, que migraram para a região em busca de melhores condições de produção e vida. As atividades extrativistas e a pequena produção agropecuária para abastecimento regional são características marcantes;
- 2) **A fronteira agropecuária** – A região dos cerrados e a Amazônia se tornaram, a partir do final da década de 1960 e início da década de 1970, a nova fronteira agropecuária brasileira. A ocupação da região é marcada por crimes contra o homem e contra a natureza, explicitados na violência contra trabalhadores rurais e camponeses, devastação ambiental, crimes na apropriação privada da terra (grilagem) e beneficiamento do grande capital na aquisição de terras públicas. Na frente pioneira, localizada nas margens da floresta amazônica, o crescimento demográfico, desflorestamento e crescimento da pecuária bovina são característicos;
- 3) **O processo migratório** – Este processo migratório se dá tanto para áreas de fronteiras quanto dentro da própria fronteira. Existem duas frentes principais: uma é proveniente do Sudeste e majoritariamente do Sul, estabelecendo-se em Rondônia, Mato Grosso e oeste da Bahia, sendo pouco intensa na atualidade. A segunda é proveniente do Nordeste, rumo aos seringais na Amazônia e para colonizar a porção oriental da região, que compreende parte do estado do Maranhão. É possível verificar também um fluxo migratório interno à fronteira, que parte de Mato Grosso em direção a Rondônia e ao Pará;
- 4) **A principal região agropecuária** – Compreendendo a região Sul, o estado de São Paulo, a metade sudoeste de Minas Gerais e o Sul de Goiás, esta região é responsável por grande parte da produção agropecuária brasileira, tanto em quantidade quanto em diversidade; para o mercado interno e para exportação. Nesta região também se verifica a maior difusão da mecanização e das práticas modernas em relação ao restante do Brasil, entretanto é inegável a existência de terras ociosas ou com prática pecuária muito extensiva, além da maior concentração da terra. Ocorre, em áreas subutilizadas, o avanço das lavouras de cana-de-açúcar;

³² As sete estruturas foram transcritas de Girardi (2008, p. 310-315). Os mapas também foram extraídos do Atlas da Questão Agrária Brasileira, elaborado por Girardi (2008) e se encontram nos anexos da tese, respectivamente Anexo II e Anexo III, com as devidas referências bibliográficas.

- 5) **O agronegócio** – Característico no Centro-Oeste e outras regiões de cerrado brasileiro, tem sua determinação dada pela demanda internacional. Os estados do Centro-Oeste, em especial Mato Grosso, o oeste da Bahia e, mais recentemente, o sul do Maranhão e do Piauí (os dois estados com as piores condições de vida do país), formam parte significativa dos territórios do agronegócio no Brasil. O avanço territorial do agronegócio é dado pela atuação conjunta com o latifúndio, associado à pecuária bovina extremamente extensiva;
- 6) **As ocupações de terra e os assentamentos rurais** – A luta pela terra ocorre nas regiões de ocupação consolidada, principalmente Sul, Sudeste e em regiões do Nordeste, onde o desenvolvimento da agricultura camponesa de forma autônoma seria mais bem sucedido, pois são áreas com maior mercado consumidor potencial e com melhor infraestrutura e acesso a serviços básicos. A utilização, por parte dos governos passados, de áreas de fronteira agropecuária para a criação de assentamentos rurais, permitiu manter concentrada a estrutura fundiária das regiões de ocupação consolidada, cujas potencialidades para o desenvolvimento da agricultura camponesa são maiores;
- 7) **A violência** – Expressa tanto pela violência física ou direta (assassinatos, ameaças de morte, tentativas de assassinato e agressões físicas) quanto pela violência não física a exemplo das expulsões por parte de grileiros e fazendeiros ou os despejos executados pelo Estado. Embora possa ser verificada por todo o Brasil, a fronteira agropecuária, em especial o sudeste do Pará e o leste do Maranhão, concentram a maior parte dessas violências.

A forma como se deu o desenvolvimento capitalista no campo acabou por subordinar a agricultura brasileira à lógica do capital, com sua tendência à concentração da propriedade da terra e dos meios de produção, tais como máquinas, equipamentos, insumos, entre outros. Entretanto, para uma compreensão mais efetiva e de caráter mais estrutural da argumentação desenvolvida neste primeiro capítulo é necessário adentrar na seara da economia política, especialmente a partir das reflexões apresentadas por Tavares (2000) e Cano (2010). Ambas as reflexões convergem para entendimento do histórico papel do capital mercantil na questão regional e o arcaico pacto de dominação interno enquanto questões centrais e estruturais para a permanência da desigualdade e do subdesenvolvimento no Brasil.

A primeira característica a ser citada é a apropriação privada e concentrada da terra como uma das formas concretas de acumulação patrimonial da riqueza capitalista. Esta especificidade marcante, presente pelo menos desde 1850, tornou-se perene na dinâmica capitalista nacional a partir do periódico fechamento e posterior reabertura da “fronteira econômico-territorial”, mediante a exploração predatória dos recursos naturais, a expulsão e a incorporação de populações locais e imigradas submetidas à constante

exploração (TAVARES, 2000, p. 137). Isto acaba por ratificar o caráter paradoxal da modernização rural iniciada em 1960. Em outras palavras, o progresso trazido pela expansão das atividades rurais exportadoras é acompanhado pela geração de miséria, reproduzindo bolsões de pobreza rural e urbana, maior concentração fundiária e novos espaços para serem explorados pelo arcaico capital mercantil (CANO, 2010).

Uma segunda característica marcante está presente nas relações patrimonialistas entre as oligarquias regionais e o poder central na distribuição e apropriação dos fundos públicos (TAVARES, 2000). Embora exista uma gama infindável de articulações políticas locais/regionais na defesa de interesses relacionados à perpetuação da relação de dominação, o melhor exemplo que pode ser dado é a Bancada Ruralista. Ela é uma agremiação tanto antiga quanto conservadora no Congresso Nacional e não conta com status jurídico definido.

Em sua roupagem mais recente, datada de fevereiro de 2008, se converteu em uma Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), tendo como objetivo “estimular a ampliação de políticas públicas para o desenvolvimento do agronegócio nacional”, sendo que, para 2011, contava com 202 deputados federais e 13 senadores ou, respectivamente, 39% e 16% do total dos membros da casa³³. Apenas como ilustração, em seu Relatório de Atividades 2009/2010, a FPA se arrogava de ter contribuído para a revisão de demarcações de terras quilombolas, sustação de demarcação de terras indígenas, mobilização contra revisão de índices de produtividade, entre outras ações de igual teor político.

A terceira característica estrutural está presente nas relações de dominação e cumplicidade entre os agentes do dinheiro mundial e as burocracias do dinheiro nacional que, dialeticamente, alimentam os conflitos do governo central com as elites regionais pelos “escassos fundos públicos”. Este processo, ao mesmo tempo em que enfraquece várias frações da burguesia nacional, em detrimento dos capitais estrangeiros, faz recrudescer a burguesia agrária, aumentando o poder dos donos da terra pelo seu viés extraeconômico,

³³ Segundo informações colhidas no site oficial da FPA, em setembro de 2011. Para maiores detalhes ver: <http://www.fpagropecuaria.com.br>.

o que, por seu turno, tem como consequência direta e constante a piora das condições de vida do povo (TAVARES, 2000).

Um importante elemento sobre o caráter desta transformação é apresentado por Cano (2010), para o qual o modelo de dominância ao qual o agronegócio se sobrepõe, a saber, o capital mercantil, vem diminuindo seu poder, mas raramente o tem eliminado por completo, fazendo-o assumir outras formas, tais como a industrial, a imobiliária urbana, a bancária, financeira sem, contudo, diminuir sua ambiguidade. De acordo com Cano (2010, p. 5):

Além dessa forma moderna e mais progressista, manterá muitos dos traços anteriores que lhe garantem sua participação no poder (local, regional ou nacional). Ou ainda, e visto de forma distinta, manterá estruturas ambíguas de ativos, onde a propriedade fundiária se destaca.

Para Tavares (2000, p. 136), existem fundadas razões para atribuir importância fundamental às dimensões econômicas e políticas da ocupação e do domínio privado e político do território. Entre as dimensões econômicas mais importantes para o processo de acumulação de capital, a expansão da fronteira pelos negócios de produção e exportação do *agrobusiness* e da exploração de recursos naturais mantém-se ao longo de toda a história econômica brasileira.

Isto fica claro na medida em que a difusão do progresso tecnológico e a consequente inserção comercial dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, estão sujeitas a esquemas mutáveis de concorrência e de estratégias de grandes empresas internacionais (TAVARES, 2000). Cabe como ilustração o fato de dentre as 20 maiores empresas do agronegócio, em 2008, presentes no Brasil, 12 serem transnacionais e representarem 63% de toda a receita líquida do setor (VALOR ECONÔMICO, 2009)³⁴.

Levando em consideração os efeitos da estabilização monetária no Brasil, a partir da segunda metade dos anos 1990, e seus impactos sobre a utilização da terra como reserva de valor, o agronegócio, por um lado moderniza as relações e o modo de produção de parcela significativa das terras; e, por outro lado, ele recrudescer as relações de dominação interna e

³⁴ Segundo a Revista Valor 1000, publicada em agosto de 2009, pelo Jornal Valor Econômico. A tabela completa se encontra no Anexo IV.

internacional. Sendo assim, passa a configurar uma aliança entre o latifúndio nacional, comandado por uma burguesia agrária, com o capital mercantil e financeiro internacional das *tradings*, dos operadores de bolsas e mercadorias, dos especuladores em commodities. É esta aliança que sustenta o modelo primário-exportador que predomina no Brasil, um modelo econômico que gira em torno da produção para a exportação.

Por fim, por serem estruturais, tais características ajudaram a sedimentar e agravar, ao longo das décadas, a exclusão social e econômica no país sem rupturas no pacto de dominação interna. O avanço do agronegócio sobre antigas áreas gerenciadas pela ótica patriarcal-patrimonialista foi e é ambígua, pois *“atendidos os interesses desse capital moderno, o possível antagonismo entre o antigo e este é contido, e, assim, abre-se novo campo conciliatório entre eles”* (CANO, 2010, p. 11). O que, por sua vez, seculariza e ratifica a terra muito mais que um fator de produção e sua posse um signo de poder extraeconômico que sobrevive, amiúde, a ciclos de crise e expansão econômica.

Considerações finais do capítulo

No decorrer deste capítulo demonstrou-se que existe um descompasso estrutural no campo brasileiro. O objetivo foi o de tecer considerações que ajudassem a compreender que existem fortes ligações entre a questão agrária nacional e o desenvolvimento das forças capitalistas modernas na agricultura brasileira. Na construção dos argumentos aqui apresentados, usou-se o método histórico-estrutural, com o objetivo de chegar à conclusão de que, mesmo com a implantação das modernas forças capitalistas na agricultura nacional, os problemas socioeconômicos de grande parte da população rural não se arrefeceram.

Este processo foi caracterizado por três elementos fundamentais: a desigualdade, a exclusão e a convivência simultânea com outras formas de produção. No que tange à desigualdade, esta se mostrou e se mostra tanto social quanto territorial, haja vista a concentração e desproporcionalidade do desenvolvimento das regiões sul e sudeste vis-à-vis as regiões norte e nordeste do Brasil. Soma-se a isso o fato da marginalização de uma imensa

massa de despossuídos do meio rural, inexoravelmente migrantes para cidades médias ou de grande porte ou ainda para regiões de fronteira agrícola, constantemente em movimento. E, em que pese à forte integração da agricultura com a indústria, o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira ainda foi marcado pela convivência (não necessariamente pacífica) e a reprodução de relações sociais arcaicas ao lado de relações mais avançadas, tais como parcerias e moradores de condição convivendo ao lado do assalariamento rural e atividades não agrícolas no campo.

O tratamento estanque das questões sociais e econômicas presentes no campo gerou uma modernização agrícola de cunho eminentemente produtivista e concentrador, fortemente apoiado em políticas públicas, seja em um Estado autoritário, seja em um neoliberal. Sendo assim, ficou claro que o desenvolvimento da agropecuária, no Brasil, valendo-se de apoio público-institucional agigantou a pobreza rural ao passo que, na esfera pública, a inexistência de políticas sociais transformou modernização em expulsão e expropriação em favor dos grandes capitais no campo.

Evidentemente, são patentes as significativas inovações no modo de produção do setor agrícola no Brasil. Contudo, longe de arrefecer as desigualdades socioeconômicas presentes no campo, tais inovações acabaram por aprofundar o já elevado grau de concentração tanto da terra quanto do capital. Este quadro de agravamento se deu *pari passu* com a redução das possibilidades de ação estatal concreta e coordenada para a efetiva superação do atraso social e econômico nacional.

Em síntese, enquanto características mais gerais de um longo processo de industrialização da agricultura, pode-se dizer que a questão agrária no Brasil está marcada por: a) permanência do êxodo rural e redução do número absoluto de trabalhadores no campo; b) crescente aumento na produtividade do trabalho no meio rural, dadas as constantes inovações tecnológicas tanto em máquinas quanto em insumos e c) aumento da integração e subordinação da agricultura familiar ao agronegócio com consequente aumento da seletividade e especialização destes produtores.

Assim, fica patente que as análises e elaborações de políticas públicas que tenham como foco o campo ou o desenvolvimento rural-regional devem incorporar a noção de espaço de disputa. Isto é percebido na

convivência (não pacífica) de um processo de centralização do capital no campo, expresso no latifúndio monocultor de alta capacidade tecnológica e a existência (e resistência) de movimentos sociais organizados em diversas escalas de ação, facilmente identificados em diversas ocupações em todas as unidades da federação.

Mesmo no estado de São Paulo, onde se concentra o maior parque industrial da América Latina e também a agricultura mais diversificada e moderna do país, as questões estruturais aqui levantadas não foram enfrentadas. Mesmo existindo o senso comum de que a questão agrária estaria resolvida no estado de São Paulo, uma análise pormenorizada dos dados dos Censos Agropecuários, aliados a estudos sobre violência no campo, elaborados por diversas organizações, tais como a CPT, e núcleos de pesquisas como o NERA/UNESP, demonstram outra realidade. Neste estado, historicamente, as cidades foram se moldando a partir das atividades agrícolas até o momento em que as relações de causalidade se alteraram do padrão campo-cidade para o padrão cidade-campo, numa clara preponderância da indústria sobre as relações mercantis estabelecidas anteriormente, gerando um contingente expressivo de marginalizados tanto no espaço rural quanto no urbano.

A partir das diversas implicações sugeridas até aqui, o próximo capítulo tem como objetivo explicitar a grande heterogeneidade estrutural no campo paulista, marcado pela presença de culturas altamente capitalistas em diversos tamanhos, áreas de latifúndios improdutivos, áreas devolutas, além de assentamentos rurais oriundos de expressiva luta pela terra.

CAPÍTULO II

CONCENTRAÇÃO FUNDIÁRIA, AGROPECUÁRIA E A FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Muitos foram os estudos que tiveram o espaço socioeconômico paulista como foco de suas análises. Podemos dar destaque especial aos trabalhos *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo* e *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*, o primeiro de autoria do Professor Wilson Cano e o segundo sob sua coordenação e organização. Estes estudos contribuíram para o entendimento das especificidades regionais de São Paulo, deixando claro que o estado contou com avançadas relações capitalistas de produção, amplo mercado interno e, desde muito cedo, uma avançada agricultura mercantil. Estes foram os elementos fundamentais para sua expansão diversificada e ao mesmo tempo concentradora (CANO, 2007, p. 23). As contribuições de Cano (2007) esclarecem que, ao contrário das demais regiões brasileiras, no Estado de São Paulo, nem mesmo a crise do café (principal *commodity*) implicou em atrasos no desenvolvimento capitalista mais amplo.

A diversificação da agricultura paulista se deveu em grande parte à expansão da área agricultável para o oeste, com os donos de terras “velhas” passando a vender ou arrendar suas propriedades, em busca de solos mais férteis, propiciando, assim, um fracionamento das antigas áreas e diversificação das culturas plantadas nas antigas áreas destinadas ao plantio do café. Contudo, como apontado por Cano (2007, p. 76), essa diversificação não ocorreu apenas em função das crises cafeeiras, mas também nas fases de expansão do café, dada a maior expansão da agricultura praticada fora da propriedade cafeeira.

Houve, ao mesmo tempo, expansão urbana, demográfica e imigratória, tendo a agricultura cumprido sua “função clássica” de gerar excedentes de alimentos e matérias-primas que, segundo Cano (2007), já eram reclamados pela expansão urbana em São Paulo. Este processo solidificou um

verdadeiro mosaico produtivo que varia desde propriedades altamente capitalizadas, dominadas por grandes empresas, até estruturas totalmente dependentes da mão de obra familiar, não obstante a elevada concentração fundiária.

A forma como o sistema, denominado por Cano como “complexo cafeeiro”, organizou-se política e economicamente³⁵ propiciou tanto a garantia de alta lucratividade quanto a sua própria superação, dirigindo-se para um modelo mais capitalista no campo, no qual o Departamento de Bens de Produção (D1), mesmo que ainda não desse a tônica do desenvolvimento, ganhou expressiva importância.

Feito este sintético, mas necessário resgate, este capítulo tem como objetivo analisar os condicionantes estruturais da questão agrária no estado de São Paulo. Para cumprir o objetivo proposto, a pesquisa caminha no sentido de demonstrar o processo de concentração fundiária estadual além de analisar a evolução e a dinâmica agropecuária em São Paulo, recuperando, por fim, o histórico processo de formação de assentamentos rurais no estado. Metodologicamente, recorre-se a banco de dados secundários, principalmente aos dados dos Censos Agropecuários do IBGE, INCRA e ITESP, tendo como ponto de partida a década de 1960, marco inicial do processo de modernização conservadora que afetou o país como um todo e o estado de São Paulo em particular.

O capítulo está estruturado em quatro tópicos básicos, além desta introdução e as considerações finais. No tópico 1, a preocupação recai no caráter concentrador da posse da terra no estado de São Paulo. No tópico 2, apresenta-se uma síntese da dinâmica urbano-industrial em São Paulo, de modo a deixar claro que os processos de industrialização e urbanização influenciaram e foram influenciados pela elevada concentração da propriedade fundiária e pela falta de oportunidades aos pobres rurais e urbanos. No tópico 3, a ideia é demonstrar como a evolução e a dinâmica da agropecuária no estado propiciaram a consolidação de cadeias agroindustriais modernas *vis-à-vis* a manutenção da agricultura familiar. O tópico 4 tem como foco a

³⁵ Economicamente, pois, conforme Cano (2007), o complexo cafeeiro conseguiu superar os seus principais entraves materiais à sua expansão, a saber, mão de obra e transporte, quanto à faceta política, as ligações dos “Barões do Café” com o estado são conhecidas e cito, apenas como exemplo, as políticas de valorização do café no primeiro quarto do século XX.

recuperação histórica da formação dos primeiros assentamentos rurais em São Paulo, fato que ocorreu pioneiramente no estado por iniciativa do programa “Revisão Agrária”, levado a cabo durante o Governo Carvalho Pinto (1958-1962), em meio a intensos debates sobre a questão agrária nacional, como os apontados no Capítulo I.

O argumento central aqui desenvolvido é que, em meio a um processo dinâmico de modernização e simbiose da agricultura paulista com o capital financeiro, ligado ao agronegócio, houve, ao mesmo tempo, concentração fundiária, forte movimento migratório rumo aos centros urbanos, aumento da pobreza rural e urbana e fortalecimento da luta pela terra, preconizado pelos movimentos sociais organizados.

2.1 – Concentração fundiária em São Paulo

Como demonstrado no capítulo anterior, o avanço da concentração fundiária não foi obstáculo para a expansão do capitalismo no Brasil. A estrutura agrária continuou concentrada e alterações internas nas relações de produção permitiram que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização. Houve significativa expansão da fronteira agrícola no país e uma acelerada urbanização. A expansão da fronteira agrícola permitiu expandir a produção agrícola sem a necessidade de alterações na estrutura agrária e a urbanização acelerada ampliou o mercado interno para o capital (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

São Paulo, com sua forte indústria e diversificação de sua agricultura, tornou-se um caso emblemático para se demonstrar que o avanço do capitalismo na agricultura se deu de modo concentrador e gerador de idiosincrasias merecedoras de análises. Observado o Índice de Gini corrigido da concentração da posse da terra, entre os anos de 1960, 1970 e 1975, fase aguda do processo de modernização da agricultura, poder-se-ia concluir que a concentração menor registrada em São Paulo teria favorecido, de forma indireta, neste estado, a expansão industrial mais diversificada (Tabela 2.1).

Tabela 2.1 – Índice de Gini* da distribuição da posse da terra e porcentagens de áreas de estabelecimentos agropecuários em São Paulo – 1960, 1970 e 1975.

	1960	1970	1975
G*	0,795	0,779	0,775
(50-)	4,7	5,2	5,1
(10+)	72,0	69,7	68,8
(5+)	59,9	57,2	55,9
(1+)	33,8	31,5	30,2
Média	61	63	74
Mediana	12	14	17

Fonte: IBGE (1960 1970 e 1975). Apud Graziano da Silva 1980, p. 355-360. * Calculado estimando desigualdades intraestratos em metodologia proposta por Hoffmann (1979).

Todavia, tal fato não é verídico, uma vez que os percentuais correspondentes aos 50% de estabelecimentos agropecuários com áreas inferiores à mediana, que em São Paulo, entre 1960 e 1975, giraram em torno de 5% do total da área agrícola demonstram, ainda, o elevado grau de concentração da propriedade no estado. Ademais, em 1970, 55% das famílias do estado, cujos chefes tinham na agricultura a sua ocupação principal, não tinham acesso à terra como dirigente do processo produtivo, ou seja, como produtor direto³⁶. A maioria das famílias ocupadas não ter acesso direto à terra indica que a organização da produção em boa parte dos estabelecimentos agropecuários paulistas se assentou no trabalho assalariado (GRAZIANO DA SILVA, 1980).

O Índice de Gini da distribuição da posse da terra no estado de São Paulo pode sugerir uma ligeira diminuição da desigualdade no censo de 1995/96. Mas a mudança do período de coleta dos dados do ano civil para o ano agrícola gerou uma não captação de estabelecimentos precários neste censo. Ademais, conforme aponta a tabela 2.2, para o ano de 2006, a desigualdade da posse da terra, medida pelo Índice de Gini, registrou o maior valor dentro do período analisado, maior inclusive que o 0,795 registrado para 1960 (HOFFMANN, 2007).

³⁶ Para o Brasil, no mesmo período, 67% das famílias tinham acesso direto à terra.

Tabela 2.2 – Índice de Gini (G*) da distribuição da posse da terra conforme a condição do produtor. São Paulo – 1970 a 2006.

Condição do produtor	Ano					
	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Proprietário	0,757	0,755	0,751	0,752	0,749	0,798
Arrendatário	0,701	0,754	0,741	0,744	0,752	0,810
Parceiro	0,484	0,512	0,591	0,703	0,841	0,933
Ocupante	0,741	0,752	0,786	0,799	0,764	0,585
Total	0,779	0,775	0,774	0,772	0,760	0,803

Fonte: Censos Agropecuários. Apud Hoffmann e Ney, 2010.

A elevada concentração fundiária causada pela rápida modernização da agricultura paulista, não se deu sem traumas. Observada a absorção de mão de obra, fica patente que o desenvolvimento do capitalismo no campo, com os significativos aumentos da produtividade do trabalho e aumento vertiginoso da maquinização da produção ocorreu à revelia do aumento de oportunidades de trabalho na agropecuária.

Houve, em São Paulo, além de uma redução relativa, também uma queda absoluta do número de famílias ocupadas em atividades agrícolas. Enquanto, em 1960, São Paulo tinha cerca de 1,7 milhões de pessoas ocupadas na agricultura, em 2006, esse número tinha se reduzido para 910 mil. Os dados da tabela 2.3 demonstram a contínua redução de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias *pari passu* ao número de tratores no estado e a redução significativa da relação de pessoal ocupado sobre o número de tratores (PO/TR) que declina de 63,56 trabalhadores por trator, em 1960, para uma relação de 6,27, em 2006.

Tabela 2.3 – São Paulo - Pessoal ocupado e número de tratores na agropecuária nos Censos de 1960 a 2006

Dados estruturais	Censos						
	1960	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Pessoal ocupado	1.727.310	1.420.040	1.364.942	1.376.463	1.357.113	914.954	910.805
Tratores	27.176	67.213	101.359	138.739	159.625	170.573	145.345
PO/TR	63,56	21,13	13,47	9,92	8,50	5,36	6,27

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1960/2006.

Dos 910.805 trabalhadores ocupados nos estabelecimentos agrícolas em São Paulo, em 2006, 38% se encontravam em lavouras temporárias, 31% em atividades de pecuária, 21% em lavouras permanentes e 9% em horticultura e floricultura. As demais atividades empregaram em percentuais abaixo de 1% (IBGE, 2009). Observados os grupos de áreas, pode-se reforçar o argumento da agricultura familiar enquanto geradora de trabalho e renda. Nos estratos inferiores a 20 hectares, concentram-se 57% do total de estabelecimentos, responsáveis por 35% de todo o pessoal ocupado na agropecuária, em 6% da área total (Tabela 2.4). Valendo-nos de instrumentos estatísticos simples como o cálculo de frequências relativas e acumuladas para estabelecimentos e área ocupada, deduz-se que 57% de todos os estabelecimentos rurais no estado estão abaixo dos 20 hectares, ocupando apenas 6% da área total. Em sentido contrário, os estabelecimentos agropecuários acima de 1000 hectares representam apenas 1% do total, mas ocupam 36% de toda a área recenseada em 2006 pelo IBGE.

Tabela 2.4 – Total de estabelecimentos, área total e pessoal ocupado por estratos de área em hectares no estado de São Paulo – 2006.

Variáveis selecionadas	Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Pessoal Ocupado	Total de estabelecimentos (FR)	Área total (FR)	Pessoal ocupado (FR)	Total de estabelecimentos (FA)	Área total (FA)	Pessoal Ocupado (FA)
Grupos de área total (ha)									
Maior de 0 a menos de 5	52.737	131.094	115.357	23%	1%	13%	23%	1%	13%
De 5 a menos de 10	31.561	242.773	81.279	14%	1%	9%	37%	2%	22%
De 10 a menos de 20	46.547	689.651	126.674	20%	4%	14%	57%	6%	35%
De 20 a menos de 50	46.332	1.473.605	146.839	20%	9%	16%	78%	15%	52%
De 50 a menos de 100	20.688	1.467.925	80.698	9%	9%	9%	87%	24%	60%
De 100 a menos de 200	13.124	1.847.569	72.430	6%	11%	8%	93%	35%	68%
De 200 a menos de 500	9.568	2.958.092	84.586	4%	18%	9%	97%	53%	78%
De 500 a menos de 1000	2.821	1.958.049	37.982	1%	12%	4%	98%	64%	82%
De 1000 a menos de 2500	1.445	2.196.049	48.165	1%	13%	5%	99%	78%	87%
De 2 500 e mais	599	3.736.662	112.589	0%	22%	12%	99%	100%	100%
Produtor sem área	2.172	-	4.206	1%		0%	100%	100%	100%
Total	227.594	16.701.471	910.805	100%	100%	100%			-

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006. Frequências calculadas pelo autor. FR – frequência relativa; FA – frequência acumulada.

A bem da verdade, o que existe é um processo contínuo na intensificação da concentração fundiária. Observados os dados dos censos anteriores, em 1985, os estabelecimentos de até 50 hectares totalizavam 214.163. Já em 1995/1996 esse número caiu para 158.913, uma redução, em dez anos, de 25%. No último censo, o número de estabelecimentos rurais com até 50 hectares aumentou para 177.177, mas isto não é indicador de desconcentração, uma vez que estes estabelecimentos representam 78% do total em uma área de apenas 15%.

A desigualdade de acesso à terra no Brasil é uma realidade em todas as unidades da federação, como demonstrado no Capítulo I (Tabela 1.7). Contudo, chama a atenção o agravamento desta concentração no estado de São Paulo que, de 0,758, em 1995, passa para 0,804, em 2006³⁷. Este quadro de elevada concentração fundiária tem importantes implicações que transcendem o espaço rural, estabelecendo outras interfaces com o desenvolvimento nacional dada suas conexões com questões regionais e urbanas de cunho demográfico e social.

É neste sentido que a questão agrária nacional foi recolocada na atualidade. Primeiro, a modernização da agricultura, ligada a importantes cadeias do agronegócio internacional, aumentou a vulnerabilidade da produção agropecuária nacional às determinações externas e, segundo, como antecipado por Rangel (2000), o elevado excedente de mão de obra, expulso do campo, não encontrou suficiente espaço economicamente ativo nas áreas urbanas.

As transformações geradas pelo intenso processo de interiorização da industrialização em São Paulo e avanço da urbanização, notadamente nos anos 1970, não restringiram seus impactos apenas na Região Metropolitana de São Paulo, mas passaram a caracterizar também as grandes e médias cidades do estado, cada vez mais por seus grandes montantes populacionais com expansão do desemprego aberto ou disfarçado *vis-à-vis* distorções urbanas graves, como infraestrutura social e econômica deficiente, problemas de abastecimento de água, saneamento básico, favelização, precarização do transporte urbano, poluição e degradação ambiental, entre outros (CANO, 1985).

³⁷ Índice de Gini calculado sem estimar a desigualdade intraestratos.

Não obstante esta alta concentração de dinamismo e riqueza material, São Paulo também é marcado pela desigualdade. No interior do estado, cada vez mais, a *dual city* (MARCUSE, 1997) se reafirma: ao mesmo tempo em que concentra parte significativa da renda nacional, a exemplo de cidades como Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Campinas, entre outras, produz espaços urbanos com elevado grau de pobreza e exclusão social.

A pobreza se manifesta por um conjunto de fatores inter-relacionados que distanciam os afetados por ela, de uma *homogeneização social* caracterizada por uma *satisfação de forma ampliada das necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação, ao lazer e a um mínimo de bens culturais* (FURTADO, 1992. p, 06) ou, ainda, limitam os pobres, em suas tomadas de decisões, de caráter autônomo, como prerrogativa básica para a *expansão da liberdade*, ou ainda, *expansão das capacidades humanas* (SEN, 2000). Em que pese às discussões conceituais mais gerais sobre o que seja pobre e pobreza, neste trabalho assume-se que os pobres do campo são aqueles incapazes de gerar uma produção mínima necessária para satisfazer as necessidades básicas da pessoa e da família.

Apresentada a ideia de pobreza aqui admitida, ela se revela, no espaço rural, por aqueles que não têm terras ou não as têm em quantidade suficiente; por aqueles que estão privados de políticas agrícolas adequadas; muitas vezes pela condição de ilegalidade da posse, o que, por sua vez, inviabiliza o acesso ao crédito. A precariedade é outro fator: terras pouco férteis, mal situadas em relação a mercados e infraestrutura deficiente ou insuficiente. Soma-se à ideia de pobre aqui aceita, aqueles, que, ao venderem sua força de trabalho, recebem menos que o necessário para sua existência.

É bastante oportuna a colocação de Kowarick (2000), segundo a qual as cidades, enquanto *locus* de produção e consumo passam a expressar acirradas formas de segregação socioeconômicas, destacando-se não só a habitação em si como também o espaço habitado. No contexto amplo da produção de mercadorias, inclui-se a produção de um tipo de espaço urbano que reproduz a pobreza, não como carência, mas como parte integrante de uma lógica que vem transformando as cidades em um imenso e sofisticado mercado, onde uma das mercadorias mais caras é a habitação, que se torna inacessível para a maioria dos seus habitantes, funcionando como forte fator

de exclusão do direito à cidade, impedindo o acesso à moradia e condições dignas de reprodução social. Neste sentido, torna-se importante apresentar, mesmo que sinteticamente, o caráter histórico e os dilemas gerados pelos movimentos decorrentes do processo de industrialização e urbanização em São Paulo, dentre eles a crescente polarização e “dualização” social e urbana nos grandes e médios aglomerados humanos.

2.2 – Síntese da dinâmica urbano-industrial no estado de São Paulo

O estado de São Paulo concentra, em seus 645 municípios, 41.252.160 habitantes, dos quais 95,9% residem nas áreas urbanas e apenas 4,1% residem na zona rural. É a terceira unidade da federação em índice de urbanização, atrás do estado do Rio de Janeiro (96,7%) e do Distrito Federal (96,6%). Em termos nacionais, o estado abriga 21,6% do total da população brasileira, em uma área de 248.197 km², que representa 2,9% do território brasileiro. O estado convive, segundo informações do Censo de 2010, com 1,1 milhão de pobres com renda abaixo de R\$ 70,00/mês, o que representa aproximadamente 2,6% da população do estado e 7,0% dos indivíduos considerados em situação de extrema pobreza no Brasil todo (SEADE, 2011).

Segundo estudo da EEMPLASA (2011)³⁸, a população do Estado está concentrada nos principais centros da rede urbana paulista (regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e centros regionais). A taxa de crescimento populacional do conjunto das regiões metropolitanas iguala-se à média estadual e a das aglomerações urbanas é superior à do Estado, o mesmo se verificando nos municípios com população acima de 100 mil habitantes.

De acordo com o Censo Demográfico de 2010, excetuada a cidade de São Paulo, os municípios paulistas com mais de 100 mil habitantes concentravam 48% de toda a população urbana do estado (Tabela 2.5). Excluídos todos os municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP),

³⁸ O estudo em questão é *Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo*. Ele condensa os principais resultados de um trabalho mais amplo denominado *Estudo da Morfologia e Hierarquia da Rede Urbana Paulista e da Regionalização do Estado de São Paulo*, realizado entre 2009 e 2010, por meio de Acordo de Cooperação Técnica entre a Fundação Seade, Emplasa e a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. A publicação final e os relatórios intermediários se encontram disponíveis no site da Fundação Seade: www.seade.gov.br.

o percentual atinge 51% da população urbana do estado residente no interior do estado.

Tabela 2.5 – População urbana por tamanho de município no estado de São Paulo (2010)

Tamanho do Município	Nº de municípios	População total	% do Estado
Até 20 mil	422	2.892.831	7,31%
De 20 mil a 50 mil	106	3.446.446	8,71%
De 50 mil a 100 mil	44	3.049.214	7,71%
De 100 mil a 500 mil	64	12.840.474	32,47%
De 500 mil a 1 milhão	6	3.893.112	9,84%
Mais de 1 milhão	3	13.426.129	33,95%
Total	645	39.548.206	100,00%

Fonte: IBGE. Censo Demográfico (2010). Elaboração própria

No último censo demográfico, os únicos três municípios em população urbana acima de 1 milhão de habitantes foram São Paulo, com 11.144.892 habitantes, Guarulhos, com 1.220.653 e Campinas, com 1.060.584. Acima de 500 mil habitantes até a faixa de 1 milhão se encontram seis municípios, a saber: São Bernardo do Campo (752.126); Santo André (676.177); Osasco (666.621); São José dos Campos (616.308); Ribeirão Preto (602.061) e Sorocaba (579.819). Desconsiderando os municípios que fazem parte da RMSP (que somados abrigam 19.442.701 residentes urbanos), o interior do estado concentra, em apenas 4 municípios (Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto e Sorocaba), aproximadamente 14% de toda a população urbana de São Paulo (IBGE, 2010). As cidades de porte médio do interior passaram a sentir, de modo mais complexo, os efeitos da incapacidade de geração de ocupações para o excesso de mão de obra disponível.

Analisado em retrospectiva, conforme amplamente discutido em literatura especializada da área regional (Cano, Diniz, Guimarães Neto, entre outros), o processo de industrialização brasileira apresentou dois movimentos bem demarcados: 1930/70 e pós-1970. A distribuição espacial da atividade industrial é marcada pelo processo de concentração em São Paulo (1930/70) e de desconcentração da indústria paulista rumo, primeiramente ao interior do estado e, em seguida, a outros estados da federação (a partir de 1970). Esse movimento é facilmente percebido pelo aumento da participação dos

municípios da RMSP, exclusive a capital, de 15,5%, em 1956 para 43,7%, em 1970 e também pelo aumento da participação do interior paulista (Estado – RMSP), saindo de 28,9% em 1960, para 29,3 em 1970, alcançando em 1980 o patamar de 41,3% do valor da produção industrial. Este último movimento teve como particularidade a “interiorização da indústria paulista” que privilegiou, principalmente, as regiões de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos (CANO, 1998).

Esta interiorização da indústria paulista apresentou impactos demográficos relevantes. As principais regiões interioranas receptoras de fluxos migratórios com origem na RMSP também se destacaram pela absorção de fluxos migratórios oriundos de regiões próximas ou circunvizinhas, configurando a formação de polos regionais caracterizados em função de seu papel concentrador de fluxos populacionais e suas atividades econômicas. Configuraram-se como polos regionais, nos anos 1970, as regiões de São José dos Campos, Sorocaba, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto (CUNHA e BAENINGER, 2000).

Como resultado, a interiorização industrial e a modernização das atividades agrícolas estabeleceram um entrelaçamento das relações entre indústria e agricultura, gerando excedentes de mão de obra ou, nas palavras de Rangel (2000), superpopulação agrícola que, não absorvida nas atividades não-agrícolas, se transformará em desemprego urbano. É fato que o êxodo rural é um fenômeno antigo, mas a partir da década de 1970 ele adquiriu maior complexidade, por estar menos associado à produtividade média do trabalho agrícola e mais associado à busca por alternativas de sobrevivência na informalidade, gerando verdadeiros amontoados urbanos nas grandes e médias cidades (BENJAMIN, 1998, p. 88).

Além do movimento rural-urbano, o estado de São Paulo exerceu, desde a fase do complexo cafeeiro, forte atração de migrantes interestaduais. Como exemplo da alta atratividade de migrantes, entre os anos de 1980 e 1991, o estado recebeu 1,1 milhão de migrantes nacionais e mais 1,7 milhão no período subsequente, de 1991 a 2000, notadamente de nordestinos³⁹. Os migrantes que se dirigem a São Paulo, ou partem da capital e de seu entorno,

³⁹ Os migrantes nordestinos para o estado de São Paulo representaram 76,0% entre 1980 e 2000 de acordo com Brandão e Macedo (2007, p. 26).

estão buscando novos espaços regionais/urbanos e dando nova dinâmica demográfica ao interior (BRANDÃO e MACEDO, 2007, p. 26).

Como pode ser observado na tabela 2.6, o interior – entendido como todas as regiões do estado menos a RMSP – passou de um saldo migratório anual de 77 mil pessoas, entre 1980 e 1991, para 123 mil pessoas, entre 1991 e 2000, com destaque para as regiões de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto e RM de Santos (PERILLO, 2002, p. 9).

Tabela 2.6 – Taxas de crescimento populacional, saldos migratórios e taxas líquidas de migração no estado de São Paulo, RMSP, interior e Regiões Administrativas

Estado de São Paulo RM de São Paulo e Interior	Taxas de Crescimento Anuais		Saldos Migratórios Anuais		Taxas Líquidas de Migração Anuais (por mil hab.)	
	1980/91	1991/00	1980/91	1991/00	1980/91	1991/00
Estado de São Paulo	2,12	1,82	50.584	147.443	1,79	4,31
Região Metropolitana de São Paulo	1,86	1,68	-26.405	24.399	-1,89	1,47
Município de São Paulo	1,15	0,91	-68.578	-50.824	-7,58	-5,07
Outros Municípios da RMSP	3,2	2,87	42.173	75.223	8,58	11,41
Interior do estado de São Paulo	2,38	1,95	76.989	123.044	5,41	6,99
RA de Registro	1,86	1,77	-1.118	288	-5,77	1,17
RM de Santos	2,18	2,17	4.644	13.115	4,27	9,75
RA de São José dos Campos	2,77	2,15	9.467	12.358	6,63	6,81
RA de Sorocaba	2,66	2,31	11.162	19.652	6,36	8,79
RA de Campinas	2,91	2,31	40.841	50.917	10,78	10,43
RA de Ribeirão Preto	2,86	1,91	7.113	6.297	9,19	6,45
RA de Bauru	2,01	1,69	2.299	4.909	3,1	5,52
RA de São José do Rio Preto	1,58	1,59	473	7.804	0,46	6,44
RA de Araçatuba	1,44	1,04	-1.298	-134	-2,28	-0,21
RA de Presidente Prudente	0,94	0,8	-5.755	-2.684	-8,26	-3,53
RA de Marília	1,35	1,34	-2.510	1.661	-3,42	1,98
RA Central	2,71	1,82	6.231	5.581	9,84	7,07
RA de Barretos	2,65	1,13	2.659	120	8,52	0,32
RA de Franca	2,52	1,92	2.851	3.160	6,01	5,36

Fonte: PERILLO, S. (2002, p. 11).

É fato que, nas últimas décadas, a intensidade dos fluxos migratórios diminuiu. Na década de 1990, regiões mais dinâmicas reduziram bastante o ritmo de crescimento, ao passo que em regiões economicamente menos dinâmicas no oeste do Estado diminuíram as perdas migratórias. Estas

duas tendências em conjunto propiciaram comportamentos migratórios menos díspares entre as regiões do Estado, mas, mesmo menos desigual, o movimento migratório registrado ainda envolveu um contingente expressivo de pessoas (EMPLASA, 2011).

Cabe ressaltar que estes dados de migração populacional são fundamentais na construção de políticas públicas locais e regionais nacionalmente integradas, além de serem basilares para a compreensão dos movimentos de concentração e desconcentração urbano-industrial e seus efeitos econômicos e sociais. O processo de industrialização e de urbanização paulista influenciou e foi influenciado pela elevada concentração fundiária, pela não realização da reforma agrária, pela modernização da agricultura e pelo expressivo movimento populacional, seja ele na forma rural-urbano, seja na forma urbano-urbano, inter e intraestadual.

Diante dessa preocupação eminente, a urgente necessidade do tratamento do tema da difícil delimitação entre rural e urbano no Brasil fez com que, no período mais recente, alguns estudos e pesquisas ganhassem destaque, dentre eles o de Abramovay (2000), que discute o sentido da ruralidade. Para este autor, a ruralidade não é uma etapa do desenvolvimento social a ser superada com o avanço do progresso e da urbanização, portanto, não pode ser vista apenas por suas atividades setoriais, mas por sua relação com a natureza, regiões não densamente povoadas e inserção em dinâmicas urbanas. Assim, o autor corrobora com a ideia de que é de extrema importância revelar dimensões inéditas das relações cidade-campo e, sobretudo, mostrar dinâmicas regionais em que aglomerações urbanas dependem de seu entorno disperso para estabelecer contatos com a economia nacional e global, seja por meio da agricultura, seja por outras atividades.

Nesse íterim cabe destaque para ideias como: a) O meio rural só pode ser compreendido em suas relações com as cidades, com as regiões metropolitanas e também com os pequenos centros em torno dos quais se organiza a vida local. É crucial o papel destes pequenos centros na dinamização das regiões rurais e, b) embora existam traços comuns da ruralidade, é claro que o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade.

Não é o objetivo aqui aprofundar nas questões inerentes ao processo de urbanização e industrialização. O propósito foi o de demonstrar

que existem relações indissociáveis entre o rural e o urbano, relações estas que criam elementos estruturais que devem ser incorporados para um efetivo desenvolvimento regional, frutos de políticas públicas nacionais com rebatimentos locais e planejamento integrado.

A partir das diversas implicações sugeridas até aqui, o estado de São Paulo se torna emblemático para análise: é nele que o processo de industrialização e urbanização se deu de modo mais visível, estabelecendo estreitas relações entre a dinâmica urbano-regional e agrícola-agrária, compondo, deste modo, um território ímpar, marcado pelo crescimento desequilibrado e concentrado.

Neste sentido, a luta pela terra no estado mais rico do país demonstra o quão complexo e contraditório é o processo de desenvolvimento das forças capitalistas na agricultura brasileira e paulista. Sendo assim, a formação de assentamentos rurais no estado de São Paulo é uma consequência direta do elevado grau de contradições existentes entre a posse da terra e exploração do trabalho rural e urbano. Neste sentido, na próxima seção, a análise recai sobre a dinâmica da agropecuária paulista de modo a associá-la à concentração fundiária e ao aumento da luta pela terra no estado.

2.3 – Evolução e dinâmica agropecuária no estado de São Paulo

Aliado à diversificação agrícola, o incremento tecnológico, utilizado como instrumento de política pública, altamente difundido nos anos 1970, foi fundamental e decisivo para transformar a agricultura paulista na mais moderna do país. Esse padrão persistiu durante toda a década de 1980, cumprindo o papel de geração de superávits comerciais para fazer frente, mesmo que parcialmente, aos serviços da dívida externa. A década de 1990, marcada pela intensificação do processo de globalização e de reestruturação produtiva, dificultou a produção agrícola familiar, com o aumento das importações, inclusive de gêneros básicos.

O estado tem se concentrado nas lavouras para as quais existem vantagens competitivas internacionais e isto pode ser observado a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006. A própria dinâmica geral deste processo é excludente e seletora de culturas. A partir dos dados

apresentados na tabela 2.7 pode-se perceber o crescimento das lavouras em detrimento das áreas de pastagens plantadas, no estado de São Paulo.

As lavouras permanentes e temporárias somadas representavam, em 1970, aproximadamente 23% do total da utilização das terras no Brasil. Este percentual subiu para 41% em 2006, com a predominância das lavouras temporárias sobre as permanentes. Já as pastagens, tanto plantadas quanto naturais, que em 1970 representavam 56%, reduziram sua participação gradativamente, apresentando, em 2006, 41% daquele total (Tabela 2.7).

Dados estruturais	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Estabelecimentos	326.780	278.349	273.187	282.070	218.016	227.594
Área total (ha)	20.416.024	20.555.588	20.160.998	20.245.287	17.369.204	16.701.471
Utilização das terras (ha)						
Lavouras permanentes	1.145.152	1.440.928	1.764.290	1.613.953	1.368.614	1.682.687
Lavouras temporárias ⁽¹⁾	3.590.773	3.738.578	4.169.751	4.910.848	3.887.554	5.193.904
Pastagens naturais	5.531.823	4.780.141	3.214.406	2.554.551	2.006.431	2.866.980
Pastagens plantadas ⁽²⁾	5.931.560	6.575.760	7.092.654	7.371.939	7.055.823	4.032.007
Matas naturais ⁽³⁾	1.849.474	1.480.463	1.530.805	1.399.237	1.352.379	1.878.485
Matas plantadas	577.436	844.955	865.831	912.730	597.000	370.114

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006. Notas: Nas lavouras permanentes, somente foi pesquisada a área colhida dos produtos com mais de 50 pés em 31.12.2006. (1) Lavouras temporárias e cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação e forrageiras para corte. (2) Pastagens plantadas, degradadas por manejo inadequado ou por falta de conservação, e em boas condições, incluindo aquelas em processo de recuperação. (3) Matas e/ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal, matas e/ou florestas naturais e áreas florestais também usadas para lavouras e pastoreio de animais.

A diminuição da área das pastagens plantadas chama a atenção, pois a redução foi de 42,86% entre os dois últimos censos (Tabela 2.7), acompanhada por redução também no efetivo bovino de 15,22% (Tabela 2.8). É notório que as culturas menos rentáveis e com baixa produtividade acabam se deslocando para áreas de fronteira. Este fato explica a redução das áreas destinadas às pastagens que migraram para regiões Centro-Oeste e Norte. De modo ilustrativo, segundo IBGE (2009), o estado de Mato Grosso, ao contrário do comportamento paulista, teve um incremento de 14,12% nas áreas de pastagens plantadas e 37,19% no plantel bovino, o que representa 29% do

total do crescimento nacional e, em termos absolutos, um incremento de mais de cinco milhões de cabeças⁴⁰.

Outro fator de destaque na agropecuária do estado de São Paulo é o crescimento da cultura canavieira, que ocupava 12,25% da área dos estabelecimentos rurais paulistas, em 1995/96, e passou para 17,96%, em 2006. O avanço do setor sucroalcooleiro é outro fator que contribuiu para a expressiva redução das pastagens plantadas, especialmente as degradadas.

O descompasso entre o crescimento reduzido do número de estabelecimentos *vis-à-vis* o crescimento mais expressivo de hectares tem como explicação o vertiginoso aumento da cultura canavieira no estado, que prioriza áreas maiores para a exploração intensiva com redução de custos logísticos. Obviamente este processo não é recente. A expansão da cana-de-açúcar fora das zonas tradicionais de produção teve participação do governo estadual através do Procana – Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo, notadamente entre os anos de 1980 e 1984. O objetivo era de aumentar a produção fora das regiões de Piracicaba, Araraquara e Ribeirão Preto. Esse programa resultou na expansão do cultivo da cana em todo estado, estimulando a instalação de usinas para a produção de álcool (TARTAGLIA e OLIVEIRA, 1988).

No que tange ao aumento da área de matas e florestas, entre os dois últimos censos agropecuários, da ordem de 19,1% para o estado de São Paulo, este fato pode ser explicado pelo cumprimento da legislação em vigor que obriga a destinação de 25% da terra para áreas de preservação.

O efetivo de bovinos, que nos dois censos anteriores ao de 2006 se manteve estável em torno de 12 milhões de cabeças, recuou nos últimos dez anos para pouco mais de 10 milhões, indicando uma especialização agroindustrial mais voltada para a engorda e o abate. Outro fato que chama a atenção é o crescimento da produção de aves e de ovos de galinha indicando uma forte especialização agrícola no estado (Tabela 2.8).

⁴⁰ Outro fator a ser levado em consideração para a redução significativa do rebanho paulista é o uso de tecnologias aplicadas ao manejo, forragem e suplementação alimentar que geraram um aumento da produtividade da pecuária de corte. Houve redução do tempo de abate dos machos em nove meses, sendo realizado com 35 meses de idade (ANUALPEC, 2006).

Tabela 2.8- Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários no efetivo animal em São Paulo - 1970/2006

Dados estruturais	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995-1996	2006
Efetivo de animais						
Bovinos	9.110.633	11 451 139	11 685 216	12 210 369	12 306 790	10 433 021
Bubalinos	12.255	18 867	31 849	38 158	36 993	48 531
Caprinos	56.872	36 888	38 382	43 868	31 636	54 574
Ovinos	98.126	120 234	165 464	234 641	263 217	490 029
Suínos	1.857.284	2 049 766	1 894 412	1 888 394	1 429 746	1 562 282
Aves ⁽¹⁾	50.208	67 255	97 043	85 560	168 022	282 901

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970/2006. Notas: (1) Galinhas, galos, frangas e frangos por mil cabeças.

As atividades de pecuária e criação de outros animais ocupam pouco mais de 40% da área total do estado e 50% dos estabelecimentos. Os segundo e terceiro grupos de atividade mais presentes são as lavouras temporárias (20% do total de estabelecimentos em 39% da área) e as lavouras permanentes (18% do total de estabelecimentos em 14% da área) respectivamente. Cabe destaque ainda a horticultura e floricultura que, em apenas 3% da área do estado, ocupam 10% dos estabelecimentos agropecuários.

No que tange à condição do produtor rural em relação às terras, os dados da tabela 2.9 demonstram a supremacia de proprietários sobre as demais formas: são 85% dos estabelecimentos que ocupam 90% da área total no estado. A segunda condição mais presente é a de arrendatário que perfaz 7% do total dos estabelecimentos ocupando também 7% da área total.

Tabela 2.9 – Condição do produtor em relação às terras em São Paulo – 2006

Variáveis selecionadas	Total de Estab.	Área total (ha)
Proprietário	193.083	14.988.338
Assentado sem titulação definitiva	7.166	116.766
Arrendatário	16.343	1.156.623
Parceiro	2.659	347.750
Ocupante	6.171	91.995
Produtor sem área	2.172	
Total	227.594	16.701.471

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

No que se refere ao local de residência, 60% dos estabelecimentos são dirigidos por pessoas que moram no próprio estabelecimento, 24% são

dirigidos por pessoas que moram na zona urbana do município onde fica o estabelecimento. Apenas 5% são dirigidos por pessoas que moram da zona rural do município, 10% são conduzidos por moradores urbanos de outro município e por fim, apenas 1% é dirigido por residentes em zonas rurais de outros municípios (Tabela 2.10). Uma breve análise da moda estatística nos revela que as pessoas com níveis mais altos de escolaridade (com curso superior) não residem no município do estabelecimento (30% residem na zona urbana de outro município) demonstrando um perfil mais empresarial da atividade agrícola. Enquanto caracterização do perfil dos que dirigem os estabelecimentos agropecuários, verifica-se que 53% deles, independente do estrato de área, são dirigidos por pessoas com baixa escolaridade (no máximo ensino fundamental incompleto). Considerando um intervalo maior, levando em consideração aqueles que, no máximo, acabaram o Ensino Fundamental (antigo Primeiro Grau), o número de estabelecimentos atinge 70%⁴¹.

⁴¹ Segundo o IBGE, no Brasil como um todo, o nível de instrução da pessoa que dirige o estabelecimento tem uma forte relação com o recebimento de orientação técnica. Dos produtores com instrução igual ou inferior ao ensino médio incompleto, apenas 16,8% receberam assistência técnica, enquanto que para os produtores com ensino fundamental completo este percentual sobe para 31,7%. Para os produtores com nível superior, excetuando-se aqueles com formação em ciências agrárias e veterinária, a assistência técnica alcança 44,7% dos estabelecimentos (IBGE, 2009).

Tabela 2.10 - Nível de instrução e local de residência das pessoas que dirigem estabelecimentos agropecuários em São Paulo - 2006

Nível de instrução	Total de Estabelecimentos	Pessoa que dirige o estabelecimento, por local de residência				
		No Estabelecimento	No município na zona urbana	No município na zona rural	Em outro município na zona urbana	Em outro município na zona rural
Não sabe ler e escrever	7351	6171	746	311	106	17
Nenhuma instrução (mas sabe ler e escrever)	7183	5377	1118	398	242	48
Alfabetização de adultos	7117	5410	1079	351	245	32
Ens. fundamental incompleto (1º grau)	98631	68509	18322	6315	4676	809
Ens. fundamental completo (1º grau)	38464	23761	9170	2135	2992	406
Ens. médio completo (2º grau)	40143	18749	13131	1916	5820	527
Engenheiro agrônomo	3270	838	1062	147	1015	208
Veterinário	668	215	230	22	192	9
Zootecnista	239	77	70	4	84	4
Engenheiro florestal	176	18	63	4	75	16
Outro nível superior	24352	6965	9465	603	7000	319
Total	227594	136090	54456	12206	22447	2395

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2006

Observadas as principais culturas, a produção no estado de São Paulo pode ser sinteticamente caracterizada com se segue:

- a) **Lavouras temporárias** – realizada em 20% dos estabelecimentos ocupando uma área de aproximadamente 39%. Nas propriedades com áreas inferiores a 50 hectares, está localizada a grande parte desta atividade (78%), mas de modo paradoxal se espremem em uma área de aproximadamente 15% do total da agropecuária. Os produtores que detêm áreas superiores a 1000 hectares (apenas 1% do total) ocupam terras equivalentes a 36% do total da área recenseada pelo IBGE destinada a culturas temporárias;
- b) **Lavouras permanentes** – realizada em 18% dos estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 14% do total. À semelhança das lavouras temporárias, as permanentes também estão concentradas em propriedades com menos de 50 hectares (81%) ocupando uma área de 21% do total. Neste caso, a situação da concentração fundiária chega ao ponto de apenas 251 estabelecimentos (que representam os maiores que 1000 ha) ocuparem área igual a 538.534 hectares ou, em termos relativos, 0,006% do total de estabelecimentos com área igual a 23% do total das lavouras permanentes;
- c) **Horticultura e floricultura** – a horticultura e a floricultura são sempre associadas à produção familiar em pequena escala por serem muito intensivas em mão de obra. Isso fica patente em São Paulo, onde 55% do total dos estabelecimentos dedicados a estas atividades são menores que 5 hectares, mas ocupam uma área de apenas 5% do total. Entretanto, 30% do total da área destinada a estas culturas pertencem a apenas 31 estabelecimentos;
- d) **Produção de sementes e mudas** – uma análise mais detalhada desta atividade agrícola é bastante prejudicada pelos critérios de sigilo estatístico uma vez que segundo o Censo Agropecuário de 2006, para o estado de São Paulo, existem dois estabelecimentos dedicados a esta atividade entre os estratos de 1000 a menos de 2.500 hectares e apenas um com área superior a 2.500 hectares. Todavia, o número de estabelecimentos dedicados a esta atividade é significativamente pequeno, indicando uma forte especialização da produção, na qual 6 produtores, com estabelecimentos superiores a 500 ha, detêm uma área equivalente a 30% do total;
- e) **Pecuária e criação de outros animais** – A pecuária é a atividade que mais ocupa espaço em São Paulo: são 50% dos estabelecimentos agropecuários do estado em uma área equivalente a 40% do total. Aqui, mais uma vez se confirma a estrutura fundiária concentradora no estado: observados os estabelecimentos menores que 20 hectares, percebe-se que eles representam 57% do total dos estabelecimentos dedicados a atividades pecuárias, mas que ocupam apenas 9% da área total dedicada à atividade. Na outra extremidade, os estabelecimentos superiores a 1000 hectares (0,6% do total dos estabelecimentos dedicados à pecuária) ocupam uma área de 1.430.444 hectares ou 22% da área destinada à pecuária ou ainda 9% de toda a área agropecuária do estado;

- f) **Outras atividades agropecuárias** – as demais atividades, a saber: produção florestal, tanto nativa quanto plantada, pesca e aquicultura, constituem importantes atividades econômicas, entretanto, apresentam uma dinâmica fortemente regionalizada. Somadas, estas atividades ocupam aproximadamente 5% da área total em 2% dos estabelecimentos agropecuários.

Um olhar mais geral sobre a agropecuária deixa claro que existe uma presença marcante, em todo o território paulista, de grandes cadeias ligadas ao agronegócio, tais como a citricultura, a cana-de-açúcar e a pecuária de corte e seus derivados, dentre tantos outros exemplos. Estas cadeias produtivas apresentam alto grau tecnológico e têm como foco principal o mercado externo. Não obstante, existe outro conjunto de atividades que se apresentam altamente especializadas caracterizando espaços regionais mais específicos, o que, por sua vez, promovem singularidades econômicas fundamentais para as respectivas regiões (Tabela 2.11). Ademais, segundo Gonçalves (2006 e 2009), em uma leitura territorial da agricultura paulista, verifica-se um amplo mosaico de situações definindo territorialidades características que cada vez mais problematizam a possibilidade de sucesso de políticas setoriais genéricas.

Do ponto de vista das especializações regionais, ganham destaque culturas de pinus e eucaliptos no sudoeste paulista, a produção citrícola no entorno de Bebedouro e Bauru, a produção de fibras no sudoeste (Ituverava e Franca) e Vale do Paranapanema (Assis), bem como a cafeicultura de qualidade e as diversas bacias leiteiras. Por fim, a banana do Vale do Ribeira, o abacaxi na região de Araçatuba, as frutas de Jundiaí e Campinas são importantes exemplos de atividades agrícolas com impactos locais expressivos, não obstante sua baixa representatividade estadual (GONÇALVES, et al, 2006).

De modo a compor o mosaico da diversidade da agropecuária paulista, ademais, em paralelo com esta agropecuária fortemente ligada ao agronegócio, existe também uma enorme gama de pequenas cadeias produtivas de produção especializadas localmente que, em que pese terem

reduzido impacto na renda bruta agropecuária total, apresentam elevada importância local.

Com dados extraídos da *produção agrícola municipal*, publicada anualmente pelo IBGE, Tsunehiro et al (2010) confirmaram a importância que o estado de São Paulo tem na produção de diversos produtos agropecuários, além da elevada diversidade de cultivo. Antes, porém, é digno de nota o fato de que pela primeira vez o Paraná ultrapassou São Paulo no *ranking* brasileiro do valor da produção agropecuária (VPA) do Brasil, em 2008, com R\$ 30,7 bilhões contra R\$ 30,5 bilhões de São Paulo, ou respectivamente 12,8% e 12,7%. Isto se deveu em grande parte ao crescimento de 48,1% no valor da soja, principal produto do Paraná.

A análise do VPA, de 2010, em São Paulo (Tabela 2.11), deixa evidente que o principal produto do estado é a cana-de-açúcar, sendo o principal produto no ranking regional do VPA em nove das 15 Regiões Administrativas existentes. Para o estado, como um todo, a cana representa 43,60% do VPA, seguido carne bovina (10,01%), madeira de eucalipto (7,61%), laranja para indústria (6,43%), carne de frango (4,72%), café beneficiado (2,80%), ovos (2,70%) e milho (2,46%). Somados, estes oito produtos correspondem a 80,34% do total do valor da produção agropecuária do estado (TSUNECHIRO, et al, 2011).

Tabela 2.11 – Valor da Produção Agropecuária e Florestal em São Paulo, por produto, em 2009 e 2010

Ord.	Produtos Selecionados	Valor da Produção Agrícola e Florestal		Variação (%)	Participação (2010)	FA
		2009	2010			
1	Cana-de-açúcar	18.192.750.377,01	22.873.271.302,84	25,73	43,60%	43,60%
2	Carne bovina	4.707.533.476,20	5.252.948.158,08	11,59	10,01%	53,61%
3	Madeira de eucalipto	3.094.574.436,12	3.990.676.845,05	28,96	7,61%	61,22%
4	Laranja para indústria	1.926.358.978,97	3.374.614.483,08	75,18	6,43%	67,65%
5	Carne de frango	2.352.428.019,15	2.476.916.875,52	5,29	4,72%	72,37%
6	Café beneficiado	924.704.263,43	1.470.960.239,22	59,07	2,80%	75,17%
7	Ovo	1.184.792.052,15	1.416.578.780,68	19,56	2,70%	77,87%
8	Milho	1.308.750.296,78	1.291.944.253,60	-1,28	2,46%	80,34%
9	Leite C	1.024.120.772,40	1.104.508.378,60	7,85	2,11%	82,44%
10	Laranja para mesa	574.612.919,31	945.862.434,71	64,61	1,80%	84,24%
11	Soja	876.852.496,61	871.548.957,97	-0,60	1,66%	85,91%
12	Madeira de pinus	598.057.970,25	699.653.089,68	16,99	1,33%	87,24%
13	Banana	489.440.167,69	555.981.033,37	13,60	1,06%	88,30%
14	Batata	615.761.751,84	481.623.574,56	-21,78	0,92%	89,22%
15	Feijão	481.470.451,19	473.529.801,22	-1,65	0,90%	90,12%
16	Limão	589.192.277,81	428.667.141,49	-27,24	0,82%	90,94%
17	Carne suína	364.379.014,74	413.457.985,92	13,47	0,79%	91,72%
18	Tomate para mesa	615.786.006,58	404.676.867,75	-34,28	0,77%	92,50%
19	Tangerina	298.230.335,89	390.239.070,68	30,85	0,74%	93,24%
20	Uva para mesa	381.296.832,84	386.668.917,48	1,41	0,74%	93,98%
21	Borracha	178.200.210,20	354.144.236,97	98,73	0,68%	94,65%
22	Leite B	315.022.508,00	295.016.198,40	-6,35	0,56%	95,21%
23	Abacaxi	194.935.797,93	252.667.492,37	29,62	0,48%	95,70%
24	Amendoim em casca	176.909.459,40	202.197.749,50	14,29	0,39%	96,08%
25	Mandioca para indústria	142.324.744,45	196.518.077,59	38,08	0,37%	96,46%
26	Manga	178.925.363,10	153.421.666,64	-14,25	0,29%	96,75%
27	Caqui	156.967.208,11	150.721.463,88	-3,98	0,29%	97,03%
28	Cenoura	119.923.940,50	127.849.215,75	6,61	0,24%	97,28%
29	Beterraba	52.133.377,53	111.464.744,53	113,81	0,21%	97,49%
30	Cebola	145.292.747,60	97.431.000,00	-32,94	0,19%	97,68%
31	Abacate	57.981.386,73	89.638.157,22	54,60	0,17%	97,85%
32	Goiaba para mesa	73.697.587,94	82.934.939,52	12,53	0,16%	98,01%
33	Repolho	68.106.295,16	81.230.622,71	19,27	0,15%	98,16%
34	Resina de pinus	37.562.203,02	75.791.638,80	101,78	0,14%	98,30%
35	Melancia	88.687.224,00	70.787.500,00	-20,18	0,13%	98,44%
36	Morango	75.734.951,25	70.125.851,25	-7,41	0,13%	98,57%
37	Abobora	62.335.143,00	66.184.897,00	6,18	0,13%	98,70%
38	Alface	64.492.572,46	64.857.609,01	0,57	0,12%	98,82%
39	Tomate para indústria	60.835.732,80	63.104.219,20	3,73	0,12%	98,94%
40	Trigo	63.718.088,10	62.680.706,48	-1,63	0,12%	99,06%
41	Pêssego para mesa	49.064.706,88	61.639.886,01	25,63	0,12%	99,18%
42	Arroz em casca	50.580.068,53	56.005.327,95	10,73	0,11%	99,29%
43	Mandioca para mesa	64.974.506,53	51.353.624,38	-20,96	0,10%	99,39%
44	Pimentão	49.727.510,16	51.228.251,23	3,02	0,10%	99,48%
45	Maracujá	51.205.666,44	50.608.126,40	-1,17	0,10%	99,58%
46	Figo para mesa	42.730.939,98	42.547.731,74	-0,43	0,08%	99,66%
47	Abobrinha	36.079.334,54	40.265.651,58	11,60	0,08%	99,74%
48	Batata-doce	24.275.198,22	32.388.988,92	33,42	0,06%	99,80%
49	Algodão em caroço	39.601.885,35	28.421.415,17	-28,23	0,05%	99,85%
50	Goiaba para indústria	20.244.411,40	27.281.439,00	34,76	0,05%	99,91%
51	Sorgo	25.945.190,08	21.056.470,56	-18,84	0,04%	99,95%
52	Mel	29.159.113,03	17.492.295,54	-40,01	0,03%	99,98%
53	Triticale	17.330.764,80	8.980.965,75	-48,18	0,02%	100,00%
54	Casulo	2.931.377,95	2.309.873,30	-21,20	0,00%	100,00%

Fonte: Tsunehiro et al (2011, p. 75). Nota: ord. = pelo valor da produção do estado. FA = Frequência Acumulada, para 2010, calculada pelo autor.

É de conhecimento geral o empenho do atual governo estadual em desenvolver o setor agrícola visando o agronegócio e a exportação inclusive com o direcionamento dos institutos de pesquisa para esse fim⁴². Em decorrência deste contexto, ocorreram alterações significativas na agricultura de São Paulo. Em termos regionais, desenvolveu-se grande heterogeneidade estrutural, marcada por distintas lógicas produtivas merecedoras de maiores comentários⁴³.

Mesmo os produtos que representam percentuais muito baixos para o estado (menores de 1%), se analisada a participação no valor da produção nacional, o quadro se altera, demonstrando que São Paulo se destaca em outra gama de produtos, em especial o amendoim em casca (70,19%), o látex coagulado (57,57%), o limão (65,01%), a tangerina (42,77%), o palmito (36,59%), o chá-da-índia (81,54%) entre outros⁴⁴.

As Regiões Administrativas com nítida especialização agropecuária foram as de Registro e Baixada Santista, com a banana, representando 80,4% e 88,8%, respectivamente, do VPA total regional; e as regiões de Ribeirão Preto, Franca e Barretos, com a cana-de-açúcar, respondendo por 78,2%, 69,6% e 66,2%, respectivamente, dos VPAs regionais. As regiões de agropecuária mais diversificada foram as de Sorocaba, São Paulo e Campinas, onde o principal produto representa 17,4%, 22,3% e 32,5%, respectivamente, do VPA regional, em 2010 (TSUNECHIRO et al, 2011).

De modo sintético e com objetivo meramente ilustrativo, as principais atividades agropecuárias, por Região Administrativa, podem, de acordo com os dados do VPA de 2010, disponibilizados pelo Instituto de Economia Agrícola, ser assim descritas:

⁴² Nesse sentido a criação dos polos da APTA, em 2000, ligados à Secretaria de Agricultura e Abastecimento, é um bom exemplo. A partir de constatações empíricas Gonçalves verifica que: *“na esmagadora maioria do espaço agropecuário estadual, a regra consiste na especialização produtiva em função de um segmento agroindustrial dinâmico”* (2006, p. 4).

⁴³ As análises feitas a seguir tem como referência os trabalhos de Gonçalves (2006), Tsunechiro et al (2010; 2011) e a pesquisa “Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídio para a Reforma da Educação Profissional no Estado de São Paulo”, encomendado pelo MEC à Fundação SEADE da qual o autor desta tese participou enquanto pesquisador, viajando para diversas regiões do estado. Maiores detalhes ver Petti (2004) e Júlio et al (2006).

⁴⁴ Os cálculos de participação no valor da produção agrícola nacional se baseiam na produção de 2008, feitos por Tsunechiro et al (2010).

- a) A **RM de São Paulo**, dado seu alto grau de industrialização, tem participação marginal na agropecuária paulista, com 0,63% do total do Valor da Produção Agrícola (VPA) do estado, mas apresenta forte participação na produção estadual de caqui, ovos, cenoura, alface e repolho;
- b) A **Região Metropolitana da Baixada Santista**, com apenas 0,07% do VPA do estado, também tem pequena participação na agricultura do Estado, exceto na produção de bananas. Registra, mesmo que em escala bastante reduzida, a presença de carne suína e bovina, mandioca para mesa e maracujá;
- c) Na **RA de Campinas** a agricultura estabelece fortes ligações a montante e a jusante com a agroindústria, em especial com a cana-de-açúcar e a laranja, mas ainda cabe destaque para a produção de carne de frango e bovina. Essa região diferencia-se pela maior diversificação com a presença da fruticultura em Indaiatuba, Valinhos, Vinhedo, Jundiaí (figo, uva, pêssego, entre outros), a olericultura, a floricultura e o cultivo de plantas ornamentais em Holambra, Atibaia e Limeira. As pequenas propriedades são familiares, contudo, tecnificadas, muitas vezes, inclusive, com gestão empresarial. Isto, por seu turno, faz desta RA a maior em participação com 14,94% do VPA do estado;
- d) A **RA de Sorocaba** tem como principal atividade a bovinocultura, seguida pelo milho e pela cana-de-açúcar. Destaca-se também avicultura de corte, além da grande produção de batatas, em médias e grandes propriedades, com alto grau de tecnificação, especialmente em Itapetininga. Com 13,54% do VPA do estado, é a segunda região com maior participação;
- e) A **RA de São José dos Campos** caracteriza-se por ser uma importante bacia leiteira no estado de São Paulo, com estrutura fundiária marcada pela propriedade de base familiar. Além da produção de leite tipo B e C, também são representativas, na região, as produções de carne bovina, arroz em casca e banana, mas a baixa rentabilidade das culturas produzidas na região faz sua participação ser de apenas 1,00% do VPA estadual;
- f) A **RA de Registro**, com apenas 1,00% do VPA estadual, possui pouca expressão econômica, inclusive nas atividades agropecuárias, destacando-se a produção de frutas, especialmente banana, mas também, tangerina e maracujá. A carne bovina e a produção de leite tipo C, completam os cinco principais produtos agropecuários da RA;
- g) Na **RA de Bauru** a cana-de-açúcar divide espaço com a carne bovina e a laranja para indústria. Depois, com menor expressão, tem-se a carne de frango e a produção de laranja para mesa. Sua participação é de 7,66% no VPA do estado;
- h) A **RA Central**, com 6,39% de participação no VPA de São Paulo, apresenta expressiva produção de laranja de mesa e para a indústria, mas a cana é o principal produto agrícola. Também registra importante participação estadual na produção de carne frango e, em menor grau, carne bovina;

- i) Na **RA de Franca**, a cana também é o principal produto, mas a soja, o café beneficiado, a carne bovina e o milho apresentam importância considerável. No total a RA de Franca contribui com 6,74% do VPA do estado de São Paulo;
- j) A **RA de Presidente Prudente**, tendo 7,33% de participação no VPA estadual, é considerada o mais importante polo pecuarista do estado de São Paulo e a terceira maior bacia leiteira paulista. O avanço do cultivo da cana-de-açúcar e a presença da soja e do milho compõem o perfil das principais lavouras e criações da RA;
- k) Na **RA de Marília**, destaca-se a produção de cana-de-açúcar, carne bovina, ovos, soja e milho. A ligação entre a produção agrícola e a indústrias alimentícias geograficamente próximas dá destaque especial a esta região que representa 8,72% do total do valor da produção agrícola de São Paulo;
- l) Na **RA de Araçatuba**, a atividade agrícola mais dinâmica é, de longe, o cultivo da cana-de-açúcar, com tendência de crescimento seguida pela produção de carne bovina, milho, leite tipo C e ovos. Somadas todas as culturas, a região registra 8,47% de participação do VPA estadual;
- m) Na **RA de Barretos**, com 5,71% do VPA do estado, a cana e a laranja para indústria e para mesa são, em termos de valor da produção, os principais produtos agrícolas. Depois, apresentam importância a soja e a carne bovina;
- n) A **RA de São José do Rio Preto** é a terceira região mais expressiva na participação do VPA do estado, com 12,02% do total. As atividades agropecuárias dominantes são a cana-de-açúcar e a bovinocultura, mas a laranja para mesa e para indústria apresentam participação relevante no total produzido no estado. Registra-se importante presença de plantações de seringueiras, além de fruticultura, especialmente o cultivo de uva nas proximidades de Jales;
- o) Na **RA de Ribeirão Preto**, por fim, com 5,78% do VPA de São Paulo, a capitalização do setor agropecuário chama atenção, tendo na indústria sucroalcooleira o maior destaque. A presença de várias unidades industriais ligadas diretamente com a agricultura consolidou a região como um dos polos agroindustriais mais importantes do Brasil. Além das usinas de açúcar e álcool, a região ainda apresenta beneficiadoras de café, amendoim e soja, frigoríficos, indústrias alimentícias de derivados de leite e ainda indústrias de ração, de fertilizantes e várias indústrias de suco de laranja.

Cabe frisar que esta diversificação agrícola é resultado de um longo processo que se inicia já no último quartel do século XIX e, a partir de então, com o aumento das novas culturas e o incremento tecnológico no campo, transforma a agricultura paulista na mais moderna, dinâmica, diversificada e especializada do país (TSUNECHIRO et al, 2010).

Estes números, baseados em culturas tão diversas, revelam que existem lógicas produtivas bem distintas no estado. Elas vão desde modelos altamente capitalizados, dominados por grandes empresas, até estruturas totalmente dependentes da mão de obra familiar, mas capitalizadas. As conexões históricas para este fenômeno tão diverso remontam as décadas de 1940 e 1950, nas quais a incorporação da fronteira agrícola representou uma ampliação das atividades rurais e agroindustriais ao mesmo tempo em que cresceu o número de cidades *vis-à-vis* a expansão da grande propriedade concomitante com a possibilidade de ampliação do espaço para a pequena produção mercantil (MONBEIG, 1984; LAMARCHE, 1998).

A priori, pelo que foi apresentado, no que tange à diversificação agrícola e às especificidades regionais no estado de São Paulo, poder-se-ia fortalecer a tese de que a questão agrária estaria resolvida no estado de São Paulo. Entretanto, não resta dúvida de que os ganhos de produtividade ficaram ao largo da melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, o que por sua vez, corroborou de modo estrutural para o aumento dos conflitos no campo e na luta pela terra, além de reacenderem as discussões e intensificarem o debate sobre a questão agrária paulista e suas consequências.

É patente a dificuldade de um assentamento acompanhar o grau de desenvolvimento médio das atividades agropecuárias no estado de São Paulo, pois isto exige uma capitalização maior do que possuem os assentados. Não obstante, existem regiões com complicações adicionais que corroboram para o agravamento da situação de pobreza e insegurança dos assentados, notadamente, as regiões do Pontal do Paranapanema, do Vale do Paraíba e do Vale do Ribeira e áreas contíguas a elas, nas quais a precariedade é maior não apenas pelas dificuldades de cultivo como também pela condição de posseiro em áreas griladas por grandes latifundiários ou áreas de conservação ambiental. Por fim, no que tange ao camponês expropriado, Gomes da Silva (1996, p. 185), analisando os movimentos migratórios, definiu bem as relações estruturais que o envolvem quando expressou que:

[...] o rurícola é expulso do campo, na cidade não tem emprego e a favela, onde costumava refugiar-se, está hoje ocupada pelo crime organizado. Daí só existe dois caminhos: ou ele se incorpora à marginalidade – criminosa ou não – ou pressiona o recurso disponível, isto é, a terra ociosa que não cumpre sua função social, alistando-se no MST.

Fica, portanto, a necessária investigação sobre a intensificação da luta pela terra em São Paulo, tratada a seguir.

2.4 – Formação dos assentamentos rurais e a luta pela terra no estado de São Paulo

Enquanto digressão necessária para se entender a luta pela terra no Estado de São Paulo, é importante que se tenha em mente que, nesta Unidade da Federação, o governo do estado teve um papel importante neste longo processo.

Indubitavelmente, a “Revisão Agrária” foi o primeiro programa estadual com vistas à constituição de assentamentos rurais no Estado de São Paulo⁴⁵. Este programa, desenvolvido pelo Governo Carvalho Pinto (1958-1962), inseriu-se em um contexto de intensos debates sobre a questão agrária nacional, como foi apontado no Capítulo I. Do ponto de vista programático, a meta era o assentamento de 500 a 1000 famílias por ano. Contudo, apenas dois projetos-piloto tiveram êxito, a saber: um em Campinas, com 72 famílias e outro em Marília, com 113 famílias.

Em Campinas, a área hoje conhecida com Bairro Reforma Agrária, inicialmente denominada Núcleo Agrário Capivari, foi fruto da desapropriação de parte da Fazenda Capivari, dividida em 72 lotes. Em um primeiro momento, os assentados se dedicaram a culturas das quais já tinham experiência como algodão e leguminosas. Entretanto, a partir do exemplo de famílias japonesas também assentadas na área, passaram paulatinamente a se dedicar à fruticultura, especialmente ao cultivo de figo e de uva. Mais recentemente, ganhou destaque no bairro a produção de goiaba e seriguela e, passados 40 anos da implantação do projeto, dois terços das famílias beneficiadas ainda estão no local (BOMBARDI, 2004).

⁴⁵ Lei 59.994 de dezembro de 1960.

Em Marília, a área escolhida foi a Fazenda Santa Helena com 1.200 hectares que, pela total improdutividade foi alvo de ocupações de militantes do PCB durante os primeiros meses de 1960. Produzindo amendoim para cerealistas da região e com reduzido poder de barganha nos preços de venda, os assentados tiveram seus problemas financeiros agravados com as perdas das safras de 1963/64 pela falta de chuvas, o que comprometeu o pagamento dos lotes e por consequência a venda dos mesmos. Os novos compradores, a partir de meados da década de 1970, passam a produzir frutas, café ou transformam a área em sítios de lazer. A proximidade com a cidade de Marília (26 km), a eletrificação rural, em 1978, e o acesso direto à BR 147, gerou uma expressiva valorização imobiliária, que associada à baixa fertilidade do solo, transformou os lotes em instrumentos de lazer pertencentes a industriais e profissionais liberais da região (TOLENTINO, 1997).

Mesmo tendo caráter bastante progressista, as áreas utilizadas nestes dois projetos demonstram que os interesses latifundiários não foram nem enfrentados nem contrariados. A falta de uma pressão organizada e até mesmo de movimentos de luta pela terra em São Paulo, à época, deixava o tema da reforma agrária bem menos presente que nos estados do Nordeste, que contavam com as pressões organizadas pelas Ligas Camponesas.

Em Campinas, a área de assentamento foi fruto de uma negociação amigável entre o governo estadual e o proprietário. Já em Marília, a área utilizada pertencia à Secretaria de Saúde que, por conta do projeto, transferiu-a para a Secretaria de Agricultura.

Em média, os 185 estabelecimentos oriundos destes dois projetos tinham 15 hectares, variando entre 3,64 e 24,34 ha. Mesmo com áreas bastante reduzidas para o então padrão preconizado pela nascente modernização (conservadora) agrícola, as áreas pioneiras de assentamentos no estado contavam com galpão de armazenamento, aração do campo, serviços de terraplanagem e curva de nível, cercamento, pomar, uma pocilga e um aviário, casas de alvenaria, uma garagem para caminhão, carro e trator. O objetivo do programa que, por seu turno, tenderia a justificar tamanha infraestrutura nos projetos de assentamento, era a difusão de novos padrões de produtividade na agropecuária paulista e a ampliação de mercado

consumidor para os novos produtos industriais, notadamente, os de insumos e automobilísticos (BERGAMASCO e NORDER, 1999).

Em síntese, estes dois projetos-piloto tiveram trajetórias bastante distintas. Em Marília, os lotes converteram-se em chácaras de lazer de empresários da região. Já em Campinas, como observou Bergamasco (1992) e Bombardi (2004), embora tenha sofrido transformações no período, o assentamento ainda preserva, mesmo que parcialmente, características originais, produzindo principalmente fruticultura.

O êxito do programa, para além dos *pilotos* desenvolvidos, foi totalmente comprometido com o fim do Governo Carvalho Pinto e início da gestão de Adhemar de Barros (1963-1966), que abandonou o programa. As questões fundiárias só foram novamente colocadas no debate estadual nos anos 1980, durante a gestão de Franco Montoro (1983-1986), que coincide com o processo de redemocratização, abertura política e as iniciativas, realizadas em âmbito federal, atinentes no I PNRA.

Montoro assume o governo do estado com um significativo passivo fundiário e já nos primeiros meses de governo enfrenta manifestações e ocupações que impeliram à necessidade de uma resposta rápida e ao mesmo tempo consistente de política fundiária a cargo do estado. É neste contexto que surge o Plano de Valorização de Terras Públicas (PVTP).

Há que se considerar as limitações na competência dos estados no que tange às políticas fundiárias. A primeira delas é não poder usar de desapropriações para fins de reforma agrária; por outro lado, a não dotação de recursos provenientes do Imposto Territorial Rural, de cunho federal e municipal, além de não terem poder de gerir recursos oriundos do governo federal.

Diante de tais limitações, fica óbvia a opção pelo uso de terras públicas para o enfrentamento de problemas fundiários descritos no programa⁴⁶. Foram 24 assentamentos, beneficiando 2.150 famílias em um total de 36.167 hectares (Tabela 2.12).

⁴⁶ A política do Governo Montoro tinha duas diretrizes básicas, a saber: a) programa de assentamentos de trabalhadores rurais e b) processo de regularização fundiária. O arcabouço jurídico está presente na Lei 4.957 de 30/12/1985 no que tange aos assentamentos e na Lei 4.925 de 19/12/1985 acerca da alienação das terras públicas (BARBOSA E LEITE, 1991, p. 43)

Tabela 2.12 - Projetos de assentamento realizados no Governo Montoro^a

Demonimação	Prop.	Início	Origem	Área (ha)	Famílias
Araraquara 1	FEPASA	Jul/85	Ocupação	420	39
Araraquara 2	FEPASA	Out/85	Ocupação	556	31
Araraquara 3	FEPASA	Ago/86	Planejado	330	18
Araraquara 4	FEPASA	Nov/86	Ocupação	540	32
Araras 1	FEPASA	Ago/84	Planejado	82	9
Araras 2	FEPASA	Ago/84	Planejado	185	13
Capão Bonito	PREF.	Ago/86	Ocupação	110	20
Casa Branca	CODASP	Set/85	Planejado	455	22
Gleba XV	Partic.	Mar/84	Ocupação	13.310	667
Ilha Solteira	CESP	Nov/84	Planejado	902	89
Itapetininga	SEAF	Fev/87	Ocupação	918	22
Jupiá	CESP	Out/83	Planejado	990	107
Lagoa S. Paulo	CESP	Abr/83 **	Planejado	8.247	552
Pirituba 1	FAZ. EST.	Mai/84	Ocupação	2.511	86
Pirituba 2	FAZ. EST.	Mai/84	Ocupação	1.341	53
Pirituba 3	FAZ. EST.	Dez/86	Ocupação	525	86
Porto Feliz 1	CODASP	Dez/85	Ocupação	1.090 ^c	42
Porto Feliz 2	CODASP	Dez/85	Ocupação		41
Promissão	CESP	Out/83	Ocupação	125	8
Rosana	FAZ. EST.	Out/86	Planejado	2.582	126
Sumaré 1	FEPASA	Fev/84	Ocupação	338	26
Sumaré 2	FEPASA	Ago/85	Ocupação	377	29
Três Irmãos 1	CESP	Set/85	Ocupação	97	21
Três Irmãos 2	CESP	Set/85	Ocupação	136	11
Total				36.167	2.150

Fonte: Secretaria Executiva de Assuntos Fundiários e Pesquisa "Análise e Avaliação dos Projetos de Reforma e Assentamentos no Estado de São Paulo". Apud Barbosa e Leite (1991, p. 44). Notas: (a) O número de famílias oscila ao longo do período, os dados apresentados referem-se ao biênio 1988/89; (b) O primeiro assentamento em Lagoa S. Paulo foi realizado em março de 1979, e em abril de 1983 foram implantadas as famílias restantes; (c) A área de 1090 ha refere-se a Porto Feliz 1 e 2.

Em que pese os programas estaduais, até os anos 1980, os poucos conflitos ocorridos, no período da ditadura, ocasionaram ocupações de áreas isoladas e residuais na luta pela terra, contudo, no bojo das manifestações pela redemocratização e surgimento de novos atores políticos e sociais tais como MST, PT, CPT, a luta pela terra ganha maior dimensão e maior articulação nacional, imprimindo ao poder público, a necessidade de novas respostas⁴⁷.

Os principais personagens do dilema agrário no estado de São Paulo, a partir dos anos 1980, foram os posseiros, meeiros, arrendatários e sítiantes atingidos por barragens. Somam-se a estes, os movimentos derivados de organizações sindicais, especialmente no que se refere a trabalhadores

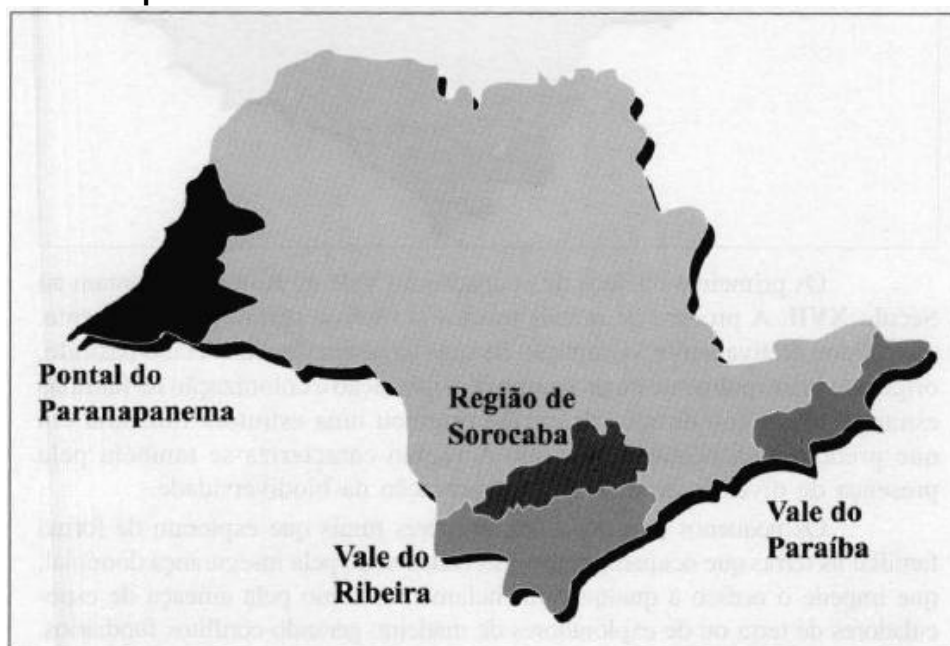
⁴⁷ Para um estudo sobre a formação de assentamentos rurais anteriores à década de 1980 ver Martins (1979) e Bergamasco et al (1991).

assalariados ligados ao corte da cana. E, em meio à constituição e fortalecimento desta forma de reivindicação e luta deve-se levar em consideração os migrantes de todo o país que passam a buscar movimentos organizados como instrumento de conquista de terra e trabalho (NORDER, 2004, p. 78).

Na tentativa de responder às demandas crescentes por reforma agrária, as áreas onde foram implementados os primeiros assentamentos rurais pertenciam a empresas estatais, a exemplo da FEPASA (Ferroviárias Paulistas S.A), CODASP (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário de São Paulo), CESP (Companhia Energética de São Paulo) e Petrobrás. Outras terras pertenciam ao governo do estado, além de áreas griladas ou devolutas, especialmente as áreas do Pontal do Paranapanema, do Vale do Ribeira e parte da região de Sorocaba e do Vale do Paraíba.

As especificidades regionais no processo de formação dos assentamentos rurais no estado não permitem generalizações demasiadas em suas análises, cabendo, portanto algumas reflexões sobre estas áreas marcadas pela grilagem e pela dificuldade de ação e coordenação estatal (Mapa 2.1). Estas regiões possuem características em comum: estão localizadas nos extremos do Estado, estando fora das principais rotas de desenvolvimento econômico, tendo ainda uma situação econômica comparativamente menor que a do restante do estado, elevado percentual de terras devolutas e de áreas não discriminadas.

Mapa 2.1 – Áreas selecionadas do Estado de São Paulo



Fonte: ITESP, 2000, p. 15

O Vale do Ribeira apresenta complexa estrutura agrária e presença de conflitos entre comunidades camponesas e as unidades de conservação. A questão agrária em relação às comunidades tradicionais envolve diferentes grupos de interesse, tais como ecologistas, quilombolas, indígenas, camponeses, latifundiários dedicados à cultura da banana, entre outros. São, segundo o projeto Territórios da Cidadania, 437.908 habitantes, dos quais 114.854 vivem na área rural, o que corresponde a 26,23% do total. Possui 7.037 agricultores familiares, 159 famílias assentadas, 30 comunidades quilombolas e 3 terras indígenas⁴⁸. Os primeiros núcleos de ocupação no Vale do Ribeira remontam ao Século XVII. A procura de ouro e prata, no século XIX, consolidou a efetiva ocupação da área, principalmente através de programas de imigração e colonização de famílias estrangeiras.

A região é hoje uma das poucas que mantém, conservado, um contínuo de Mata Atlântica em todo o país e apresenta uma situação agrária bastante complexa. O aumento da especulação e o processo de grilagem de vastas áreas, que ocorreu entre os anos de 1950 a 1980, geraram elevada

⁴⁸ Informações disponíveis no Sistema de Informações Territoriais, disponível no site do Ministério do Desenvolvimento Agrário (<http://sit.mda.gov.br>) acessado em 13 de Setembro de 2010.

concentração fundiária e formação de latifúndios na região, contudo sem amparo legal, causando tensões e conflitos no campo. Segundo Bernini (2009, p. 42):

A melhoria do sistema viário junto com a expansão da agricultura comercial colaboraram para a intensificação dos conflitos de terra na região. O processo de terras era bastante duvidoso, pois na maioria das vezes ignorava a presença do posseiro e o fato de muitas terras serem públicas.

De modo ilustrativo, 604.000 hectares da parte paulista do Vale do Ribeira, são considerados áreas não discriminadas, algo em torno de 40% de todo o território (MARINHO, 2006).

De toda a área do Vale do Ribeira, 60% se constitui de Unidades de Conservação (UCs). Na região estão presentes também sítios arqueológicos de 2.000 a 2.500 anos, além de populações indígenas e remanescentes quilombolas o que, por seu turno, complexifica a gestão e a interação entre as UCs e a dinâmica econômica e ecológica local e regional, aumentando a vulnerabilidade da população local (MARINHO, 2006).

A atividade agrícola mais presente é o cultivo da banana, cultura introduzida na década de 1960 e produzida em larga escala com a presença de insumos e defensivos químicos pelas médias e grandes propriedades, entretanto, também adotada pelos camponeses como estratégia de sobrevivência, o que fez a rizicultura quase desaparecer na região⁴⁹.

Com as limitações impostas a partir da publicação dos decretos que criaram as Unidades de Conservação, os camponeses, proprietários e posseiros, passaram a sofrer maiores restrições para trabalhar nas terras. Um dos maiores complicadores é a ausência de segurança quanto à posse, além de planos de manejo ecologicamente viáveis e autossustentados.

A região de Sorocaba, contígua ao Vale do Ribeira, embora inserida em uma das áreas com altos níveis de industrialização e de urbanização do estado, também abrange o chamado "Ramal da Fome", caracterizado pelos baixos níveis de renda de grandes parcelas da população e elevado grau de

⁴⁹ Um problema adicional para a região do Vale do Ribeira é a detecção recente da *Sigatoka Negra*, doença que afeta a bananeira e exige elevada profissionalização e controle sanitário para viabilizar a produção (GONÇALVES, et al, 2007)

pobreza. Localizada no entorno da Serra de Paranapiacaba, apresenta problemas de ocupação, pois é caracterizada pela presença de pequenas e médias unidades de produção, com incidência de conflitos decorrentes da ação de especuladores imobiliários, motivados, principalmente, pela pequena distância dessas áreas à capital paulista.

O Vale do Paraíba é outra região com problemas de regularização fundiária, pois possui grande parte de seu território inserido em Unidades de Conservação. Soma-se a isto a ocorrência de conflitos envolvendo pequenos posseiros e especuladores imobiliários que têm agido em função da ausência de uma atuação mais eficiente por parte do Estado.

Mesmo com problemas de ordem fundiária, o Vale do Paraíba tem como bagagem histórica ter sido a primeira região do estado de São Paulo a explorar a cafeicultura de grande porte. Com a decadência da cultura, a exploração da pecuária leiteira foi incentivada, devido às restrições do relevo com altas declividades das terras, tendo sido a mais importante bacia leiteira do estado até os anos 1970. Com a emergência de outras bacias leiteiras, a especialização no gado semiconfinado ou confinado, para a produção de leite, foi a alternativa tecnológica experimentada na região, também encontrando concorrência acirrada com outras regiões que produziam em sistemas menos onerosos (JÚLIO et al, 2006).

Já o Pontal do Paranapanema é uma região que se originou de um grilo de mais de um milhão e cem mil hectares, sendo um dos maiores processos de grilagem de terras devolutas da história do Brasil e a região de maior número de conflitos do estado. Em março de 1984, o governo decretou as primeiras desapropriações e arrecadou uma área de 15.110 hectares, de algumas fazendas, para assentar cerca de 470 famílias (FERNANDES, 1999). O assentamento implantado recebeu o nome de Gleba XV de Novembro, sendo a primeira conquista de uma série de outros assentamentos realizados, especialmente a partir dos anos 1990, com a organização do MST na região⁵⁰.

Conforme apontado por Medeiros e Leite (1999), uma nova fase nos programas estaduais de ocupações de áreas públicas destinadas ao

⁵⁰ Segundo dados do DATALUTA, entre os anos de 1988 e 2008, 691 ocupações envolvendo 97.702 famílias. São ao todo 109 assentamentos, totalizando 6.111 famílias beneficiadas em uma área de 140.272 hectares, conforme publicação disponível em www.fct.unesp.br/nera.

assentamento de famílias no espaço rural originou-se a partir dos anos 1990, quando o governo foi forçado a se voltar para a região do Pontal do Paranapanema dada à potencialidade dos conflitos naquela região.

Apesar de grande parte das ações dos movimentos sociais estarem localizadas no Pontal do Paranapanema, houve grande movimentação em outras regiões do estado, notadamente nas regiões norte, noroeste e central. Uma explicação pode ser encontrada, segundo Feliciano (2009), na mudança de orientação do governo estadual que diminuiu a arrecadação de terras devolutas no Pontal e na expectativa de uma atuação mais efetiva do governo federal, após a eleição de um governo petista.

É fato que a criação de assentamentos rurais, a luta pela terra e a política de reforma agrária não caminham na mesma velocidade, cabendo aos movimentos sociais a manutenção do tema, enquanto bandeira no debate político. Existem hoje aproximadamente mais de 90 movimentos de luta pela terra em todo o país, contudo, indubitavelmente o MST, além de ser o mais representativo em termos de ações práticas, é o mais completo em termos de estrutura organizacional. Em meados dos anos 1990, já estava presente em 23 estados brasileiros e contava com apoio de diversas organizações internacionais.

Mesmo o MST tendo sido formalmente fundado apenas em 1984, em seu primeiro encontro nacional, na cidade de Cascavel, no estado do Paraná, sua origem deve ser entendida pelo menos com cinco anos de antecedência. A partir de 1979, em cinco estados do Centro-Sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul), aconteceram ocupações de terra e lutas de resistências de posseiros e de arrendatários que, capitaneadas pela CPT, deram origem aos primeiros encontros populares de caráter nacional para discutir temas como luta pela terra e a reforma agrária.

Em São Paulo, não foi diferente. Até 1984, o estado contava com movimentos isolados nas regiões de Andradina, Pontal do Paranapanema, Itapeva e Campinas, articulados pela CPT. Com a fundação do MST em nível nacional, o Movimento estabeleceu uma secretaria estadual na cidade de São Paulo, junto à sede da CUT e, a partir de 1985, expandiu-se para região de Campinas, onde as conquistas dos assentamentos Sumaré I e Sumaré II, em

áreas da FEPASA, tornaram-se importantes bases na formação do MST no estado (FERNANDES, 1999).

As primeiras ocupações do MST-SP foram realizadas em terras do estado (Tabela 2.12). No período posterior (1985-1990), o Movimento começou a ocupar latifúndios e terras devolutas, avançando na direção das regiões de Bauru, Araçatuba, Itapetininga e Pontal do Paranapanema (FERNANDES, 1999). Em São Paulo, assim como em todos os estados, o processo de conquista de assentamentos aconteceu muito mais pelas ocupações do que pelos projetos de governo, envolvendo um significativo número de famílias (Tabela 2.13).

Ano	São Paulo		Brasil	
	Ocupações	Famílias	Ocupações	Famílias
1997	39	5277	463	58266
1998	78	6213	599	76482
1999	29	8571	593	77612
2000	29	5999	393	64497
2001	20	3024	194	26120
2002	17	2811	184	26958
2003	33	6329	391	65552
2004	71	7254	496	79591
2005	53	5942	437	54427
2006	71	5311	384	44364
2007	75	7737	364	49158
2008	49	3022	252	25559
2009	87	6971	290	27278
Total	651	74461	5040	675864

Fonte: Setor de Documentação da CPT Nacional. Elaboração do autor.

Cumprindo seu papel, os movimentos sociais mantêm a reforma agrária na pauta política do Estado reforçando a bandeira de que a reforma agrária, entretanto, é dever do Estado, em que pese à constatação empírica de que sua participação atual não está sendo nem determinante, nem propositiva. Em São Paulo, os projetos federais de assentamentos rurais até o final dos anos 1990 somaram 23 áreas com 2.823 famílias beneficiadas, com destaque para dois que foram os mais populosos: a fazenda Primavera, no município de Pirituba, com 343 famílias e a fazenda Reunidas, em Promissão, com 629 famílias.

Os dados disponíveis, segundo o ITESP, o INCRA e o DATALUTA, registram 244 assentamentos rurais no estado de São Paulo. Divididos por Regiões Administrativas, os 244 assentamentos estão inseridos em 88 municípios distribuídos nas 15 RAs presentes no estado, com destaque para as RAs de Presidente Prudente com 120 assentamentos, Araçatuba com 34, Sorocaba com 19 e Bauru com 17 (Tabela 2.14).

Tabela 2.14 – Assentamentos de reforma agrária no estado de São Paulo, por Região Administrativa (1981 – 2010)

RA	Número de Municípios	Número de Assentamentos	Número de Famílias	Área (ha)
Araçatuba	12	34	2.865	49.840,00
Barretos	2	3	181	3.865,00
Bauru	11	17	1.803	37.097,00
Campinas	9	13	617	5.536,00
Central	5	14	868	11.822,00
Franca	3	3	199	3.271,00
Marília	2	3	76	727,00
Pres. Prudente	18	120	7.156	165.881,00
Registro	2	2	87	3.478,00
Ribeirão Preto	5	5	844 ^a	7.728,00
Santos	1	1	15	153,00
São J. do Rio Preto	1	1	39	1.074,00
São J. dos Campos	4	5	304	3.696,00
São Paulo	4	4	178	1.187,00
Sorocaba	9	19	1.342	31.329,00
Estado de São Paulo	88	244	16.574	326.684,00

Fonte: Projeto DATALUTA. Dados atualizados em abril de 2010. Elaboração Própria.
Nota: Na pesquisa de campo foram identificadas 464 famílias no Assentamento PDS da Barra, ao contrário de 400 listadas nos dados brutos do NERA. Sendo assim, na RA de Ribeirão Preto o número correto é 908 famílias, o que totaliza para o estado, 16.638 famílias.

A RA de Presidente Prudente é a que contém a maior expressividade em famílias assentadas, ao todo são 7.156 distribuídas em 18 municípios, numa área superior a 165 mil hectares, o que representa 50,7% do total da área destinada a assentamentos rurais no estado⁵¹. Mesmo tendo a maior área desapropriada, maior número de famílias envolvidas em ocupações e assentamentos e ser, midiaticamente, a mais conhecida região de conflito agrário do estado, a RA de Presidente Prudente não pode expressar a

⁵¹ Uma tabela completa com dos dados básicos de todos os assentamentos rurais do estado consta do Anexo VI, antecedido pelo Anexo V que apresenta um mapa com a divisão político-administrativa do estado de São Paulo.

totalidade do problema, dadas as especificidades regionais que para o estado de São Paulo são marcantes.

Neste sentido, como já antecipado, esta tese busca uma análise mais pormenorizada da RA de Ribeirão Preto. É nesta região que o desenvolvimento das forças produtivas se consolidou gerando grandes cadeias agroindustriais – especialmente a sucroalcooleira, hegemonizando o perfil produtivo regional, reduzindo a quantidade mão de obra necessária nas atividades agropecuárias ao mesmo tempo em que tornava esta região uma das mais importantes para o agronegócio no país. Diante do exposto, aparentemente não haveria porque efetivar assentamentos rurais de reforma agrária em um espaço de tamanho dinamismo; entretanto, o fato de existirem cinco assentamentos abrigando mais de 900 famílias torna esta região um importante laboratório para se examinar as possibilidades de reforma agrária, enquanto política social de enfrentamento da miséria e do desemprego, mesmo em regiões com agricultura moderna, dinâmica e integrada às grandes cadeias nacionais e internacionais do agronegócio.

Cabe adiantar, a priori, que nesta região, a trajetória dos cinco assentamentos pesquisados demonstra que no tocante à ação dos órgãos públicos responsáveis pelos projetos, houve falta de planejamento, desorganização na oferta de créditos e assistência técnica, o que, por seu turno, acabou por prejudicar em muito o desenvolvimento econômico dos produtores assentados. Entretanto, em que pese às dificuldades apresentadas, os assentamentos implementados na região ribeirão-pretana, na medida em que se reproduzem socialmente, trazem à tona importantes questões a serem investigadas a exemplo do porquê das dificuldades apresentadas, sendo a região visivelmente dotada de infraestrutura viária, amplo mercado consumidor e, entre outras qualidades, notório desenvolvimento tecnológico. À investigação que se propõe, associa-se uma indagação basilar a ser respondida, notadamente no próximo capítulo, a saber: qual a possibilidade e viabilidade de se fazer reforma agrária em áreas capitalistas tão avançadas.

Neste sentido, a proposta do Capítulo III é analisar o que efetivamente foi realizado enquanto política de assentamentos rurais na Região Administrativa de Ribeirão Preto, além de mostrar quais os elementos conjunturais centrais que nortearam o processo de desenvolvimento destes

assentamentos. Ainda tem como intuito analisar a estrutura dual do uso e ocupação do solo nesta região, onde se concentram as atividades agrícolas de maior valor comercial do estado e cinco projetos de assentamentos rurais. Cabe saber se estes assentamentos, inseridos em um espaço com agricultura altamente moderna foi importante para a melhoria das condições de emprego e vida da população assentada.

Considerações finais do capítulo

No decorrer deste capítulo buscou-se analisar as especificidades do desenvolvimento agrícola no estado de São Paulo. Nesta análise, consideramos que, no estado de São Paulo, foram pequenas as alterações ocorridas nos indicadores de distribuição da posse da terra, podendo-se, entretanto, inferir que, pelo menos entre 1960 e 1996, elas se deram no sentido de elevada concentração com redução residual do Índice de Gini que inverte seu sentido nos últimos anos, ou seja, aumenta a concentração da posse da terra.

Soma-se à elevada concentração fundiária no estado outro grave problema, a saber: a negação de trabalho no campo. Os constantes aumentos de produtividade por incorporação de tecnologia na agropecuária causaram uma redução de pessoal ocupado de cerca de meio milhão desde os anos 1970.

Os impactos mais gerais pelos quais passou a economia brasileira afetaram de modo diferenciado as propriedades rurais. Enquanto a grande produção contou com políticas públicas para a geração de superávits comerciais para fazer frente aos problemas de balanço de pagamentos, a agricultura camponesa foi duramente afetada pelas políticas neoliberais implantadas na sequência. Mas, mesmo com uma agropecuária ligada ao agronegócio, existe também uma enorme gama de pequenas cadeias produtivas de produção especializadas localmente que, embora tenham reduzido impacto na renda bruta agropecuária total, apresentam elevada importância local.

Longe de uma convivência pacífica, estas lógicas distintas revelam mais uma vez que os ganhos de produtividade ficaram ao largo da melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, o que por sua vez, corroborou de modo estrutural para o aumento dos conflitos no campo e na luta pela terra. Existe um descompasso ente a luta pela terra e a política de reforma agrária o que, por seu turno, acaba dando destaque às ações de movimentos organizados, tais como o MST, principal expoente da bandeira da reforma agrária.

Mesmo diante das limitações na competência dos estados no que tange às políticas fundiárias, a gênese da formação dos assentamentos rurais teve, em São Paulo, uma predominância de ações do governo estadual que somadas às ações federais, criaram especificidades merecedoras de uma análise mais pormenorizada feita no próximo capítulo.

CAPÍTULO III

QUESTÃO AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE RIBEIRÃO PRETO: AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA CAMPONESA

Nos capítulos anteriores demonstrou-se o contrassenso da visão conservadora que julga desnecessária a reforma agrária no Brasil, uma vez que a agricultura já teria cumprido, notadamente no período pós-1960, sua função clássica de produção de alimentos e geração de excedente de mão de obra para o processo de industrialização nacional.

Nesta tese, insiste-se que existe uma questão agrária no Brasil. Em que pese o agronegócio brasileiro ser um dos mais modernos do mundo, o modelo capitalista não arrefeceu a necessidade de uma reforma agrária mais ampla e de caráter mais social. Apresenta-se aqui uma alternativa ao pensamento conservador, no qual o agronegócio pretende ser a solução dos problemas agrícolas do país e a reforma agrária ultrapassada, entre outras razões, por sua “ineficiência produtiva”. Em outras palavras, o volume de recursos empregados em determinado investimento social – no caso, a reforma agrária – só se justificaria se apresentasse retornos mais elevados que inversões em outros setores econômicos. Este raciocínio é base do pensamento liberal, que recusa, por ineficiência, a reforma agrária. Em sentido oposto, pretende-se aqui reforçar os argumentos inerentes ao custo social da não realização da reforma agrária.

Buscou-se, nas páginas anteriores, demonstrar que o aumento dos conflitos no campo e na luta pela terra, na região estudada, nos marcos da grande heterogeneidade estrutural da agricultura paulista, é revelador de que as distintas lógicas produtivas ficaram ao largo das melhorias das condições de vida dos trabalhadores do campo. Contudo, isto não impediu que a organização de trabalhadores se cristalizasse na formação de cinco assentamentos rurais na região ribeirão-pretana. Neste tópico, tendo como referência as pesquisas de campo e as entrevistas realizadas, o intuito é verificar em que condições estes assentamentos rurais podem subsistir em um território dominado por uma agricultura capitalista como a da região em estudo.

Mais ainda: como se resolvem, nestes assentamentos, questões fundamentais para a sua própria reprodução social, tais como acesso a mercados, financiamentos, organização da produção, geração de renda, acesso à saúde e à educação, entre outras questões relevantes para verificar a validade ou não de uma política de reforma agrária com viés social.

Em termos sociais, a reforma agrária constitui-se como um contraponto ao problema do desemprego e da miséria que atinge há muito tempo os municípios em todo o Brasil. Em termos econômicos, além do emprego, uma política estruturada de reforma agrária tende a recuperar os investimentos sociais no campo com impactos positivos nos custos de urbanização. Mais do que isto, pode-se reter parte do êxodo rural ou invertê-lo, pelo aumento da ocupação rural; melhorar o padrão de vida dos trabalhadores rurais beneficiados e aumentar o uso de terras ociosas, enfrentando os mecanismos de especulação imobiliária (CANO, 1986).

Mesmo com elevada capitalização do setor agropecuário, é impossível escamotear os dilemas relacionados ao não enfrentamento da questão agrária em prol dos interesses dos grandes proprietários rurais no Brasil como um todo, mas particularmente no estado de São Paulo. Exemplo marcante está na fragilidade institucional no que tange à efetiva posse e à titulação da propriedade, especialmente em regiões como o Pontal do Paranapanema e o Vale do Ribeira.

Este capítulo se vale de uma região específica, mas muito emblemática, a Região Administrativa de Ribeirão Preto, onde a capitalização do setor agropecuário chama atenção, com destaque para o plantio da cana-de-açúcar e todo o setor sucroalcooleiro. O cultivo da cana, em 2010, por exemplo, representou 78,2% de todo o valor da produção da RA e 9,4% de todo o valor da produção desta cultura no estado.

A presença de várias unidades industriais ligadas diretamente ao setor agrícola consolidou esta região como um dos polos agroindustriais mais importantes do Brasil. Entretanto, mesmo com o forte predomínio do agronegócio, na região de Ribeirão Preto, existe forte desigualdade presente no campo, acompanhada de expressiva luta pela terra, por parte de movimentos sindicais e sociais organizados, especialmente a partir da década

de 1980, quando os trabalhadores rurais passaram da luta por melhores condições de trabalho à luta pela terra.

A justificativa da escolha desta Região Administrativa como estudo de caso partiu da constatação de sua importância na dinâmica agroindustrial estadual e nacional. Ao mesmo tempo, paradoxalmente, encontram-se, nesta região, cinco projetos de assentamentos rurais, que contam com 908 famílias beneficiadas, tentando viabilizar pequenas propriedades rurais a partir do trabalho familiar.

Os assentamentos se localizam nos municípios de Jaboticabal, Pitangueiras, Pradópolis, Serra Azul e Ribeirão Preto. Os três primeiros foram estabelecidos sob a responsabilidade do ITESP e os dois últimos sob a responsabilidade do INCRA. Além do ano de implantação – todos efetivados até 1999 – os assentamentos estaduais apresentam outra importante característica comum, a saber: todos foram implantados em antigas áreas de hortos florestais. Já os projetos mais recentes, sob a responsabilidade do INCRA, são Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Isso significa que os princípios básicos norteadores destes projetos recaem no associativismo e na agroecologia como condição básica para a concessão do uso da terra e conseqüentemente acesso a crédito.

Para a execução dos objetivos propostos, o trabalho recorre a uma importante pesquisa bibliográfica, assim como a uma pesquisa *in loco*, valendo-se de trabalho de campo, a partir de entrevistas com agentes representativos locais e regionais.

Este capítulo final está estruturado em quatro tópicos básicos, além desta sucinta introdução e das considerações finais. O tópico 1 faz um breve resgate histórico sobre a formação e o desenvolvimento da região ribeirão-pretana, de modo a demonstrar o processo estrutural que levou a região a se consolidar enquanto *Califórnia Brasileira*, sinônimo de agricultura moderna. No tópico 2, o intuito é deixar claro que, mesmo com o desenvolvimento das modernas forças capitalistas no campo, a região registrou conflitos territoriais que acabaram por se materializar em cinco projetos de assentamentos rurais iniciados no final da década de 1990. A justificativa de implementação destes assentamentos, constituídos a partir da luta pela terra em escala tanto regional quanto estadual, está alicerçada na busca por melhores condições de emprego

e de vida da população beneficiada, o que por seu turno, merece ser analisado, sendo este o intuito do tópico 3 deste capítulo. Dito de outro modo, a ideia do tópico 3 é o de qualificar a dimensão da questão agrária na Região Administrativa de Ribeirão Preto a partir de revisão bibliográfica das análises das entrevistas colhidas e das visitas aos assentamentos pesquisados. Por fim, o tópico 4 tem como objetivo contextualizar os assentamentos pesquisados com a dinâmica socioeconômica recente da região, no que tange à riqueza da região vis-à-vis a difusão da pobreza.

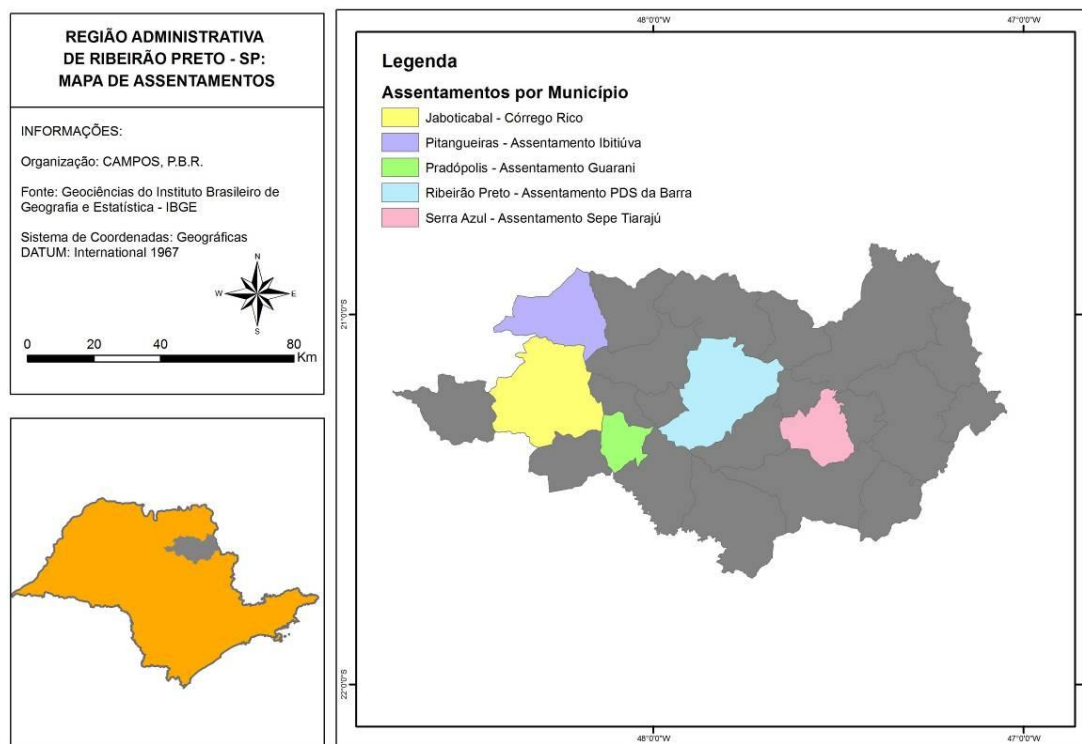
3.1 – Formação e desenvolvimento regional: evolução econômica da RA de Ribeirão Preto

A Região Administrativa de Ribeirão Preto conta com uma população estimada em 1.248.360 habitantes, área de 9,3 mil km². Constitui-se em uma única Região de Governo, a de Ribeirão Preto, tendo seus habitantes distribuídos em 25 municípios, densidade demográfica de 134,23 hab./km² e taxa anual de crescimento populacional de 1,66% (SEADE, 2011)⁵². Ela está situada a nordeste do estado, a aproximadamente 300 km da capital, estrategicamente localizada na rota que liga a Grande São Paulo à região central do Brasil, encontrando-se a 706 km de distância do Distrito Federal.

Em um raio de 200 km, encontram-se as principais cidades do interior do estado, bem como do Triângulo Mineiro: Araraquara, Bauru, Barretos, Campinas, Franca, Limeira, São Carlos, São José do Rio Preto, Uberaba, Uberlândia e Ituiutaba. Sua principal via de acesso é a Rodovia Anhanguera (SP 330), ligando-a à capital, passando por Campinas e, em sentido contrário, ao Triângulo Mineiro, além de outras cinco rodovias estaduais que estabelecem ligação com diversas regiões do país, além de aproximá-la às RAs próximas (BRANDÃO e MACEDO, 2007).

⁵² Os municípios que compõem a RA são: Altinópolis, Barrinha, Brodowski, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Guataparã, Jaboticabal, Jardinópolis, Luís Antônio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Cruz da Esperança, Santa Rosa de Viterbo, Santo Antônio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho, Taquaral. Ver anexo VIII.

Mapa 3.1 – A RA de Ribeirão Preto e a localização dos municípios com assentamentos



Fonte: Elaboração Campos (2011), conforme indicações técnicas contidas no mapa.

Muito da formação e da evolução do processo de desenvolvimento, não apenas da Região Administrativa de Ribeirão Preto, mas de todo o estado de São Paulo, já foi exposto em estudos anteriores⁵³. Sendo assim, cabe aqui fazer apenas uma breve caracterização histórica, a fim de reter os traços principais da formação econômica desta região e das características de sua inserção mercantil preliminar na dinâmica da economia paulista, dando destaque ao forte processo de concentração de atividades agroindustriais pela qual passou a região.

O caráter desbravador da colonização dessa área acarretou toda uma intensificação da agricultura que, por sua vez, trouxe rápidas implicações para a região, aumentando o contingente populacional, tanto no campo quanto na cidade. Aumentou-se também o número dos núcleos urbanos com

⁵³ As sínteses dessas principais pesquisas foram publicadas em CANO, W. (Coord.). *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*. Fundação Seade, São Paulo, 1988, 3 v. e CANO, W. (Coord.). *São Paulo no Limiar do século XXI*. Fundação Seade, São Paulo, 1992, 8 v. Estes estudos abarcaram o período de 1970 a 1989. Em nova pesquisa, atualizou-se esse estudo, publicado em CANO, W; BRANDÃO, C. A; MACIEL, C. S. e MACEDO, F. C. *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Ed. Alínea, Campinas, 2007.

capacidade para realização de diversas atividades econômicas, propiciando o surgimento de uma divisão inter-regional do trabalho, estabelecendo uma hierarquia das cidades paulistas, capitaneadas por Ribeirão Preto, no norte do estado.

O café foi o principal produto brasileiro e paulista em grande parte do século XIX e início do século XX. No final do século XIX a região de Ribeirão Preto já se destacava como principal produtora e os efeitos multiplicadores não tardaram a ocorrer: construção de estradas de ferro, armazéns e instalação e ampliação de atividades terciárias. A infraestrutura gerada para dar suporte ao café, especialmente em termos de transporte e energia, foi fundamental para o surgimento de uma importante agricultura mercantil de alimentos e matérias-primas e do impulso inicial da industrialização da região.

Com a crise de 1929, o café deixou de ser o principal produto de exportação do Brasil, afetando diretamente a produção regional. Contudo, mesmo com a forte retração dos municípios produtores, a região foi bastante beneficiada com as *economias externas* geradas na fase áurea do café. A região demonstrou capacidade de responder às novas demandas do mercado, dada a acumulação anterior de capital, ocasionando uma diversificação da produção regional, especialmente na pecuária, cana-de-açúcar, arroz, milho, feijão e algodão (ELIAS, 1996; FREITAS, 2008).

É bom lembrar que, até fins da década de 1950, no bojo do processo de industrialização restringida, a agricultura paulista foi impelida a cumprir três exigências básicas: 1) ampliação das exportações para garantir as inversões industriais, 2) fornecimento de matérias-primas e aumento da produção de alimentos, além de sua diversificação e 3) liberação de mão de obra para as atividades urbano-industriais. A partir dos anos 1960, findada a fase de expansão da fronteira agrícola paulista, ocorreu uma diminuição da atração populacional de municípios menores da região. Parte dos trabalhadores que se fixaram nos centros urbanos continuou trabalhando no meio rural como mão de obra volante ou boias-frias.

Na década de 1970, no bojo das políticas do II PND, o Programa Nacional do Alcool (Proálcool) foi outro fator importante para a consolidação da modernização agrícola da região de Ribeirão Preto em decorrência dos efeitos

multiplicadores dos investimentos a montante e a jusante do setor sucroalcooleiro (NEGRI, 1996, p. 187).

Em resumo, as transformações iniciadas na era Vargas e aprofundadas no governo de Juscelino Kubitschek transferiram parte do excedente agrícola para sustentar o setor industrial nascente. Se a industrialização foi concentrada, notadamente em São Paulo, a urbanização teve uma escala muito mais ampla, provocando o crescimento de cidades de diversos tamanhos em todo o território nacional, gerando, com isso, “*diversas centralidades, níveis e áreas de influência*” (MONTE-MÓR, 2007, p. 93-94).

O aprofundamento da divisão inter-regional do trabalho ratificou e fortaleceu a agropecuária e as cadeias agroindustriais na RA de Ribeirão Preto, além de tornar o município de Ribeirão Preto um polo regional concentrador de fluxos populacionais e atividades econômicas (CUNHA e BAENINGER, 2000). Na busca por culturas com maior produtividade, visando o mercado internacional, o incremento tecnológico que a região absorveu também foi fundamental para sua dinâmica agrícola diferenciada.

O processo de modernização da agricultura acabou por condicionar o desenvolvimento econômico da RA de Ribeirão Preto. As culturas que contaram com incentivos do governo multiplicaram-se: inicialmente, o café e a laranja e, posteriormente, a cana-de-açúcar. A indústria de açúcar e de álcool induziu relações a montante com importante segmento de máquinas e de equipamentos sucroalcooleiros especializados (BRANDÃO e MACEDO, 2007).

Além de difundir inovações, a região também passou a produzir novas tecnologias, novas formas organizacionais, ocupacionais e espaciais (FREITAS, 2008, p. 47). A acelerada modernização agrícola contribuiu na expulsão de camponeses e no aumento do número de trabalhadores rurais temporários, mais conhecidos como boias-frias, além de reduzir a utilização de trabalhadores permanentes, bem como a utilização da ocupação da mão de obra familiar⁵⁴.

Do ponto de vista do Valor da Produção Agropecuária (VPA), a cana-de-açúcar, o café beneficiado, a carne bovina, a laranja para indústria e a carne de frango estão entre as principais culturas da região, pelo menos nos

⁵⁴ Os conflitos gerados por este processo de forte exclusão social serão analisados mais à frente, quando for tratada a luta pela terra e a formação dos assentamentos rurais na região.

últimos dez anos. Somados, estes três produtos obtiveram, em 2010, 89,4% do total do valor da produção da região, com claro destaque para a cana-de-açúcar, que sozinha, obteve 78,2%.

Segundo Pires (1994), a expansão da cultura da cana-de-açúcar e seu processamento têm sido responsáveis pelos efeitos mais marcantes na estruturação do espaço regional, nas relações de produção e de trabalho e, conseqüentemente, nos movimentos populacionais. Dentre os principais impactos da cultura canavieira, pode-se destacar: substituição de outras culturas pela monocultura da cana, valorização das terras e maior concentração fundiária; substituição da mão de obra permanente pela temporária, com residência na cidade e o aumento dos fluxos migratórios, com destaque para o movimento sazonal na época da safra (DEDECA, MONTALI e BAENINGER, 2009, p. 33).

No que tange ao estoque de empregados com carteira assinada, a RA registrou, para o ano de 2010, 367.019 trabalhadores. O setor com maior número de vínculos empregatícios foi o setor de serviços, com 151.975 empregos formais registrados e um crescimento de 78,41% em relação a 1999. A indústria representa o segundo setor que mais emprega na região, com 90.531 postos com carteira assinada e um crescimento da ordem de 131% em relação ao ano de 1999. Em segundo tem-se o comércio, com 87.471 empregos formais, com crescimento de 109% em relação a 1999. A construção civil apresentou maior crescimento relativo, com 211% de crescimento nos postos formais de emprego, mas, em termos absolutos, registrou para 2010 apenas 21.664 vínculos empregatícios em toda a RA. O único setor que desempregou trabalhadores foi o agropecuário, com uma redução de 51% dos vínculos registrados, ou, em termos absolutos, uma perda de 16.225 postos de trabalho. Em grande parte isto se deveu à redução da queima das lavouras de cana e a mecanização da colheita (Tabela 3.1).

Tabela 3.1 – Total de vínculos empregatícios, por setor de atividade, na RA de Ribeirão Preto – 1999/2010

Ano	Agropecuária	Comércio	Const. Civil	Indústria	Serviços	Total
1999	31.633	41.782	6.953	39.177	85.183	204.728
2000	24.507	44.159	7.760	41.377	93.148	210.951
2001	24.797	45.999	10.217	44.466	98.607	224.086
2002	18.919	49.298	9.573	50.167	105.517	233.474
2003	13.697	53.555	8.441	56.436	108.437	240.566
2004	13.731	57.758	9.153	61.777	111.015	253.434
2005	13.434	63.335	9.625	62.805	116.480	265.679
2006	14.694	66.112	10.170	72.750	121.838	285.564
2007	14.601	71.512	12.996	82.742	129.498	311.349
2008	14.429	77.162	15.190	83.431	132.181	322.393
2009	15.756	81.196	18.653	83.668	137.703	336.976
2010	15.378	87.471	21.664	90.531	151.975	367.019

Fonte: Fundação Seade. Elaboração própria

Em síntese, a lógica da modernização da agricultura trouxe consigo considerável processo de concentração do capital. Como exemplo, observado o movimento de concentração e internacionalização do capital na região de Ribeirão Preto, em outubro de 2009, a empresa francesa Louis Dreyfus Commodities anunciou a compra de cinco usinas da Santelisa Vale, de Ribeirão Preto. A fusão criou o grupo LDC-SEV Bioenergia, tornando-se o segundo maior produtor mundial de açúcar e etanol. O grupo anunciou que pretende produzir 40 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano e tem participação acionária das famílias Biaggi e Junqueira, do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Banco Goldman Sachs (MENDONÇA, 2010)⁵⁵.

Se, por um lado, cresce a concentração do capital e permanece elevada a incorporação de tecnologia na produção agrícola, por outro lado, têm-se tornado mais visíveis os impactos sociais, destacando-se o desemprego estrutural e a precarização das relações e das condições de trabalho. Segundo dados da Pastoral do Migrante do Município de Guariba, entre 2004 e 2008 houve 21 mortes de cortadores de cana nas usinas da região, grande parte

⁵⁵ A participação de empresas estrangeiras na indústria da cana no Brasil cresceu de 1% em 2000 para 20% em 2010. Existem cerca de 450 usinas no Brasil, controladas por 160 empresas nacionais e estrangeiras. De acordo com estudo do grupo KPMG Corporate Finance, de 2000 a setembro de 2009 ocorreram 99 fusões e aquisições de usinas no Brasil. Entre estas, 45 negociações aconteceram no período de 2007 a 2009, sendo que em 22 casos ocorreu a compra de uma usina nacional por um grupo estrangeiro (MENDONÇA, 2010).

atribuída a paradas cardiorrespiratórias; em outras palavras, por conta da exaustão, devido às condições insalubres de trabalho nos canaviais (MST, 2010)⁵⁶. Soma-se a isso a demanda pela posse de terras e o número de conflitos, ocupações e a criação de assentamentos rurais, mesmo em áreas ditas altamente produtivas, como a RA de Ribeirão.

3.2 – Luta pela terra e formação dos assentamentos rurais na região

A luta pela terra e pela reforma agrária é bem distinta da luta por melhores condições de trabalho no campo e é, também, mais conflituosa, pois contrapõe o direito à propriedade privada à função social da propriedade rural. Esta luta ratificou a ocupação como estratégia de ação e a constituição de acampamentos como instrumento de resistência para a formação de assentamentos rurais. A forma como se constituíram os cinco assentamentos na RA de Ribeirão Preto ilustra bem este processo.

Os embates sociais no campo, na região norte do estado de São Paulo, especialmente os de caráter sindical, a partir das mobilizações (e greves) por melhoria das condições de trabalho dos assalariados volantes ou “boias-frias”, datam do início da década de 1980⁵⁷. Muitos dos conflitos no interior do estado de São Paulo, e mais especificamente em regiões com o predomínio da atividade canavieira, como Ribeirão Preto, foram mediados pela FETAESP, pelo menos até o final da década de 1980⁵⁸. Dentre o vasto e polêmico⁵⁹ histórico da luta por direitos no campo, a FETAESP protagonizou alguns acordos dignos de nota.

O primeiro, em maio de 1984, conhecido como “Acordo de Guariba” foi importante porque se deu em decorrência do uso da greve como

⁵⁶ Segundo reportagem divulgada no site do movimento www.mst.org.br do dia 13 de junho de 2010. Acesso em fevereiro de 2011.

⁵⁷ Como resgate histórico é bom lembrar que os sindicatos de trabalhadores agrícolas surgem no Brasil, de forma efetiva, no início da década de 1960, mais precisamente durante o governo de João Goulart (1961-64) cerca de trinta anos depois de terem sido implantados no meio urbano, notadamente com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, durante o governo Vargas (COLETTI, 2005).

⁵⁸ Fundada em 1962, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP) é uma entidade sindical, sem fins lucrativos, filiada à Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) atuando (em tese) pelo interesse dos trabalhadores rurais, sejam eles assalariados, não assalariados, agricultores familiares – através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais filiados. Informação disponível no blog da entidade, <http://blogdafetaesp.wordpress.com>, consultada em 17 de janeiro de 2011.

⁵⁹ Polêmico baseado nos argumentos apresentados na tese de doutoramento de Alves (1991) e no artigo de Ferrante e Barone (1994), apresentados nas páginas seguintes.

instrumento de luta, fortalecendo as organizações dos trabalhadores que a partir da “greve de Guariba” passaram a se articular estadualmente. A conquista principal foi o retorno do sistema de corte de 5 ruas/dia, ao invés de 7/dia, imposto pelos usineiros. Os ganhos salariais, entretanto, foram anulados pelo elevado processo inflacionário do período (PORTO, 1994)⁶⁰.

O segundo acordo, em janeiro de 1985, conhecido como “Acordo de Ribeirão Preto” também desencadeado por uma greve de maior extensão que a primeira, foi realizado em um período de entressafra, favorecendo os representantes patronais na correlação de forças durante a negociação, além de dura repressão policial. Neste embate, colocou-se a questão do desemprego na entressafra como um elemento relevante, além de fixar uma diária mínima acima do valor estabelecido no dissídio anterior. Já em maio de 1985, o Acordo da Nova República, foi o que menos agregou em termos de conquistas. Reivindicações importantes foram negadas: contrato de trabalho por pelo menos um ano, aumento do poder de fiscalização dos sindicatos, eliminação do *gato*⁶¹ e corte por metros ao invés de toneladas, ficando como conquista residual um aumento de 7% acima da inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). (PORTO, 1994).

A segunda metade da década de 1980 apresentou novos atores e trouxe resultados organizativos, na medida em que ajudou a constituir novas entidades sindicais, a exemplo da Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP). “*Em 1987, uma grande articulação de entidades leva 120 mil cortadores de cana a cruzarem os braços. É possível demarcar aí o início da aproximação do bloco que, posteriormente, formará a FERAESP*” (FERRANTE e BARONE, 1994, p. 40).

Ao todo, foram 33 greves entre dezembro de 1981 e maio de 1990, envolvendo até 70 mil trabalhadores⁶². É neste contexto que alguns sindicatos começam a discutir a luta pela terra como alternativa à luta por melhores condições de trabalho.

⁶⁰ No Anexo VII, encontra-se uma tabela que registra todas as greves, contando data, número de grevistas e dias parados e motivação principal.

⁶¹ Os gatos são os responsáveis pela contratação, transporte, fornecimento de moradia e alimentação aos boias-frias. São verdadeiros funcionários de grandes fazendeiros, especialmente dos usineiros. Em algumas regiões, como o Triângulo Mineiro, gato é também conhecido como *fiscal*.

⁶² Conforme Anexo VII.

No plano institucional, o governo do estado de São Paulo, notadamente o governo Montoro (1983-1986), deu novo contorno à questão agrária paulista, como discutido no Capítulo II, em uma clara tendência de estadualização de políticas fundiárias⁶³ e tentativas de cooptação da FETAESP e suas lideranças⁶⁴, o que, por seu turno, contribuiu para o avanço de outras entidades, tais como a CPT, favorecendo a correlação de forças a favor dos trabalhadores.

Em síntese, é patente que a sindicalização da luta dos trabalhadores rurais, a partir dos anos 1980, foi extremamente importante para a construção da luta pela terra na região de Ribeirão Preto. Os conflitos de caráter trabalhista deixaram claro que, mesmo não estando a posse da terra no centro da questão, a legislação trabalhista, no campo das soluções legais, foi incapaz de atenuar a exploração expressa na relação capital-trabalho. A existência de cinco assentamentos rurais, na RA de Ribeirão Preto, é prova cabal de que o escopo da luta social no meio rural ganhou dimensões muito maiores, tornando-se uma luta, primeiro pela posse da terra e, depois, por reforma agrária.

O fato concreto, observado sob uma retrospectiva histórica, é que a busca por ações mais integradas entre trabalhadores de diversos segmentos foi fundamental para que, na década de 1990, a luta pela terra se consolidasse na região de Ribeirão Preto. Em maio de 1998, houve uma mobilização no município de Jaboticabal, reunindo cerca de 40 famílias, dando início a um processo que terminou com a formação do assentamento Córrego Rico, hoje sob responsabilidade do ITESP, mas que teve sua origem a partir de ações com clara liderança da FERAESP. Em 1992, uma ocupação com cerca de 700

⁶³ Conforme ilustrado na Tabela 2.12, do capítulo anterior.

⁶⁴ A tentativa de cooptação pode ser expressa, nas palavras de Barbosa e Leite, para os quais “A proposta de ‘reforma agrária paulista’, como ficou conhecida, foi desencadeada a partir de conversas do PMDB com lideranças dos trabalhadores rurais, estabelecendo alianças, como no caso do presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), Roberto Horiguti. Além disso, foram indicados nomes para ocupar a Secretaria da Agricultura e Abastecimento (SAA) que possuíssem um passado ‘progressista’ no campo fundiário” (1991, p. 42). Outra passagem ilustra bem o imobilismo da FETAESP em um período anterior às grandes mobilizações dos anos 1980: “Na região de Ribeirão Preto – epicentro do violento abalo que rachou o movimento sindical rural em São Paulo – o fazer-se dos sindicatos não segue o roteiro pré-estabelecido no interior da CONTAG. Em 1972, o sindicato de Sertãozinho instaura o primeiro dissídio coletivo, instrumento que avança em relação às convenções e posiciona os sindicatos como interlocutores, mesmo que no campo legal. A marca de enfrentamentos é registrada no lapso de tempo que essa conquista demora para ser incorporada pela FETAESP: o dissídio passa a ser proposto como estratégia pela Federação apenas em 1976” (FERRANTE e BARONE, 1994, p. 37).

famílias, em Pradópolis, consolidou a área conhecida como Horto Guarani, que abriga o assentamento de mesmo nome. Outra área emblemática é o Horto Ibitiúva, ocupado, em 1998, por trabalhadores rurais sem-terra, organizados por sindicatos de trabalhadores rurais, ligados à FERAESP, provenientes principalmente das regiões de Sumaré, Pitangueiras e Bebedouro, hoje contando com 43 famílias assentadas.

Com o avanço da conscientização dos trabalhadores rurais, associada à entrada de novos atores, como a CPT, e novas lideranças sindicais, a luta social na região ganhou uma maior coesão política e ideológica. Esse processo foi marcado pela chegada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nessa região (FIRMIANO, 2009).

Em termos práticos, é difícil dizer categoricamente como foi a entrada do MST na região; contudo, neste processo, o Movimento contou com apoio decisivo do Sindicato dos Correios, no final da década de 1990, quando se deu a constituição do Núcleo de Apoio à Reforma Agrária, em uma frente que reunia entidades de esquerda como o PCB, PSTU e setores progressistas da Igreja Católica. Entretanto, pode-se considerar a formação de um acampamento do MST, em Colina, como ação emblemática da territorialização do Movimento na região⁶⁵.

Mesmo com a dissolução do acampamento, dois militantes enviados pela direção estadual do MST ao local – Kelli Mafort e Edivar Lavratti – acabaram por continuar na região e foram fundamentais para a consolidação do Movimento em Ribeirão Preto, junto com Neusa Paviato Botelho Lima, natural de Ribeirão Preto e atual membro da coordenação nacional de direção estadual do MST.

Depois de uma estadia curta no Sindicato dos Correios, o MST montou, em 1999, uma Secretaria Regional no centro de Ribeirão Preto o que, por seu turno, favoreceu a organização da luta pela terra na região, pois

⁶⁵ “[...] foi a formação do acampamento do MST em Colina-SP que fez com que o Sindicato dos Correios, na figura de Paulinho Carça e de Neusa Botelho Lima, promovesse a aproximação da luta dos trabalhadores da cidade à luta dos trabalhadores do campo [...]. Como afirma Neusa Botelho Lima, a aproximação entre o Sindicato dos Correios e o MST na região de Ribeirão Preto se dá por intermédio do Núcleo de Apoio à Reforma Agrária, constituído no sindicato com a atuação de Paulinho Carça, dela própria [Neusa Botelho Lima] e os então dirigentes do MST no estado de São Paulo, Jean Gomes e Júlio Contijo, presentes na ocupação de Colina. Assim, é dessa aproximação que, num futuro próximo, iria surgir a possibilidade do MST firmar bases territoriais e políticas na cidade de Ribeirão Preto” (FIRMIANO, 2009, p. 75).

facilitou o trabalho de base em Ribeirão e municípios vizinhos⁶⁶. Entre 1999 e 2000, as ações do movimento agremiaram diversas pessoas, notadamente de periferias dos municípios vizinhos, organizando ocupações em Matão (RA Central) e, posteriormente, em Barretos (RA de Barretos) as quais, mesmo não logrando êxito, contribuíram para a formação de uma nova ocupação em 2000, na fazenda Santa Clara, município de Serra Azul, hoje Assentamento Sepé Tiarajú.

Em síntese, a luta pela terra na região de Ribeirão Preto teve uma dinâmica bem específica. Por um lado, foi fruto do amadurecimento dos trabalhadores rurais e suas entidades sindicais que transcenderam das reivindicações por melhores condições de trabalho para uma etapa posterior, na qual a volta ao campo, na condição de camponês, se materializou com desenvolvimento de três assentamentos em áreas estaduais de hortos florestais: Córrego Rico, em Jaboticabal, Ibitiúva, em Pitangueiras e o assentamento Guarani, em Pradópolis. Por outro lado, ganhou, na territorialização do MST, além de mais dois assentamentos (o PDS Sepé Tiarajú, em Serra Azul e PDS da Barra, em Ribeirão Preto), um caráter mais combativo e conflitivo com o agronegócio.

Antes de analisar propriamente as condições de produção e reprodução social em cada um dos assentamentos pesquisados, é importante fazer uma breve apresentação dos municípios onde eles estão inseridos. Feito isto, a seção seguinte será dedicada a análises mais pormenorizadas sobre as condições de vida e trabalho nestes assentamentos.

- a) O projeto de Assentamento Horto Córrego Rico se localiza em **Jaboticabal** distante 60 km de Ribeirão Preto. Tem uma população de 71.662 habitantes, os quais, segundo o Censo de 2010, residem massivamente na área urbana, num total de 69.527 pessoas. A zona rural detém apenas 2.135 ou, em termos relativos, 3,0%. Sua densidade demográfica é de 101 habitantes por km² e sua taxa geométrica de crescimento entre 2000 e 2010 foi de apenas 0,62%, menos da metade dos 1,65% apresentados pela Região Administrativa como um todo (IBGE, 2011);

⁶⁶ O prédio da Secretaria Regional ficava na Avenida da Saudade, área central, e foi cedido pelo advogado Said Halah, que se aproximou do movimento a partir do Núcleo de Apoio a Reforma Agrária.

- b) O Projeto de Assentamento Horto Ibitiúva se localiza no município de **Pitangueiras**, distante 53 km de Ribeirão Preto. Com uma população de 35.307 habitantes, Pitangueiras apresenta uma taxa de urbanização de 96,15%, ou seja, apenas 1.359 pessoas residem na zona rural. A densidade demográfica é de 81,99% habitantes/km² e a taxa de crescimento apresentada nos últimos dez anos foi de 1,26% ao ano (IBGE, 2011);
- c) O Projeto de Assentamento Horto Guarani está localizado no município de **Pradópolis**, distante cerca de 40 km de Ribeirão Preto. Segundo dados do Censo de 2010, o município tem 17.377 habitantes, dos quais 16.100 residem na zona urbana e apenas 1.277 (ou 7,34% da população municipal), na zona rural. Com uma densidade demográfica de 103 habitantes/km², apresentou taxa média de crescimento demográfico, entre os anos de 2000 e 2010, de 3,04% (IBGE, 2011);
- d) O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Sepé Tiarajú está localizado no município de **Serra Azul**, a cerca de 40 km de Ribeirão Preto. Segundo o Censo de 2010, o município tem 11.256 habitantes, dos quais 8.017 residem na zona urbana e 3.239 na zona rural que, em termos percentuais, representa 28,77% do total de habitantes, valor considerado elevado se comparado aos 2,5% de residentes rurais na RA como um todo. Com uma densidade demográfica de 41,54 habitantes/km², Serra Azul apresentou taxa média de crescimento demográfico, entre os anos de 2000 e 2010, de 4,23% (IBGE, 2011);
- e) O Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Fazenda da Barra está situado no município sede da RA, ou seja, **Ribeirão Preto**. Como apresentado no tópico 3.1, este município é um dos maiores do interior do estado de São Paulo, com 604.682 habitantes e densidade demográfica de 928,46 habitantes por km². A população rural é ínfima, com apenas 1.716 residentes, ou 0,3% do total da população (IBGE, 2011). Seu valor adicionado total foi de R\$ 12.138,15 milhões, em 2008, o que representa aproximadamente 56% de todo o valor da Região Administrativa. Como polo regional de uma vasta área, apresenta notadamente forte participação do setor de serviços que registrou, para 2008, 81,5% do valor adicionado total. A indústria representou, em 2008, uma participação de 18,3% e a agropecuária apenas 0,2% (SEADE, 2011).

3.3 – Produção e reprodução social da agricultura camponesa na RA de Ribeirão Preto: considerações a partir dos estudos de caso

Primeiramente, antes de discutir propriamente os estudos de caso, é importante apresentar as principais políticas públicas relacionadas a educação, financiamento, incentivo à produção e à comercialização que direta e indiretamente afetaram todos os assentamentos pesquisados. Em síntese, estas políticas estão cristalizadas, para a educação, no Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), para o financiamento, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e do ponto de vista do estímulo à produção e garantia de comercialização, no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PRONERA é um programa do INCRA, construído em parceria com os movimentos sociais, sindicatos, instituições de ensino e governos estaduais e municipais, com o objetivo de ampliar os níveis educacionais dos assentados em projetos de reforma agrária. É um amplo projeto de educação que se divide nos níveis de educação básica (alfabetização, ensino fundamental e médio), educação técnica profissionalizante, além de cursos superiores e de pós-graduação. Em todos os assentamentos da RA de Ribeirão Preto, o PRONERA é uma política pública presente seja na educação para a alfabetização de jovens e adultos (EJA), seja em outros níveis educacionais, devidamente apresentados nos respectivos estudos de caso.

O PRONAF, como o próprio nome indica, visa fortalecer as atividades produtivas geradoras de renda para a agricultura familiar. Com taxas subsidiadas variando entre 0,5% a 4,5% ao ano, apresenta uma linha de crédito mais adequada à realidade dos agricultores familiares. Para ter acesso ao PRONAF, é necessário, dentre outras características, que o proprietário trabalhe na terra, em áreas inferiores a quatro módulos rurais, explorados com mão de obra predominantemente familiar. Focando na agricultura familiar como um todo, o programa apresenta um conjunto de linhas especiais e grupos básicos de possíveis beneficiários.

No Quadro 3.1 segue os principais grupos e linhas de recursos destinados a assentamentos de reforma agrária no Brasil.

Quadro 3.1 – Grupos e Linhas básicas de crédito acessíveis a assentamentos rurais de reforma agrária		
Grupo	Beneficiários	Finalidade
Crédito Apoio	Assentados de Reforma Agrária	Primeiro subsídio que a família deve receber. Direcionado à aquisição de bens elementares tais como alimentos.
Crédito Fomento	Assentados de Reforma Agrária	Destinado a fomentar o trabalho do assentado. Direcionado à compra de sementes, insumos, equipamentos e animais para desenvolver sua produção.
Habitação	Assentados de Reforma Agrária	Crédito a ser utilizado para adquirir materiais de construção que garantam uma estrutura básica de residência para os trabalhadores rurais.
PRONAF A	Assentados da Reforma Agrária ou Beneficiados pelo Crédito Fundiário	Financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias.
PRONAF A/C	Assentados da Reforma Agrária	Custeio das atividades agropecuárias
Linha especial Jovem	Jovens agricultores familiares, entre 16 e 29 anos, que cursaram ou estejam cursando o último ano em centros de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio.	Atendimento de projetos de crédito de investimento propostos pelo jovem agricultor familiar.
Linha especial Mulher	Mulheres agricultoras, independentemente do estado civil, integrantes de unidades familiares enquadradas no PRONAF.	Atendimento de projetos de crédito de investimento propostos pela mulher agricultora.
Linha especial Floresta	Agricultores familiares enquadrados no PRONAF.	Financiamento de projetos de investimento de sistemas agroflorestais.

Fonte: MDA (2011, p. 15).

O PRONAF, destinado a assentamentos de reforma agrária ou a beneficiários de crédito fundiário do governo federal (PRONAF A), tem como objetivo a realização de investimentos e é sempre o primeiro crédito que os assentados recebem. Entretanto, em caso de inadimplência, os beneficiários de programas de reforma agrária passam a ter impedimento de acesso aos demais recursos disponibilizados pelo governo⁶⁷.

A dificuldade de acesso a novos créditos devido à inadimplência aumentou a importância dos programas federais de aquisição da produção, a saber, o PAA e o PNAE. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, foi pensado como uma estratégia para superar os obstáculos na comercialização da produção dos agricultores familiares⁶⁸. Elaborado no conjunto das ações do Programa Fome Zero, integrou diversos ministérios de

⁶⁷ A inadimplência generalizada foi uma característica comum em todos os assentamentos pesquisados.

⁶⁸ Instituído pelo Artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003 regulamentado pelo Decreto nº. 4.777, de 2 de junho de 2003.

modo a garantir, em tese, *qualidade, quantidade e regularidade* no fornecimento de alimentos à população em situação de insegurança alimentar (SCHIRMANN, et al 2007). Este mecanismo federal tem importância cabal para agricultores familiares assentados ou não, pois cria alternativas de escoamento da produção para mercados locais; contudo, também traz uma barreira institucional, que é a adesão das prefeituras ao projeto de desenvolvimento de assentamentos rurais.

O PAA procura incentivar a agricultura familiar e viabilizar a utilização da produção de assentados em escolas, creches, hospitais e outros projetos das prefeituras. Em linhas gerais, o programa se vale de aquisições de produtos agrícolas com doações simultâneas ou ainda de compras antecipadas vinculadas a estas doações. É operacionalizado pelos governos estaduais, municípios e também pela CONAB (SCHIRMANN, et al 2007, p. 326)⁶⁹.

⁶⁹ A participação dos assentados de SP supera a de todos os demais estados: em números da Conab de 2008, são 3,3 mil produtores assentados envolvidos no Programa; em termos relativos, isto representa cerca de 20% do total de assentados no estado, proporção maior que a dos estados do RS (15%) e SE (11%), segundo e terceiro maior conjunto de assentados fornecedores para o PAA (Pesquisa INCRA/IPEA, 2010).

Quadro 3.2 – Mecanismos e descrições do Programa Aquisição de Alimentos do governo federal	
Mecanismo	Descrição
Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF)	Prevê a antecipação de recursos para o plantio, podendo ser acessados por agricultores familiares enquadrados no PRONAF nos grupos de A D, incluindo agroextrativistas, quilombolas, assentados da reforma agrária, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem-terra acampados, comunidades indígenas e produtores familiares em condições especiais, que não tiverem sido beneficiados por crédito de custeio e que estejam necessariamente organizados em grupos formais ou informais. Os produtos amparados por este instrumento são arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho e sorgo das safras 2003/2004 e 2004. Esta modalidade é operacionalizada pela CONAB, órgão do MAPA.
Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF)	Possibilita aos agricultores a venda de alimentos para o Estado, a preços de referência (situados em uma faixa intermediária entre o preço mínimo e o preço de mercado), calculados através de uma metodologia desenvolvida pela CONAB. Estas aquisições fazem parte de uma estratégia, tanto de apoio à agricultura familiar quanto de constituição de uma reserva estratégica de alimentos. Os produtos amparados por este instrumento são arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho e sorgo das safras 2003/2004 e 2004, leite em pó integral e farinha de trigo. Esta modalidade também é operacionalizada pela CONAB.
Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF)	Destina-se à aquisição de produtos de origem agrícola, pecuária e extrativa, oriundos da agricultura familiar, visando a formação de estoques ou a doação às populações em situação de risco alimentar atendidas por programas sociais de caráter governamental ou não-governamental. Os beneficiários produtores deverão estar organizados em grupos formais e estar enquadrados segundo os critérios estabelecidos pelo programa. Nos casos de doação simultânea, a entrega dos produtos deverá obedecer a um cronograma de entregas apresentado na Proposta de Participação. O controle social das doações deverá se dar através do envolvimento do Conselho de Segurança Alimentar (municipal ou estadual) ou organismo similar. Esta modalidade também é operacionalizada pela CONAB.
Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF)	Visa promover a articulação entre a produção familiar e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais, viabilizando a aquisição de produtos comercializados por associações, cooperativas e grupos informais de agricultores, a serem distribuídos em creches, hospitais, restaurantes populares, entidades beneficentes e assistenciais. Mecanismo operacionalizado pelo MDS, através de convênios com Governos Estaduais ou com as Administrações Municipais.
Incentivo à Produção e ao Consumo do Leite (IPCL)	Busca assegurar o consumo de leite a gestantes, crianças, nutrizes e idosos através da aquisição da produção leiteira de agricultores familiares com produção média diária de até 50 litros de leite, podendo chegar até 100 litros, caso isso atenda às necessidades do programa. A implantação do IPCL é restrita à área de atuação da SUDENE. O mecanismo de operacionalização da modalidade pelo MDS através de convênios com os Governos Estaduais.

Fonte: Mattei (2007, p. 10).

Na tentativa de viabilizar o PAA, o governo ativou o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar. O PNAE é o programa federal responsável pela alimentação dos alunos do sistema público de ensino. Sua gestão é descentralizada e está sob a responsabilidade de estados e municípios. Ele é datado de 1955, sendo o direito a alimentação escolar estabelecido apenas na Constituição de 1988. Mas foi apenas em 2009 que o Governo determinou que pelo menos 30% do valor destinado à alimentação

escolar deveria ser obtido a partir da compra direta de produtos da agricultura familiar, sempre que possível no município das escolas, dando prioridade a assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas⁷⁰.

Mesmo incipientes ou inexistentes nos assentamentos pesquisados, tanto o PAA quanto o PNAE podem assumir maior importância na vida dos assentados, pois, com a garantia de preços mínimos, melhoram tanto econômica quanto socialmente as condições de vida dos assentados. Outro aspecto importante destes programas é que eles estimulam a diversificação da produção a partir do aumento da produção de gêneros alimentícios, aumentando a integração dos assentamentos com o mercado e a comunidade local, especialmente quando a distribuição desta produção é gratuita para entidades assistenciais (HESPANHOL, 2008).

Os estudos de caso observados mostraram que, além das questões inerentes ao financiamento e à comercialização, a forma de produção deve ser problematizada dentro de um contexto maior no qual se confrontam dois modelos: um modelo baseado, pelo menos em parte, no pacote da revolução verde (aqui incluídos os três assentamentos das áreas de hortos) e outro a partir do discurso da agroecologia e sustentabilidade (aqui incluídos os dois assentamentos de responsabilidade do INCRA e com o MST como movimento social protagonista).

Algo generalizado em todos os assentamentos pesquisados sob a responsabilidade do ITESP é a forma de produção convencional, isto é, mesmo tendo uma boa fertilidade do solo, o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos é constante. O modelo agrícola herdado da revolução verde domina as formas de produção dos assentamentos estaduais, com pouco espaço para alternativas agroecológicas, tais como a produção orgânica ou minimamente sem agrotóxicos. Soma-se a isto, como apresentado mais detalhadamente nos estudos de caso a seguir, importantes alterações produtivas em muitos assentamentos do ITESP em todo o estado de São Paulo e, mais

⁷⁰ Conforme Lei nº 11.947 de junho de 2009. Do Artigo 14 da referida Lei destaca-se “Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”.

especificamente, em dois hortos pesquisados, a saber: a introdução do cultivo de cana-de-açúcar pelas usinas sucroalcooleiras da região. Esta prática foi formalizada pela Portaria 77/2004, que autoriza os beneficiários de projetos estaduais de reforma agrária a estabelecerem parcerias na produção agrícola com empresas agroindustriais.

Em que pese ser uma portaria para toda a agroindústria, o predomínio da atividade canavieira na região de Ribeirão Preto monopolizou os contratos. Para a melhor compreensão da atual relação de dominação do capital sucroalcooleiro sobre os assentados, cabe recuperar as observações de Amin e Vergopoulos (1977, p. 29):

Assim, o capital dominante anula a renda, isto é, livra-se da propriedade fundiária e proletariza o camponês trabalhador. É certo que conserva a propriedade formal da terra, mas não tem mais sua propriedade real. Conserva, também, a aparência de um produtor comerciante que oferece produtos no mercado, mas na verdade é um vendedor da força de trabalho, e sua venda é disfarçada pela aparência de produção comercial. Assim o camponês é reduzido, de fato, à condição de trabalhador a domicílio.

É preciso ficar claro que a produção de cana destinada às usinas sucroalcooleiras não é uma possibilidade viável a todos os assentamentos, como bem demonstrou Ramos (2008) em pesquisa sobre a expansão desta cultura no estado de São Paulo. Suas conclusões foram que a expansão da cana foi acompanhada por uma concentração da produção nos grandes fornecedores e produtores, entre os anos 1995/96 e 2005/06.

Por outro lado, nos assentamentos sob responsabilidade do INCRA, foi pensado um modelo diferenciado, denominado Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS)⁷¹, pautado no viés produtivo agroecológico, com foco no trabalho coletivo, socialmente justo e ambientalmente correto. Na adoção do PDS também se levou em consideração o fato de constituir uma produção com menos dependência de insumos, sementes e máquinas de grande porte; refletindo, assim, em menor custo de produção, ideal para os dois assentamentos que se valem deste modelo.

⁷¹ O Projeto de Desenvolvimento Sustentável foi criado pelo INCRA para atender às especificidades dos demandantes de terras das reservas extrativistas do Acre, conforme a Portaria nº 477 de 04 de novembro de 1999. Sua adaptação à realidade dos assentamentos do MST será discutida mais à frente

O PDS se aproximou bastante da concepção de Comuna da Terra, desenhada pelo MST, pois, em tese, ele não prevê titulação individual da terra e visa o manejo ecológico, com o cultivo de áreas já degradadas, especialmente pelo manejo predatório das monoculturas, notadamente de eucalipto e de cana-de-açúcar, facilitando, para o movimento, a implantação de uma nova forma de assentamento, mais cooperativo e solidário. A ideia da Comuna da Terra, formulada pelo MST e em desenvolvimento no PDS Sepé Tiarajú e no PDS da Barra é um diferencial no fortalecimento da vida camponesa, pois estes assentamentos não são tratados apenas como unidades produtivas, mas também como núcleos de convivência social, responsáveis por atividades comunitárias autônomas. Na Comuna da Terra criam-se núcleos de famílias, próximos à cidade, com uma melhor infraestrutura. As famílias passam a ter uma maior relação social, viabilizando a produção e a ação coletiva. A concepção da Comuna da Terra é bem apropriada ao perfil dos assentados da região, pois consegue articular, no assentamento, trabalhadores oriundos da área urbana, excluídos e desempregados que possuem pouca ou nenhuma experiência com o trabalho rural. Esta proposta tem como foco o trabalho conjunto como forma de sociabilidade e funcionalidade.

O avanço desta forma de organização da produção ainda é pequeno, em grande medida devido à precariedade da infraestrutura no PDS da Barra e no Sepé Tiarajú. Entretanto, visando a menor degradação ambiental possível, o Ministério Público, em uma iniciativa inovadora, estabeleceu entre os assentados e o INCRA um conjunto de regras para o desenvolvimento efetivo de um PDS, materializado em um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

Dentre os compromissos assumidos, pode-se destacar: a) organização territorial em núcleos sociais, com áreas de produção individual e coletiva; b) produção agroecológica e, preferencialmente, por associações e/ou cooperativas; c) eletrificação, edificação de moradias e galpões coletivos, fornecimento de água e coleta de esgoto e instalação de telefones públicos todos feitos pelo INCRA; d) área de reserva legal de 35% da área total, com recomposição de APP; e) construção de infraestrutura destinada a atividades

sócio-educativas e f) a proibição de uso de qualquer forma de agrotóxico em qualquer processo produtivo (SEVERI e PINTO, 2010).

Em decorrência da disputa de projetos que envolvem movimentos, governo estadual (via ITESP) e governo federal (via INCRA), surgiu outro conflito de ordem mais institucional: a “federalização” dos assentamentos rurais. A questão central está no questionamento sobre a posse legal das áreas dos hortos florestais.

A origem dos hortos florestais está diretamente relacionada ao elevado consumo de madeira utilizado pelas locomotivas na expansão das estradas de ferro rumo ao interior do estado de São Paulo, no início do século passado. Com a decadência do transporte ferroviário entre as décadas de 1940 e 1950, a União assumiu este sistema de transporte. Com a privatização da RFFSA, em 1998, parte do seu patrimônio imóvel, incluindo Hortos Florestais, foi repassada ao governo de São Paulo que se valeu destas áreas para a execução de sua política agrária estadual, em um período de forte pressão dos trabalhadores, como visto no Capítulo II. É deste processo que se originaram os três primeiros projetos de assentamento da RA de Ribeirão Preto, a saber: Assentamento Córrego Rico (1998), Guarani (1998) e Ibitiúva (1998).

Originalmente, estas áreas pertenciam à FEPASA (Ferrovia Paulista SA). Mas com a federalização da FEPASA, em 1988, seu patrimônio passou para a GRPU (Gerência Regional do Patrimônio da União). Diante disto, o INCRA solicitou, em 2009, da referida gerência um “Termo de Autorização de Guarda Provisória” que afetou, especificamente na RA estudada, os hortos Guarani, Ibitiúva e, com mais contundência, o Horto Florestal Córrego Rico⁷². Neste assentamento, em novembro de 2009, as famílias solicitaram o afastamento temporário (e proibiu a entrada) de todos os técnicos que prestavam serviços de assistência técnica no local. A decisão foi tomada sob a argumentação da duplicidade funcional e a situação conflituosa entre o INCRA e o ITESP. O objetivo foi o de entender a questão da “federalização do

⁷² Segundo informações da AFITESP (Associação de Funcionários do ITESP) nessa nítida situação de indefinição institucional sobre a responsabilidade administrativa dessas áreas, contabilizam-se treze assentamentos rurais implantados em áreas de antigos hortos florestais pertencentes à União, totalizando um número aproximado de 900 famílias de agricultores familiares assentados, que residem e trabalham nessas áreas. São treze mil, quinhentos e oitenta e sete hectares de área total, distribuídos em 10 municípios: Sumaré, Araras, Ipeúna, Cordeirópolis, Mogi Mirim, Pradópolis, Bebedouro, Restinga, Jaboticabal e Pitangueiras, conforme www.afitesp.com.br, acessado em dezembro de 2010.

assentamento” e definir um modelo unificado de assistência técnica. Os assentados, segundo entrevistas realizadas, desconhecem a atual situação judicial do impasse e, por isso, estão buscando, através da Terra Rica, ajuda da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI)⁷³.

Feitas estas observações mais gerais no que tange aos três assentamentos sob responsabilidade do ITESP e aos dois que estão sob a tutela do INCRA, cabe, no próximo tópico, investigar em que condições específicas se dão a produção, comercialização, financiamento, além das estratégias tácitas ou formais de reprodução social das famílias assentadas.

3.3.1 – Assentamento Horto Córrego Rico

O horto florestal Córrego Rico foi implantado em 1935, pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, e transformado em assentamento rural em 1998. A ocupação do horto ocorreu em maio de 1998, por um grupo de 50 famílias de trabalhadores rurais organizados pela FERAESP. A área ocupada estava sob a responsabilidade administrativa da CODASP (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) e tem uma área total de 468,08 hectares. É composto por 47 lotes familiares de 7,7 ha, totalizando 361,80 ha de área agrícola e 97,02 ha de áreas destinadas à reserva florestal legal e preservação permanente.

Os trabalhadores assentados, em sua maioria, eram volantes no corte de cana, residentes em Guariba, município limítrofe, tendo participado em 1984, das mobilizações e greves de “boias-frias” daquele município. Segundo entrevistas realizadas no assentamento, a conquista da área foi rápida e sem conflito, demorando menos de seis meses para o então governador Mário Covas disponibilizar a área para fins de reforma agrária. Entretanto, o acesso à terra, mesmo sendo rápido, foi problemático, pois as primeiras explorações ocorreram em uma área de preservação permanente, o que, por seu turno, desdobrou-se em um inquérito civil contra os assentados. Decorrentes deste processo civil, a comunidade assentada e a Fundação ITESP ficaram solidárias na recuperação da área de preservação permanente, o que vem ocorrendo, por

⁷³ A Associação Terra Rica está buscando recursos junto ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH). O PEMH lançou o projeto Microbacias II – Acesso ao mercado em 2010, com recursos para empréstimos na ordem de US\$ 130 milhões.

meio de parcerias com empresas que possuem passivo ambiental, de acordo com relatórios do grupo de gestão ambiental do ITESP (OLIVEIRA, 2006, p. 61).

O assentamento que já foi considerado modelo, com exportação de quiabo para a Espanha, França e Portugal, apresentava, durante as visitas de campo, dificuldades institucionais e, entre outros limitadores, problemas no acesso à água para tratos agrícolas. Todavia, tem conseguido apresentar estratégias de produção capazes de manter as famílias assentadas nos seus respectivos lotes, com significativa melhoria das suas condições de vida.

3.3.1.1 – Estratégias de produção, comercialização, crédito e geração de renda

Algumas características encontradas nesta área são bastante generalizáveis para os outros assentamentos pesquisados: a produção é limitada, a comercialização é difícil e a elevada inadimplência compromete o acesso a novos financiamentos. Todavia, fato também generalizável para os demais é que, a partir dos relatos colhidos nas entrevistas, comparando as atuais condições de trabalho das famílias com as anteriores à conquista da terra, é ponto pacífico entre os assentados que as condições de trabalho melhoraram.

Segundo os assentados e o técnico do ITESP entrevistados, explorando seus lotes agrícolas, as famílias conseguem uma renda maior do que quando trabalhavam na condição de boias-frias. Estas famílias já se encontram assentadas há doze anos e já apresentam melhor perfil para as atividades agropecuárias, próprias da produção camponesa, isto é, já dominam técnicas de cultivo de alimentos, tratos específicos para determinadas lavouras, o que, por sua vez, otimiza o tempo de trabalho dentro do lote e melhora a situação de volantes do setor sucroalcooleiro.

O assentamento Córrego Rico é bastante diversificado em sua produção. Durante a pesquisa de campo, registraram-se, entre os cultivos de maior expressão milho, hortifrutigranjeiros em geral, café e fruticultura. O solo é considerado de alta fertilidade. A maioria dos assentados utiliza fertilizantes químicos, mas em uma dosagem mínima, por falta de recursos financeiros.

A produção para o autoconsumo é uma prática adotada por todas as famílias. Carne suína, aves, ovos, mandioca, milho verde, frutas diversas, verduras e legumes compõem a produção destinada à alimentação básica de todas as famílias, com “fartura”, segundo as entrevistas realizadas. É certo que esta produção não é suficiente para atender a todas as demandas alimentares, por diversas razões, mas a assistência técnica do ITESP é enfática no que se refere à importância da produção para autoconsumo. Segundo entrevista com o técnico, não adiantaria ao assentado ter uma fonte de renda baseada em um único produto e ter que comprar verduras, ovos, legumes, entre outros.

Interessante notar que o milho é a cultura dominante no assentamento, mas ele não é apenas destinado à venda direta, pois parte da produção é direcionada à alimentação dos animais, como aves e suínos, que são direcionados à venda ou para consumo próprio.

Pela visita de campo e entrevistas realizadas, observou-se que as famílias assentadas têm entre quatro e seis membros e caso recorressem ao mercado local para adquirir os produtos alimentícios dificilmente encontrariam atividades agropecuárias com possibilidade de geração de renda suficiente para este gasto. Ademais, levantamentos feitos pelo ITESP, em 2008, estimaram que, para famílias com quatro membros, o preço de mercado para comprar os hortifrutigranjeiros provenientes dos lotes agrícolas chegava até R\$ 4.200,00 ao ano ou R\$ 350,00 por mês. Isto representa algo em torno de 20% a 25% do total da renda agrícola bruta para a maioria dos assentados⁷⁴.

⁷⁴ Os técnicos do ITESP, periodicamente fazem levantamentos abrangentes sobre a situação dos assentados. A sistematização destas informações é conhecida como “cadernos de campo” e fica disponível na intranet do Instituto. Mesmo solicitadas, não foram liberadas informações destas sistematizações para a realização desta tese.

Tabela 3.2 – Créditos disponibilizados para o assentamento Horto Córrego Rico, por ano

Ano	Tipo de Crédito	Valor Acessado	Observações
2001	PRONAF A	R\$ 12.000,00	Investimento na produção agropecuária inicial. Todos os assentados tiveram acesso, mas apenas 19% estão pagando.
2002	PRONAF A/C	R\$ 2.500,00	Crédito destinado ao custeio das atividades agropecuárias. Todos tiveram acesso, mas apenas 19% estão pagando
2002	FOMENTO	R\$ 1.500,00	Destinado à alimentação, produção e compra de utensílios agrícolas básicos, para desenvolvimento inicial.
2004	HABITAÇÃO	R\$ 5.000,00	Construção de moradia.
2005	PRONAF MULHER	R\$ 2.500,00	Destinado a projetos encaminhados pelas mulheres assentadas. Apenas 17 mulheres que estavam adimplentes com o PRONAF A tiveram acesso ao recurso. Origem ao grupo da goiaba.
2005	FINSOCIAL	R\$ 10.000,00	Crédito conseguido a partir de projeto encaminhado por jovens assentados. Acessado por um grupo de 6 jovens que investiram na compra de 4 máquinas de costura. Foi pago antes do vencimento.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas. Outubro de 2011.

A cultura do milho é a principal fonte de renda das famílias assentadas e seu cultivo tem a ver com os primeiros projetos desenvolvidos pelo ITESP para o desenvolvimento da área. Para a obtenção dos primeiros créditos, notadamente o PRONAF A, foram feitos projetos de produção que contemplavam fruticultura e produção de milho, integrado com a suinocultura.

Para a elaboração destes primeiros projetos, foram analisadas várias experiências, com o apoio da UNESP de Jaboticabal. Depois de diversas propostas, o grupo chegou a um modelo teoricamente ideal que associava fruticultura como uma cultura permanente, o milho como uma cultura temporária e a integração com a suinocultura, com raça mais rústica para suportar o clima e a alimentação. Segundo entrevista com o técnico responsável, associando-se milho, suínos e fruticultura, haveria pelo menos o mínimo de segurança alimentar para as famílias assentadas.

A fruticultura, notadamente a da goiaba, como atividade geradora de renda, está presente em 18 lotes. A suinocultura é uma atividade de menor importância econômica que, no fim do ano, ganha certa relevância com a venda de leitões, buscados pelos consumidores diretamente nos lotes dos assentados.

O milho assumiu a função de principal gerador de renda agrícola. Para valores de 2010, o assentamento registrou, em alguns lotes, a produção de 500 sacas de milho, com preços de venda em torno de R\$ 30,00 a saca, resultando em uma receita bruta de até R\$ 15.000,00 ou R\$ 1.250,00/mês por família. Este valor não é a média, que, de modo geral, está entre R\$ 6.000,00 e R\$ 7.500,00 ao ano, por família. Os lotes que registram menor produção optaram por consorciamento com a mucuna, uma leguminosa que nitrogena o solo e reduz a necessidade de gastos com adubos químicos⁷⁵. Os produtores que optaram pelo consórcio colheram, em média, dois mil quilos da leguminosa, vendendo-a a R\$ 1,00 o quilo.

Como já antecipado, dos projetos iniciais de fruticultura, a goiaba foi a única que ganhou relevância econômica. Existe um grupo mais organizado para o cultivo da fruta, formado por seis famílias, que negociaram a venda para uma agroindústria de doces e, de acordo com o levantamento primário feito na pesquisa de campo, venderam na última safra 7.500 quilos da fruta, por produtor, a um preço de R\$ 0,35. Além da goiaba, algumas famílias cultivavam mandioca, para venda a atacadistas. Mesmo não sendo uma regra geral, uma das famílias assentadas, pioneira no plantio da rama, registrou uma produção de 1000 caixas de 20 quilos cada, vendidos a um preço de R\$ 0,40. A comercialização está assegurada a dois atacadistas da região e a renda bruta estimada é de R\$ 8.000,00 ao ano com o produto.

A realidade de cada produtor é bem específica; entretanto, como ilustração, cabe descrever a produção de um assentado considerado bastante dinâmico pelos seus vizinhos (Tabela 3.3). Este produtor, ex-cortador de cana no município de Guariba, reside com a esposa e mais oito pessoas da família no lote. A mão de obra é composta por quatro pessoas da família. Segundo suas próprias informações, o gasto anual com fertilizantes químicos gira próximo a R\$ 800,00 ao ano. Além da renda agrícola demonstrada na tabela seguinte, a família ainda conta com R\$ 80,00 por mês de bolsa-família e mais R\$ 1.500,00 de salário de um filho com emprego formal fora do assentamento.

⁷⁵ O consórcio entre milho e mucuna é indicado pela Embrapa como uma forma de aumentar a produtividade de solos com relativa exaustão, como o caso do assentamento Córrego Rico, antes destinado à plantação de eucalipto. Conhecida como adubação verde, esta técnica tem baixo custo e propicia, além da cultura principal, no caso o milho, uma cultura secundária.

**Tabela 3.3 – Produção e renda agropecuária de uma família assentada
(ano agrícola de 2010/2011)**

Produto	Produção Anual	Preço de venda	Receita bruta anual
Milho	430 sacas	R\$ 28,00/saca	R\$ 12.040,00
Goiaba	3.700 quilos	R\$ 0,35/quilo	R\$ 1.295,00
Mandioca	320 caixas	R\$ 13,00/caixa	R\$ 4.160,00
Café	50 sacas	R\$ 190,00/saca	R\$ 9.500,00
Frango	180 aves	R\$ 15,00/frango	R\$ 2.700,00
Total bruta anual	-	-	R\$ 29.695,00
Total bruta mensal	-	-	R\$ 2.474,85

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas. Outubro de 2011.

O produtor descrito na tabela anterior destoa da média. Em síntese, a maioria das famílias tem milho, goiaba, café e suínos, que geram renda média de R\$ 10.000,00 por família ao ano, fora o autoconsumo. Obviamente não é uma renda expressiva, mas há que se considerar a participação de rendas não-agrícolas na composição do orçamento familiar.

A maioria dos beneficiários também cultiva o milho para uso na alimentação de pequenos animais, especialmente frangos caipiras e suínos, comercializados nos municípios vizinhos, especialmente na cidade de Guariba. Os canais de comercialização existentes são bastante funcionais, entretanto, são também muito limitados. No caso do milho, por exemplo, um fator que facilita a venda deste produto é a hegemonização da cana na região. Os produtores de aves e os produtores de suínos fora do assentamento são os principais compradores indiretos da produção do assentamento, que é vendida em lojas agropecuárias no município de Guariba ou no próprio assentamento. É em Guariba também que alguns assentados levam seus produtos para venda direta ao consumidor, tanto em feiras livres quanto de porta em porta.

Mas a maior parte dos produtos é negociada diretamente no assentamento. É uma prática comum o deslocamento de intermediários até a área, com veículos de carga, para arrematar grande parte da produção das famílias. Em todas as situações, as famílias recebem em dinheiro e à vista os produtos vendidos. Alguns outros canais institucionais de comercialização, como os programas federais de aquisição de alimentos, ainda não estão sendo desenvolvidos no horto.

O tamanho reduzido dos lotes individuais, o número de membros das famílias em idade ativa de trabalho, a opção por culturas que demandam pouca mão de obra e o baixo nível de renda per capita gerada na propriedade acabam por propiciar a possibilidade de que alguns membros da família possam trabalhar fora do horto. Atividades como pedreiro, servente, empregadas domésticas, tratoristas e babás foram as mais lembradas pelos entrevistados. Todavia, segundo estimativas do técnico responsável, o total de trabalhadores em atividades fora do assentamento não é superior a 25% de seus residentes. Em tempo, é bom ressaltar que a maioria das famílias vive exclusivamente da renda gerada nos lotes mais a renda advinda de políticas assistenciais como o bolsa-família, por exemplo.

Mesmo não tendo pessoas consideradas em condições de extrema pobreza, aproximadamente vinte famílias contam com repasses do bolsa-família, com valores compreendidos entre R\$ 80,00 e R\$ 120,00. O principal motivo é a presença de netos dos titulares residindo junto aos avôs nos lotes. Sobre os recursos oriundos de aposentadoria, segundo entrevistas, o número de famílias que contam com esta renda é pouco mais de 20% do total.

3.3.1.2 – Acesso a saúde, educação e infraestrutura básica

O grau de organização das famílias assentadas no Córrego Rico contribuiu sobremaneira para o acesso a serviços que colaboraram para a melhoria da qualidade da saúde e da educação. Neste assentamento foram registrados importantes avanços, tais como água encanada em todas as casas para consumo humano, energia elétrica, coleta de lixo e fossas sépticas. Muito destas conquistas se deve à Associação Terra Rica⁷⁶.

Esta associação congrega 39 das 47 famílias assentadas e é a mais atuante de toda a região. A primeira iniciativa da Terra Rica em 2002, ano de sua constituição, foi a captação de recursos através de um projeto de cooperação técnico-científica entre os assentados e a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), com o objetivo de produzir plantas medicinais no horto. Para fazer

⁷⁶ Neste assentamento a energia elétrica chegou pouco antes do programa federal “Luz para Todos”. Em 2002, os assentados, sem luz elétrica, aderiram ao programa estadual “Luz no Campo”, pagando o benefício, junto com a conta de luz, em prestações médias de R\$ 30,00 por sessenta meses. Apenas um ano depois, o “Luz para Todos” chegou à região, totalmente gratuito.

parte do projeto, os assentados constituíram a associação que recebeu recursos financeiros da ordem de R\$ 148.695,15 para melhoria da infraestrutura local. Com os recursos, foram adquiridos um trator, uma roçadeira, uma grade, além da construção de um barracão para uso comunitário⁷⁷.

A experiência da Terra Rica com a FIOCRUZ estimulou novos projetos de parcerias. Com o auxílio da CATI e do ITESP, os assentados receberam, entre os anos de 2007 e 2008, auxílio técnico e financeiro para o desenvolvimento de ações de conservação do solo e da água que melhoraram significativamente o assentamento. Foram feitas, em 280 hectares, curvas de nível e terraceamento, além da construção de fossas sépticas biodigestoras e cursos de saneamento rural, conservação do solo e processamento artesanal de doces. Também em 2008, a Terra Rica conseguiu recursos do Programa de Microbacias para instalar novas fossas sépticas. Diante de tudo isto, mesmo com limitações próprias de comunidades rurais, pode-se perceber que a melhora nas condições de vida dos assentados se deveu ao seu grau de organização social⁷⁸. Cabe registrar também a existência de uma forte presença de lideranças femininas e uma estreita ligação com a OMAQUESP (Organização das Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de São Paulo)⁷⁹.

As residências das famílias assentadas estão dentro de um perfil considerado bom ou ótimo para todos os entrevistados. Em todas as entrevistas reforçou-se que as atuais condições de moradia são melhores que as anteriores ao assentamento, tanto pela qualidade dos imóveis quanto pelo não pagamento de aluguel, em alguns casos. Apenas duas casas em todo o

⁷⁷ Segundo entrevista, o projeto deu certo, mas ficou inconcluso, pois a FIOCRUZ interrompeu as atividades de pesquisa.

⁷⁸ O Programa de Microbacias II está na fase de manifestação de interesses. A proposta do Assentamento Córrego Rico para aquisição de novas máquinas e equipamentos foi considerada elegível. São 143 entidades e associações de produtores que manifestaram interesse.

⁷⁹ A liderança mais atuante do assentamento é a da senhora Tânia Mara Baldão, presidente da Associação Terra Rica e vice-presidente da OMAQUESP. Por sua reconhecida atuação estadual a senhora Tânia Baldão foi uma das entrevistadas para o desenvolvimento deste trabalho. Falando de sua própria trajetória, Tânia Mara Baldão apresenta argumentos que ajudam a entender o porquê do Córrego Rico ter melhor acesso a equipamentos sociais quando comparado com o Horto Guarani, por exemplo: *[...] A gente ficava pensando ah, mas como que faz a educação, como que faz a saúde aqui dentro. Como que a gente vai transportar as crianças que vai pra escola. Ai a gente começou a participar da reunião e dar pitaco neste sentido, sabe, a questão social, que tinha gente que não tinha água, não tinha alimentação, essa questão social [...].*

horto não são totalmente de alvenaria, mas todas são dotadas de condições higiênico-sanitárias adequadas com energia elétrica, água encanada e fossas sépticas.

Os titulares dos lotes tiveram acesso ao programa do INCRA, em 2004, que disponibilizou R\$ 5.000,00 como crédito habitação (Tabela 3.2). Dado o pequeno valor, a partir de 2007, contaram ainda com a ajuda da prefeitura de Jaboticabal, que apoiou esta fase de construção de casas, dando a oportunidade para que os assentados pudessem fabricar, sem custos, os próprios tijolos em uma fábrica do município, material este que foi utilizado posteriormente nos imóveis do assentamento. Segundo relatos, não eram muitos tijolos, mas propiciou o início das construções de alvenaria.

No que tange ao acesso à saúde, o assentamento é atendido por uma equipe do Programa Saúde da Família, cuja base é o Distrito de Córrego Rico. Os mais necessitados são encaminhados aos postos médicos de Jaboticabal. Os beneficiários contam com a atuação de uma assentada como agente comunitária de saúde, que ajuda nos trabalhos de prevenção e na entrega de medicamentos.

A saúde é um dos aspectos mais relevantes para o pleno desenvolvimento humano. É fato que o assentamento não conta com um atendimento ou programa específico de saúde, mas o acesso ao Programa Saúde da Família é um fator positivo. Na área rural é fundamental o fortalecimento da saúde preventiva, o que tem ocorrido no horto: visitas de agentes comunitários de saúde, orientações e vacinação ocorrem com frequência. Segundo os assentados entrevistados isto é um avanço, já que em muitos bairros periféricos da cidade os moradores não podem contar nem com este apoio. Pode-se perceber, a exemplo do caso da saúde, que o assentamento atingiu uma importante capacidade de reivindicação em diversos espaços, como a participação na Conferência Municipal da Saúde, intermediando informações e demandas.

No que tange à educação, tanto as condições de acesso quanto do perfil educacional dos residentes no assentamento melhoraram, segundo os relatos colhidos. O exemplo da quase erradicação do analfabetismo entre jovens e adultos chama a atenção. O Projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA) através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

(PRONERA) encontrou bastante espaço na região, tendo o Córrego Rico reduzido o analfabetismo de 32 para apenas três pessoas. O EJA, nos assentamentos estaduais da RA de Ribeirão Preto, é desenvolvido através da parceria entre a UNIMEP e a OMAQUESP⁸⁰. O programa contou com o apoio da prefeitura e foi desenvolvido dentro da área por monitoras da própria comunidade.

Os jovens contam ainda com a possibilidade de frequentar cursos técnicos com bolsas de estudo oferecidas pelo SENAC, por serem filhos de agricultores assentados. A partir da reivindicação destes assentados por cursos profissionalizantes, o SENAC, em parceria com a prefeitura, disponibilizou, em 2009, 19 bolsas de estudo em especializações como nutrição e enfermagem, entre outras. Alguns filhos de assentados chegaram à universidade, como é o caso de duas alunas da UFSCar em cursos de graduação e uma da UNESP de Jaboticabal, hoje já matriculada no doutorado.

Um dos problemas registrados nas entrevistas realizadas é a má conservação das estradas que cortam o assentamento, que resulta na não circulação dos ônibus escolares quando há excesso de chuvas. Essa situação já provocou constantes reuniões com os órgãos competentes, mas ainda não foram resolvidas as pendências para recuperação dos pontos críticos dessas estradas.

Por fim, não é propósito desta tese quantificar a melhora das condições de vida dos assentados; mas, em termos qualitativos, antes do assentamento, estes trabalhadores eram pagos para exercer uma atividade repetitiva em uma fase do processo produtivo, notadamente, o corte da cana. Para a usina, não faz diferença o grau de alfabetização dos volantes, desde que a produtividade individual esteja na média. Nos assentamentos é diferente, pois a própria busca por técnicas mais adequadas, mais eficientes, faz com que o assentado e os demais membros da família busquem novos conhecimentos formais ou tácitos.

⁸⁰ Este projeto se insere no escopo do PRONERA e foi realizado pela UNIMEP, em parceria com a OMAQUESP, o INCRA e o ITESP, atendendo 11 assentamentos em todo o estado, dentre eles os três hortos aqui pesquisados.

3.3.1.3 – Considerações adicionais sobre o Horto Córrego Rico

Quando os assentados fizeram o processo de ocupação em 1998, uma extensa área plantada de eucalipto foi desmatada, o que gerou um passivo ambiental de 40 hectares a ser recuperado. Até a última visita realizada no assentamento, 11 hectares já tinham sido reflorestados, com o plantio de 17.000 mudas doadas por uma empresa concessionária de rodovias que precisava fazer compensação. Esta operação tem sido fiscalizada pela Promotoria de Jaboticabal e pela Polícia Ambiental.

A falta de água para produção agropecuária e as limitadas formas de comercialização são as principais dificuldades listadas. No que se refere à água, as limitações geradas por uma extensa laje de pedra, localizada entre quatro e seis metros de profundidade, inviabiliza financeiramente a instalação de poços cacimbas nos lotes e impede, inclusive, o uso de tecnologias simples como a de gotejamento.

Um fato observado pelo técnico responsável como problemático é o êxodo de jovens em idade ativa de trabalho. Não é um problema apenas deste assentamento, mas de todos os projetos de reforma agrária, a dificuldade em manter os jovens nos lotes. A atratividade das ocupações urbanas, a estrutura patriarcal das famílias assentadas e a falta de uma política adequada de sucessão hereditária são os principais problemas levantados.

3.3.2 – Assentamento Horto Ibitiúva

O Horto Florestal Ibitiúva, implantado em 1936 pela Cia. Paulista de Estadas de Ferro e transformado em assentamento rural pelo ITESP em julho de 1999, possui área total de 725,01 ha, composta por 43 lotes familiares de aproximadamente 8,5 ha, dispostos em uma área dividida em 367,09 ha agrícolas, 174,20 ha de áreas destinadas à reserva florestal legal e preservação permanente e 151 ha de área para manejo florestal. Ele foi ocupado em 1998 por trabalhadores sem-terra, organizados pela FERAESP. A maioria das famílias, segundo entrevistas realizadas, são oriundas de Bebedouro e Pitangueiras e tinha como atividade anterior o corte de cana na própria região.

Neste assentamento existe uma situação diferenciada dos demais pesquisados, pois em seu planejamento territorial, houve a cessão de uma parte da área coberta com eucaliptos para as 43 famílias assentadas, para a exploração florestal⁸¹. Esta atividade em particular, possibilitou às famílias a realização de investimentos na infraestrutura básica (residências de alvenaria, energia elétrica nos lotes, perfuração de poços artesianos e aquisição de máquinas e implementos para viabilizar a produção agropecuária).

Nos últimos anos, houve a introdução do cultivo da cana-de-açúcar, em um sistema de parceira com a Usina Andrade Açúcar e Álcool S/A, instituída pela Fundação ITESP através da Portaria 77/2004, que autoriza os beneficiários de projetos estaduais de reforma agrária a estabelecerem parcerias na produção agrícola com empresas agroindustriais. Esta parceria contribuiu com o aumento da renda anual das famílias assentadas; contudo, gerou conflitos internos entre os próprios assentados e também de ordem institucional nos planos estadual e federal.

3.3.2.1 – Estratégias de produção, comercialização, crédito e geração de renda

No início do assentamento, as famílias se organizavam para ter acesso à cesta básica, pois quando houve a ocupação, a área estava coberta de eucaliptos e ainda não estava disponível para reforma agrária. A análise de uma das entrevistas realizadas revela as dificuldades iniciais, quando as pessoas tinham dificuldade de plantar até o básico para comer por falta de área, de condições de solo, bastante desgastado com a cultura do eucalipto, e pela ausência total de recursos materiais e financeiros⁸².

⁸¹ Em maio de 2003, o Conselho Curador da Fundação ITESP (instância deliberativa da Fundação ITESP) aprovou os Planos de Manejo Florestais dos Assentamentos Ibitiúva e Reage Brasil (RA de Barretos), com áreas de aproximadamente 3,5 hectares cada, para desenvolvimento de planos de manejo.

⁸² Um momento especial da pesquisa de campo foi a entrevista com Seu Zico, um assentado pioneiro no horto Ibitiúva que relatou assim a chegada na área: *“Eu vou falar pro senhor a verdade, nós pegamos está terra aqui no mato. [...] Nós pegamos a terra e nada. [...] Eles deram três hectares de madeira pra cada um. Veio do céu, eu agradeço, veio do céu mesmo. Olha, eu vou falar pro senhor, nós não tinha mais cobertor, [...], eu trabalhava destes chinelinho de tomar banho, aqueles porqueira, eu não tinha sapatão para pôr, não tinha mais roupa, não tinha panela, não tinha um fogão, não tinha uma televisão, não tinha sofá, mais nada mesmo. Tinha dia de nós dormir sem comer. Olha, apareceu um japonês de Ibitiúva que pagava quinze reais por cobra que nós pegava. Cascavel quinze, urutu quinze. O senhor sabe que eu tinha um medo de cobra terrível, virei caçador [risos]. Não é mentira não! Caçador de cascavel. Até que um cascavel me pegou, mas não foi na caçada dele não, foi depois, eu trabalhando aqui né? O que é certo é certo.”*

Apenas em 2002 houve a regularização ambiental para o corte da madeira. Foi a partir desta data que os assentados perceberam melhorias nas suas condições de vida, beneficiados com parte da renda da venda da madeira. O corte do eucalipto também foi fundamental para a abertura de área para o cultivo de atividades agrícolas.

Para se ter uma ideia da importância da extração da madeira para a formação inicial do assentamento, o valor total recebido pela venda foi de R\$ 981.365,33, divididos entre as 43 famílias⁸³. Os créditos chegaram de forma desordenada: apenas os assentados que tinham área sem eucaliptos (26 famílias, em 2002) puderam pleitear os primeiros recursos do PRONAF. Os demais tiveram que esperar até 2004. A inadimplência é elevada e o interesse em renegociar as dívidas é pequeno (Tabela 3.4).

Tabela 3.4 Créditos disponibilizados para o assentamento Horto Ibitiúva, por ano			
Ano	Tipo de Crédito	Valor Acessado	Observações
2002	PRONAF A	R\$ 12.000,00	Investimento na produção agropecuária inicial. Apenas 26 assentados receberam, pois eram os únicos que tinham área aberta
2002	FOMENTO	R\$ 1.500,00	Destinado à alimentação, produção e compra de utensílios agrícolas básicos, para desenvolvimento inicial.
2004	PRONAF A	R\$ 12.000,00	Valor recebido pelas 17 famílias que não foram contempladas em 2002. Dentre todos os assentados, apenas 21% pagaram ou renegociaram as dívidas. Os demais estão inadimplentes
2005	HABITAÇÃO	R\$ 5.000,00	Construção de moradia. Foi dividido em duas parcelas. Cinco famílias não receberam este benefício, por problemas na documentação.
2005	PRONAF A/C	R\$ 2.500,00	Crédito destinado ao custeio das atividades agropecuárias. Todos tiveram acesso.
2006	PRONAF FLORESTA	R\$ 4.000,00	Destinado a projetos encaminhados para recuperação florestal.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas. Outubro de 2011.

Nos últimos cinco anos, a principal fonte de renda do assentamento é, de longe, o cultivo da cana-de-açúcar, atividade desenvolvida por 90,5% das famílias assentadas, em áreas que ocupam até 50% dos lotes individuais. Segundo dados colhidos em entrevista com o técnico responsável pelo assentamento, 39 beneficiários aderiram à proposta de parceria com a usina Andrade Açúcar e Álcool S/A. Nesta parceria, a usina realizou investimentos na

⁸³ Foram aproximadamente 2.500 caminhões carregados, tendo a maior parte da mão de obra para colheita e carregamento, sido feita por assentados (OLIVEIRA, 2006, p. 50).

retirada dos tocos de eucaliptos, preparação do solo e plantio, descontando dos assentados-parceiros, os gastos iniciais nas três primeiras safras.

Questionado quanto à possibilidade de a cana ser uma atividade discrepante da lógica da agricultura familiar, o técnico do ITESP esclarece que a introdução desta cultura, através da parceria com uma usina sucroalcooleira, propiciou o efetivo início de uma produção agropecuária no horto, a partir da destoca dos eucaliptos e do preparo do solo, seguido do plantio⁸⁴. Estas ações eram urgentes, mas estavam além da capacidade financeira das famílias assentadas⁸⁵.

Como já antecipado, todas estas etapas foram feitas pela usina e depois descontadas. A renda da quarta safra, no quarto ano, foi paga integralmente aos agricultores. No primeiro ano, o desconto foi de 50% dos gastos realizados pela usina na receita recebida pelos assentados. No segundo ano, o desconto foi de 30% e, no terceiro, foi de 20% sobre a renda devida aos assentados. Na quarta safra, descontados apenas os insumos, o valor recebido por família variou de acordo com a produtividade, ficando entre R\$ 20.000,00 e R\$ 25.000,00.

**Tabela 3.5 – Produção e renda agropecuária de uma família assentada
(ano agrícola de 2010/2011)**

Produto	Produção Anual	Preço de venda	Receita bruta anual
Cana-de-açúcar	-	-	R\$ 16.000,00
Hortaliças	-	-	R\$ 1.200,00
Mandioca	15 caixas	R\$ 10,00/caixa	R\$ 150,00
Total bruta anual	-	-	R\$ 17.350,00
Total bruta mensal	-	-	R\$ 1.445,83

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas. Outubro de 2011. Algumas informações estão incompletas, pois os entrevistados não souberam responder.

O núcleo familiar, composto por quatro pessoas e descrito na tabela 3.5, tem uma despesa de aproximadamente R\$ 6.000,00 ao ano com fertilizantes e agrotóxicos em geral. Fora a renda agropecuária, existe a renda de mais um salário mínimo, advinda de benefício de um aposentado. A família

⁸⁴ Destoca é o processo de retirar o toco e as raízes do eucalipto do lote. Devido à profundidade das raízes, este processo só pode ser feito utilizando-se maquinário pesado, indisponível aos assentados.

⁸⁵ Ainda sobre este ponto o técnico continua: “*Eu não faço uma avaliação de uma cultura de agronegócio, aqui dentro temos a cana, mas também outras atividades que as pessoas não abrem mão, por exemplo, a olericultura*”.

ainda conta com um trator e implementos básicos (arado, grade, roçadeira, pulverizador), um carro e um caminhão de pequeno porte, adquiridos com recursos provenientes da venda da madeira no início do assentamento. Os entrevistados não souberam precisar, mas afirmaram que a renda é um pouco maior, pois existem ainda vendas eventuais de aves. Um fato importante registrado é que para este núcleo familiar as condições de trabalho e vida melhoraram devido à diminuição da jornada de trabalho.

Os contratos em andamento terminam em 2012 e ainda não houve, por parte da usina, sinalização de renovação, mesmo diante da insistência dos assentados. A tendência é que existam dificuldades adicionais na renovação da parceria, pois as usinas da região aderiram ao Programa Etanol Verde, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e de Agricultura. Este programa define um conjunto de adequações técnicas e ambientais que devem ser implementadas pelas agroindústrias sucroalcooleiras visando acelerar a mecanização do corte da cana.

Em síntese, as agroindústrias se comprometeram a mecanizar a totalidade da colheita em áreas com declividade inferior a 12% de inclinação⁸⁶. A mecanização, por seu turno, compromete o desenvolvimento do cultivo de cana-de-açúcar em assentamentos rurais com áreas individuais pequenas e com plantio feito em ruas curtas. Nestas áreas haveria necessidade de que máquinas de grande porte fizessem grande quantidade de curvas, o que tornaria a colheita mecânica lenta, custosa e pouco eficiente⁸⁷.

Todos os lotes contam com olerícolas para o autoconsumo. Alguns contam com o cultivo de café, arroz, feijão, aves e suínos para consumo e venda. A maioria dos lotes tem gado para produção de leite e derivados. É difícil uma estimativa exata da renda, mas a partir das entrevistas realizadas, fora o cultivo da cana, em média, as famílias conseguem gerar uma renda agropecuária que varia entre R\$ 6.000,00 e R\$ 7.000,00 ao ano.

Apenas nove famílias estão entregando olerícolas e frutas ao PAA. Esta baixa participação tem a ver com a expectativa dos assentados de

⁸⁶ Segundo informações disponíveis no site da Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, já são 171 usinas sucroalcooleiras signatárias do Programa Etanol Verde e dentre estas estão todas as usinas com unidades na RA de Ribeirão Preto. Para maiores detalhes ver: <http://homologa.ambiente.sp.gov.br/etanolverde/portugues.asp>

⁸⁷ Outra informação levantada na pesquisa de campo foi o fato de o atual contrato entre a usina e os assentados ter sido assinado antes de a usina ser vendida para um grande grupo multinacional.

renovarem a parceria com usina sucroalcooleira local. Neste assentamento 10 famílias contam com bolsa-família e 15 com renda cidadã⁸⁸ e aproximadamente 10 famílias contam com benefícios do INSS. Segundo entrevistas, os titulares dos lotes do assentamento não trabalham fora dos lotes, mas a maioria dos filhos sim, com renda mensal variando em torno de R\$ 800,00 e R\$ 1.300,00 ao mês por trabalhador.

Segundo entrevistas, o motivo principal para que exista grande quantidade de assentados em empregos fora do assentamento está diretamente ligado ao tamanho dos lotes que, considerados pequenos, acabam não comportando a quantidade de mão de obra familiar disponível, em muitos casos. A proximidade com o núcleo urbano do município também contribui, pois propicia o deslocamento pendular de indivíduos diariamente.

A produção do milho no Ibitiúva é para consumo próprio e alimentação animal que também, em sua maioria, é para o consumo próprio. Segundo estimativa do técnico entrevistado, a produção para autoconsumo neste horto é de aproximadamente 15% da renda bruta agrícola. Em outras palavras, o preço de mercado dos itens produzidos e consumidos pelas famílias era, em valores de 2008, aproximadamente R\$ 250,00 por mês ou R\$ 3.000,00 ao ano. Estes valores são de um levantamento feito pelo ITESP (não publicado), levando em consideração a produção de mandioca, ovo, frutas diversas e carne de pequenos animais, ou seja, os quatro produtos principais para o autoconsumo das famílias assentadas.

A comercialização da produção, excetuando-se a cana que é totalmente comprada pela usina, sempre foi pouco eficiente. Os assentados não participam de feiras e, para comercializar os seus produtos, valem-se da venda direta, no comércio local, no município de Pitangueiras. Como são apenas nove famílias entregando seus produtos ao PAA, este canal de comercialização ainda é bem inexpressivo.

Do ponto de vista da mecanização, os assentados contam com a vantagem de produzirem a cultura principal da região, o que facilita a contratação de serviços de trator para adubação. Mas existem famílias que

⁸⁸ A renda cidadã é um programa da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEADS). O público-alvo são famílias que residem em bolsões de pobreza, com renda mensal per capita de até R\$ 100,00, priorizando mulheres chefes de família.

investiram em tratores com os recursos do eucalipto ou do PRONAF A. Então, direta ou indiretamente, todos têm acesso a máquinas e equipamentos para o cultivo em seus lotes.

O assentamento depende bastante do uso de fertilizantes e o desenvolvimento de alternativas orgânicas é comprometido pela pulverização aérea de herbicidas feita pelas usinas da região que já comprometeram inclusive uma iniciativa de alguns assentados de produzir maracujá. O valor estimado é de aproximadamente R\$ 7.000,00 por ano em custo de fertilizantes e mão de obra para aplicação, notadamente a maior parte deste valor é para o plantio da cana.

3.3.2.2 – Acesso a saúde, educação e infraestrutura básica

A estruturação do assentamento, enquanto local digno de moradia, se deu quando ele recebeu energia elétrica e acesso à água através de poços cacimbas ou semi-artesianos. Mas as condições de saneamento ainda não são adequadas e a maior parte dos lotes é dotada de fossas negras. A troca de experiências com o assentamento Córrego Rico tem influenciado na alteração desta realidade. Já foram construídas 15 fossas sépticas, a partir de recursos dos próprios assentados e outros demonstram interesse, mesmo não havendo nenhum programa específico com recursos para ajudar financeiramente estas famílias⁸⁹.

No horto Ibitiúva houve um processo interessante: dadas as dificuldades iniciais até mesmo para a produção voltada ao autoconsumo, os lotes foram ocupados apenas pelos chefes de família. Com a gradativa estruturação das condições de produção e aumento da infraestrutura, começaram a chegar esposas, filhos e filhas com seus respectivos companheiros e filhos.

No que se refere à educação, a partir dos relatos colhidos, ficou claro que a maioria dos assentados tem hoje mais oportunidades de estudos formais ou cursos rápidos de qualificação agropecuária. Os projetos desenvolvidos no escopo do PRONERA são importantes exemplos de melhoria

⁸⁹ Um problema encontrado em todos os assentamentos visitados, mas que também é regra em quase todas as regiões do país é a falta de tratamento, ou ao menos coleta adequada, das águas residuais das atividades domésticas.

do acesso à educação. O EJA é uma realidade no assentamento e os jovens e adultos estão conseguindo manter a frequência escolar de duas a três vezes por semana para a sua alfabetização. O importante, segundo entrevistas, é que estão sendo sempre criadas oportunidades de aprendizagem, formal ou não, para as famílias assentadas. E o tempo de trabalho das famílias hoje é compatível com o estudo.

Dentre as oportunidades que foram criadas, cabe registro a parceria do assentamento com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), durante o biênio 2005/2006, quando foram oferecidos cursos de operação e manutenção de tratores, agricultura orgânica e irrigação. Em 2007, junto ao SEBRAE, foram desenvolvidos cursos rápidos do Sistema Agroindustrial Integrado (SAI). Para os jovens, existe a possibilidade de educação formal, também via PRONERA. Como ilustração, o assentamento se orgulha de ter uma jovem formada em matemática, trabalhando na área de sua formação e um jovem matriculado no curso superior de Agronomia, além de jovens em cursos técnicos de enfermagem.

No que diz respeito à saúde, houve um retrocesso no horto. O assentamento tinha atendimento médico do Programa Saúde da Família, contudo, desde 2007 os atendimentos locais foram interrompidos e transferidos para o distrito de Ibitiúva, fora do assentamento. Em casos de urgência, há transporte público e, em casos mais graves, os necessitados são levados até Ribeirão Preto. Na análise das entrevistas, percebeu-se insatisfação em relação às condições de acesso à saúde, entretanto, quando questionados sobre a situação anterior à de assentado, todos são enfáticos em dizer que houve relativa melhora. Do ponto de vista das ações preventivas, existe um controle da vacinação infantil e de idosos, além do controle de zoonoses entre cães e gatos.

O padrão das residências é considerado bom por todos os entrevistados, sendo todas de alvenaria. Os recursos disponibilizados pelo INCRA foram insuficientes e a maior parte das famílias injetou recursos próprios para a finalização das obras. O dinheiro adicional que os assentados usaram para investir em suas residências veio da área de manejo florestal, mencionado anteriormente. O acesso a estes recursos por parte dos

beneficiários de reordenamento fundiário estadual foi fruto das reivindicações dos movimentos sociais.

3.3.2.3 – Considerações adicionais sobre o Horto Ibitiúva

Houve melhora nas condições de vida e trabalho dos assentados, segundo as entrevistas realizadas. As famílias, em sua maioria, eram compostas por trabalhadores ocupados no corte da cana na região. A precariedade da situação anterior à condição de assentadas as motivou a entrarem na luta pela terra. Os relatos mostram que, para estes indivíduos, as condições de trabalho melhoraram quando eles passaram de boias-frias a agricultores familiares. De todas as famílias assentadas, apenas duas eram trabalhadores rurais formais em atividades agropecuárias que não o corte da cana.

As dificuldades principais do assentamento são inerentes à inexistência de trabalho coletivo. Mesmo sendo uma bandeira da assistência técnica do ITESP, o desenvolvimento do trabalho coletivo nunca se efetivou no horto. Cabe como ilustração a área de manejo florestal que inicialmente foi pensada para ser trabalhada coletivamente; entretanto, em menos de um ano, as dificuldades de trabalho cooperativo tornaram-se impeditivas e as áreas foram divididas para trabalho individual. Inexistem associações, cooperativas ou qualquer outra organização deste tipo no assentamento.

No caso do plantio da cana, os contratos foram feitos individualmente e a usina oferece a assistência necessária aos assentados. Com relação aos assentados que estão entregando produtos no PAA, uma organização prévia tem sido feita pelos técnicos do ITESP, mas ainda em fase inicial. Uma dificuldade adicional para os assentados é o fato de a Prefeitura de Pitangueiras ainda não ter conseguido viabilizar sua participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), programa que estimularia e facilitaria o escoamento da produção do assentamento para uso na merenda escolar do município.

3.3.3 – Assentamento Horto Guarani

O assentamento Horto Guarani foi implantado no Horto Florestal Guarany que, assim como os anteriores, foi criado na década de 1930 pela Cia. Paulista de Estadas de Ferro. Foi ocupado em 1992 e transformado em assentamento pelo ITESP, em 1999. Conta com uma área de 4.190,22 hectares divididos em 274 lotes, dos quais 214 estão em Pradópolis e 60 em área pertencente ao município de Guatapar. Os beneficiários deste horto são, segundo entrevistas *in loco*, oriundos da região de Campinas, devido  a o da FERAESP no município de Cosmópolis.

Da ocupao  constituio definitiva do assentamento, em 1999, não houve ao policial para reintegrao de posse, permitindo aos acampados certa organizao coletiva do trabalho. A baixa fertilidade inicial do solo, devido  cultura do eucalipto, foi uma das primeiras dificuldades. Até 1997, os acampados se dedicaram às culturas para o autoconsumo, tais como horticultura e criao de pequenos animais. Com a formalizao da área em 1999, o ITESP assumiu, oficialmente, a assistência técnica rural do horto.

O Horto Guarani  o maior em área de cultivo individual na Região Administrativa de Ribeirão Preto. De modo geral, o assentamento apresenta as mesmas dificuldades dos outros hortos anteriores, a saber, produo limitada, dificuldade na comercializao e elevada inadimplência. Assim como ocorre no horto Ibitiúva, ganha força a parceria com a Usina São Martinho S/A para a produo da cana-de-aocar enquanto uma cultura economicamente rentável para parte dos assentados.

3.3.3.1 – Estratégias de produo, comercializao, crédito e gerao de renda

Quando o ITESP assumiu oficialmente a assistência técnica rural do horto, surgiram os primeiros projetos agropecuários, especialmente criao de gado, estufas para hortaliças, encaminhados para a obteno do PRONAF.  fato notório que a Fundao ITESP não disponibiliza recursos financeiros diretamente ao assentado, contudo, a ao da Fundao, intermediando recursos ou disponibilizando materiais, também foi fundamental para as

primeiras atividades de produção no assentamento⁹⁰. Na época, as famílias do Guarani (assim como as assentadas nas duas outras áreas de horto) tiveram direito a R\$ 12 mil (Tabela 3.6), com três anos de carência e dez para o pagamento, além de contarem com um desconto de 40% sobre o valor das prestações como bônus de adimplência, caso o pagamento fosse feito até a data do vencimento⁹¹.

Os recursos do PRONAF A foram, na maioria dos casos, empregados em pecuária leiteira, mas os projetos foram comprometidos pela deficiência de recursos hídricos da área, comprometendo de maneira significativa o dinheiro empregado nestas atividades⁹².

Tabela 3.6 – Créditos disponibilizados para o assentamento Horto Guarani, por ano

Ano	Tipo de Crédito	Valor Acessado	Observações
2001	PRONAF A	R\$ 12.000,00	Investimento na produção agropecuária inicial. Todos os assentados tiveram acesso, mas a inadimplência é superior a 70%.
2002	HABITAÇÃO	R\$ 5.000,00	Construção de moradia.
2002	FOMENTO	R\$ 800,00	Destinado à alimentação, produção e compra de utensílios agrícolas básicos, para desenvolvimento inicial.
2002	PRONAF A/C	R\$ 2.500,00	Crédito destinado ao custeio das atividades agropecuárias.
2005	PRONAF MULHER	R\$ 7.000,00	Destinado a projetos encaminhados pelas mulheres assentadas. Apenas 25% que estavam adimplentes com o PRONAF A tiveram acesso ao recurso.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas. Outubro de 2011.

As hortaliças tiveram um papel importante quando a pecuária começou a entrar em colapso. Com ajuda técnica da UFSCar, o assentamento, em 2003, já contava com o cultivo em quatro hectares de canteiros, mais 14 estufas⁹³. A melhora do perfil técnico pôde ser sentida no modo de produção: para evitar rajadas de ventos, os assentados plantaram capim-elefante para funcionar como quebra-vento e ainda montaram um sistema de irrigação por

⁹⁰ No caso do Horto Guarani, o ITESP disponibilizou sementes, calcário e ajudou no processo de destoca dos eucaliptos e correção do solo. Além de assumir o custo das horas-máquina para a destoca, o ITESP também se responsabilizou pela correção do solo que foi feita com a utilização de calcário, tendo, cada família, o direito a 12 toneladas.

⁹¹ 226 famílias receberam os recursos do PRONAF em dezembro de 2001.

⁹² Isto explica o investimento em caprinocultura, uma vez que os animais demandam uma quantidade muito inferior de água, tanto para beber quanto, indiretamente, na alimentação pastoril.

⁹³ Esta iniciativa da UFSCar foi registrada como projeto de extensão do Departamento de Biotecnologia Vegetal sob o título "Implantação de um polo tecnológico de produção de hortaliças no Horto Guarani".

aspersão e por gotejamento. Todavia, a produção de hortaliças ficou comprometida com o avanço recente da cana-de-açúcar no horto.

O grupo que produz cana-de-açúcar o faz em parceria com a Usina São Martinho, via Portaria 77/2004. A associação pensada para operacionalizar o plantio de cana nasceu em 2007 e conta, segundo dados colhidos em pesquisa de campo, com 77 famílias parceiras, que destinam 50% da área agriculturável dos seus lotes para o cultivo da cana. A associação não tem o intuito de representar os assentados em outras questões que não o plantio da cana. Neste caso específico, a agroindústria parceira é a maior processadora de cana do mundo, sediada em Pradópolis⁹⁴.

Mesmo sendo uma fonte de conflitos institucionais, o plantio da cana-de-açúcar, em parceria com usinas sucroalcooleiras, é a atividade mais rentável desenvolvida no assentamento. Segundo dados colhidos *in loco*, a renda média gerada na safra 2009/2010 foi de aproximadamente R\$ 18 mil. Conforme entrevista com um dos técnicos responsáveis, o valor máximo registrado foi de um assentado que colheu 900 toneladas de cana, o que resultou em aproximadamente R\$ 30 mil ao fim da safra e o que menos produziu conseguiu uma renda aproximada de R\$ 11 mil⁹⁵.

No contrato de parceria entre os assentados do horto Guarani e a usina, os investimentos iniciais foram feitos pela usina e foram descontados nas primeiras quatro safras, nas seguintes proporções: 40% na primeira safra e 20% nas três safras subsequentes. Todos os entrevistados que trabalham com a cana se dizem satisfeitos e interessados em renovar o contrato, mesmo que a colheita seja mecanizada.

Em termos econômicos, o resultado financeiro da cana, na última safra (2010/2011), é o mais significativo dentre todas as atividades agropecuárias, com um valor registrado em torno de R\$ 15 mil. Mas existem

⁹⁴ Em assembléia realizada em 13 de março de 2007, os assentados constituíram a Associação Agrícola Verde da Terra, com a ajuda organizacional do ITESP, do SEBRAE e da Prefeitura de Pradópolis, aprovando estatuto e composição da diretoria. Em maio do ano seguinte, a plantação já tinha sido concluída nos 77 lotes dos associados.

⁹⁵ Segundo Amarante, vice-presidente da Associação Funcionários do ITESP: “Nesse tipo de contrato, as despesas que exigem uma maior necessidade de aporte de recursos financeiros por parte dos assentados contratantes são referentes aos serviços agrícolas de motomecanização prestados pelas usinas aos beneficiários assentados. As outras despesas advêm dos demais custos diretos que envolvem o plantio da referida cultura em áreas dos lotes agrícolas dos assentamentos rurais, que não se encontram devidamente preparadas para realização dos cultivos agrícolas”. Informação pública disponível em <http://www.afitesp.com.br/>.

assentados que, mesmo sem a produção de cana, conseguem sobreviver, como demonstrado na tabela 3.7.

Produto	Produção Anual	Preço de venda	Receita bruta anual
Milho	128 sacas	R\$ 30,00/saca	R\$ 3.840,00
Eucalipto	50 metros	R\$ 40,00/metro	R\$ 2.000,00
Frangos	40 aves	R\$ 25/ave	R\$ 1.000,00
Suínos	40 leitões	R\$ 40,00/unidade	R\$ 1.600,00
Total bruta anual	-	-	R\$ 8.440,00
Total bruta mensal	-	-	R\$ 704,00

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas. Outubro de 2011. Algumas informações estão incompletas, pois os entrevistados não souberam responder.

O caso descrito na tabela 3.7 apresenta um núcleo familiar composto por duas mulheres. Além da renda agropecuária, uma das assentadas recebe um salário mínimo de aposentadoria e ainda trabalha como emprega doméstica, recebendo, segundo entrevista, mais dois salários mínimos mensais. Somando todas as fontes de renda, agrícolas ou não, este núcleo consegue gerar R\$ 2.339,00 mensais. Os custos de produção agrícola são relativamente baixos, totalizando aproximadamente R\$ 200,00 por ano com fertilizantes.

Segundo as entrevistas com os assentados, o melhor modelo de produção e comercialização é aquele em que a família está inserida em diversas cadeias: ao mesmo tempo em que tem cana no lote, com venda já garantida, consegue destinar até dois hectares para eucalipto, hortaliças e pelo menos duas vacas leiteiras.

Além da organização dos assentados para produção da cana, existem iniciativas para a criação de outras associações que foram inicialmente pensadas para captação de recursos junto ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH)⁹⁶, mas que já estão vislumbrando as possibilidades abertas pelos programas federais de estímulo à agricultura

⁹⁶ As duas associações estavam na fase de discussão na visita de campo de fevereiro de 2011 e em fase de constituição na visita de outubro do mesmo ano, já visando também o PAA e o PNAE.

familiar, tais como o PAA e o PNAE. A ideia é focar na produção de horticultura e usar a possível ajuda oriunda do Microbacias para a compra de calcário, esparramador de calcário e construção de fossas sépticas.

Sem dúvida, os programas federais aumentaram a produção de horticultura e fruticultura no assentamento. No que tange ao PNAE, as prefeituras ainda estão se organizando para receber os produtos da agricultura familiar. Questionado sobre o motivo da lentidão das prefeituras da região, o técnico do ITESP ponderou sobre o receio de alguns administradores públicos em comprar produtos sem licitação.

O PAA foi visto como uma das principais ferramentas para o desenvolvimento local, pois tem foco na comercialização. Segundo o técnico entrevistado, o preço pago pelo governo ajuda a eliminar os intermediários, sendo que o dinheiro vai direto para a conta do produtor, e isso é um estímulo significativo. Para 2012, os trabalhadores entrevistados disseram que estarão prontos para entregar a partir das associações em fase final de formalização.

Outra cultura que também foi capaz de gerar renda em um volume acima das expectativas foi o plantio de eucalipto em alguns lotes. No ano de 2009 o ITESP conseguiu junto a CELPAV (Companhia Votorantim de Celulose e Papel)⁹⁷ a doação de 150 mil mudas da árvore, ficando ajustado que o assentado que plantasse o eucalipto não precisava necessariamente vender a madeira à empresa, após o corte. Quando o caule passou a medir entre 10 e 12 centímetros de diâmetro (ideal para ser usado como escora de laje na construção civil), os assentados começaram o corte e a venda. A partir das informações colhidas com um entrevistado, pode-se deduzir que em um período de 3 anos, valendo-se de apenas um hectare por família em média, os assentados obtiveram, com o eucalipto, um faturamento da ordem de R\$ 12.800,00, ou R\$ 4.267,00 por ano⁹⁸.

O Guarani conta também com aproximadamente 450 ha de milho, cultura presente em quase todos os lotes, para consumo humano e animal, e o maracujá, cultivo realizado por um grupo de dez famílias, reunidas por

⁹⁷ Atualmente International Paper do Brasil

⁹⁸ Cálculo realizado considerando 1.600 árvores por hectare, cortadas com oito metros ao preço de R\$1,00 o metro linear.

afinidade pessoal que juntas cultivam aproximadamente 4 mil pés do fruto em uma área de 10 hectares⁹⁹.

A criação de pequenos animais também é significativa na geração de renda das famílias assentadas, notadamente aves. Inicialmente foi feito um projeto com galinhas caipiras semiconfinadas, voltado ao autoconsumo, mas que se transformou em um projeto bastante comercial. As aves são vendidas a R\$ 20,00 cada, no próprio assentamento, para comerciantes locais, e o aumento da procura, segundo relatos, se explica pelos hábitos de consumo de parte dos cortadores de cana, residentes nas periferias de núcleos urbanos do entorno.

Sem objetivos comerciais definidos, existem outros grupos por afinidades, a exemplo do grupo de aproximado de 40 famílias que produz milho; o grupo que produz mucuna, com cerca 15 famílias; o grupo que produz frango caipira, que já é superior a 30 famílias. No que tange à comercialização, os membros destes grupos organizados por afinidade relataram que, antes mesmo da colheita, comerciantes dos municípios do entorno procuram os assentados para comprar, pagando à vista e revendendo no comércio local.

Os trabalhadores que não contam com canais institucionais de comercialização vendem suas mercadorias de forma improvisada, mas de modo bem funcional. No caso do maracujá, por exemplo, os assentados dividem o frete de um pequeno caminhão e levam o produto para o município de São Carlos para venda direta em estabelecimentos comerciais de hortifrutigranjeiros. Em síntese, as estratégias de comercialização das famílias assentadas são variadas. Alguns frequentam feiras com produtos próprios e de vizinhos e outros vendem de porta em porta, em Pradópolis e Guatapará.

A renda final de um assentado é composta por um universo complexo, podendo ser citadas: a renda agrícola dentro e fora do assentamento; a renda não-agrícola; o peso do autoconsumo e, dentre outros, os programas de transferência de renda. Segundo entrevista com um dos técnicos do ITESP, existe um número significativo de titulares que se encontram com idade elevada. Isto, por seu turno, acaba por aumentar a

⁹⁹ O plantio do maracujá começou a partir de uma proposta da compra da produção pela empresa Delta Citros Ltda. de Bebedouro que, segundo relatos, interrompeu a compra sem explicações, obrigando os produtores a buscar a venda em estabelecimentos comerciais da cidade vizinha.

importância da renda não-agrícola na área, devido à remuneração dos filhos em atividades urbanas mais a renda de previdência recebida pelos aposentados. Indagado sobre a renda mensal bruta, o técnico do ITESP, ressaltando a grande margem de imprecisão, estimou algo em torno de R\$ 800,00 a R\$ 1.000,00 ao mês.

A aposentadoria rural é um eixo importante para o ITESP, pois o órgão trabalha com a prerrogativa de fornecer documentação de tempo de serviço aos beneficiários dos programas estaduais de reforma agrária, o que agiliza sobremaneira o processo de obtenção da aposentadoria. Na medida em que os beneficiários vão envelhecendo, o valor de até dois salários mínimos mensais, pagos ao casal, torna-se a principal fonte de renda.

A partir da análise dos relatos colhidos nas entrevistas, existe uma percepção de que no assentamento existe uma condição muito favorável no que tange à alimentação das famílias. No assentamento Guarani quase todos os lotes têm espaço para o cultivo de hortaliças, mandioca, frutas em geral, fava, além de leite e derivados. Todas as famílias têm pomar doméstico e aqueles que, por dificuldades no acesso à água, para tratos culturais, não conseguem ter uma horta, são supridos por outros assentados graças à relação de parentesco ou companheirismo presente entre os núcleos internos. Na opinião de todos os técnicos entrevistados, a qualidade da alimentação dos residentes em áreas rurais é melhor que a de residentes urbanos com rendas próximas às dos assentados.

As famílias que recebem ajuda do governo federal, via Bolsa-Família, são as que se encontram em condições de vulnerabilidade social devido à desagregação familiar, notadamente por questões ligadas ao alcoolismo. Um dos técnicos ressaltou que, de modo generalizado, a segurança alimentar das famílias assentadas está garantida. Questionado sobre o peso do autoconsumo sobre o total produzido, o técnico acredita que de modo geral o peso fique entre 20% e 30% da receita agrícola bruta, aproximadamente R\$ 300,00 ao mês ou R\$ 3.600,00 ao ano.

3.3.3.2 – Acesso a saúde, educação e infraestrutura básica

No que diz respeito às condições de moradia no horto, a situação é confortável. Não existem casas que não sejam de alvenaria desde 2004, dois anos depois de o INCRA ter disponibilizado R\$ 5 mil, através do Banco do Brasil de Jaboticabal e o ITESP se responsabilizou pelos projetos de construção e/ou melhoria das residências. O apoio financeiro não foi suficiente, mas ajudou a fazer melhorias importantes nas residências.

A energia elétrica está presente em todas as residências. O programa a que as famílias tiveram acesso foi o programa estadual “Luz no Campo”, com o custo dividido em sessenta meses, mas com o lançamento do programa federal “Luz para Todos”, totalmente gratuito, os assentados conseguiram na justiça a suspensão dos pagamentos restantes. Existe uma demanda deste, e também de outros assentamentos, para que a rede elétrica seja trifásica, o que melhoraria o uso de máquinas e equipamentos que requerem este tipo de rede.

No acesso à água para consumo humano não existem problemas significativos, ainda que a maior dificuldade esteja nos tratamentos culturais. A área é cortada pelo rio Mogi e ainda conta com uma lagoa dentro do horto; mas, devido à grande extensão do assentamento, estes recursos não são acessíveis a todos os titulares.

O assentamento contou com a ajuda do ITESP na construção de poços artesianos que atendem, segundo dados da CATI (2010), apenas 32% dos lotes. Na tentativa de amenizar o problema, a prefeitura disponibiliza um caminhão pipa que atende a 17% dos lotes e, segundo o relato dos entrevistados, passa em intervalos de 40 dias no assentamento. A rede de abastecimento foi feita pelos assentados, com recursos escassos e com baixa eficiência, deixando 51% dos lotes à mercê de poços-cacimbas ou de ajuda de vizinhos¹⁰⁰.

Assim como no horto Ibitiúva, o Guarani também registrou retrocessos nos serviços de saúde. No biênio de 2001/02, o ITESP juntamente

¹⁰⁰ Informações disponíveis no Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável elaborado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

com a secretaria de saúde trabalhou na implantação do PSF específico para assentados e, no Guarani, chegou-se a ter implantado o programa dentro do horto, mas sem explicações, as prefeituras de Pradópolis e Guatapará o interromperam e optaram por oferecer o sistema básico de acolhimento nos respectivos municípios. No caso do PSF, ele previa plantões médicos dentro do assentamento e visitas nas residências. Interessante notar que a comunidade do Guarani não reivindicou a continuidade do PSF no assentamento.

Sobre as condições de saneamento básico, há necessidade de melhoras. A fossa séptica biodigestora é uma exceção encontrada em menos de 10 lotes, sendo que a maioria absoluta (mais de 90% das famílias) se vale do uso de fossas negras. A orientação dada pelo ITESP para evitar contaminações é a distância correta entre as fossas e os poços de água¹⁰¹.

Quanto à educação básica, todas as crianças frequentam regularmente a escola. Os alunos contam com transporte até as escolas de Pradópolis ou Guatapará, municípios responsáveis pelo oferecimento do transporte público gratuito; quanto à sua eficiência, durante as entrevistas não foi mencionada nenhuma questão negativa neste sentido. Outros projetos alternativos merecem destaque, a exemplo do Projeto EJA (Educação de Jovens e Adultos), que formou turmas noturnas para diminuir o analfabetismo, especialmente entre os adultos e idosos, mas, mesmo contando com ações do EJA, por motivos diversos, ainda é registrado analfabetismo no horto.

Na realidade, a possibilidade de alfabetização foi viabilizada, mas nem todos os adultos aderiram ao programa. Soma-se a isto o analfabetismo funcional que, segundo o técnico do ITESP, é um complicador adicional ao desenvolvimento do assentamento, pois compromete, dentre outras coisas, a execução de recomendações técnicas de produção, por exemplo.

Ainda sobre educação, a Fundação ITESP não conseguiu disponibilizar cursos técnicos específicos para os assentados que, segundo relato colhido, se deve à inexistência de uma demanda suficiente em números de pessoas para justificar uma iniciativa neste aspecto. Mas, em pesquisa de

¹⁰¹ O custo da fossa séptica é relativamente pequeno. Com R\$ 700,00 é possível fazer um sistema com três caixas plásticas e algumas conexões para ligação entre elas. Os benefícios deste sistema vão além da melhora nas condições de saneamento, pois ele também gera como resíduo biofertilizantes para a olericultura.

campo, registraram-se casos de jovens que se formaram nas áreas de educação, agropecuária e saúde. O motivo de demanda insuficiente para a realização de cursos específicos é um argumento que, durante a pesquisa, causou certa estranheza por dois motivos: primeiro, porque nos outros assentamentos a oferta chegou antes de uma possível análise da demanda e, segundo, porque o Guarani tem o maior número de famílias dentre todos os assentamentos estaduais da região.

3.3.3.3 – Considerações adicionais sobre o Horto Guarani

Indiscutivelmente, as dificuldades de acesso à água para agricultura é um dos principais problemas do assentamento. Os poços artesianos existentes, mesmo não sendo suficientes para o atendimento de qualidade a todos, foram importantes para garantir o consumo e beneficiar a horticultura. Ligando os dois poços existentes, também foi instalada uma rede elétrica de 14 km de extensão.

Recentemente, o Horto tem enfrentando problemas ambientais bem específicos no que tange à área de preservação permanente (APP). A lagoa presente dentro do assentamento é cercada por lotes e com o seu assoreamento, o espelho d'água aumentou, elevando a área de APP. Os órgãos de fiscalização ambiental detectaram que existiam casas dentro da APP e solicitaram medidas de resolução, que estão sendo providenciadas a partir do desassoreamento da lagoa e conseqüente redução do espelho d'água.

Sobre as dificuldades, um dos técnicos entrevistados enumera três fatores, o primeiro é o problema de infraestrutura com relação à água, o segundo é com relação a edificações coletivas ou espaços comunitários, e, por fim, o pequeno apoio do poder público municipal, em razão de ser a prefeitura pouco presente no desenvolvimento rural. Este último fator de dificuldade se torna mais grave na medida em que muitas das políticas públicas acabam sendo municipalizadas e isto implica no aumento da importância das prefeituras no desenvolvimento dos assentamentos rurais.

O desafio do Horto Guarani, que é algo generalizado em outras áreas, é a dificuldade de mostrar aos jovens que é possível ter uma vida no meio rural igual ou, em muitos aspectos, superior à da cidade no que se refere

à qualidade de vida e de reprodução social. Para muitos entrevistados, o acesso ao lote propiciou mais que um sonho realizado à custa de muita luta; ajudou também a ter acesso a um conjunto de políticas públicas de diversas esferas, aumentando o sentimento de cidadania. Em que pese a trajetória das famílias ser bastante heterogênea, a melhora das condições de trabalho e vida foi generalizada e conquistada gradativamente durante os doze anos de assentamento.

3.3.4 – Projeto de Desenvolvimento Sustentável Sepé Tiarajú

A origem deste assentamento deriva de lutas anteriores organizadas pelo MST na região, sendo a primeira em Matão, com aproximadamente 1.200 famílias e, a segunda, em Barretos, com aproximadamente 150 famílias e, por fim, a ocupação da Fazenda Santa Clara, com cerca de 80 famílias, área onde se encontra o assentamento. A ocupação se deu em abril de 2000, entretanto, o processo de assentamento oficialmente começou em setembro de 2004. A Fazenda Santa Clara pertencia à Usina Nova União, mas, por conta de tributos e dívidas trabalhistas, tinha sido recuperada pelo governo de São Paulo.

O Sepé Tiarajú está situado em uma área de 800 hectares, distribuídos entre quatro agrovilas (Paulo Freire, com 20 famílias, Dandara, com 19, Chico Mendes, com 20 e Zumbi dos Palmares, com 21 famílias). Cada núcleo foi subdividido em grupos de produção de hortas, grãos, animais de grande e pequeno porte, etc. Cabe aos núcleos discutir e implementar ações nas áreas de saúde, educação, cultura e produção. Dos núcleos de base nasceu a Agrosepé – Associação Agroecológica do Assentamento Sepé Tiarajú, criada legalmente para responder pelo assentamento junto ao INCRA.

O assentamento é o primeiro da modalidade Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) no Estado de São Paulo. O PDS Sepé Tiarajú é considerado uma nova referência em implantação de assentamentos rurais de reforma agrária, pois parte da lógica de respeito ao meio ambiente, posse coletiva e trabalho em cooperação.

Este projeto ainda tem como norte a inclusão de trabalhadores oriundos, eminentemente, de áreas urbanas, dentro de um padrão produtivo agroecológico. Segundo as entrevistas realizadas, a opção pelo PDS, por parte

do INCRA, baseou-se no tamanho reduzido da área e na possibilidade do projeto focar a criação de pequenos animais e a produção voltada para a autossustentação, com algum excedente comercializável. Cada grupo, organizado em agrovilas, tem 60 hectares para a produção coletiva, além de 3 ha como espaço coletivo de lazer. Os lotes individuais contam com 3,6 hectares para moradia e produção individual.

Um fato significativo é a forte presença de atividades urbanas, de baixa qualificação, enquanto experiência de trabalho anterior ao assentamento, com 85%, contra 15% de pessoas com experiência em atividades rurais (SCOPINHO, 2007).

3.3.4.1 – Estratégias de produção, comercialização, crédito e geração de renda

Os créditos disponíveis aos assentados do Sepé Tiarajú são bastante interessantes por exemplificaram bem os gargalos no financiamento rural da reforma agrária. O crédito de apoio, no valor de apenas R\$ 2.400,00, foi o primeiro a ser recebido pelas famílias para a manutenção básica dos indivíduos; mesmo assim, foi dividido em três parcelas. Segundo informações colhidas *in loco*, a maior parte destes recursos foram gastos em alimentação. Posteriormente, foi liberado o crédito de fomento, no mesmo valor que o de apoio, com a clara determinação de que não poderia ser destinado à aquisição de gêneros alimentícios, mas à de equipamentos de trabalho. Mais uma vez, a pequena quantia disponibilizada e com destinação específica foi individualmente utilizada para compra de materiais básicos como enxadas, enxadões, foices, pás, etc.

Outro exemplo bastante significativo dos problemas da assistência técnica foi o relacionado ao crédito de custeio (PRONAF A/C), no valor de R\$ 5.000,00; pois para terem acesso a ele, os assentados deveriam apresentar seus projetos, os quais foram elaborados pelos técnicos contratados pelo INCRA. Na prestação de contas, houve problemas, pois nos projetos constavam custos de insumos químicos para a produção de mandioca e, sendo um assentamento agroecológico, as famílias, sob pena de punição, não poderiam usar tais insumos. Além de constrangimentos burocráticos junto ao

Banco do Brasil, os projetos foram pensados sob a ótica de produção convencional e o resultado final foi a perda generalizada da produção devido a pragas.

Tabela 3.8 – Créditos disponibilizados para o assentamento Sepé Tiarajú, por ano

Ano	Tipo de Crédito	Valor Acessado	Observações
2005	CRÉDITO APOIO	R\$ 2.400,00	Dividido em três parcelas. Todos receberam e os recursos foram gastos com alimentação.
2006	CRÉDITO FOMENTO	R\$ 2.400,00	Todos receberam para gastos com equipamentos de trabalho, vetada a compra de alimentos.
2007	HABITAÇÃO	R\$ 5.000,00	Construção de moradia, acessado por todos os assentados.
2007	Complemento Habitação – CEF	R\$ 8.000,00	Programa específico da Caixa Econômica Federal. Apenas cinco famílias por problemas documentais não tiveram acesso.
2008	PRONAF A	R\$ 18.000,00	Todos receberam. Nenhum assentado está pagando. Deste valor, R\$ 1.500,00 foram para pagamento de técnicos.
2008	PRONAF A/C	R\$ 5.000,00	Crédito destinado ao custeio das atividades agropecuárias. Usado para o cultivo da mandioca. Todas as famílias tiveram acesso, mas a inadimplência é maior que 90%.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas. Outubro de 2011.

Uma observação interessante sobre o PRONAF A é que todos os assentados receberam financiamento de R\$ 18.000,00 por família, mas acessaram apenas R\$ 16.500,00, uma vez que o restante ficou como pagamento de serviços técnicos especializados de terceiros que, segundo os entrevistados, ficam muito aquém do necessário.

Para o desenvolvimento da prática agroecológica, os cursos de formação do Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, foram fundamentais na orientação dos assentados¹⁰². O viés produtivo agroecológico ganhou maior dimensão também pelo fato de constituir uma produção com menos dependência de insumos, sementes e máquinas de grande porte; refletindo, desta forma, em menor custo de produção, ideal no assentamento dada a falta de recursos financeiros dos beneficiários.

A produção é pequena, mas variada: suínos, aves, feijão, mandioca, abóbora, hortaliças, banana, entre outros produtos. Os equipamentos usuais

¹⁰² Em novembro de 2002, foi firmada uma parceria entre o MST e a arquidiocese de Ribeirão Preto. Foi cedido um sítio nos limites urbanos do município para que o MST concentrasse suas atividades: o Sítio do Pau D'Alho, que estava desativado desde 1990 (FIRMIANO, 2009, p. 96). Entretanto, em entrevista dada ao autor, Neusa B. Lima afirmou que a igreja requisitou o espaço recentemente e o Centro foi transferido para o PDS da Barra.

são enxada, podão, foice, arado de tração animal. Em que pese o perfil arcaico da produção, há que se ter em mente os efeitos positivos que estão por se manifestar depois dos compromissos assumidos entre o INCRA, os assentados e o Ministério Público, materializados na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)¹⁰³.

Ficou a cargo do INCRA, dentre os compromissos assumidos, a gestão junto aos órgãos competentes para garantir aporte orçamentário para a eletrificação, edificação das moradias, dos espaços de uso coletivo, como galpões, escola, etc., sistema de abastecimento de água potável, sistema de coleta e tratamento de esgoto doméstico e rede de telefones públicos. Aos assentados coube a responsabilidade de recompor as Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal com árvores de espécies nativas e utilizar controle biológico de pragas e doenças¹⁰⁴. Em síntese, as partes envolvidas se comprometeram a implementar no Sepé Tiarajú: a) organização da propriedade; b) organização, convivência e desenvolvimento comunitário; e c) produção agrícola, proteção e conservação ambiental.

O TAC é um avanço institucional, que vai nortear as estratégias de produção e reprodução social neste assentamento (e também no PDS da Barra, como se verá adiante). Considerou-se que o padrão de produção agrícola observado na região de Ribeirão Preto, baseado na monocultura e no uso intensivo da agroquímica e na motomecanização, é incompatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com proteção e preservação do meio ambiente. Em que pesem os avanços institucionais e o grau de comprometimento entre os atores da reforma agrária na região, os benefícios do TAC ainda não são visíveis no assentamento, tendo as famílias grandes dificuldades para gerar renda por meio da atividade agropecuária.

Indiscutivelmente, o PAA é a principal fonte de recursos financeiros para todas as famílias do PDS, sendo que os assentados participam, desde 2006, do Programa de Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar -

¹⁰³ O TAC foi assinado no dia 09 de fevereiro de 2007 pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e de Conflitos Fundiários com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente e de Conflitos Fundiários com atuação na Bacia Hidrográfica do Rio Pardo, pela Promotoria de Justiça da Comarca de Cravinhos, pela Superintendência Regional do INCRA no Estado de São Paulo e pelos assentados, na Câmara Municipal de Ribeirão Preto.

¹⁰⁴ Os descumprimentos dos assentados incorrem em pena do pagamento de multa no valor de dez salários mínimos por infração constatada.

Doação Simultânea, da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Como já descrito anteriormente, este programa consiste na compra de produtos dos assentados pela CONAB e a doação para entidades sociais. A tabela 3.9 descreve a produção de uma família que tem apenas esta fonte de renda.

Produto	Produção Anual	Preço de venda	Receita bruta anual
Mandioca	200 caixas	R\$ 12,00/caixa	R\$ 2.400,00
Milho	25 sacas	R\$ 28,00/saca	R\$ 700,00
Banana	-	-	R\$ 300,00
Total bruta anual	-	-	R\$ 3.400,00
Total bruta mensal	-	-	R\$ 283,00

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas. Outubro de 2011. Algumas informações estão incompletas, pois os entrevistados não souberam responder.

Este núcleo familiar ilustra de forma clara as dificuldades de análises mais generalistas. Ele é composto por um casal em idade avançada, sendo que a titular teve os movimentos do corpo comprometidos por um acidente vascular cerebral há pouco mais de um ano. Ela, em entrevista, declarou que as condições de moradia e trabalho são piores se comparadas à sua condição anterior de trabalhadora urbana (diarista). Para a entrevistada, antes de fazer parte do assentamento ela conseguia manter uma renda mensal e, mesmo pagando aluguel, a infraestrutura urbana era melhor. Em sua condição atual, no entanto, não existe renda mensal e a moradia não é satisfatória. Este núcleo sobrevive basicamente da entrega de toda a produção para o PAA.

No caso dos produtos do Sepé Tiarajú, eles são distribuídos no município de Serrana, notadamente para o Lar Santo Antônio, que atende crianças da rede pública de ensino, para o asilo e o abrigo municipais e para o Fundo Social de Solidariedade.

Excluindo-se a produção destinada ao PAA, o restante é voltado ao consumo das famílias. No assentamento Sepé Tiarajú a renda não-monetária (produtos destinados ao autoconsumo) é, segundo estimativas feitas a partir das entrevistas realizadas, de aproximadamente 25% da renda agrícola bruta. Em outras palavras, caso as famílias tivessem que desembolsar recursos

financeiros para adquirir hortifrutigranjeiros produzidos por elas mesmas, teriam uma despesa de aproximadamente R\$ 260,00 por mês, ou R\$ 3.120,00 ao ano.

Apenas duas famílias dentre as 80 assentadas, participam de feiras em Serrana. Aproximadamente 12 famílias contam também com benefícios do INSS e todas as residências com crianças em idade escolar recebem até R\$ 120,00 do bolsa-família, o que melhora a renda, mas ainda em níveis muito baixos. Na hipótese de que o beneficiário do lote tenha acesso a todas as fontes de renda agrícolas, especialmente o PAA, e não-agrícolas (INSS e o bolsa-família), totalizariam algo em torno de R\$ 1.040,00 ao mês por núcleo familiar.

As condições de fertilidade do solo ainda carecem de melhorias devido à forte degradação causada pela cultura da cana, mas este processo fica comprometido pelo baixo nível de mecanização do assentamento. Existe apenas um trator com implementos agrícolas em toda a área; entretanto, o custo do aluguel é de R\$ 100,00 a hora, valor que muitos não podem pagar.

3.3.4.2 – Acesso a saúde, educação e infraestrutura básica

Em pesquisa realizada por Scopinho (2007), ficou patente que a origem das famílias é bastante diversa, com predominância de paulistas (35%), mineiros (18%), paranaenses (16%) e baianos (11,4%). Para a autora, o elevado grau de desenraizamento das famílias e as expectativas com a conquista da terra fizeram do assentamento um local para produzir, para conquistar a estabilidade da família e melhorar as condições de vida, principalmente em relação à saúde, ao meio ambiente, à educação e à segurança dos filhos. *“Mais do que uma propriedade de um pedaço de terra e renda, os assentados esperavam obter no Sepé Tiarajú moradia, trabalho e segurança física e psicológica, possibilidade de participação social e política”* (SCOPINHO, 2007, p. 15)¹⁰⁵.

¹⁰⁵ Em entrevista, quando questionado sobre a melhora ou não das condições de trabalho e vida antes e depois do assentamento, um assentado respondeu que, *“se você for analisar pelas etapas de vida, a gente vai vendo pela idade da gente [...] se você não tem formação, não tem estudo. Se você tá novo é porque você não tem experiência para entrar numa firma. Se você passou de 30 anos é porque você tá velho para entrar numa firma. Então você acaba ficando desempregado. Muitos acabam indo pra sarjeta na rua, outros ficam trabalho de bico e muitos acabam vindo para o acampamento e resistindo. Da vida*

As famílias não contam com facilidades de acesso à saúde, pois não existe um posto de saúde ou atendimento pelo Programa Saúde da Família dentro do assentamento. Existe uma clara preocupação adicional com a saúde das famílias, segundo entrevistas, devido ao processo de queimadas e pulverização química aérea nos canaviais que cercam o assentamento.

No que tange à educação, o MST tem como princípio recuperar as escolas rurais para fortalecer a educação no campo, fator que foi fundamental para que, sete anos após a oficialização do assentamento, fosse inaugurada, no local, uma escola com três salas de aula, refeitório e campo de futebol, cujos custos foram no valor total de R\$ 195 mil com recursos oriundos do governo federal e do município de Serra Azul.

A negociação com o governo federal para a construção da infraestrutura básica de saúde e de educação se materializou na promessa de liberação de recursos da ordem de R\$ 300 mil. Entretanto, efetivamente liberados foram somente os R\$ 195 mil para a construção da escola, tendo sido inviabilizada a construção do posto de saúde.

Quando perguntado sobre a melhora ou não das condições de acesso à saúde e à educação, um assentado foi enfático em dizer que antes do assentamento sua visão era muito limitada, mas que depois do assentamento, fazendo diversos cursos, eles passam a conhecer seus direitos e hoje entram em uma prefeitura, por exemplo, e podem cobrá-los.

Cabe deixar claro que para se pensar a saúde e a educação em assentamentos onde o MST tem presença é preciso entender a formação dos *coletivos*. Ainda nas áreas de ocupação, o movimento forma estruturas organizativas tais como uma coordenação geral e os coletivos de saúde, educação, produção, etc. Estes coletivos são responsáveis por fazer reivindicações aos órgãos competentes para o acesso a equipamentos básicos, tais como ônibus e vagas nas escolas, atendimento e transporte para doentes, etc.

A disponibilidade de água é um fator de forte limitação ao pleno desenvolvimento da ótica agroecológica no assentamento. Na data da

que você tinha na cidade desempregado, hoje você com um pedacinho de terra, tendo incentivo do governo, dá para você melhorar bem a vida."

pesquisa de campo, a área contava com um poço artesiano para abastecer todas as famílias e três poços estavam em construção, mas, segundo relatos, as obras já estavam atrasadas há mais de um ano. A energia elétrica foi conseguida através do programa Luz para Todos e já está presente em todas as residências.

Do ponto de vista dos equipamentos culturais, cabe recuperar mais um instrumento do TAC: os assentados se comprometeram a implantar espaços educativos dirigidos para o acompanhamento pedagógico e para o desenvolvimento integral (físico, psíquico, moral e social) das crianças e adolescentes em idade escolar, além do compromisso de desenvolver o EJA para erradicar o analfabetismo e implantar programas específicos de treinamento dirigido à formação dos assentados para o trabalho coletivo, baseado nos princípios de solidariedade e de cooperação, para a produção ambientalmente adequada e para o resgate da cultura camponesa¹⁰⁶.

Outro fator de destaque é a qualidade das moradias. Dentre as 80 famílias, 77 delas participaram de um projeto habitacional para a construção de residências através da parceria entre as famílias, o INCRA, a Caixa Econômica Federal e a Promotoria Pública¹⁰⁷. Entretanto, uma crítica importante deve ser feita, não apenas com relação ao programa de habitação do Sepé Tiarajú, mas também ao Programa de Habitação Rural, por apresentar uma discrepância ao ser comparado ao seu congêneres urbano. Primeiro, foram liberados apenas R\$ 5.000,00 do INCRA e mais R\$ 8.000,00 da Caixa por família e, em segundo lugar, no caso de assentamentos rurais, como a responsabilidade de implementação do projeto habitacional recai sobre o INCRA, o custo é maior, pois o órgão não possui técnicos para prestar assistência técnica gratuita na área de engenharia civil, arquitetura e urbanismo¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Segundo informações colhidas na pesquisa de campo, de 20 iniciantes nos cursos anteriores, apenas 5 terminaram. Mas a escola já está preparada para novas turmas noturnas para o ano de 2012.

¹⁰⁷ O financiamento acessado pelas famílias se deu pelo Programa Carta de Crédito FGTS – Operações Coletivas, que tem como fator diferencial o incentivo ao mutirão, já que apenas 20% do montante geral pode ser investido no pagamento de mão de obra especializada (TAVARES, 2011).

¹⁰⁸ Segundo informações colhidas nas entrevistas, o INCRA conta com apenas 5 arquitetos para todo o território nacional.

3.3.4.3 – Considerações adicionais sobre o PDS Sepé Tiarajú

Em todas as entrevistas realizadas, ficou patente que dentre as principais dificuldades listadas está, mais uma vez, o restrito acesso à água para tratos agropecuários, além da falta de apoio institucional. Esta última dificuldade está diretamente relacionada à ineficiência da assistência técnica do INCRA no assentamento, especialmente após a perda generalizada da safra de mandioca, como exposto anteriormente.

É importante ter em mente que a experiência do modelo PDS ainda carece de maior tempo para uma análise de sua eficácia para o desenvolvimento rural e também para a reprodução social camponesa neste assentamento. O futuro deste PDS está diretamente ligado aos compromissos assumidos no Termo de Ajustamento de Conduta, o que, por seu turno, remeterá as famílias para sistemas alternativos de produção agroecológicas, notadamente o Sistema Agroflorestal (SAF)¹⁰⁹. No SAF combinam-se o plantio de árvores, arbustos, gêneros agrícolas e até a criação de animais. Isto, em tese, pode garantir que em todos os meses do ano o agricultor tenha algum produto como fonte de renda.

3.3.5 – Projeto de Desenvolvimento Sustentável da Barra

O PDS da Barra localiza-se no município de Ribeirão Preto e é o mais recente assentamento da RA, efetivado em 2007. Esse assentamento apresenta uma dificuldade adicional à sua análise, pois comporta internamente três “assentamentos” decorrentes de conflitos entre os movimentos sociais presentes na área, o Mário Lago, composto por 264 famílias do MST; o Santo Dias, com 160 famílias do Movimento Libertação dos Sem Terra (MLST); e o Índio Galdino, movimento autônomo, que possui 40 famílias¹¹⁰. Sua área total é de 1.541,34 hectares, que poderia ser considerada grande, mas abrigando 464 famílias, acaba por ter complicações de viabilização de atividades

¹⁰⁹ Especificamente no caso do Sepé Tiarajú, a implantação do SAF conta com a contribuição técnica da Embrapa de Jaguariúna, mas ainda está em fase experimental.

¹¹⁰ Fato importante a observar é que inicialmente o MST era o único movimento na área, contudo, desde 2003, sérios conflitos internos ocasionaram, na linguagem dos militantes um “racha” entre os acampados, nascendo daí os dois movimentos que hoje dividem o PDS com o MST. Para uma descrição detalhada deste processo, ver Firmiano (2009).

agropecuárias pela diminuta área para produção familiar em torno de 1,6 ha. Em que pese existirem três projetos com movimentos distintos na fazenda, para o INCRA, existe apenas o PDS da Barra. Na pesquisa de campo, o trabalho se deteve apenas na área coordenada pelo MST, denominada pelos assentados de PDS Mário Lago.

Assim como o Sepé Tiarajú, este assentamento também é planejado, segundo os critérios do INCRA, na ótica do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS). Para o MST, que organiza mais da metade das famílias assentadas, a ideia é associar o PDS com a Comuna da Terra. O processo de ocupação da Fazenda da Barra, com um número expressivo de famílias, é um marco no aprofundamento da luta pela terra na região de Ribeirão Preto. Isso só foi possível porque o MST já estava territorializado na região, com o PDS Sepé Tiarajú e, na cidade com o Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara.

A Fazenda da Barra, localizada em uma área de recarga do aquífero Guarani, antes destinada à produção de cana-de-açúcar, estava destinada à construção de um condomínio de luxo, dada a sua proximidade com o perímetro urbano, ficando a apenas 10 km do centro da cidade.

Em 2000, a Promotoria de Justiça, constatou significativo passivo ambiental na área. Diante disto, o INCRA foi acionado pelo Ministério Público para instaurar processo de desapropriação para fins de reforma agrária. Em 2003, dada a morosidade do processo, uma área vizinha foi ocupada por cerca de 400 famílias (FIRMIANO, 2009)¹¹¹. No fim de 2004, a área pleiteada pelo MST foi destinada oficialmente para fins de reforma agrária, pelo governo federal.

Cabe frisar que para o MST este assentamento é emblemático, pois no município considerado a “capital nacional do agronegócio”, a sua desapropriação se deu pelo não-comprimento da função social da propriedade rural. Entretanto, o elevado número de famílias assentadas e a reduzida área familiar do projeto, comprometeram significativamente o futuro da produção

¹¹¹ A ocupação de áreas vizinhas às fazendas improdutivas tornou-se a principal forma de ação dos movimentos sociais depois que o Governo Fernando Henrique Cardoso editou a Medida Provisória 2.027-38/2000, substituída em 2001 pela MP 2.183-56 -, que determina que "o imóvel rural objeto de invasão motivada por conflito agrário não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação". Além disto, ainda exclui os participantes da ocupação de áreas privadas ou prédios públicos do rol de possíveis beneficiados do programa de reforma agrária.

agropecuária no assentamento. Ademais, o fato de existirem três organizações distintas na área, configurando três assentamentos com projetos diferentes, trouxe ainda mais complexidade, uma vez que, para o INCRA, o PDS da Barra é um único assentamento, desconsiderando as nuances resultantes dos conflitos internos. Por conta desta complexidade, ganhou importância o papel do Ministério Público enquanto mediador entre o INCRA e os três movimentos que representam os assentados.

3.3.5.1 – Estratégias de produção, comercialização, crédito e geração de renda

As estratégias de produção deste assentamento também se inserem na lógica do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e, assim como no caso do PDS Sepé Tiarajú, o PDS da Barra, desde dezembro de 2010, também tem um importante instrumento jurídico para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis, o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Com os mesmos critérios estabelecidos no PDS Sepé Tiarajú, o TAC, segundo um dos entrevistados ligados à direção estadual do MST, forja, além de um compromisso das famílias com a sustentabilidade, um instrumento jurídico que assegura princípios de defesa da terra, da vida e das águas.

Após a posse definitiva da Fazenda da Barra pelo INCRA, a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto intermediou e fiscaliza o cumprimento deste Termo pelos assentados e pelo INCRA. Entre os compromissos assumidos estão a proibição do uso de quaisquer tipos de agrotóxicos, distinção de uma área de reserva legal de 35% do total da área do assentamento ao invés de 20%, como diz a lei, e a recomposição de área de preservação permanente, além da proibição de criação de animais de grande porte (GONÇALVES, 2010)¹¹².

A agroecologia já era uma perspectiva que interessava às famílias, mesmo antes de se ter concretizado o assentamento. Ilustra este fato a realização, entre os anos de 2005 e 2006, de cursos de formação e capacitação agroecológica que beneficiaram tanto os acampados do PDS da

¹¹² O cumprimento deste TAC se dá em meio a diversos embates tanto em relação aos assentados e o INCRA, quanto entre os movimentos presentes na área. Para uma discussão destes embates ver Gonçalves (2010), especialmente páginas 93 a 119.

Barra quanto os assentados do PDS Sepé Tiarajú. Foram aproximadamente 160 pessoas que tiveram a oportunidade de realizar cursos como: a) agroecologia com ênfase em manejo de solo e controle de pragas e doenças; b) processamento e comercialização de produtos agroecológicos; c) estudos para uma nova matriz tecnológica em contraposição ao modelo convencional e d) a cooperação no processo de transição agroecológica e enriquecimento da biodiversidade em Assentamentos Rurais no Estado de São Paulo. Além disto, foram realizadas oficinas práticas de plantio, manejo, coleta e seleção de sementes; SAFs; construções rurais alternativas; doces e compotas; comercialização etc.

No biênio 2007/2009 foram liberados, como crédito de apoio, R\$ 2.400,00 por família para a aquisição de alimentos, sementes e ferramentas; como crédito de fomento foram liberados mais R\$ 2.400,00 para o início da produção. Já o Crédito PRONAF Mulher, no valor de R\$ 2.400,00, foi dividido em três parcelas, sendo que apenas uma no valor de R\$ 800,00 foi efetivamente liberada (Tabela 3.10). A inadimplência não é ainda um problema para as famílias, pois não houve a liberação de recursos do PRONAF A e os valores já liberados ainda não foram cobrados. Ficou claro nas entrevistas realizadas que a liberação dos créditos foi bastante arbitrária, sem planejamento e sem discussão com a comunidade, não respeitando uma sequência favorável.

Tabela 3.10 – Créditos disponibilizados para o assentamento PDS da Barra			
Ano	Tipo de Crédito	Valor Acessado	Observações
2008	CRÉDITO APOIO	R\$ 2.400,00	Dividido em três parcelas. Todos receberam.
2008	CRÉDITO FOMENTO	R\$ 2.400,00	Destinado à alimentação, produção e compra de utensílios agrícolas básicos, para desenvolvimento inicial. Disponibilizado pelo INCRA, para todos.
2009	HABITAÇÃO	R\$ 7.000,00	Construção de moradia. Disponibilizado pelo INCRA, para todos.
2009	PRONAF MULHER	R\$ 2.400,00	Este crédito foi dividido em três parcelas, mas apenas uma tinha sido liberada ao conjunto das famílias até a data da entrevista.

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas. Outubro de 2011.

No PDS da Barra cada família tem à sua disposição uma área individual de aproximadamente 1,5 ha, além da área coletiva. A produção para o autoconsumo dos assentados, em função de sua baixa renda é fundamental, segundo os relatos colhidos, sendo mandioca, abóbora, berinjela, jiló, feijão guandu, hortaliças, milho, frutas e aves são os produtos mais consumidos. Todos os entrevistados afirmaram que existe uma maior diversidade e qualidade na alimentação depois do acesso à terra. Alguns assentados afirmaram comprar, no máximo, arroz, feijão e óleo, tendo em vista que o restante vem dos lotes.

No assentamento PDS da Barra, especificamente no “assentamento Mário Lago”, o peso do autoconsumo, estimado pelos próprios assentados, teve uma oscilação considerável, variando de 10% a 50% da renda agrícola bruta. Analisando esta discrepância, percebe-se que quanto mais inserido no mercado, menor o peso do autoconsumo. Entretanto, muitas famílias do PDS da Barra ainda se encontram em situação precária, haja vista que nem o PRONAF A foi liberado. Para estas famílias, o cotidiano é a produção para o consumo próprio, sendo o excedente entregue ao PAA e a renda maior vinda de atividades urbanas informais. É fato que a atual capacidade de geração de renda nas atividades agropecuárias está muito aquém das necessidades das famílias e a grande parte delas conta apenas com os R\$ 4.500,00 do PAA por ano, no máximo.

A organização da produção é feita por duas cooperativas (uma do MST e outra do MLST) e associações que foram formadas para fins gerais como organizar os contratos com o PAA, estabelecer formas de trabalho nas áreas coletivas e na cozinha comunitária, etc. A cooperativa mais significativa é a que organiza a produção e a entrega dos itens destinados ao PAA, que conta com mais de 100 membros. Os lotes individuais são reduzidos e o maior trabalho se dá nas áreas coletivas, valendo-se de técnicas agroflorestais em sistemas cooperados¹¹³.

¹¹³ Segundo um dos entrevistados, “*existem de fato já umas experiências de cooperação e as pessoas percebem ao longo do tempo que a cooperação aumenta a renda e diminui o trabalho. Essa é a equação, não tem nenhum outro debate mais político ou ideológico que convençam as famílias a não ser a realidade que é essa: produz mais trabalhando menos, então isso é o motivador aqui na nossa comunidade*”.

Do ponto de vista da renda agrícola, os produtos principais são mandioca, milho, abóbora, banana, seguidos de quiabo, suínos e frangos. A maior parte dos assentados destina sua produção ao PAA. Como a produção dos assentados é maior que a capacidade de compra estipulada pelo programa, o excedente é vendido de forma improvisada na cidade de Ribeirão Preto. A venda via PAA é a mais importante e o pagamento, desconsiderando pequenos atrasos, se dá quinzenalmente. Além do PAA, alguns assentados conseguiram cadastro para venda no PNAE, somando uma renda anual de mais R\$ 9.000,00 por família. O caso de um assentado que conseguiu acessar os dois programas pode ser descrito na tabela 3.11.

Tabela 3.11 – Produção e renda agropecuária de uma família assentada (ano agrícola de 2010/2011)			
Produto	Produção Anual	Preço de venda	Receita bruta anual
Hortaliças	-	-	R\$ 9.000,00
Rapadura	R\$ 2.000,00	R\$ 5,00/unidade	R\$ 10.000,00
Total bruta anual	-	-	R\$ 19.000,00
Total bruta mensal	-	-	R\$ 1.584,00

Fonte: Elaboração própria a partir das entrevistas realizadas. Outubro de 2011. Algumas informações estão incompletas, pois os entrevistados não souberam responder.

A produção descrita na tabela 3.11 é de um núcleo familiar composto por sete membros, dos quais três são crianças. Quase toda a produção é entregue para os programas de governo. É um dos poucos assentados do local que já consegue entregar produtos pelo PNAE, notadamente a produção de rapaduras. A produção é bem diversificada e composta por alface, berinjela, jiló, cheiro verde, coentro, entre outros.

O valor elevado que o assentado ganha com hortaliças no PAA se deve a um recurso informal, a saber, ele consegue entregar com dois registros diferentes, o seu próprio e outro de um assentado que não produz os itens específicos que podem ser destinados ao PAA. Este fato demonstra que o teto do Programa destinado a estes assentados é bastante inferior à capacidade que eles têm de produzir. Além da renda agrícola, dois membros da família trabalham na cidade, o que agrega mais três salários mínimos mensais à família.

Com a renda agrícola extremamente baixa e a curta distância da área urbana, a renda não-agrícola é fundamental para as famílias do PDS da Barra A complementação da renda se dá de duas principais formas, a primeira é o acesso a programas específicos do governo federal tais como a previdência e o bolsa-família; e a segunda é feita pela realização de trabalhos temporários, externos ao assentamento, quando os assentados exercem atividades de pedreiros, serventes, faxineiras etc. (FERRANTE e BORELLI FILHO, 2010). Este fato foi confirmado *in loco* quando, em entrevistas com os assentados, eles relataram que buscam renda extra em atividades urbanas, notadamente informais, na construção civil, para os homens, e em serviços domésticos, para as mulheres¹¹⁴, especialmente entre os meses de março e setembro (período conhecido como tempo da seca).

3.3.5.2 – Acesso a saúde, educação e infraestrutura básica

Se comparado ao assentamento de Serra Azul, as dificuldades de equipamentos básicos do PDS da Barra são ainda mais graves, especialmente as ligadas à habitação, ao acesso a água, a rede de esgoto e a energia elétrica. Mesmo diante da proximidade com a zona urbana, o assentamento não pode contar, por força de lei, com rede de esgoto e água fornecida pelo Departamento de Água e Esgoto de Ribeirão Preto (DAERP) que, mesmo assim, tem atendido às famílias com o fornecimento de caminhões-pipa com água para consumo doméstico em intervalos mensais. O INCRA se comprometeu a perfurar 11 poços artesianos no assentamento, mas somente sete foram perfurados e apenas um fornece água, os demais ficaram incompletos. Todos do PDS da Barra sofrem as consequências da falta de água. A partir disto, pode-se derivar que não existe sistema de irrigação e até o consumo humano é precário, em poços improvisados.

Mesmo tendo sido planejado para ter fossas sépticas, os recursos para a construção delas não foi disponibilizado, o que, por seu turno, se agrava na medida em que o assentamento, sob a área de recarga do Aquífero Guarani, foi cedido aos beneficiários sob a bandeira da proteção ambiental.

¹¹⁴ Segundo dados colhidos durante as entrevistas, em Ribeirão Preto há uma grande demanda para serventes e pedreiros e a diária pode chegar a R\$ 100,00, valor considerado alto pelos assentados.

Outro ponto de descaso público é que, mesmo a apenas 10 quilômetros do perímetro urbano, não existem serviços de coleta de lixo no assentamento¹¹⁵.

As moradias improvisadas começaram a ser construídas em 2007, quando o INCRA oficializou o assentamento, mas o crédito para habitação só ficou disponível em 2009, e ainda não foi todo liberado, de modo que muitas residências se encontram em estado precário. Dos R\$ 15.000,00 prometidos, apenas R\$ 7.000,00 foram efetivamente liberados.

Um fator que demonstra a falta de coordenação no planejamento das políticas públicas destinadas à reforma agrária, além dos já mencionados no estudo de caso anterior, refere-se à liberação de parte dos recursos de habitação para os residentes do PDS da Barra antes da construção de estradas e do devido acesso à água no assentamento. As famílias que conseguiram comprar material, não conseguiram levá-lo até seus lotes. Os que conseguiram levar, ainda que de maneira improvisada, não conseguiram preparar o cimento por total falta de recursos hídricos disponíveis.

Soma-se a isto o fato de não ter havido acompanhamento técnico e nem discussão coletiva entre as famílias para a construção das residências, o que, por seu turno, impactou negativamente na construção de redes de água e esgoto (GONÇALVES, 2010). Até outubro de 2011, momento da pesquisa de campo, a situação da rede de água e esgoto continuava indefinida.

O fornecimento de energia elétrica para grande parte dos assentados é oriundo do programa Luz para Todos, do governo federal, mas só chegou a todas as famílias porque houve uma ação política de ligação clandestina em todos os lotes (mais conhecido como *gato*). Depois desta ação o INCRA agilizou a instalação necessária para o devido acesso à energia elétrica efetivamente para todos.

No que se refere ao combate ao analfabetismo, ainda existem, segundo entrevista realizada, aproximadamente 60 adultos que não sabem ler e nem escrever. As iniciativas dentro do projeto EJA acontecem desde 2003, ainda na fase de ocupação, mas os problemas de horários, dificuldades na

¹¹⁵ Nas palavras de Fábio Tomaz: “A prefeitura se nega a fazer porque diz que é uma área federal, o governo federal não tem nenhum recurso destinado à coleta e diz ser tarefa das prefeituras, e a gente faz muitas e muitas lutas e até hoje não tem nenhum tipo de coleta. Então o que acontece, por um lado isso vai juntando lixo, muito entulho em muitas partes do assentamento e por outro lado as famílias põem fogo no seu lixo”.

infraestrutura para aula, entre outros fatores, dificultaram a erradicação do analfabetismo.

Na busca por formação técnica associada a uma perspectiva de criação de um novo modelo de desenvolvimento rural, com viés na agroecologia, o MST iniciou no Centro de Formação Dom Hélder Câmara, um curso integrado, em nível médio de “Técnico em Agroecologia”. O curso teve a duração de três anos, em regime de alternância, tendo a turma se formado em agosto de 2010. Esta ação educacional atendeu não apenas aos jovens da Fazenda da Barra, mas também jovens do Sepé Tiarajú e de outras localidades do estado de São Paulo. Alguns assentados já estão cursando pedagogia da terra e agronomia pela UFSCar, no campus de Sorocaba, Geografia pela UNESP de Presidente Prudente, além de cursos de Agrotecnologia, de nível médio, no colégio técnico da Unicamp.

O acesso à saúde é complicado e ainda totalmente dependente dos serviços públicos de bairros próximos. Mesmo com as dificuldades apresentadas, os assentados identificam melhoras no acesso a serviços públicos de saúde e educação. Segundo as entrevistas realizadas no assentamento, no geral houve melhora, pois dentro de um movimento social como o MST os indivíduos conseguem fazer mais pressão e estabelecer diálogos com secretarias de serviços públicos como as de Saúde e de Educação. Como exemplo dos resultados destes diálogos, foi acordado entre o PDS da Barra e a Secretaria de Saúde, um “consultório ambulante”, isto é, um grupo de agentes de saúde que vão ao assentamento para pré-diagnóstico e agendamento de consultas, que são feitas na área urbana.

Desde a época de acampamento, as famílias deste assentamento tiveram intenso contato com atividades culturais, especialmente as famílias ligadas ao MST. Encontro de violeiros, noites culturais, programação musical no acampamento (conhecida como Rádio Poste), minicursos e oficinas de *luthieria* e de rádio, foram algumas das atividades destinadas às famílias da Fazenda da Barra. Entretanto, muito desta “vontade de cultura” tem se perdido com as disputas políticas internas, notadamente após a formação dos grupos dissidentes do MST (FIRMINIANO, 2009, p. 166).

3.3.4.3 – Considerações adicionais sobre o PDS da Barra

Como se demonstrou, o assentamento caracteriza-se mais como um acampamento provisório ou um pré-assentamento, pois não dispõe ainda da infraestrutura necessária para o pleno desenvolvimento de seu potencial. Outro complicador, como já antecipado, é o tamanho dos lotes individuais. As parcelas de terra estão dimensionadas em 1,5 ha para a produção individual, além da área coletiva. Em seu estágio atual, a produção do assentamento produz e reproduz a condição de agricultura de subsistência, o que impele o assentado a buscar trabalhos temporários na área urbana (FERRANTE e BORELLI FILHO, 2010).

Para os entrevistados, o TAC é um instrumento inovador que vai consagrar um novo tipo de assentamento, que aponta formas de organização e de produção democráticas, ambientalmente adequadas e socialmente legitimadas. Neste sentido, os entrevistados expressaram clara discordância sobre as parcerias entre o agronegócio e os assentamentos de reforma agrária.

Nos termos colocados pelo próprio MST em documento assinado pela secretaria regional de Ribeirão Preto, com os compromissos assumidos no TAC, segundo MST (2011, p. 8):

[...] afasta-se, dessa maneira, o 'canto-da-sereia' dos representantes do agronegócio, que, por meio de propostas de parcerias e arrendamentos, tentam cooptar assentados para aquilo que eles denominam de 'integração dos assentamentos ao agronegócio'. Esse tipo de aproximação é nefasta e estão na contramão de propostas que de fato possibilitem uma efetiva mudança da estrutura agrária e dos padrões de produção agrícola.

Com se viu as dificuldades são muitas; todavia, o assentamento da Fazenda da Barra, datado de 2007, é fruto de um projeto recente, o que dificulta análises mais historicamente contextualizadas. O pleno desenvolvimento deste PDS está intrinsecamente ligado ao poder do Ministério Público de fazer valer os compromissos assumidos entre as partes, especialmente o INCRA, na dotação de infraestrutura necessária à produção, além da subsistência, de modo a evitar uma reprodução social à margem da dignidade.

3.4 – Dimensões socioeconômicas do desenvolvimento da RA de Ribeirão Preto: riqueza concentrada e pobreza difundida

O objetivo do capítulo até aqui foi o de apresentar um conjunto de informações que contribuíssem para se verificar em quais condições os assentamentos rurais pesquisados podem subsistir na RA de Ribeirão Preto, apelidada de *Califórnia Brasileira* por seu dinamismo agroindustrial. Em face da necessidade de comparações mais gerais para respostas menos genéricas, cabe apresentar aqui algumas informações adicionais.

A Região Administrativa de Ribeirão Preto, contando com uma população estimada em 1.248.360 habitantes, tinha, segundo os dados do Censo de 2000, renda média aproximada de R\$ 783,00, em valores correntes (Tabela 3.12). O valor é considerado baixo se comparado, por exemplo, com a renda média da RMSP, que é da ordem de R\$ 1.028,00. Existem dificuldades a serem enfrentadas pelo mercado de trabalho que ainda não foram equacionadas nem pela indústria, nem pelo setor terciário da economia, notadamente os maiores empregadores. Pelos baixos valores apresentados por grande parte dos municípios da RA vis-à-vis os do município de Ribeirão Preto, percebe-se também maior concentração do dinamismo e da riqueza no município sede da região.

Uma análise rápida da tabela 3.12 demonstra uma situação bastante desfavorável tanto em salários quanto em rendimento. Importante alertar que na tabela a renda se distingue entre rendimentos médios, que abarcam o conjunto dos ocupados e os salários médios, que se referem aos ganhos do mercado formal de trabalho. Para os municípios com rendimento médio maior que salário médio, o setor formal contribui menos para a composição da renda, ou seja, o emprego formal de trabalho tem menor influência que ocupações informais no crescimento da renda.

Tabela 3.12 – Rendimento médio e salário médio mensais da População Ocupada na Região Administrativa de Ribeirão Preto, 2000.

Municípios da RA	Rendimento médio	Salário médio
	Em R\$	Em R\$
Total da RA	782,00	708,00
Altinópolis	527,00	378,00
Barrinha	483,00	485,00
Brodowski	567,00	534,00
Cajuru	552,00	464,00
Cássia dos Coqueiros	453,00	427,00
Cravinhos	621,00	578,00
Dumont	729,00	494,00
Guariba	524,00	608,00
Guatapar	522,00	467,00
Jaboticabal	730,00	739,00
Jardinópolis	625,00	557,00
Luis Antônio	675,00	971,00
Monte Alto	658,00	627,00
Pitangueiras	533,00	614,00
Pontal	622,00	714,00
Pradópolis	599,00	671,00
Ribeirão Preto	943,00	767,00
Santa Cruz da Esperança	498,00	517,00
Santa Rosa de Viterbo	629,00	621,00
Santo Antônio da Alegria	458,00	406,00
São Simão	577,00	453,00
Serra Azul	486,00	407,00
Serrana	486,00	554,00
Sertãozinho	754,00	674,00
Taquaral	435,00	418,00

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE e Relao Anual de Informaes Sociais 2000. Microdados. Elaborao: Projeto Regiões Metropolitanas e Polos Econmicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP. (1) Os dados sobre rendimentos têm como fonte o Censo Demográfico e de salários a RAIS.

No que tange ao mercado de trabalho na região, observa-se que, de maneira geral, 67% dos trabalhadores da RA de Ribeirão Preto estavam inseridos no trabalho formal. Isto indica, por outro lado, que aproximadamente 33% dos trabalhadores da região estavam dependendo exclusivamente dos possíveis rendimentos do mercado informal. O desemprego  significativo, contudo, analisado em termos de diferenças de renda, a situao se mostra mais complexa: quanto menor a remunerao, maior  a taxa de desemprego. Em outras palavras, para Dedeca (2008, p. 17):

Isso indica que o mercado de trabalho apresentava-se, em 2000, com problemas estruturais, pois a população com maiores dificuldades, em termos de remuneração, é aquela que mais sofre com a situação de elevado desemprego.

Percebe-se que quanto menor o rendimento (na classificação proposta: pobres) maior o desemprego. Para o total das pessoas economicamente ativas, com renda domiciliar *per capita* maior que meio salário mínimo, apenas 11,5% delas estavam desempregadas, contra 47,9% dos pobres, isto é, com renda inferior a meio salário mínimo, em 2000 (Tabela 3.13).

Ainda segundo os dados apresentados na tabela 3.13, excluindo apenas três municípios (Cássia dos Coqueiros, Santa Cruz da Esperança e Serra Azul) em todos os demais, a porcentagem dos pobres que não contribuem para a Previdência Social é superior a 91%. Já do ponto de vista dos anos de estudo, mesmo os não-pobres tiveram, para todos os municípios, menos de 7 anos, quando observada a média da população economicamente ativa. Para os pobres, a média de anos de estudo foi sempre menor, obviamente, contudo chama a atenção a média da região com apenas 3,1 anos de estudo. Estes números consideram jovens e adultos que compõem a PEA. Quando observados os dados atuais sobre a escolarização das crianças e adolescentes a perspectiva futura é um pouco melhor.

O índice de analfabetismo entre as pessoas com 15 anos ou mais de idade na RA de Ribeirão Preto foi de 4,2%, em 2000, patamar inferior à média estadual de 6,1% para o mesmo ano. Segundo Dedeca et al (2009), foi possível constatar queda na taxa de analfabetismo em todos os municípios da região. Para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental, o percentual da população entre 7 e 10 anos que frequentava a escola, em 2000, era de 98,5%, valor considerado alto para os padrões estaduais, já que para o estado o mesmo índice foi de 87,5%. No segundo ciclo do Ensino Fundamental (de 6º a 9º anos), o percentual de crianças de 11 a 14 anos frequentando a escola em 2000 foi de 80,4%, muito acima do registrado para a mesma região no censo anterior, de 59,9%.

Aproximadamente 54% dos jovens de 15 a 17 anos no estado de São Paulo foram atendidos pelo Ensino Médio no ano 2000. Dentre os

municípios da RA, esta taxa variou entre 33,2% e 76,6% (DEDECA, et al, 2009, p. 159-166).

As dificuldades relacionadas à saúde, especialmente no que tange ao atendimento pelo PSF, não são exclusividade dos assentamentos na região. O Sudeste é a macrorregião com menor índice de cobertura do PSF em todo o país, com 30% de população coberta. É fato que existem dificuldades maiores em consolidar o programa em capitais e grandes cidades (ELIAS, 2006), o que pode ser verificado com base nos dados do DATASUS de 2007, os quais indicam que o estado de São Paulo tem uma cobertura de aproximadamente 26% de sua população no PSF, contra apenas 12,8% da população da RA de Ribeirão Preto. Entretanto, um total de 20, dos 25 municípios da RA, já contavam com o programa em 2007.

Tabela 3.13 – Taxa de desemprego, média de anos de estudo e porcentagem de contribuição para a previdência social na RA de Ribeirão Preto, 2000.

Municípios da Região Administrativa	Taxa de Desemprego		Média de Anos de Estudos da PEA		Porcentagem de Contribuição para a Previdência Social	
	Pobres ⁽¹⁾	Não Pobres ⁽¹⁾	Pobres ⁽¹⁾	Não Pobres ⁽¹⁾	Pobres ⁽¹⁾	Não Pobres ⁽¹⁾
Total da RA de Ribeirão Preto	47,9	11,5	3,1	6,1	3,2	96,8
Altinópolis	29,3	7,5	2,6	5,3	6,4	93,6
Barrinha	49,9	12,3	3,0	4,3	8,6	91,4
Brodowski	38,6	5,8	2,7	5,2	3,1	96,9
Cajuru	34,4	11,0	3,0	5,2	7,7	92,3
Cássia dos Coqueiros	3,6	1,7	3,6	5,3	10,0	90,0
Cravinhos	43,6	10,5	2,8	5,4	3,6	96,4
Dumont	39,8	7,8	3,0	5,3	3,3	96,7
Guariba	45,7	13,8	2,6	4,7	8,0	92,0
Guataporá	47,7	9,1	2,9	5,0	8,4	91,6
Jaboticabal	43,5	10,5	3,2	6,0	2,3	97,7
Jardinópolis	34,8	8,3	2,7	5,3	3,8	96,2
Luis Antônio	49,8	16,5	3,0	5,2	5,4	94,6
Monte Alto	55,1	10,2	3,4	5,6	1,8	98,2
Pitangueiras	50,5	14,9	3,0	4,8	7,0	93,0
Pontal	47,2	11,7	2,4	4,3	6,0	94,0
Pradópolis	49,0	15,6	3,5	5,2	4,2	95,8
Ribeirão Preto	53,9	11,3	3,5	6,8	1,8	98,2
Santa Cruz da Esperança	15,0	7,0	2,9	5,1	12,4	87,6
Santa Rosa de Viterbo	44,5	15,9	3,1	5,7	6,0	94,0
Santo Antônio da Alegria	8,7	5,9	2,8	5,1	8,6	91,4
São Simão	49,4	11,9	3,5	5,9	6,4	93,6
Serra Azul	38,7	9,5	2,9	4,7	14,4	85,6
Serrana	43,9	12,8	2,8	4,8	5,8	94,2
Sertãozinho	49,9	14,3	2,6	5,6	2,8	97,2
Taquaral	25,0	10,1	3,1	4,1	8,7	91,3

Fonte: Censo Demográfico 2000, IBGE. Microdados. Elaboração: Projeto Regiões Metropolitanas e Pólos Econômicos do Estado de São Paulo - Desigualdades e Indicadores para as Políticas Sociais, NEPP/NEPO/UNICAMP-FINEP. ⁽¹⁾ Foram consideradas pobres as pessoas com renda domiciliar per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2000, e não pobres aquelas que habitam domicílios com níveis de renda per capita superiores a esse patamar.

Feitas estas considerações mais gerais, reforça-se que é desta maneira que deve ser contextualizada a questão agrária na região, como resultado de um processo de urbanização que privilegiou os interesses do capital agroindustrial em detrimento dos interesses sociais (FERNANDES e ADAS, 2004, p. 58). Em outras palavras, a RA de Ribeirão Preto conheceu expansão da riqueza, fortemente concentrada, assim como da pobreza, cada vez mais difundida (ELIAS, 1996). É neste contexto que se apresenta a possibilidade de constituição de assentamentos rurais de reforma agrária.

Longe de querer justificar os assentamentos rurais pesquisados como “molas propulsoras” do desenvolvimento local na RA de Ribeirão Preto, eles devem ser levados em consideração em um ambiente de desemprego rural e urbano, elevado custo da exclusão social e o ainda, presente, êxodo rural, com todas as suas consequências. Constatação já presente em Cano (1985) para o qual não se pode negar que os problemas urbanos (violência, degradação urbana, expansão de anéis periféricos, entre outros) estão intimamente ligados à histórica questão agrária no Brasil.

Considerações finais do capítulo

A criação de assentamentos, em tese, gera trabalho, melhora a qualidade de vida dos assentados e reduz o movimento migratório rumo às cidades. Mas, para o efetivo sucesso destes empreendimentos, é necessário que os assentamentos sejam dotados de infraestrutura, tanto produtiva como social que garanta estabilidade familiar e, neste sentido, acesso à saúde e à educação são fundamentais. O acesso a serviços de saúde e de educação constitui estímulo à permanência dos assentados na terra e tem importância cabal nas decisões da segunda geração das famílias assentadas. Os assentamentos da RA de Ribeirão Preto, mesmo diante das grandes dificuldades listadas nos estudos de caso apresentados anteriormente, confirmam as justificativas sociais de sua constituição.

Estes assentamentos, em suas estratégias de produção e reprodução social em uma região hegemônica pela agricultura moderna, de grande participação do capital internacional, demonstraram a inconsistência do argumento de superação da reforma agrária enquanto uma política social

importante para o enfrentamento do desemprego. A diversidade das origens das famílias, suas experiências anteriores heterogêneas contribuem para reforçar a idéia de que nem o crescimento do agronegócio nem a expansão das atividades urbanas foram eficientes para combater a pobreza e o desemprego na região.

Ficou patente que na região estudada o agronegócio é dominante, notadamente no setor sucroalcooleiro. Neste sentido, cabe recuperar uma argumentação de Pires da Silva (2011) que, analisando o setor de açúcar e álcool, é taxativo em afirmar que “[...] *vem ocorrendo um processo brutal e acelerado de concentração, guiado pelo capital estrangeiro, com apoio público no campo do financiamento, da infraestrutura e da logística*”¹¹⁶.

É fato que as dificuldades listadas em todos os assentamentos pesquisados são enormes, mas não foram impeditivas para a permanência das famílias beneficiadas em seus lotes. Neste sentido, enquanto locus de reprodução social, o lote familiar não pode ser visto como unidade de produção capitalista que visa maximização dos lucros, mas como o locus de identidade individual e coletiva, no qual o assentado produz, consome e vende.

O autoconsumo, entendido como “economia de recursos financeiros”, é uma estratégia utilizada em todos os assentamentos pesquisados. Mais do que evitar gastos monetários para adquirir determinados produtos que podem ser produzidos no lote, a parte da produção consumida pelas famílias garante a segurança alimentar mínima à família. Com a produção destinada ao autoconsumo e o acesso a condições minimamente dignas de moradia, os assentamentos rurais pesquisados estão conseguindo, mesmo diante das adversidades devidamente listadas, garantir a reprodução social camponesa e, com isso, avançar em projetos com maior potencial de geração de renda agrícola, como o caso do milho no Córrego Rico e da cana e do eucalipto no Ibitiúva e da cana no Guarani. Para os assentamentos baseados no modelo PDS é necessário providenciar aprimoramentos rumo à agroecologia; entretanto, com as condições de reprodução social garantidas, o avanço é uma questão temporal.

¹¹⁶ Citação retirada do site <http://reformaagrariaemdebate.blogspot.com>. Importante ressaltar que o senhor Raimundo Pires da Silva foi o superintendente regional do INCRA em São Paulo durante os dois governos Lula. Reforçando esta argumentação sobre as principais empresas agroindustriais que atuavam no Brasil, em 2008, ver Anexo IV.

É verdade que, em muitos casos, as atividades desenvolvidas nos lotes são insuficientes para a manutenção de todo o núcleo familiar¹¹⁷. Mas há que se levar em conta que, dada a limitação de tamanho dos lotes rurais e, por consequência, a elevada relação entre a mão de obra disponível e a quantidade de trabalho a realizar, é comum que membros da família busquem uma renda extra em trabalhos urbanos ou nas empresas do agronegócio.

Os trabalhos externos aos assentamentos não devem ser considerados acriticamente como fracasso das políticas de assentamentos rurais, mas como ações necessárias, dadas as limitações oriundas da ausência de planejamento público, especialmente no que tange à reforma agrária. Segundo Ramos (2006, p. 4), “*é consensual que se torna praticamente impossível atingir o principal objetivo de um programa de assentamento de trabalhadores rurais se não forem implementadas diversas políticas*”.

Sendo o assentamento o fruto de uma política de reforma agrária; ou seja, mais do que apenas uma redistribuição fundiária, é fundamental que para seu efetivo aproveitamento sócio-produtivo seja adotado um conjunto de políticas complementares que criem condições de consolidação destes projetos (RAMOS, 2006). A ausência destas políticas públicas complementares ou acessórias comprometeu sobremaneira a melhoria das condições de vida e trabalho dos beneficiários dos assentamentos pesquisados. Dadas as dificuldades encontradas nos assentamentos pesquisados para esta tese, é importante ratificar, mesmo que sinteticamente as recomendações de Ramos (2006), que se encontram elencadas e comentadas a seguir:

¹¹⁷ Cabe aqui recuperar uma passagem de Chayanov (1974, p. 101) “*Quando a terra é insuficiente e se converte em um fator mínimo, o volume da atividade agrícola para todos os elementos da unidade de exploração se reduz proporcionalmente, em grau variável, porém inexoravelmente. Mas a mão de obra da família que explora a unidade, ao não encontrar emprego na exploração, se volta [...] para atividades artesanais, comerciais e outra atividades não-agrícolas para alcançar o equilíbrio econômico com as necessidades da família*”. Apud Girard (2008, p. 98).

- 1) **Política de crédito e financiamento:** mais do que linhas específicas de crédito diferenciadas para assentados, especialmente os recém-assentados, é importante garantir a liberação do recurso na época apropriada, em quantidade suficiente e sem interrupções. Segundo Ramos (2006, p. 5), *“tem sido possível constatar que a insuficiência da estrutura disponível para que os assentados acessem com regularidade recursos financeiros para iniciar, manter e ampliar lavouras e criações tem criado enormes dificuldades para a viabilidade da exploração do lote, tem interrompido iniciativas e, enfim, tem provocado desânimo generalizado”*;
- 2) **Política de assistência técnica:** esta política é fundamental, pois mesmo com alguma experiência agrícola, muitos assentados têm origem urbana. De modo prático, deve haver profissionais dedicados exclusivamente a este fim. Indicar e acompanhar a atividade agropecuária dos assentamentos de modo a, dentre outras funções, apresentarem alternativas de eliminação de pragas e doenças, de adequação do meio físico às exigências técnico-produtivas;
- 3) **Política de comercialização e escoamento:** neste íterim dever-se-ia incluir um conjunto de ações que envolvessem beneficiamento, processamento e agroindustrialização, por sua estreita relação com as políticas de financiamento e crédito. Esta política se torna condição necessária ao bom desempenho de projetos de assentamentos, pois *“os assentados geralmente não têm experiência, conhecimento e mesmo disponibilidade de tempo para procurar, pesquisar e decidir por mercados e canais mais apropriados de comercialização de suas produções”* (RAMOS, 2006, p. 5) e,
- 4) **Política administrativa:** esta política englobaria, além dos instrumentos de fiscalização, a dimensão legal e jurídica dos assentamentos. Com funções associadas à atualização e à regularização mais ágil de situações de posse, com instrumentos coercitivos para utilização indevida do lote, esta política contribuiria para evitar irregularidades e estimular a exploração mais racional dos lotes. *“Se a legislação permite ou prevê, não faz sentido a demora da mudança de responsável/beneficiário do programa de reforma agrária que o Governo Federal (ou Estadual) implementa. Em outras palavras, a regularização da posse deve ser mais ágil, mais flexível, mais atualizada”* (RAMOS, 2006, p. 05).

Os cinco assentamentos pesquisados carecem das quatro políticas elencadas nas linhas anteriores, uma vez que todos eles apresentaram problemas no cronograma e nos valores recebidos pelos canais de financiamento público, assim como também tiveram problemas derivados de pouca ou nenhuma assistência técnica, especialmente os assentamentos

vinculados ao INCRA. Ficou evidente que a comercialização e o escoamento da produção ainda são lastimáveis e que, do ponto de vista administrativo, muito da morosidade em projetos, processos jurídicos, entre outros fatores, são decorrentes de uma estrutura administrativa com clara necessidade de reestruturação. Diante de toda a gama de problemas levantados e a partir das diversas entrevistas realizadas nas visitas de campo realizadas, pode-se afirmar que a análise de um projeto de assentamento não pode estar ancorada apenas em variáveis quantitativas.

A conclusão mais evidente a ser tirada dos estudos de caso é que a criação de assentamentos rurais, mesmo em áreas tão dinâmicas como a de Ribeirão Preto, gera trabalho, melhora a qualidade de vida dos assentados e reduz o movimento migratório rumo às cidades. Sendo assim, são fundamentais investimentos públicos que tenham como foco a saúde, a educação, a moradia e a segurança jurídica, pois estes são os maiores estímulos à permanência dos assentados na terra e têm importância cabal nas decisões da segunda geração das famílias assentadas em permanecer nos assentamentos.

CONCLUSÕES

O caminho percorrido durante a elaboração da tese partiu das análises mais gerais sobre a atualidade da questão agrária nacional para, em seguida, voltar-se a uma análise da questão agrária paulista, demonstrando as contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista no campo. Entendeu-se como *questão agrária* algo estrutural que, mesmo apresentando alterações conjunturais em determinados períodos, permanece bastante atual no Brasil.

Depois de um processo idiossincrático de *industrialização da agricultura*, manifestou-se, na questão agrária brasileira, a permanência do êxodo rural e a redução do número de trabalhadores no campo, o crescente aumento na produtividade do trabalho rural desassociado da melhoria das condições de emprego e de vida da população, da mesma forma que o aumento da integração e da subordinação da agricultura camponesa ao agronegócio, com consequente aumento da seletividade e especialização destes produtores. Mesmo com a implantação das modernas forças capitalistas na agricultura nacional, a situação de parte significativa da população rural não melhorou, pelo contrário, foi marcada pela desigualdade, a exclusão e a convivência simultânea (e não pacífica) com outras formas de produção.

As políticas neoliberais, notadamente após 1990, agravaram os problemas estruturais nacionais, a exemplo da concentração de renda e da propriedade, com rebatimentos sociais significativos expressos no agravamento da realidade agrária, aumento de ocupações e consequente aumento da violência no campo.

O Censo Agropecuário de 2006 deixou patente os fortes impactos da política neoliberal sobre a agropecuária nacional: redução do pessoal ocupado, redução de estabelecimentos agropecuários e o avanço do agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento adotado pelo mercado e referendado pelo Estado. A concentração fundiária mais uma vez foi escancarada, os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares ocupavam, na data do censo, aproximadamente 2,4% da área total, ao passo que os estabelecimentos maiores que 1.000 hectares concentravam 44% do total.

Em número de estabelecimentos, a concentração é ainda mais visível: os estabelecimentos rurais maiores de 1.000 hectares representavam 1% do total, enquanto os estabelecimentos com menos de 10 hectares representavam 47% dos estabelecimentos rurais no Brasil.

O caso de São Paulo é o melhor exemplo de que o avanço da concentração fundiária não foi obstáculo à expansão do capitalismo dependente no Brasil. Neste estado, a estrutura agrária concentrada não impediu que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização. Com sua forte indústria e diversificação agrícola, tornou-se um caso emblemático para se entender os conflitos decorrentes da modernização agrícola e o recrudescimento da pobreza e exclusão no campo. Se no Brasil a concentração na distribuição de terras permaneceu praticamente inalterada nos últimos 20 anos, ou seja, continuou extremamente desigual, em São Paulo houve aumento da concentração, medido pelo Índice de Gini, além de uma contínua redução de pessoal ocupado nas atividades agropecuárias ao mesmo tempo em que se registrou o maior número de ocupações de Sem Terras de todo o país.

São Paulo tem se concentrado nas lavouras para as quais existem vantagens competitivas internacionais, fortalecendo sobremaneira a lógica do agronegócio no estado. Mesmo com o fortalecimento de uma agropecuária amplamente ligada ao agronegócio, existe também uma enorme gama de pequenas cadeias produtivas cuja característica é a produção especializada localmente que, embora tenha reduzido impacto na renda bruta agropecuária total, tem elevada importância local. Isto, por sua vez, demonstra a existência de lógicas produtivas bem distintas no estado, que variam desde as altamente capitalizadas, dominadas por grandes empresas, até estruturas totalmente dependentes da mão de obra familiar. Em outras palavras, existem no espaço rural paulista latifúndios improdutivos, vastas áreas devolutas, extensas áreas públicas griladas, moderna agricultura tanto de caráter capitalista quanto familiar e também pobreza rural.

A grande heterogeneidade estrutural da agricultura paulista revela que os ganhos de produtividade no campo ficaram ao largo da melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais. Isto, por seu turno, agrava-se em regiões como o Pontal do Paranapanema, o Vale do Paraíba e o Vale do

Ribeira, dadas as dificuldades adicionais sobre a posse e a titulação das áreas e a truculência dos ruralistas locais. Juntas, estas três regiões ocupam a maior parte dos estudos sobre a questão agrária paulista. Isto se explica, tomando-se por base o histórico destas regiões, marcado pela grilagem, pela dificuldade de ação e de coordenação estatal, além de um elevado percentual de terras devolutas. Todavia, mesmo diante de tamanha heterogeneidade, algo é comum a todas as regiões paulistas, a saber: a crescente subordinação do camponês às grandes cadeias agroindustriais devido a mecanismos produtivos e financeiros cada vez mais concentrados e internacionalizados.

No caso da Região Administrativa de Ribeirão Preto, como já antecipado na introdução desta tese, a capitalização do setor agropecuário fez desta região um dos polos agroindustriais mais importantes do Brasil, notadamente no setor sucroalcooleiro. O incremento científico-tecnológico que esta região conheceu, nas últimas décadas, alterou a quantidade de trabalho necessário, o que por seu turno alterou a composição técnica e orgânica do capital. Em outras palavras, o processo de acumulação de capital regional foi acompanhado por uma constante elevação da composição orgânica do capital social, isto é, o aumento do capital constante em detrimento do capital variável.

Esta elevada capitalização do setor agropecuário na RA de Ribeirão Preto não escamoteou a luta pela reforma agrária. Mesmo com o forte predomínio do agronegócio, existe na região forte desigualdade no campo, acompanhada de expressiva luta pela terra, por parte de movimentos sindicais e sociais organizados, especialmente a partir da década de 1980.

São mais de 900 famílias beneficiadas em cinco assentamentos na região que, quando analisados, demonstram a incapacidade do modelo de desenvolvimento rural alicerçado no agronegócio em resultar na geração de empregos e no combate à pobreza rural. O aumento dos conflitos no campo e da luta pela terra, na região estudada, nos marcos da grande heterogeneidade estrutural da agricultura paulista, revela que as distintas lógicas produtivas ficaram ao largo das melhorias das condições de vida dos trabalhadores do campo.

O *modus operandi* dos camponeses da região, suas formas de ação, articulação comercial, produção e reprodução social demonstram que, embora o capitalismo no campo seja predominante, não pode ser a partir dele que se

deve qualificar, julgar ou analisar a agricultura de caráter familiar, especialmente os assentamentos rurais. O lote não pode ser visto como unidade de produção capitalista que visa maximização dos lucros, mas como o lócus de identidade e reprodução social, no qual o assentado produz e consome, podendo, inclusive gerar excedente comercializável.

A renda de um assentado pode vir de diversas formas, dentre elas a produção agropecuária; a produção de alimentos para autoconsumo; o acesso a políticas assistenciais, como o bolsa-família; a previdência social; o trabalho assalariado temporário ou permanente dentro ou fora do assentamento; o trabalho informal dentro e fora do assentamento e, dentre outros, arrendamentos ou parcerias. Em todos os assentamentos visitados foram encontradas mais de uma forma de renda e, do mesmo modo, verificou-se que a principal fonte de renda variou de família para família.

Isto ocorre porque questões fundamentais, como o acesso ao mercado, a capacidade de geração de renda agrícola e, dentre outras, a incorporação de ciência e tecnologia no processo produtivo, ainda estão por serem resolvidas. Muito da situação de precariedade encontrada nos assentamentos pesquisados tem como uma das causas a falta de coordenação entre o sistema de financiamento público e a assistência técnica, muitas vezes insuficiente ou mal preparada para as especificidades inerentes aos assentamentos rurais de reforma agrária.

Não foi propósito fazer, nesta tese, uma investigação sobre a eficiência produtiva dos assentamentos rurais vis-à-vis a agricultura convencional; contudo, nota-se que, neste prisma, as áreas pesquisadas são obviamente limitadas. Mas, mesmo diante de todas as dificuldades listadas nos estudos de caso, ficou evidente que os assentamentos rurais de reforma agrária são mais do que um espaço de produção agrícola apenas, eles são também espaços privilegiados de reprodução social, com maior dignidade àqueles que antes estavam à margem socioeconômica, seja na condição de boias-frias, seja na condição de trabalhadores informais urbanos. Neste sentido, algumas observações mais específicas podem contribuir para reforçar esta argumentação:

- i. **Educação:** Todas as crianças frequentam escolas e, isto, por si só, é um indicador importante de melhoria das condições de vida das famílias pelo papel transformador inerente à educação. Deve-se levar em conta, também, que crianças e adolescentes na escola indicam uma mudança importante no *trade-off* trabalho versus escola, que a algumas gerações tem condenado crianças de meio rural ao trabalho infantil. Outro importante dado encontrado é que, mesmo registrando analfabetos em todos os assentamentos, registrou-se também em todos eles programas de alfabetização, conhecidos como EJA;
- ii. **Habitação:** indubitavelmente este foi um dos principais pontos considerados pelos entrevistados como significativamente melhor. A maioria absoluta dos assentados vive em residências de alvenaria com, no mínimo, energia elétrica. Além do conforto relatado pelas famílias, outro fator chama a atenção: a reunião familiar, com famílias grandes, com mais de seis membros, vivendo no mesmo lote;
- iii. **Alimentação:** Em todos os assentamentos da região, a segurança alimentar é garantida pela produção para o autoconsumo. Quanto maior a família, maior a importância da produção para consumo próprio. Em comparação com as condições de alimentação anteriores ao assentamento, a grande maioria dos entrevistados relatou melhora significativa do seu perfil alimentar;
- iv. **Saúde:** Todos os assentados contam apenas com os serviços públicos municipais. Alguns assentamentos contam com visitas de agentes de saúde, vacinação *in loco* e controle de zoonoses. O Programa Saúde da Família é indiscutivelmente o mais apropriado às famílias assentadas, por seu caráter preventivo; contudo, os assentamentos não contam com este serviço. Por outro lado, os entrevistados não consideraram que houve piora das condições de acesso à saúde, quando comparadas à situação que tinham antes do assentamento. Há que considerar também que melhorias nas condições de habitação e alimentação contribuem diretamente para a melhoria das condições de saúde;
- v. **Assistência técnica nos Hortos:** Os assentamentos do ITESP contam com assistência técnica oferecida pela própria fundação. Nestas áreas observa-se o predomínio do cultivo de milho (Córrego Rico), de cana e de eucalipto (Ibitiúva e Guarani). Estas culturas são as principais geradoras de renda nos hortos pesquisados. No caso do ITESP, a assistência técnica, segundo entrevista, tem o cuidado de não tentar organizar a produção com culturas desconhecidas da rotina do assentado, mas oferece melhores técnicas possíveis de serem adotadas e reproduzidas. É importante mencionar que o ITESP tem limitações institucionais e financeiras e isto deixa este órgão bastante prejudicado para formular e executar programas de desenvolvimento produtivo;

- vi. **Assistência técnica nos PDSs:** Nos assentamentos organizados pelo MST, não existe assistência técnica, salvo, como relatado, visitas esporádicas dos técnicos do INCRA. Nas áreas de PDS (Barra e Sepé Tiarajú), o foco da produção é agroecológico; mas, *in loco* percebeu-se que a experiência ainda é muito recente e limitada, embora promissora, caso exista um fortalecimento das políticas públicas para incentivar a produção e diminuir os gargalos da comercialização. Neste sentido, o aumento do teto do PAA, restrito a R\$ 4.500,00, é fundamental;
- vii. **Trabalho e renda:** O baixo grau de qualificação formal dos titulares dos lotes dos assentamentos pesquisados revela a dificuldade destes trabalhadores em conseguir empregos formais com boa remuneração. A informalidade e o corte de cana para usinas da região eram as principais ocupações dos chefes de família e seus cônjuges. Neste sentido, os assentamentos rurais foram efetivos na ampliação de oportunidades de trabalho e de renda. A renda agrícola familiar nos assentamentos do ITESP variou de 1,2 a 4,5 salários mínimos mensais, apresentando correlação positiva com o número de membros da família. Já nos assentamentos de Ribeirão Preto e Serra Azul, a maior renda agrícola familiar registrada foi de aproximadamente 3 salários mínimos mensais, mas ainda existem famílias sobrevivendo com menos de um salário mínimo nos PDS.

No que tange à geração de renda agrícola nos assentamentos pesquisados, a lógica de produção de produtos como cana, milho e eucalipto compõe as importantes estratégias para a geração de renda nos assentamentos estaduais. Contudo, deve-se ter claro que estas culturas, típicas do agronegócio, para serem minimamente competitivas nos assentamentos, dependem de insumos agroindustriais, de processos mecanizados, além de demandarem pouca mão de obra, o único fator abundante em assentamentos. Incentivar culturas que exijam pouca mão de obra e com elevado grau de dependência de processos mecânicos e insumos industriais são limitadores do desenvolvimento econômico e social dos assentamentos.

Neste sentido, é urgente que as políticas públicas destinadas a projetos de assentamentos rurais devam caminhar para a recomposição dos meios de produção de base rural. Isto é, não apenas dar possibilidades de que os assentados adquiram certas máquinas e equipamentos, como também todo um conjunto de matérias-primas que podem ser convertidas em instrumentos de trabalho por meio da aplicação do trabalho familiar e comunitário, tais como a construção das instalações produtivas (açudes, currais, estufas, etc.),

edificações, formação de plantéis permanentes e um sistema de criação animal (NORDER, 2004, p. 133).

A situação de precariedade dos assentamentos não deve servir como argumento do fracasso das políticas de redistribuição fundiária, mas como indicador de que a reforma agrária, para cumprir seu papel econômico e social, deve vir acompanhada de um conjunto de políticas públicas devidamente concatenadas que abarque amplo acesso à saúde e à educação, bem como acesso a financiamentos, subsídios, assistência técnica, criação de canais de escoamento e comercialização, além de assegurar ao assentado rápida legalização jurídica da posse da terra.

Cabe frisar que os assentamentos pesquisados, resguardadas suas especificidades, desmentem os mitos criados pela visão conservadora na qual a modernização da agricultura teria esgotado a disponibilidade de terras não aproveitadas, especialmente porque os assentamentos pesquisados estão em uma região notadamente hegemônica pelo agronegócio.

A conclusão mais concreta é que, mesmo diante das especificidades regionais, apresentadas durante o trabalho, os assentamentos pesquisados certamente foram importantes na melhoria das condições de vida de seus beneficiários. Estes indivíduos, mesmo que de modo tímido, tiveram um aumento do seu grau de autonomia, ao que Amartya Sen (2000) chamou de “expansão das capacidades humanas”. Hoje, indiscutivelmente, todos os assentados rurais nos assentamentos pesquisados têm condições de satisfazer suas necessidades básicas e de sua família, nem que para isso se vejam impelidos à busca de renda fora das atividades agrícolas, como acontece em muitos casos. Contribuem para esta assertiva o fato das famílias beneficiadas pelos programas de reforma agrária ter como foco essencial, a moradia e o autoconsumo. É fato que este grau de autonomia tende a aumentar na medida em que se concatenem à redistribuição fundiária outras políticas sociais de modo a dar maior estabilidade econômica e social às famílias assentadas.

Por fim, e não menos importante, é interessante registrar que, até a presente data, e em seu terceiro mandato consecutivo, um partido (governo) considerado de esquerda, com forte apoio dos movimentos sociais, ainda não levou em consideração, no desenho das políticas públicas, que a reforma agrária é um elemento importante para o desenvolvimento nacional,

regionalmente estruturado. Desconsiderar isto é continuar contribuindo para a histórica política anticidadã e antissocial no Brasil.

Cabe ao governo avaliar melhor, na questão da distribuição de terras no Brasil, objetivos sociais, principalmente de ocupação dos bolsões de pobreza das cidades de diferentes tamanhos, a distribuição de renda e, sobretudo, ter como meta, o acompanhamento efetivo dos assentamentos rurais já existentes no país. Assim sendo, abre-se uma grande oportunidade para que se concretize um modelo de reforma agrária focado em resultados, não só para os assentados, mas também para a sociedade, com geração de renda, produção de gêneros alimentícios com qualidade e bem estar social. Sob o ponto de vista acadêmico, sugere-se pesquisas que avaliem a interação urbano-rural na troca mútua de sinergias sociais, econômicas e culturais, nestes e em outros assentamentos, para que os mesmos sirvam de instrumentos norteadoras de políticas de reforma agrária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R (2000). *Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. Texto para discussão nº 702. Rio de Janeiro: IPEA.

ABRAMOVAY, R. (2007). *Paradigma do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp. 2ª edição.

ABRAMOVAY, R.; CARVALHO FILHO, J. J. (1994). A objetividade do conhecimento nas ciências sociais: o caso dos assentamentos. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. Campinas, v. 24, n. 3, p. 36-53.

ALVES, F. J. C. (1991). *Modernização da Agricultura e sindicalismo: Lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto*. Tese de doutorado. IE/Unicamp.

AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. (1977). *A questão agrária e o capitalismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ANUALPEC (2006). *ANUÁRIO DA PECUÁRIA BRASILEIRA. ANUALPEC 2006*. São Paulo: FNP Consultoria & Comércio.

BARBOSA, M. V.; LEITE, S. P. (1991). *Reforma agrária em terras públicas: contradições de um governo democrático*. FCA/Jaboticabal. Unesp.

BENJAMIN, C. et al (1998) *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto.

BERGAMASCO, S. M. P. (1992). Ontem e hoje, a difícil realidade dos assentamentos rurais. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, v. 22, nº 03. Set/Dez.

BERGAMASCO, S. M. P. e NORDER, L. B. (1999). Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, L. e S. P. Leite (org.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da Universidade.

BERGAMASCO, S. M. P.; FERRANTE, V. L. B.; D'AQUINO, T. (1991). Assentamentos rurais em São Paulo: A roda viva de seu passado/presente. In: *Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Vértice/Anpocs.

BERNINI, C. I. (2009). De posseiro a assentado: a reinvenção da comunidade do Guapiruvu na construção contraditória do assentamento Alves, Teixeira Pereira, Sete Barras-SP. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP.

BOMBARDI, L. M. (2004). O Bairro Rural como Identidade Territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. In: *Agrária*, nº 1, pp. 55-95.

BORELLI FILHO, D. (2009). *A luta pela posse da terra na Região de Ribeirão Preto: O processo de formação e organização do assentamento Mário Lago*. Dissertação de Mestrado. UNIARA.

BRANDÃO, C. A. e MACEDO, F. C. (2007). Demografia e Urbanização. In: Cano, W; Brandão, C. A; Maciel, C. S. e Macedo, F. C. *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Ed. Alínea, Campinas.

CAMPANHOLA, C e GRAZIANO DA SILVA, J. F (Orgs.) (2004). *O Novo Rural Brasileiro: novas ruralidades e urbanização*. Brasília/DF: Embrapa Informação Tecnológica.

CANO, W. (1985). Explosão urbana e reforma agrária. Apresentação oral no Seminário *A primeira proposta de Plano Nacional de Reforma Agrária da Nova República e o Brasil dos anos 80*. Promoção: ABRA, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea – CEDEC e Núcleo de Estudos, Pesquisas e Documentação Rural – ILCSE/UNESP. mimeo.

CANO, W. (1986). Agricultura e urbanização. In: Anais do XXIV Congresso da SOBER, 1986. (ampliado e publicado na Revista Reforma Agrária de 1-4/1986).

CANO, W. (1998). *Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, (1930-1970; 1970-1995)*. 2 ed. Campinas: Unicamp/IE.

CANO, W. (2002). *Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil*. Ed. Unicamp, Campinas.

CANO, W. (2007). *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, T. A. Queiroz. Republicado pela editora do Instituto de Economia da Unicamp. (30 anos de Economia – Unicamp, 1).

CANO, W. (2010). *Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil*. Texto para discussão n.º 177, maio. Disponível em www.eco.unicamp.br.

CANO, W. (Coord.) (1992). *São Paulo no Limiar do século XXI*. Fundação Seade, São Paulo, 8 v.

CANO, W. (Coord.). (1988). *A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)*. Fundação Seade, São Paulo, 3 v.

CARDOSO DE MELLO, J. M. (1975). *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense. Republicado pela editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1998. (30 anos de Economia – Unicamp, 4), Campinas.

CARNEIRO, R. (2002). *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. Editora UNESP, São Paulo.

CARTER, M. (org.) (2010). *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Editora UNESP.

CARVALHO FILHO, J. J. (2008) *A nova (velha) questão agrária*. In: Valor Econômico, 22/02/2008.

CHAYANOV, A. V. (1974). *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión.

CHAYANOV, A. V. (1981). Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, J; STOLCKE, V. (orgs.). *A Questão Agrária*. São Paulo, Brasiliense.

COLETTI, C. (2005). *A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal*. Tese de doutorado. IFCH/Unicamp.

CORAZZA, G. e MARTINELLI JÚNIOR, O. (2002). Agricultura e questão agrária na história do pensamento econômico. In: *Revista Teoria e Evidência Econômica*. Passo Fundo.

CRUZ, P. R. D. (2000). Expansão e crise no Brasil: as ideias pioneiras de Ignácio Rangel. In: RANGEL, I (2000). *Questão agrária, industrialização e crises urbanas*. SILVA, J. G. (org). Ed. da universidade. Rio Grande do Sul.

CUNHA, J. M. P. e BAENINGER, R. (2000). A migração nos Estados Brasileiros no período recente: principais tendências e mudanças. In: HOGAN, D, J; CUNHA, J. M. P; BAENINGER, R; CARMO, R. L. (orgs.). *Migração e ambiente em São Paulo: aspectos relevantes da dinâmica recente*. Unicamp/NEPO.

DATALUTA/NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. *Data Luta: banco de dados de luta pela terra*. Presidente Prudente, 2007.

DATALUTA/NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. *Data Luta: banco de dados de luta pela terra*. Presidente Prudente, 2010.

DAVIS, J. H. e GOLBERG, R. A. (1957). *A concept of agribusiness*. Harvard University: Boston.

DELGADO, G. C. (1985). *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo; Campinas: Ed. Ícone/ Ed. da UNICAMP.

DELGADO, G. C. (2004). *O Setor de Subsistência na Economia e na Sociedade Brasileira: Gênese Histórica, Reprodução e Configuração Contemporânea*. IPEA, Texto para discussão n. 1025.

DELGADO, G. C. (2005). A questão agrária no Brasil, 1951 - 2003 In: *INCRA. Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo.

ELIAS, D. (1996). *Meio Técnico- Científico - Informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP.

EMPLASA (2011). *Rede urbana e regionalização do Estado de São Paulo*. São Paulo, Empresa Paulista de Planejamento, 153 p.

FELICIANO, C. A. (2009). *Território em disputa: terras (re)tomadas no Pontal do Paranapanema*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP.

FERNANDES, B. M. (1999). *Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST (1979–1999)*. Tese de Doutorado. FFLCH/USP.

FERNANDES, B. M. (2001). *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez.

FERRANTE, V. B e BORELLI FILHO, D. (2010). O sistema produtivo do Assentamento Mário Lago: Uma experiência de produção agroecológica no centro da indústria agrocanavieira do interior do estado de São Paulo. In: *Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Campo Grande, Mato Grosso do Sul, julho.

FERRANTE, V. L. S. B. e ALY JUNIOR, O. (2005). *Assentamentos rurais: Impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)*. Abra. São Paulo.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARRONE, L. A. (1994). O sindicalismo rural paulista na última década: fissuras e contrapontos. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*. v. 24, nº. 1 jan/Abr.

FERRANTE, V. L. S. B. e BARRONE, L. A. (2008). Assentamentos na agenda de políticas públicas: a “trama de tensões” em regiões diferenciadas. In: FERRANTE e WHITAKE (orgs.). *Reforma agrária e desenvolvimento: desafios e rumos das políticas de assentamentos rurais*. Série NEAD Especial. Brasília, MDA.

FIRMINIANO, F. D. (2009). *A formação cultural dos jovens do MST: a experiência do assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto-SP*. Dissertação de Mestrado. FCLAR/UNESP.

FREITAS, E. P. (2008). *Agricultura camponesa no território do agronegócio: Um estudo sobre os sem terra de Serra Azul e Ribeirão Preto (SP)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP.

FURTADO, C. (1989). Entre inconformismo e reformismo. In: *Revista Economia Política*. Vol. 09, Nº. 04.

FURTADO, C. (1992). O subdesenvolvimento revisitado. In: *Economia e Sociedade*. Campinas, v.1, n.1, p.5-20.

GIRARDI, E. P. (2008). *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia Geográfica Crítica e sua aplicação no desenvolvimento do Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP.

GOLDFARB, Y. (2007). *A luta pela terra entre o campo e a cidade: As comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP.

GOMES DA SILVA, J. (1996). *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*. Campinas – SP. Editado pela ABRA.

GONÇALVES, J. C. (2010). *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável? A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto – SP*. Dissertação de Mestrado, UFSCar, São Carlos.

GONÇALVES, J. S. et al. (2007). *Agropecuária Paulista: transformações do período de 1969-1971 a 2002-2004*. In: Cano, W; Brandão, C. A; Maciel, C. S. e Macedo, F. C. *Economia Paulista: dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005*. Ed. Alínea, Campinas.

GONÇALVES, J. S. et al. (2009). *Economias Regionais Paulistas no período 2005-2007: desconcentração na agropecuária com concentração na agricultura revelando diferenças estruturais*. In: *Informações Econômicas*, SP, v.39, n.2.

GONÇALVES, J. S. (2006). *Agricultura paulista, especialização regional e políticas públicas*. In: *Análises e Indicadores do Agronegócio*. Volume 1, nº 10, outubro/2006. ISSN 1980-0711.

GONÇALVES, L. L. et al (2009). *Núcleo Agrário Terra e Raiz: uma experiência de extensão universitária militante*. *Rev. Ciênc. Ext.* v.5, n.2, p.98-99.

GRAZIANO DA SILVA & STOLCKE, (Org.) (1981). *A questão agrária*. São Paulo: brasiliense.

GRAZIANO DA SILVA, (1980). *Estrutura Fundiária e Relações de Produção no Campo Brasileiro*. In: *Anais do II Encontro da ABCP*. Águas de São Pedro, SP. Outubro.

GRAZIANO DA SILVA, J. (1993) *O que é questão agrária*. Editora brasiliense. São Paulo.

GRAZIANO, F. (1991). *A tragédia da terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil*. Editora Iglu. São Paulo, SP.

GRAZIANO, F. (2004). *O Carma da terra no Brasil*. Editora Girafa. São Paulo, SP.

GUANZIROLI, C. E. (1994). *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária*. In: ROMEIRO, A. GUANZIROLI C. E. e LEITE, S. (org.). *Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda. O Relatório da FAO em Debate* pp. 13-68, Petrópolis: Editora Vozes.

GUANZIROLI, C. E. ROMEIRO, A. BUAINAIM, A. M et al. (2001). *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Gramond.

GUIMARAES, A. P. (1968). *Quatro séculos de latifúndio*. Ed. terra e paz. Rio de Janeiro.

GUIMARAES, A. P. (2005). As três frentes da luta de classes no campo brasileiro (1960). In: STÉDILE, J.P. (Org). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960* – 1. ed. Expressão Popular. São Paulo.

HESPAHOL, R. Ap. de M. (2008). Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, agosto, vol. XII, nº 270.

HOFFMANN, R. (1979). Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e redundância. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 719-738, dez.

HOFFMANN, R. (2007). Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. In: Ramos, P. (org.). *Dimensões do agronegócio brasileiro: políticas, instituições, e perspectivas*. Brasília: MDA.

HOFFMANN, R. e NEY, M. G. (2010). *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil*. Brasília: MDA.

IBGE (1960). *Censo Agrícola*. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (1970). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (1975). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (2006). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (2009). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

IBGE (2011). Censo Demográfico 2010: resultados preliminares do universo. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em www.ibge.com.br, acessado em 05/2011.

ITESP (2000). Terra e cidadãos: Aspectos da Ação de Regularização Fundiária no Estado de São Paulo. 2ª. Ed.

JULIO, J. E; PETTI, R; BUENO, L. B. PEREIRA. (2006). *Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo*. São Paulo: INCRA, 145 p.

KAGEYAMA, A. A. (coord.) (1990). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, G. et al (org.) *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA.

KAGEYAMA, A. A.(1993). A questão agrária brasileira: interpretações clássicas. In: *Revista da Associação Brasileira da Reforma Agrária – ABRA*, v. 23, nº03 set/dez.

KAUTSKY, K. (1986). *A questão agrária*. São Paulo, Nova Cultural.

- KOWARICK, L. (2000). *Escritos Urbanos*. São Paulo, Editora 34.
- LAMARCHE, H. (Coord.) (1998). *Agricultura Familiar: Comparação Internacional – Do mito à realidade*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.
- LAUREANO, D. S. (2007). *O MST e a constituição: Um sujeito histórico na luta pela reforma agrária no Brasil*. Ed. Expressão Popular. São Paulo.
- LEITE, S. P. e ÁVILA, R. V. (2007). *Um futuro para o campo: Reforma agrária e desenvolvimento social*. Ed. Vieira & Lent. Rio de Janeiro.
- LEITE, S. P; HEREDIA, B. MEDEIROS, L. et al. (2004). *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: editora UNESP.
- LÊNIN, V. I. (1985). *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. São Paulo, Nova Cultural.
- MALUF, R. S. J. (2007). *Segurança Alimentar e Nutricional*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- MARCUSE, P. (1997) - "The enclave, the citadel and the guetto. What has changed in the post-fordist U.S. city" *Urban Affairs Review Sage*, v 33,nº.2, November, pp. 228-264.
- MARICATO, E. (2001). *Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana*. Petrópolis, Editora Vozes.
- MARINHO, M. A. (2006). *Conflitos e possíveis diálogos entre unidades de conservação e populações camponesas: Uma análise do Parque Estadual Intervales e o bairro do Guapiruvu (Vale do Ribeira/SP)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP.
- MARTINS, J. S. (1979). *Cativeiro da terra*, [1. Ed.: 1979], 6. Ed. , São Paulo, Hucitec, 1996.
- MARTINS, J. S. (2000). *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MARX, K. (1996). *O Capital: crítica da economia política*. Volume I, Livro Primeiro (Tomos I e II). São Paulo: Editora Nova Cultural.
- MATTEI, L.(2007). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do programa. *Cadernos do CEAM (UnB)*, v. 07, p. 33-44.
- MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (org.) (1999). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre: Universidade UFRGS.

MENDONÇA, M. L. (2010). O monopólio da terra e a produção de agrocombustíveis. *Revista Caros Amigos*. Edição de Abril.

MENDONÇA, S. R. (2006). *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*; STÉDILE, J. P. (org.) – 1. ed. Expressão Popular. São Paulo.

MONBEIG, P. (1984). *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. HUCITEC Polis. São Paulo, SP.

MONTE-MÓR, R. L. (2007). Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In: Feldman, S. e Fernandes, A. *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios*. Editora UNESP. São Paulo, SP.

MORISSAWA, M. (2001). *A história da luta pela terra e o MST*. Expressão Popular. São Paulo.

MST (2011). *Processo de construção do projeto de assentamento “Mário Lago”*. Regional de Ribeirão Preto. mimeo.

NEGRI, B. (1996). *Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1980-1990)*. Ed. Unicamp, Campinas, SP.

NORDER, L. A. (2004). *Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstrução do trabalho rural no Brasil*. 2004. Tese de Doutorado, Universidade de Wageningen.

OLIVEIRA, A. S. (2006). *Assentamentos Rurais em Hortos Florestais da Região Norte do Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado. UNIARA.

OLIVEIRA, A. U. (2001). *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Estud. Av. vol. 15 no. 43. São Paulo.

PERILLO, S. (2002). Vinte Anos de Migração no Estado de São Paulo. *Anais do XIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP, Ouro Preto.

PORTO, M. Y. (1994). Conflitos e negociações coletivas dos trabalhadores rurais paulistas no período de 1980-1990. In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA*, v.24, nº 01. Jan/Abr.

PRADO JUNIOR, C. (2005). A questão agrária e a revolução brasileira. In: STÉDILE, J.P. (Org). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960* – 1. ed. Expressão Popular. São Paulo.

RAMOS, P. (2005). Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira. In: INCRA. *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo.

RAMOS, P. (2006). O arrendamento nos lotes dos projetos de assentamento de trabalhadores rurais: uma possibilidade a considerar? In: *Anais do XLIV congresso da SOBER*. Fortaleza, CE. Julho.

- RAMOS, P. (2008). Os impactos da expansão da lavoura canavieira na estrutura fundiária e as manifestações de sua concentração no Brasil. In: *Workshop sobre impactos da evolução do setor sucroalcooleiro*. Campinas, maio.
- RANGEL, I (2000). *Questão agrária, industrialização e crises urbanas*. SILVA, J. G. (org). Ed. da universidade. Rio Grande do Sul.
- RANGEL, I (2005). Questão agrária brasileira – 1957-1986. In: STÉDILE, J.P. (Org). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960* – 1. ed. Expressão Popular. São Paulo.
- REVISTA VALOR 1000. (2009). *Jornal Valor Econômico*, edição de agosto.
- RIBEIRO, D. (1995). *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo.
- RICARDO, D. (1996). *Princípios de Economia Política e Tributação*. Nova cultura: São Paulo.
- RODRIGUES, V. L. G. S. (1982). Acidentes rodoviários com trabalhadores volantes na agricultura. In: *Revista Brasileira da Reforma Agrária – ABRA*, V. 12, nº 03. Mai/Jun.
- SAMPAIO, P. A. (2005). Paladino da reforma agrária pacífica. In: *Revista fatos da terra*. Ano IV, nº. 15. ITESP. Entrevista concedida.
- SCHIRMANN, G. S. (2007). O programa de aquisição de alimentos (PAA) como estratégia de promoção da agricultura familiar. In: *Rev. Bras. de Agroecologia*, out. 2007 Vol.2 N°. 2
- SCOPINHO, R. A. et al (2005). *A cultura em organizações econômicas populares autogestionárias: cooperação e contradições do processo organizativo*. São Carlos, UFSCar. 126p. Relatório de Pesquisa (CNPq/Edital 06/03, 40.2968/2003-4).
- SCOPINHO, R. A. et al (2007). O processo organizativo do assentamento Sepé Tiaraju: novos ânimos no cenário dos movimentos sociais na região de Ribeirão Preto. In: *Revista da ABRA*, São Paulo, v. 34, nº 1, p. 149-176, jan-jun.
- SEADE (2011). *Informações dos Municípios Paulistas: banco de dados*. Disponível em www.seade.gov.br, acessado em maio de 2011.
- SEN, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Editora Cia. das Letras.
- SEVERI, F. C.; PINTO, J. M. R.(2010). Experiência, memória e luta dos assentados do Sepé Tiarajú em torno da produção orgânica e agroecológica. In: *Anais do V Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Ambiente e Sociedade*. Florianópolis- SC.

STÉDILE, J.P. (Org). (2005). *A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954 -1964* – 1. ed. Expressão Popular. São Paulo.

STÉDILE, J.P. (Org). (2005). *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda – 1960-1980* – 1. ed. Expressão Popular. São Paulo.

STÉDILE, J.P. (Org). (2005). *A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960* – 1. ed. Expressão Popular. São Paulo.

STÉDILE, J.P. (Org). (2005). *A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária – 1946 -2003* – 1. ed. Expressão Popular. São Paulo.

STOLCKE, V. (1986). *Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. São Paulo: Ed. Brasiliense.

SZMERCSÁNYI, T. (1998) *Pequena história da agricultura no Brasil*. Ed. Contexto. São Paulo.

SZMRECSÁMYI, T. & RAMOS, P. (1997). O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. In: SZMRECSÁNYI, T. & SUZIGAN, W. (Orgs.), *História Econômica do Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Ed. Hucitec.

TARTAGLIA, J. C.; OLIVEIRA, O. L. (1988). *Modernização e desenvolvimento no interior de São Paulo*. São Paulo, Unesp, Araraquara, SP.

TAVARES, M. C. (1999). Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Vozes. Petrópolis, RJ.

TAVARES, M. C. (2000). Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. Ed. Fund. Perseu Abramo. São Paulo, SP.

TAVARES, S. F. (2011). A organização coletiva e as formas de resistência no Projeto Sepé Tiaraju – construção das casas. In: *Anais do I Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente*. UFSCar, São Carlos, maio.

TEIXEIRA, G. (2009). *O Censo Agropecuário 2006 – Brasil e Regiões*. Mimeo.

TOLENTINO, C. A. F. (1997). Os fios da história de um assentamento "desaparecido". In: *Cadernos AEL, n. 7*. pp. 105-12p.

TSUNECHIRO, et al (2010). Valor da Produção Agropecuária do Brasil, por unidade da federação em 2008. In: *informações econômicas*, SP, v. 40, n.3, mar.

TSUNECHIRO, et al. (2011). Valor da Produção Agropecuária e Florestal do Estado de São Paulo em 2010. In: *informações econômicas*, SP, v. 41, n.5, mai.

VASCONCELOS, M. M. N. (2007) *Dos antecedentes do PNRA à produção e gestão do espaço no Projeto de Assentamento Amaralina - Vitória da Conquista: (uma fonte de cobiça)*. Dissertação de mestrado. IG/UFBA.

VEIGA, J. E. (1981). *O que é reforma agrária*. Editora brasiliense. São Paulo.

VEIGA, J. E. (2007). *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Edusp. 2ª edição.

APÊNDICES

APÊNDICE I

AGENTES REPRESENTATIVOS ENTREVISTADOS

Amarildo Fernandes	Sociólogo, analista de desenvolvimento agrário do ITESP, responsável pelo assentamento Horto Guarani	Pradópolis, 05/10/2011
Antônio Carlucci Neto	E engenheiro agrônomo responsável pelo assentamento Horto Guarani	Pradópolis, 10/02/2011
Carlos Alberto Alves	Assentado do PDS Sepé Tiaraju	Serra Azul, 06/10/2011
Fábio Tomaz Ferreira da Silva	Direção regional do MST em Ribeirão Preto	Ribeirão Preto, 06/10/2011
Ivan Cintra Lima	Engenheiro agrônomo, responsável pelo Grupo Técnico de Campo da região de Bebedouro	Bebedouro, 11/02/2011
Jaime Fagundes dos Santos	Assentado do Horto Ibitiúva	Pitangueiras, 11/02/2011
José Amarante	Técnico em Desenvolvimento Agrário responsável pelos assentamentos Horto Córrego Rico e Horto Ibitiúva, vice-presidente da Associação dos funcionários do ITESP	Jaboticabal, 11/02/2011 Pitangueiras, 11/02/2011 Jaboticabal, 03/10/2011 Pitangueiras, 04/10/2011
Kelli Mafort	Direção Estadual do MST e assentada no PDS da Barra.	São Carlos, 12/05/2011
Neusa Paviato Botelho Lima	Coordenação nacional e da direção estadual do MST	Ribeirão Preto, 11/02/2011
Oscar Dias da Silva	Assentado do Horto Córrego Rico	Jaboticabal, 04/10/2011
Paulo Botelho	Militante e ex-sindicalista do sindicato dos correios	Ribeirão Preto, 11/02/2011
Tânia Mara Baldão	Assentada, presidente da Associação Terra Rica e vice-presidente da OMAQUESP	Jaboticabal, 11/02/2011
Milton dos Santos	Assentado do Horto Guarani	Pradópolis, 05/10/2011

APÊNDICE II

QUESTIONÁRIO COM AGENTES REPRESENTATIVOS	
1)	Como você avalia as condições de trabalho antes e depois do assentamento? Melhorou, Está igual ou Piorou? Por quê?
2)	Como você avalia o acesso à educação antes e depois do assentamento? Melhorou, Está igual ou Piorou? Por quê?
3)	Quais as políticas adotadas para a erradicação do analfabetismo no assentamento? Quais as ações de educação técnica-profissionalizante? Detalhar programas e público participante.
4)	Como você avalia o acesso à saúde antes e depois do assentamento? Melhorou, Está igual ou Piorou? Por quê?
5)	Como você avalia as condições de alimentação das famílias assentadas antes e depois do assentamento? Melhorou, Está igual ou Piorou? Por quê?
6)	Como você avalia a importância da produção para autoconsumo ? Qual a porcentagem do autoconsumo sobre a produção total?
7)	Como você avalia as condições de moradia das famílias assentadas antes e depois do assentamento? Melhorou, Está igual ou Piorou? Por quê?
8)	Como você avalia as condições de saneamento das famílias assentadas? Como é o saneamento básico das residências? Como é no assentamento?
9)	Existe algum programa específico para moradia rural? Se há, qual a cobertura dele? Todas as famílias foram beneficiadas? Por quê?
10)	Quais as principais fontes de renda agrícola das famílias assentadas? Qual o valor mensal desta renda?
11)	Quais as principais fontes de renda não-agrícola das famílias assentadas? Qual o valor mensal desta renda?
12)	Quais créditos oficiais foram recebidos pelas famílias assentadas? Quais os valores recebidos por ano? Foram renovados? As dívidas foram quitadas?
13)	Como é organizada a produção do assentamento? Existem cooperativas? Quais? Quais produtos são produzidos? Qual o percentual sobre o total?
14)	Como é organizada a comercialização do assentamento? Onde são comercializados os produtos do assentamento? Vendas diretas ou para intermediários? Como é o pagamento dos produtos vendidos?
15)	Quais as políticas sociais as quais os assentados têm acesso? Especificamente sobre o Bolsa Família , qual é o grau de cobertura no assentamento? Qual o valor mensal recebido?
16)	Existem parcerias com empresas agroindustriais? Quais os tipos de contratos? Quanto de renda as parcerias geram?
17)	Qual é a situação dos recursos hídricos do assentamento? Os assentados têm acesso à água para consumo humano e animal em quantidade suficiente?
18)	Qual a situação da fertilidade do solo do assentamento? Usa fertilizantes químicos? Se sim, qual o custo anual?
19)	O assentamento possui acesso a energia elétrica ? Como?
20)	Qual o nível de mecanização das famílias assentadas? Como se dá o acesso destas famílias às máquinas e equipamentos? Quais máquinas e equipamentos o assentamento possui?
21)	Existe fiscalização de órgãos ambientais? Como?
22)	Em sua opinião as condições de vida dos assentados melhoraram depois do acesso a terra?
23)	A sua condição de vida melhorou depois de ser assentado? (Pergunta dirigida apenas à agentes representativos assentados na área).
24)	Liste as principais dificuldades atuais do assentamento?
25)	Qual o seu desejo em relação aos seus filhos ? Continuar assentados ou trabalhar em alguma atividade urbana? Qual?

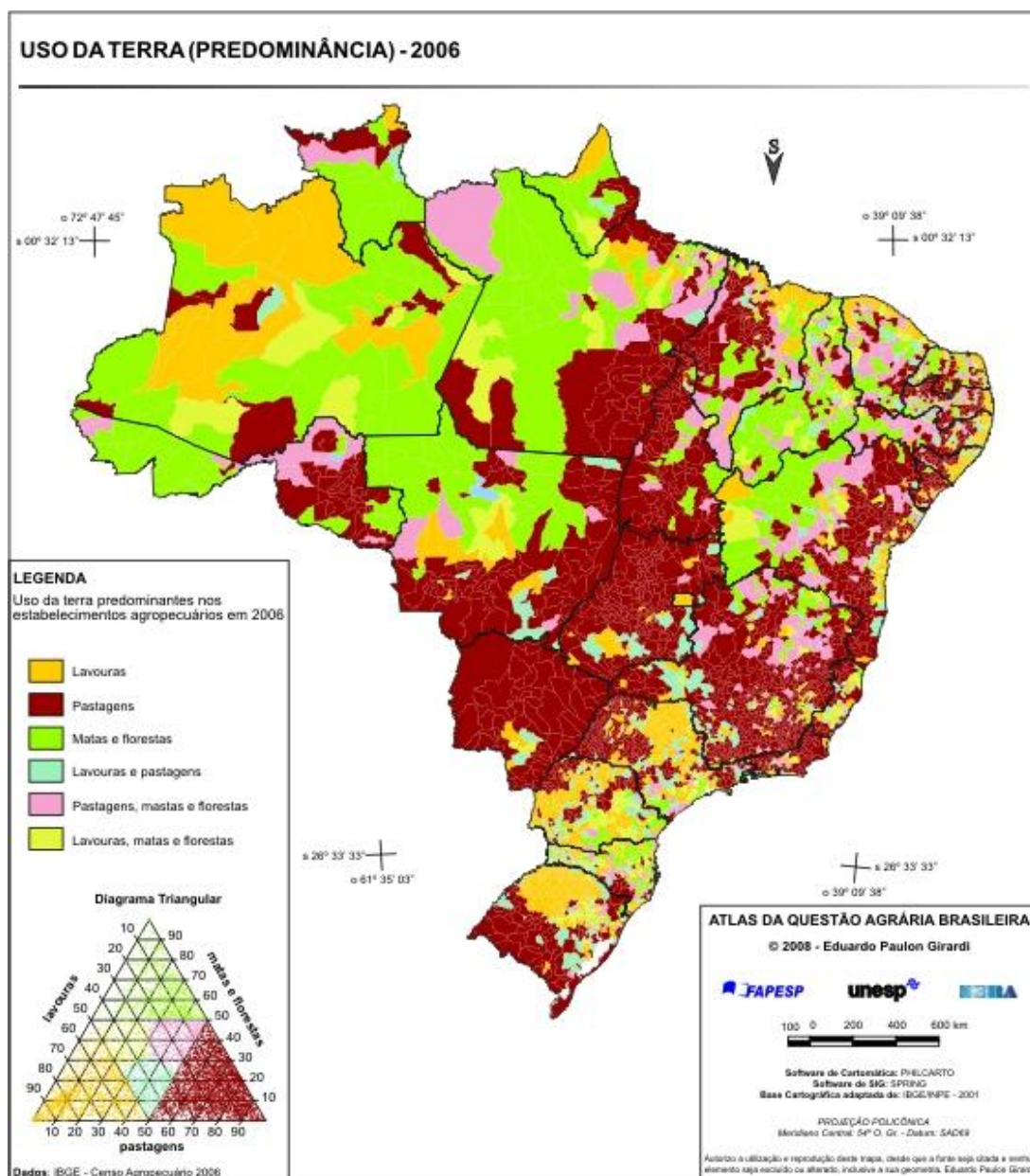
ANEXOS

Anexo I

Evolução dos indicadores do uso de fatores de produção na agropecuária – Brasil (1940/1985)																			
Estados	1940			1950			1960			1970			1985			Taxas de queda anual PO/TR			
	PO/TR	AL/PO	MPO	PO/TR	AL/PO	MPO	PO/TR	AL/PO	MPO	PO/TR	AL/PO	MPO	PO/TR	AL/PO	MPO	1940-1950	1940-1960	1960-1970	1940-1985
MA	74378	0,6	5	23039	0,9	4	19421	0,9	4	7040	0,6	3	566	1,8	3	-11,06%	-6,49%	-9,65%	-10,27%
PI	65684	1,4	8	10315	1,1	6	5047	1,3	4	2126	1,2	2	398	2,4	3	-16,90%	-12,04%	-8,28%	-10,73%
CE	19288	1,8	8	15588	1,7	6	3853	2	7	1392	2,3	4	303	2,5	4	-2,11%	-7,74%	-9,68%	-8,82%
RN	25518	1,6	7	13808	1,9	7	907	2,1	6	540	2,5	3	140	2,8	4	-5,96%	-15,37%	-5,05%	-10,92%
PB	37705	1,5	8	7002	1,5	6	1180	1,8	5	711	2	3	265	2	4	-15,50%	-15,90%	-4,94%	-10,43%
PE	10384	1,2	6	6196	1,1	5	1261	1,1	5	742	1,3	3	271	1,7	4	-5,03%	-10,01%	-5,16%	-7,78%
AL	7293	1,1	8	7857	1	5	1110	1,2	6	446	1,3	4	168	1,8	4	0,75%	-8,98%	-8,71%	-8,04%
SE	4908	0,8	4	3438	0,9	4	2897	0,7	4	640	0,8	3	169	1	3	-3,50%	-2,60%	-14,01%	-7,21%
BA	29212	1,1	6	15644	1,1	5	3095	1,2	5	1157	1,1	4	201	1,6	4	-6,05%	-10,62%	-9,37%	-10,47%
MG	7441	1,4	7	2449	1,6	7	436	1,7	6	194	1,8	4	44	2,2	5	-10,52%	-13,23%	-7,78%	-10,78%
ES	10517	2,4	6	4707	2,2	6	561	2,6	5	265	2,3	4	44	2,9	6	-7,72%	-13,63%	-7,23%	-11,46%
RJ	3210	1,6	8	596	2,1	6	159	2,3	5	65	2,5	3	33	2,1	4	-15,50%	-13,95%	-8,56%	-9,67%
SP	1305	2,3	7	401	2,8	7	64	2,8	5	21	3,3	4	9	5	5	-11,13%	-13,99%	-10,55%	-10,47%
PR	4011	2,9	4	1813	2,7	6	248	2,7	5	106	2,4	4	18	3,6	4	-7,63%	-12,99%	-8,15%	-11,32%
SC	4416	1,5	4	9047	1,8	4	520	1,7	4	126	1,7	4	19	2,5	4	7,44%	-10,14%	-13,22%	-11,40%
RS	831	1,9	4	477	2,3	4	88	2,8	4	36	3,4	3	13	4	4	-5,40%	-10,62%	-8,55%	-8,83%
AC		3,7	23	3181	0,9	9	1507	0,7	8	2587	0,6	3	440	1,1	3			5,55%	
AM	19331	3,5	4	6929	0,6	4	6803	0,6	5	3738	0,5	3	782	0,9	5	-9,75%	-5,09%	-5,81%	-6,88%
PA	12369	1,9	4	5712	0,7	4	912	0,9	4	575	0,7	4	260	1,7	5	-7,44%	-12,22%	-4,51%	-8,22%
MT	5705	4,4	9	1654	1,6	5	225	2	4	89	2	3	18	5,6	4	-11,65%	-14,93%	-8,86%	-12,01%
GO	22318	1,2	5	3363	1,6	5	370	2	5	93	2,9	4	22	5,2	5	-17,24%	-18,53%	-12,90%	-14,26%
Brasil	3357	1,7	6	1314	1,7	5	255	1,8	5	106	1,9	4	35	2,7	4	-8,95%	-12,09%	-8,40%	-9,64%

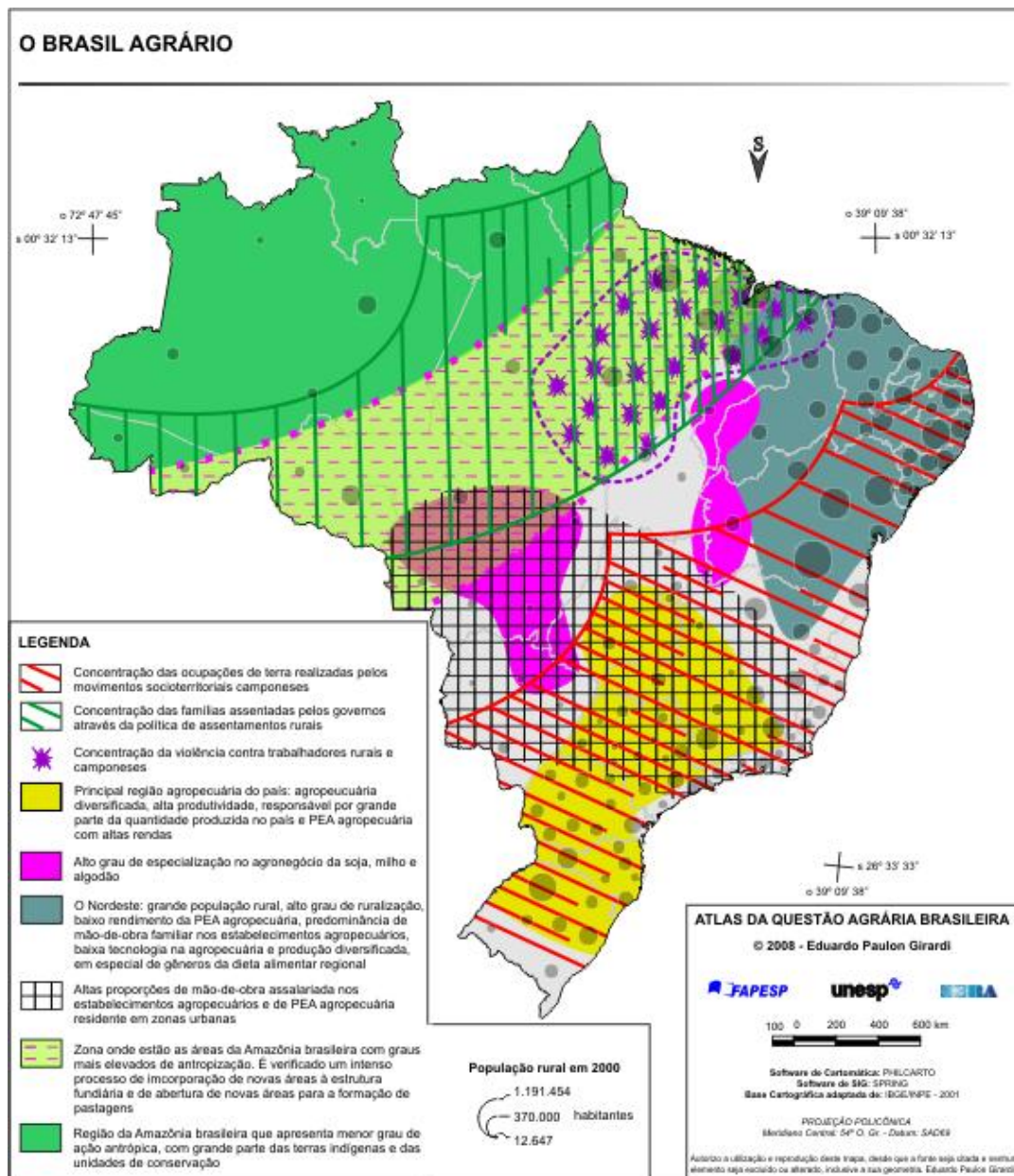
Fonte: Szmresáyi (1986), Apud Ramos (2005, Pág. 108). Notas: os dados estão considerados conforme a divisão territorial que existia em 1940. No Acre nenhum estabelecimento declarou possuir trator em 1940. PO – pessoal ocupado; AL – área de lavoura; TR – número de tratores; MPO – média de pessoal ocupado por estabelecimento.

Anexo II



Mapa 1 – Predominância do uso da terra.
 Fonte: Girardi, 2008, pág. 238

Anexo III



Mapa 2 – O Brasil Agrário
Fonte: Girardi, 2008, pág. 309.

Anexo IV

Principais empresas agroindustriais que atuam no Brasil controlando a agricultura – 2008						
Ranking *	Empresa	Sede	Origem do Capital	Receita líquida (em R\$ milhões)	Lucro líquido (em R\$ milhões)	Margem líquida (em %)
1	BUNGE ALIMENTOS	SC	Holanda	21.669	2,1	0,0
2	CARGILL	SP	EUA	12.996	-383,2	-2,9
3	PERDIGÃO	SP	Brasil	11.393	54,4	0,5
4	SADIA BENGÉ	SC	Brasil	9.987	-2493,7	-25,0
5	FERTILIZANTES	SP	Holanda	7.798	118,9	2,4
6	BERTIN	SP	Brasil	5.310	-681,8	-12,8
7	LDC BRASIL	SP	França	5.251	65,2	1,2
8	SOUZA CRUZ	RJ	Bretanha	5.199	1212,1	23,3
9	JBS-FRIBOI	SP	Brasil	4.866	25,9	0,5
10	BASF	SP	Alemanha	4.462	252,8	5,7
11	COAMO	PR	Brasil	4.296	-434,8	7,3
12	AMAGGI	MT	Brasil	3.433	66,9	1,9
13	BAYER	SP	Alemanha	3.399	183,1	5,4
14	SYNGENTA	SP	Suíça/Holanda	2.996	162,6	5,4
15	ADUBOS TREVO	RS	Noruega	2.952	-356,9	-12,1
16	SEARA	SC	EUA	2.887	-72,5	-2,5
17	IMCOPA	PR	Brasil	2.649	-141,6	-5,3
18	DU PONT	SP	EUA	2.584	-	-
19	AURORA	SC	Brasil	2.427	-111,7	-4,6
20	KRAFT FOODS	PR	EUA	2.212	273,4	12,4
TOTAL				118.765		

Fonte: Jornal Valor Econômico - Revista valor 1000 - Agosto de 2009. * O número da classificação se refere ao posto em relação as 1.000 maiores empresas que atuam no Brasil, por receita. Alterado do original pelo autor.

Anexo V

Atlas Seade da Economia Paulista
Caracterização do Território

Divisão Político-Administrativa
2005



Fonte: Fundação Seade, Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC.

Anexo VI
Assentamentos Existentes no estado de São Paulo

Município	Nome do assentamento	RA	Criação	Famílias	Área
Andradina	PA Primavera	Pres. Prudente	1980	210	3.677,00
Andradina	PA Faz. Primavera	Pres. Prudente	1981	283	9.595,00
Moji das Cruzes	PA Itapeti	São Paulo	1986	15	86,00
Guaraçaí	PA Aroeira	Araçatuba	1987	40	873,00
Pereira Barreto	PA Esmeralda	Araçatuba	1987	83	2.104,00
Turmalina	PA Santa Rita	São J. do Rio Preto	1987	36	1.074,00
Avaré	PA Santa Adelaide	Sorocaba	1988	29	701,00
Birigui	PA São José I	Araçatuba	1988	48	1.182,00
Guaraçaí	PA São José II	Araçatuba	1988	39	877,00
Marabá Paulista	PA Areia Branca	Pres. Prudente	1988	87	1.879,00
Promissão	PA Faz. Reunidas	Bauru	1988	604	17.138,00
Teodoro Sampaio	PA Água Sumida	Pres. Prudente	1988	118	4.214,00
Araraquara	PA Bela Vista do Chibarro	Central	1990	151	3.427,00
Castilho	PA Rio Paraná	Araçatuba	1991	92	2.208,00
Andradina	PA Timboré	Pres. Prudente	1995	173	3.393,00
Iperó	PA Ipanema	Sorocaba	1995	137	1.712,00
Martinópolis	PA Chico Castro Alves	Pres. Prudente	1995	86	1.783,00
Tremembé	PA Tremembé	São J. dos Campos	1995	98	1.290,00
Mirante do Paranap.	PE Alvorada	Pres. Prudente	1997	21	565,00
Mirante do Paranap.	PE Arco Íris	Pres. Prudente	1997	103	2.606,00
Mirante do Paranap.	PE Canaã	Pres. Prudente	1997	55	1.223,00
Mirante do Paranap.	PE Flor Roxa	Pres. Prudente	1997	39	953,00
Mirante do Paranap.	PE Haroldina	Pres. Prudente	1997	69	1.964,00
Mirante do Paranap.	PE King Meat	Pres. Prudente	1997	45	1.134,00
Mirante do Paranap.	PE Lua Nova	Pres. Prudente	1997	17	375,00
Mirante do Paranap.	PE Marco II	Pres. Prudente	1997	8	242,00
Mirante do Paranap.	PE N.Sa. Aparecida	Pres. Prudente	1997	7	175,00
Mirante do Paranap.	PE Novo Horizonte	Pres. Prudente	1997	58	1.540,00
Mirante do Paranap.	PE Santa Apolônia	Pres. Prudente	1997	104	2.657,00
Mirante do Paranap.	PE Santa Carmem	Pres. Prudente	1997	37	1.043,00
Mirante do Paranap.	PE Santa Cristina	Pres. Prudente	1997	35	837,00
Mirante do Paranap.	PE Santa Lúcia	Pres. Prudente	1997	24	597,00
Mirante do Paranap.	PE Santa Rosa I	Pres. Prudente	1997	23	692,00
Mirante do Paranap.	PE Vale dos Sonhos	Pres. Prudente	1997	23	617,00
Mirante do Paranap.	PE Washington Luis	Pres. Prudente	1997	16	343,00
Mirante do Paranap.	PE Santo Antonio I	Pres. Prudente	1997	17	515,00
Piquerobi	PE Sto Antonio da Lagoa	Pres. Prudente	1997	29	968,00
Pres. Bernardes	PE Água Limpa I	Pres. Prudente	1997	31	956,00
Pres. Bernardes	PE Água Limpa II	Pres. Prudente	1997	24	789,00

Pres. Bernardes	PE Estância Palú	Pres. Prudente	1997	44	1.243,00
Pres. Bernardes	PE Rodeio	Pres. Prudente	1997	64	1.861,00
Pres. Bernardes	PE Santa Eudóxia	Pres. Prudente	1997	6	167,00
Pres. Venceslau	PE Radar	Pres. Prudente	1997	29	548,00
Pres. Venceslau	PE Tupaciretã	Pres. Prudente	1997	76	2.861,00
Rancharia	PA Nova Conquista	Pres. Prudente	1997	104	2.501,00
Ribeirão dos Índios	PE Yapinary	Pres. Prudente	1997	39	852,00
Sandovalina	PE Bom Pastor	Pres. Prudente	1997	127	2.682,00
Teodoro Sampaio	PE Santa Rita da Serra	Pres. Prudente	1997	40	837,00
Caiuá	PA Engenho	Pres. Prudente	1998	27	480,00
Caiuá	PE Maturi	Pres. Prudente	1998	171	4.519,00
Colômbia	PA Formiga	Barretos	1998	58	1.063,00
Colômbia	PA Perdizes	Barretos	1998	36	1.506,00
Euclides da Cunha Paulista	PE Porto Letícia	Pres. Prudente	1998	35	707,00
Guarantã	PA Antonio Conselheiro	Bauru	1998	151	2.905,00
Iaras	PA Zumbi dos Palmares	Sorocaba	1998	239	8.001,00
Itapetininga	PA Carlos Lamarca	Sorocaba	1998	46	883,00
Martinópolis	PA Nova Vida	Pres. Prudente	1998	37	961,00
Mirante do Paranap.	PA Paulo Freire	Pres. Prudente	1998	60	1.295,00
Mirante do Paranap.	PE Che Guevara	Pres. Prudente	1998	46	976,00
Mirante do Paranap.	PE Estrela Dalva	Pres. Prudente	1998	31	784,00
Mirante do Paranap.	PE São Bento	Pres. Prudente	1998	181	5.190,00
Murutinga do Sul	PA Orlando Molina	Araçatuba	1998	77	1.511,00
Piquerobi	PE Santa Rita 2	Pres. Prudente	1998	26	600,00
Piquerobi	PE São José da Lagoa	Pres. Prudente	1998	29	1.026,00
Pres. Bernardes	PE Florestan Fernandes	Pres. Prudente	1998	55	1.116,00
Pres. Bernardes	PE Santo Antonio II	Pres. Prudente	1998	24	672,00
Pres. Epitácio	PA Lagoinha	Pres. Prudente	1998	150	3.552,00
Pres. Epitácio	PA Porto Velho	Pres. Prudente	1998	85	1.492,00
Teodoro Sampaio	PE Cachoeiro do Estreito	Pres. Prudente	1998	29	490,00
Teodoro Sampaio	PE Córrego Azul	Pres. Prudente	1998	9	226,00
Teodoro Sampaio	PE Haidéia	Pres. Prudente	1998	24	868,00
Teodoro Sampaio	PE Laudenor de Souza	Pres. Prudente	1998	60	1.545,00
Teodoro Sampaio	PE Santa Vitória	Pres. Prudente	1998	27	515,00
Teodoro Sampaio	PE Santo Antonio dos Coqueiros	Pres. Prudente	1998	23	485,00
Teodoro Sampaio	PE Vale Verde	Pres. Prudente	1998	50	1.010,00
Tupi Paulista	PE Santa Rita	Pres. Prudente	1998	31	749,00
Araraquara	PE Bueno de Andrada	Central	1999	31	472,00
Araraquara	PE Monte Alegre VI	Central	1999	93	1.253,00
Araraquara	PE Monte Alegre III	Central	1999	77	1.099,00
Araras	PE Araras III	Campinas	1999	45	367,00

Araras	PE Araras I	Campinas	1999	6	82,00
Araras	PE Araras II	Campinas	1999	14	208,00
Brejo Alegre	PA Salvador	Araçatuba	1999	20	477,00
Caiuá	PE Santa Rita	Pres. Prudente	1999	21	523,00
Casa branca	PE Casa Branca		1999	24	583,00
Cordeirópolis	PE Cordeirópolis	Campinas	1999	21	261,00
Euclides da Cunha	PA Nova Esperança	Pres. Prudente	1999	97	2.028,00
Euclides da Cunha	PE Rancho Alto	Pres. Prudente	1999	50	1.292,00
Euclides da Cunha	PE Rancho Grande	Pres. Prudente	1999	100	2.447,00
Euclides da Cunha	PE Santa Rita do Pontal	Pres. Prudente	1999	46	800,00
Euclides da cunha	PE Santa Rosa	Pres. Prudente	1999	62	865,00
Euclides da Cunha	PE Tucano	Pres. Prudente	1999	33	664,00
Iperó	PE Bela Vista	Sorocaba	1999	30	1.034,00
Itaberá	PE Pirituba II área 5	Sorocaba	1999	39	807,00
Itaberá	PE Pirituba II área 6	Sorocaba	1999	38	126,00
Itaberá	PE Pirituba II área 3	Sorocaba	1999	72	2.142,00
Itapetininga	PE Capão Alto	Sorocaba	1999	18	485,00
Itapeva	PE Pirituba II área 2	Sorocaba	1999	56	1.341,00
Itapeva	PE PIRITUBA II área 4	Sorocaba	1999	50	1.096,00
Itapeva	PE Pirituba II área 1	Sorocaba	1999	106	2.511,00
Marabá paulista	PE Santo Antonio	Pres. Prudente	1999	73	1.822,00
Mirante do Paranap.	PA Antonio Conselheiro II	Pres. Prudente	1999	63	1.078,00
Mirante do Paranap.	PE Santa Cruz	Pres. Prudente	1999	17	408,00
Mirante do Paranap.	PE Santa Izabel	Pres. Prudente	1999	53	492,00
Mirante do Paranap.	PE Santa Rosa II	Pres. Prudente	1999	13	766,00
Mirante do Paranap.	PE Santana	Pres. Prudente	1999	28	212,00
Moji-Mirim	PE Vergel	Campinas	1999	88	1.217,00
Motuca	PE Monte Alegre I	Central	1999	49	726,00
Motuca	PE Monte Alegre II	Central	1999	62	857,00
Motuca	PE Monte Alegre IV	Central	1999	49	679,00
Motuca	PE Monte Alegre V	Central	1999	34	483,00
Porto Feliz	PE Porto Feliz	Sorocaba	1999	82	1.092,00
Pres. Alves	PA São Francisco II	Bauru	1999	27	846,00
Pres. Bernardes	PE Quatro Irmãs	Pres. Prudente	1999	15	385,00
Pres. Venceslau	PE Primavera I	Pres. Prudente	1999	81	2.179,00
Pres. Venceslau	PE Primavera II	Pres. Prudente	1999	43	895,00
Pres. Venceslau	PE Santa Maria	Pres. Prudente	1999	16	551,00
Promissão	PE Promissãozinha	Bauru	1999	8	132,00
Rancharia	PA São Pedro	Pres. Prudente	1999	74	1.763,00
Restinga	PE Boa Sorte	Franca	1999	155	2.979,00
Rosana	PE Gleba XV	Pres. Prudente	1999	570	13.310,00

Rosana	PE Bonanza	Pres. Prudente	1999	30	1.144,00
Rosana	PE Nova Pontal	Pres. Prudente	1999	121	2.786,00
Sumaré	PE Sumaré I	Campinas	1999	26	237,00
Sumaré	PE Sumaré II	Campinas	1999	39	327,00
Teodoro Sampaio	PE Água Branca I	Pres. Prudente	1999	29	630,00
Teodoro Sampaio	PE Alcídia da Gata	Pres. Prudente	1999	18	462,00
Teodoro Sampaio	PE Santa Terezinha da Alcídia	Pres. Prudente	1999	26	1.345,00
Teodoro Sampaio	PE Santa Zélia	Pres. Prudente	1999	103	2.730,00
Teodoro Sampaio	PE Vô Tônico	Pres. Prudente	1999	19	550,00
Bebedouro	PE reage Brasil	Barretos	2000	83	1.296,00
Ipeúna	PE Camaqua	Campinas	2000	43	1.372,00
Matão	PE Horto Sylvania	Central	2000	19	405,00
Pitangueiras	PE Ibitiúva	Ribeirão Preto	2000	41	725,00
Pradópolis	PE Guarany	Ribeirão Preto	2000	273	4.190,00
Caiuá	PE Faz. Santo Antonio	Pres. Prudente	2001	49	1.945,00
Castilho	PA Anhumas	Araçatuba	2001	62	1.348,00
Guarantã	PA Pasto do Planalto	Sorocaba	2001	27	678,00
Jaboticabal	PE Córrego Rico	Ribeirão Preto	2001	47	468,00
Paulicéia	PE Faz. Buritys	Pres. Prudente	2001	55	2.209,00
Pirajuí	PA Pirajuí	Bauru	2001	6	166,00
Piratinga	PA Santo Antonio	Bauru	2001	26	883,00
Pres. Alves	PA São Francisco I	Bauru	2001	28	805,00
Sandovalina	PE Guarany	Pres. Prudente	2001	68	1.335,00
São J. dos Campos	PA Sta Rita (Nova Esperança I)	São J. dos Campos	2001	63	446,00
Teodoro Sampaio	PE Santa Cruz da Alcídia	Pres. Prudente	2001	26	712,00
Teodoro Sampaio	PE Santa Terezinha da Água Sumida	Pres. Prudente	2001	47	1.345,00
Andradina	PA Faz. São Sebastião	Pres. Prudente	2002	74	1.588,00
Caiuá	PA Luis Moraes Neto	Pres. Prudente	2002	104	1.721,00
Paulicéia	PA Faz. Regência	Pres. Prudente	2002	32	709,00
Paulicéia	PA Faz. Santo Antonio	Pres. Prudente	2002	30	332,00
Pres. Epitácio	PE Faz. Lagoinha	Pres. Prudente	2002	26	634,00
Caiuá	PE Malú	Pres. Prudente	2003	24	477,00
Caiuá	PE Santa Angelina	Pres. Prudente	2003	23	535,00
Caiuá	PE Vista Alegre	Pres. Prudente	2003	22	532,00
Castilho	PA São Joaquim	Araçatuba	2003	41	606,00
Castilho	PA Terra Livre	Araçatuba	2003	41	628,00
Euclides da Cunha	PE Guana Mirim	Pres. Prudente	2003	34	812,00
Mirante do Paranap.	PE Repouso	Pres. Prudente	2003	21	515,00
Teodoro Sampaio	PE Fusquinha	Pres. Prudente	2003	42	1.081,00
Teodoro Sampaio	PE Padre Josimo	Pres. Prudente	2003	96	2.290,00
Teodoro Sampaio	PE Santa Edwirges	Pres. Prudente	2003	25	684,00

Cafelândia	PA Cafezópolis	Bauru	2004	3	21,00
Castilho	PA N.Sa. Aparecida II	Araçatuba	2004	59	946,00
Franco da Rocha	PE São Roque	São Paulo	2004	63	619,00
Gália	PA Antonio L. de Oliveira	Marília	2004	19	345,00
Marabá paulista	PE N.Sa. Aparecida	Pres. Prudente	2004	17	616,00
Marabá paulista	PE Santa Maria	Pres. Prudente	2004	40	1.091,00
Marabá paulista	PE Sto Antonio da Prata	Pres. Prudente	2004	27	817,00
Mirante do Paranap.	PE Roseli Nunes	Pres. Prudente	2004	55	2.082,00
Pereira Barreto	PA Terra é Vida	Araçatuba	2004	39	543,00
Pres. Epitácio	PE São Paulo	Pres. Prudente	2004	74	1.855,00
Promissão	PA Dandara	Bauru	2004	193	2.882,00
Serrana	PDS Sepé Tiaraju	Ribeirão Preto	2004	79	797,00
Castilho	PA Três Barras	Araçatuba	2005	147	2.427,00
Eldorado	PDS Ass. Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira	Registro	2005	71	3.072,00
Guaraçaí	PA Nova Vila	Araçatuba	2005	57	866,00
Iaras	PE Nova Vida	Sorocaba	2005	19	299,00
Ilha Solteira	PA Estrela da Ilha	Araçatuba	2005	203	2.855,00
Ilha Solteira	PA Santa Maria da Lagoa	Araçatuba	2005	75	1.210,00
Itaberá	PE Emergencial Pirituba área VII	Sorocaba	2005	8	42,00
Itapura	PA Rosely Nunes	Araçatuba	2005	76	1.172,00
Marabá paulista	PE São Pedro	Pres. Prudente	2005	7	254,00
Mirante do Paranap.	PE Santo Antonio	Pres. Prudente	2005	16	517,00
Murutinga do Sul	PA Dois Irmãos	Araçatuba	2005	125	1.867,00
Nova Independência	PA Pousada Alegre	Araçatuba	2005	60	929,00
Rosana	PA Porto Maria	Pres. Prudente	2005		1.127,00
São Carlos	PDS Santa Helena	Central	2005	16	98,00
Suzanápolis	PA União da Vitória	Araçatuba	2005	133	2.906,00
Taubaté	PA Manoel Neto	São J. dos Campos	2005	34	378,00
Tremembé	PA Olga Benário	São J. dos Campos	2005	50	692,00
Ubatuba	PA Remanesc. de Quilombo da Caçandoca	São J. dos Campos	2005	51	890,00
Itaberá	PE Pirituba II João Moreira de Mace	Sorocaba	2006	46	96,00
Americana	PDS Emerg. Comuna da Terra Milton Santos	Campinas	2006	94	103,00
Andradina	PA Arizona	Pres. Prudente	2006	20	635,00
Apiaí	PDS Prof. Luiz de David Macedo	Sorocaba	2006	84	7.767,00
Araçatuba	PA Floresta	Araçatuba	2006	24	963,00
Araras	PE Araras IV	Campinas	2006	29	40,00
Biritiba-Mirim	PA Sítio Casa Grande	São Paulo	2006	36	359,00
Bocaina	PA Fortaleza	Bauru	2006	29	268,00
Cajamar	PDS São Luiz	São Paulo	2006	35	123,00
Descalvado	PDS Comun. Agrária 21 de Dezembro	Central	2006	17	256,00
Iepê	PDS Emerg. Bom Jesus	Pres. Prudente	2006	39	68,00

João Ramalho	PDS Emerg. Boa Esperança	Marília	2006	25	54,00
Miracatu	PDS Ribeirão do Pio	Registro	2006	-	406,00
Mirandópolis	PA Primavera	Araçatuba	2006	88	1.866,00
Mirante do Paranap.	PA Margarida Alves	Pres. Prudente	2006	89	1.257,00
Mirante do Paranap.	PE Santo Antonio II	Pres. Prudente	2006	-	118,00
Murutinga do Sul	PA Santa Cristina	Araçatuba	2006	18	986,00
Teodoro Sampaio	PE Santo Expedito	Pres. Prudente	2006	-	662,00
Agudos	PA Maracy	Bauru	2007	68	1.003,00
Bauru	PA Horto Aimorés	Bauru	2007	339	5.262,00
Castilho	PA Cafeeira	Araçatuba	2007	120	1.960,00
Gália	PA Margarida Maria Alves	Marília	2007	12	328,00
Getulina	PA Simon Bolívar	Bauru	2007	39	768,00
Itanhaém	PDS Agroecológico	Santos	2007	4	153,00
Itapetininga	PA 23 de Maio	Sorocaba	2007	41	516,00
Itapura	PA Cachoeira	Araçatuba	2007	46	997,00
Mirandópolis	PA São Lucas	Araçatuba	2007	32	1.541,00
Ribeirão Preto	PA Mario Lago	Ribeirão Preto	2007	390	1.548,00
Araçatuba	PA Aracanguá	Araçatuba	2008	-	4.513,00
Araçatuba	PA Araçá	Araçatuba	2008	82	1.387,00
Batatais	PE Nossa Terra	Franca	2008	30	240,00
Brejo alegre	PA São José I - gleba II	Araçatuba	2008	-	49,00
Caconde	PA Agroecológico Hugo Mazzilli	Campinas	2008	20	136,00
Castilho	PA Santa Isabel	Araçatuba	2008	60	1.033,00
Descalvado	PDS Horto Florestal Aurora	Central	2008	75	533,00
Itapura	PA São Luis	Araçatuba	2008	-	1.117,00
Limeira	PDS Elizabeth Teixeira	Campinas	2008	103	603,00
Mirante do Paranap.	PA DONA Carmem	Pres. Prudente	2008	142	1.216,00
Pereira Barreto	PA Olga Benário	Araçatuba	2008	49	758,00
Rosana	PE Porto Maria	Pres. Prudente	2008	40	1.065,00
Agudos	PA Loiva Lurdes	Bauru	2009	50	982,00
Andradina	PA Timborezinho	Pres. Prudente	2009	41	790,00
Castilho	PA Pendengo	Araçatuba	2009	191	4.139,00
Castilho	PA Ipê	Araçatuba	2009	66	996,00
Descalvado	PA Comun. Agrária 2 de Janeiro	Central	2009	36	376,00
Euclides da Cunha	PE Santa Tereza	Pres. Prudente	2009	46	1.318,00
Guaraçá	PA Santa Luzia	Bauru	2009	69	1.077,00
Orlândia	PA Orlândia	Franca	2009	-	52,00
Pirajuí	PA Vitória	Bauru	2009	5	96,00
Piratininga	PA Brasília Paulista	Bauru	2009	-	1.863,00
Pres. Venceslau	PE São Camilo	Pres. Prudente	2009	24	668,00
São Carlos	PA Comun. Agrária Nova São Carlos	Central	2009	50	1.158,00
TOTAL				14.767	326.684,00

Fonte: DATALUTA/NERA, 2010.

Anexo VII

GREVE DOS CORTADORES DE CANA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO – 1980/1990				
Data	Município	Duração	N de Grevistas	Reivindicação Principal
23/12/1981	Araraquara	7 dias	300	Salários atrasados
Mar/82	Araraquara		450	Salários atrasados
26/9/1983	Jaboticabal	2 dias	60	Aumento da diária
14/5/1984	Guariba			
21/5/1984	S. Joaquim da Barra			
16/6/1984	Pontal	2 dias	8.500	Extensão do acordo de Guariba
18/6/1984	Ribeirão Preto	1 dia		
18/6/1984	Morro Agudo			Cumprimento do acordo de Guariba
20/6/1984	Pitangueiras	2 dias	2.000	Extensão do acordo de Guariba
27/6/1984	Guaíra	2 dias	300	Cumprimento do acordo de Guariba
5/8/1984	Santa Lúcia			Cumprimento do acordo de Guariba
11/8/1984	Sertãozinho	3 dias	1.500	Mudança no sistema de calculo salarial
13/8/1984	Pontal		1.100	Manutenção do sistema do corte da cana
20/8/1984	Morro Agudo	2 dias	400	Cumprimento do acordo de Guariba
19/9/1984	Cândido Rodrigues	3 dias	90	
3/1/1985	Guariba, Barrinha, Sertãozinho, Pontal, Rib. Preto, Monte Alto, Jaboticabal e S. J. da Barra	10 dias	35.000	Readmissão de dirigentes sindicais demitidos
22/1/1985	Cajuru	1 dia	400	Cumprimento do acordo
Jan/85	Américo Brasiliense		30	Pagamento de férias e 13
4/2/1985	Guariba		5.000	Aumento do preço da diária na entressafra
6/2/1985	Barretos, Colina e Jaborandi	3 dias	10.000	Cumprimento do acordo
20/5/1985	Batatais	3 dias	5.000	Melhores salários
21/5/1985	28 municípios	7 dias	70.000	Controle da produção por metro e não por tonelada
22/5/1985	Araraquara, Santa Lucia e Rincão	6 dias	6.000	Aumento da diária
22/5/1985	Matão	6 dias	14.000	Aumento da diária
17/7/1985	Sertãozinho		1.000	Cumprimento do acordo
20/1/1986	Guariba	5 dias	4.000	Aumento da diária
3/2/1986	Sertãozinho	4 dias	1.500	Aumento da diária
17/7/1986	Serrana, Cajuru, Sertãozinho, Santa Rosa do Viterbo	7 dias	20.000	Aumento da diária
25/5/1987	Morro Agudo, Pitangueiras e Sertãozinho	5 dias	20.000	Aumento da diária
25/5/1987	38 municípios	13 dias	12.000	Aumento da diária
8/3/1988	Barretos	8 dias		Fim da jornada diária de 12 horas
Mai/89	19 municípios	15 dias	58.000	Melhores salários
14/5/1990	18 municípios	29 dias	40.000	Aumento da diária

Fonte: Porto (1994, págs. 65-67). In: Revista ABRA ano 24, n. 01. Alterado do original pelo autor.

Anexo VIII – Mapa da malha de municípios da Região Administrativa de Ribeirão Preto.

Fonte: SIMESP – Sistema de informações municipais do estado de São Paulo. In: www.nepo.unicamp.br.